



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES



RELATÓRIO DE GESTÃO 2022



Tondela, 13 de abril de 2023

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho Intermunicipal	3
1. Introdução	5
2. Apresentação da CIM Viseu Dão Lafões	6
2.1. Constituição e Objeto	6
2.2. Municípios Associados	7
2.3. Missão, Visão e Valores	7
3. Estrutura Organizacional e Recursos Utilizados	9
3.1. Organograma	9
3.2. Órgãos Sociais	11
3.3. Recursos da Comunidade	12
3.3.1. Recursos Físicos	12
3.3.2. Recursos Humanos	15
4. Atividades Desenvolvidas	16
5. Prestação de Contas do Exercício Económico de 2022	143
5.1. Análise Patrimonial	147
5.2. Análise Orçamental	158
Anexos	164
Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais do exercício económico 2022	
Declaração dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso	
Declaração dos Compromissos Plurianuais	

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNCIPAL

A Comunidade Intermunicipal registou, durante o ano de 2022, mais uma vez, um conjunto de realizações, atividades e projetos nos mais vários domínios de intervenção.

No domínio da proteção civil e da defesa da floresta continuámos o trabalho que temos vindo a realizar, ao longo dos últimos anos, um trabalho realizado de forma articulada do ponto de vista estratégico e operacional com a GNR, o ICNF, a ANEPC, através do comando sub-regional e com os nossos municípios associados através dos GTF municipais e dos Serviços municipais de proteção civil. Podemos destacar, neste domínio de intervenção, o projeto LIFE Landscape Fire que permitiu a credenciação de técnicos de fogo controlado na nossa região, assim como de operacionais de queima, reforçando, igualmente as ações desenvolvidas no domínio do fogo controlado e da silvo pastorícia. Também o projeto LIFE Nieblas mereceu a atenção dos media, nacionais e internacionais, um projeto piloto e inovador nesta área.

Nesta área de intervenção, o ano de 2022 fica também marcado pela conclusão da instalação do sistema de videovigilância da nossa floresta e pelo início do projeto intermunicipal de combate à espécie invasora, vespa velutina.

Durante o ano de 2022, de realçar, o projeto BUPi – Balcão Único do Prédio, no âmbito do Sistema de informação cadastral simplificado, tendo a nossa região terminado o ano com o maior número de matrizes (RGG) registados a nível nacional. Estamos convictos, que este projeto, trará benefícios na gestão e ordenamento florestal, na titularidade da propriedade florestal e na defesa da floresta, nas vertentes da prevenção e do combate a incêndios.

No domínio da educação, e mais concretamente na temática do sucesso educativo, a CIM Viseu Dão Lafões, continuou, o desenvolvimento, de atividades e iniciativas intermunicipais, num projeto construído com todos os agrupamentos de escolas e com os municípios. De destacar, o projeto “Comer bem, sorrir melhor”, um projeto inovador a nível nacional, e que foi desenvolvido numa parceria com a Ordem dos Médicos Dentistas e a Ordem dos Nutricionistas.

Também, durante o ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a desenvolver o seu trabalho no domínio da promoção turística, nomeadamente na estruturação da oferta associada aos produtos turísticos Gastronomia e Vinhos, Turismo Cultural e eventos, Saúde e Bem-estar e Turismo Natureza, destacando-se o desenvolvimentos dos projetos da construção da “Ecopista do Vouga”, do projeto “Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”, do projeto “Aldeias da Serra do Caramulo” e da estruturação da “Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”, o qual visa desenvolver uma nova oferta turística regional partindo de um dos valores endógenos mais emblemáticos de Viseu Dão Lafões: os monumentos megalíticos.

O ano de 2022 fica marcado pela primeira participação conjunta da região, na maior montra do Turismo Nacional, a Bolsa de Turismo de Lisboa. Uma participação que permitiu reforçar a notoriedade da marca Viseu Dão Lafões e a excelência da sua oferta turística.

A programação cultural em rede, no período de Verão e do Natal, animou, também, muitas praças e espaços públicos das nossa vilas e cidades.

No domínio da mobilidade e dos transportes permitam-me destacar o projeto de transporte flexível “Ir e Vir”, que se assumiu, claramente, como um verdadeiro projeto de coesão social e territorial, tendo já transportado milhares de passageiros, nos vários serviços existentes, assim como, a aprovação do caderno de encargos para o lançamento do concurso público internacional do serviço público de transporte de passageiros, tendo já sido rececionado o parecer prévio vinculativo favorável, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

Continuámos, no ano de 2022, o processo para a adequada preparação do próximo quadro financeiro plurianual, denominado “Viseu Dão Lafões 2030”, nomeadamente o processo de negociação com a Autoridade de Gestão do Programa Regional Centro 2030 e de concertação com os municípios associados, de forma que se possa definir as intervenções e as soluções inovadoras, ajustadas às especificidades do território de Viseu Dão Lafões e concertadas no seu seio.

O sucesso do trabalho desenvolvido só é possível, pois, com o esforço conjunto de todos os autarcas, dirigentes, técnicos e funcionários da Comunidade Intermunicipal, pelo que não poderia deixar de reconhecer e agradecer a todos o empenho e, fundamentalmente, a grande capacidade de trabalho conjunto ao serviço da nossa região Viseu Dão Lafões.

Uma palavra também a todos os nossos parceiros, a todos os atores da região, Instituições públicas e privadas que colaboram com a Comunidade Intermunicipal.

A todos o meu bem-haja.

Fernando de Carvalho Ruas
Presidente do Conselho Intermunicipal

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, relativo ao ano de 2022, pretende dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 40º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, compete ao Secretariado Executivo Intermunicipal a elaboração de um relatório anual de gestão (conjuntamente com os demais documentos de prestação de contas), que será apreciado e votado em sede de Conselho Intermunicipal que, posteriormente, o submeterá à aprovação do órgão deliberativo.

Assim, a prestação de contas que se apresenta para aprovação é constituída por um conjunto de documentos, mapas e demonstrações que refletem toda a atividade financeira verificada no ano de 2022. Neste contexto, este relatório tem os seguintes objetivos:

1. Explicitar os níveis de execução orçamental conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas e das despesas;
2. Analisar a situação económica e financeira da CIM Viseu Dão Lafões, do ponto de vista patrimonial, considerando o balanço e a demonstração de resultados à data de 31/12/2022.

Podem, assim, ser analisados diversos itens importantes da gestão da CIM Viseu Dão Lafões, tais como:

- O balanço patrimonial;
- A demonstração de resultados;
- O desempenho orçamental da despesa e da receita e as respetivas execuções ao longo do ano;
- A execução financeira do Plano Plurianual de Investimento (PPI) de 2022;
- A demonstração dos fluxos de caixa;
- O anexo às demonstrações financeiras.

O presente documento incorpora, ainda, uma breve apresentação da CIM, da estrutura organizacional e recursos utilizados, bem como uma resenha das atividades desenvolvidas durante o ano de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DA CIM VISEU DÃO LAFÕES

2.1 CONSTITUIÇÃO E OBJETO

No dia doze de março de dois mil e sete, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, constituíram entre si, uma Associação de Municípios de Fins Específicos com a denominação Associação de Municípios da Região Dão Lafões (AMRDL), que entretanto transformaram em Comunidade Intermunicipal (CIM) com a denominação Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, no dia 26 de novembro de dois mil e oito, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial, que corresponde à Unidade Territorial estatística de nível III (NUT III), Dão Lafões da Região Centro, nos termos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.

Os objetivos definidos para a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões visavam a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela Comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.

Em 2013, e com a entrada em vigor de nova legislação relativa às associações públicas de autarquias locais, designadamente a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a CIM assumiu a natureza de entidade intermunicipal e adotou a designação Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM Viseu Dão Lafões).

Posteriormente, e com a publicação da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, que aprova o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente, impôs-se uma revisão dos estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, ajustando-os às novas competências dos órgãos da CIM em matéria de organização dos serviços.

Assim, de acordo com os Estatutos da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, aprovados pelo Conselho Intermunicipal e pela Assembleia Intermunicipal a 23/11/2015 e a 30/11/2015, respetivamente, e publicados no Diário da República, 2ª Série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016, através do anúncio n.º 6/2016, a CIM visa a prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental no seu território;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos quadros financeiros plurianuais da política comunitária europeia;

- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal;
- e) Assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central em áreas como Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; Rede de equipamentos de saúde; Rede educativa e de formação profissional; Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; Segurança e proteção civil; Mobilidade e transportes; Redes de equipamentos públicos; Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer;
- f) Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.

2.2 MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

Os Municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões são:

- Aguiar da Beira
- Carregal do Sal
- Castro Daire
- Mangualde
- Nelas
- Oliveira de Frades
- Penalva do Castelo
- Santa Comba Dão
- São Pedro do Sul
- Sátão
- Tondela
- Vila Nova de Paiva
- Viseu
- Vouzela

2.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A CIM Viseu Dão Lafões definiu, como principal missão, construir com os seus municípios associados e todos os agentes económicos, sociais e culturais, públicos e privados do território, as prioridades de intervenção que, no seu conjunto, contribuam para que a Região Viseu Dão Lafões se torne uma região inovadora, empreendedora, atrativa e competitiva, possibilitando o seu crescimento sustentável e a sua coesão económica e social.

A visão que a CIM assumiu, desde o primeiro momento, foi a de tornar-se uma Comunidade Intermunicipal de referência, pela sua capacidade de resposta às necessidades dos municípios e da região e pelo “know-how”, qualidade técnica e humana dos seus técnicos, originando nos seus associados um sentimento de credibilidade e confiança.

Os valores pelos quais pauta o exercício da sua atividade podem resumir-se em:

- Inovação e Criatividade – Temos plena consciência que só através da inovação e criatividade se conseguem vantagens competitivas estruturantes para a região, que

representem real valor para os nossos municípios associados e para os nossos parceiros.

- Cooperação – Entendemos que a cooperação é uma competência fundamental na envolvente associativa atual. Assim, procuramos trabalhar ativamente e em forte cooperação com todos os atores locais e parceiros na procura das melhores soluções para cada projeto. Desta forma, os ganhos obtidos serão traduzidos em vantagens competitivas para todos.
- Confiança – Para que consigamos cumprir com sucesso a nossa missão é necessário estabelecer relações de confiança com os nossos Municípios Associados e Parceiros. Assim, prestamos grande atenção às suas necessidades e, em conjunto, partilhamos conhecimentos e experiências de forma a prestar serviços de excelência e que contribuam para a competitividade da região.

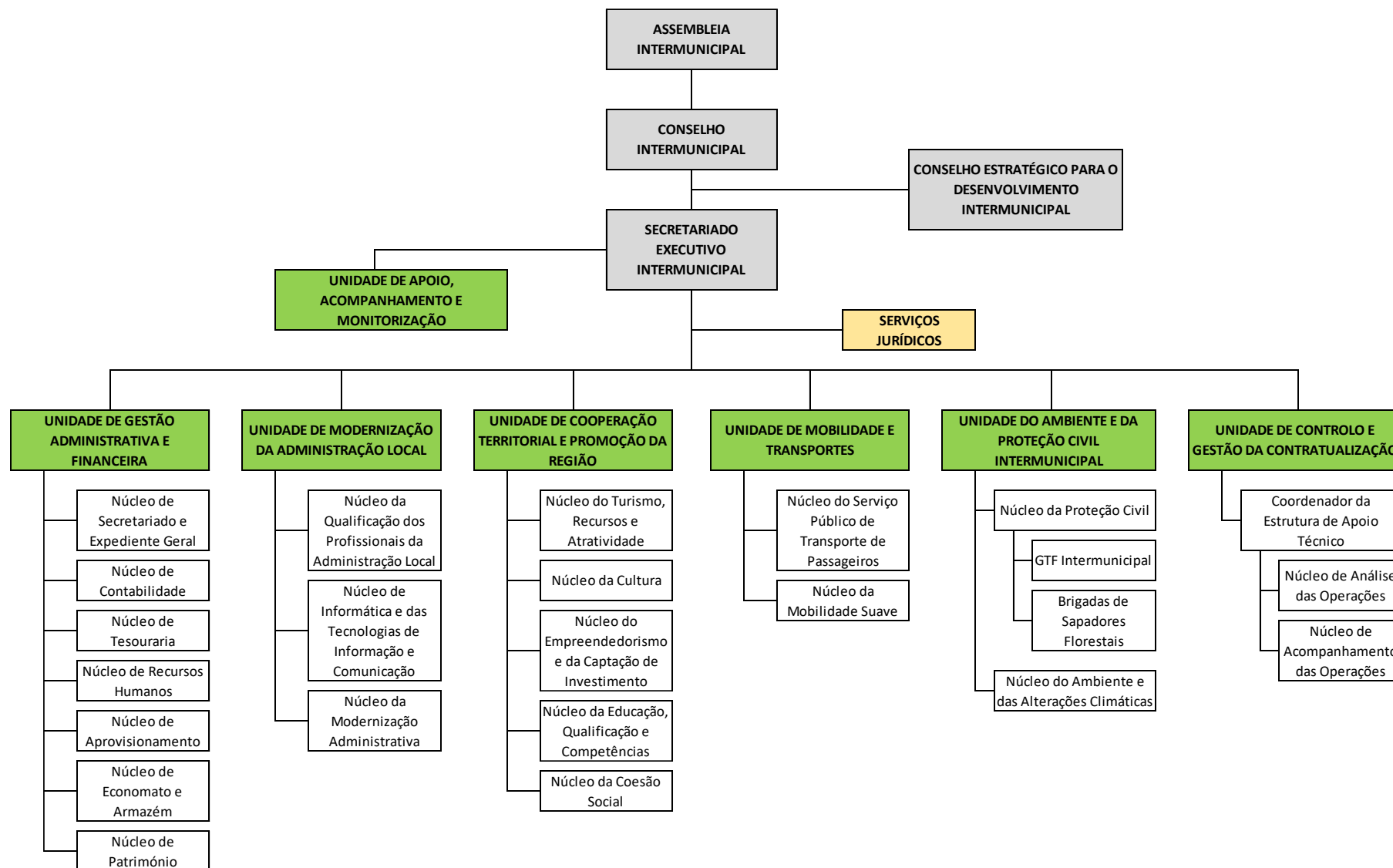


3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS UTILIZADOS

3.1 ORGANOGRAMA

A organização dos serviços da CIM foi efetuada de acordo com a legislação relativa às entidades intermunicipais, tendo o regulamento dos serviços intermunicipais sido aprovado em sede de Conselho Intermunicipal, em reunião datada de 23 de novembro de 2015, e publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016, através do anúncio n.º 5/2016.

Assim, podemos visualizar no organograma abaixo a estrutura atualmente em vigor:



3.2 ORGÃOS SOCIAIS

A CIM Viseu Dão Lafões tem como órgãos sociais a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

- **Assembleia Intermunicipal:** Órgão deliberativo da CIM, constituído por membros das Assembleias Municipais dos municípios que integram a Comunidade. A atual mesa, resultante das eleições autárquicas de setembro de 2021 e eleita na reunião de Assembleia realizada no dia 22 de novembro de 2021, é constituída pelos seguintes membros:
 - Presidente: Cilene Gomes Lindinho
 - Vice-Presidente: Abel Joaquim Tavares Dias
 - Secretário: Luís Miguel Figueiredo Duarte
- **Conselho Intermunicipal:** Órgão executivo e deliberativo da Comunidade Intermunicipal, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos 14 municípios integrantes da Comunidade, sendo de entre eles eleito o Presidente e dois vice-presidentes. Neste momento estes cargos são ocupados por:
 - Presidente: Fernando de Carvalho Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu
 - Vice-Presidente: Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul
 - Vice-Presidente: Paulo Martins de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire
- **Secretariado Executivo Intermunicipal:** Órgão executivo da CIM, cujos membros são eleitos pela Assembleia Intermunicipal com base numa proposta do Conselho Intermunicipal. Por deliberação da Assembleia Intermunicipal da CIM, em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2021, foi designado, como Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Luís Nuno Tenreiro da Cruz M. Martinho.
- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal:** Órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos e constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.

Este órgão é composto pelo Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que preside ao Órgão, e ainda pelos representantes das seguintes entidades:

- ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão;
- ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva;
- ADICES – Associação de Desenvolvimento Local;

- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira;
- Administração Regional de Saúde do Centro;
- AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu;
- AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal;
- Associação Comercial do Distrito de Viseu;
- Centros de Formação do território da CIM Viseu Dão Lafões (CFAE Castro Daire Lafões, Centro de Formação EduFor, CFAE do Planalto Beirão, Centro de Formação Visprof – um representante comum);
- Comando Regional de Emergência e Proteção Civil do Centro;
- Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda;
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu;
- Comando Territorial da GNR de Viseu;
- Comissão Vitivinícola Regional do Dão;
- Dioceses do território da CIM Viseu Dão Lafões (Diocese de Lamego e Diocese de Viseu – um representante comum);
- Direção Regional de Cultura do Centro;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Delegação Regional do Centro;
- Federação dos Bombeiros do Distrito de Viseu;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Direção Regional do Centro;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Centro;
- Instituto Português do Desporto e Juventude – Direção Regional do Centro;
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Viseu;
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital da Guarda;
- Instituto Piaget – Campus Universitário de Viseu;
- Instituto Politécnico de Viseu;
- PSP Comando Distrital de Viseu;
- Regimento de Infantaria nº 14;
- Turismo do Centro de Portugal;
- União de Misericórdias Portuguesas – Secretariado Regional de Viseu;
- União Distrital de Viseu das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Universidade Católica – Campus de Viseu.

Tem, também, assento no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com o estatuto de observador, a CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Não tendo qualidade de membros, podem também assistir e participar no CEDI, os Presidentes das Câmaras Municipais da área da CIM Viseu Dão Lafões, o Presidente da Assembleia Intermunicipal e o Secretariado Executivo Intermunicipal.

3.3 RECURSOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

3.3.1 RECURSOS FÍSICOS

Em termos de instalações, a CIM Viseu Dão Lafões funciona, atualmente, nos pisos 0 e 1 do Edifício Novo Ciclo - Rua Dr. Ricardo Mota, na cidade de Tondela, tendo disponível uma sala de formação, uma sala de reuniões para o Conselho Intermunicipal e um pequeno auditório que permite a realização de sessões de trabalho e reuniões com os municípios, associações, instituições e demais entidades da região.

No entanto, as brigadas de sapadores florestais encontram-se instaladas na Base das Lajes, em Sátão, na Base de Alva, em Castro Daire, e na Base de Canas de Santa Maria, em Tondela.

A CIM Viseu Dão Lafões é, também, proprietária da Casa do Adro, na cidade de Viseu, utilizando a mesma para a realização de algumas reuniões de trabalho e workshops no âmbito dos projetos desenvolvidos.

Para além disso, no edifício da Casa do Adro encontra-se, também, instalado, desde maio de 2021, o Centro de Informação Europe Direct, que serve as regiões de Viseu e de Aveiro.

No que respeita aos investimentos em imobilizado corpóreo, nos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a adquirir equipamento administrativo, informático e algum software para fazer face à sua atividade operacional e ao necessário apetrechamento das suas instalações, bem como equipamentos de proteção individual para equipar e assegurar o funcionamento das brigadas de sapadores florestais.

De referir, ainda, que as brigadas de sapadores florestais, para o necessário desempenho das suas funções, dispõem de seis viaturas apetrechadas com equipamento coletivo motomanual e manual, as quais foram entregues à CIM Viseu Dão Lafões, pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em regime de comodato.

3.3.2 RECURSOS HUMANOS

Para prossecução das atribuições a que se referem os respetivos estatutos, a CIM Viseu Dão Lafões, adota uma estrutura matricial, na aceção do artigo 9.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, cabendo ao Secretariado Executivo Intermunicipal a criação, alteração ou extinção de equipas multidisciplinares.

Assim, no que se refere à vertente dos recursos humanos, a Comunidade Intermunicipal dispõe, neste momento, de um quadro de pessoal composto por 39 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- Um Secretariado Executivo Intermunicipal composto por um Primeiro Secretário;
- Cinco técnicos superiores afetos à Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, assumindo um deles a função de Coordenador (Chefe de Equipa Multidisciplinar) da Estrutura de Apoio Técnico criada no âmbito do processo de contratualização estabelecido entre a CIM e a Autoridade de Gestão do Programa “Centro 2020”;
- Três técnicos superiores na Unidade de Modernização da Administração Local, assumindo um deles a função de Chefe de Equipa Multidisciplinar;
- Três técnicos superiores na Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, estando a liderança desta unidade cometida ao Chefe de Equipa da Unidade de Modernização da Administração Local;
- Três técnicos superiores na Unidade de Mobilidade e Transportes, estando a liderança desta unidade cometida ao Chefe de Equipa da Unidade de Modernização da Administração Local;
- Um técnico superior na Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, o qual assume as funções associadas ao Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal. De referir que, a liderança desta unidade está cometida a um dos técnicos da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização;
- Dezoito assistentes operacionais na Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, os quais assumem as funções de sapedores florestais;
- Um técnico superior na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, estando a coordenação desta unidade cometida à Coordenadora da EAT (Chefe de Equipa Multidisciplinar);
- Dois assistentes técnicos na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira;
- Dois assistentes operacionais na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, a exercer funções no edifício da Casa do Adro, em Viseu, fruto da transferência da universalidade jurídica da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões.

Salienta-se, ainda, que a alocação destes colaboradores às Unidades Orgânicas supra referidas não prejudica a mobilidade funcional que possa existir, por conveniência de serviço, pelo que, nesse âmbito, e tendo em conta a necessidade de reforçar a Estrutura de Apoio Técnico, em resultado do acréscimo de trabalho associado ao processo de contratualização, dois técnicos de outras Unidades Orgânicas encontram-se, também, alocados à referida Estrutura. Para além disso, a liderança da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal é assegurada por um dos técnicos da estrutura da CIM Viseu Dão Lafões, tendo em consideração o seu vasto currículo na área em apreço.

Neste âmbito, dar, também nota que no seguimento da criação da Unidade de Apoio, Acompanhamento e Monitorização, a qual tem como missão, junto do Secretariado Executivo Intermunicipal, acompanhar e monitorizar as tarefas desenvolvidas pelas restantes unidades

orgânicas da CIM, bem como auxiliar a execução de outras tarefas relacionadas com as competências atribuídas ao Secretariado Executivo Intermunicipal, um dos técnicos da estrutura da CIM Viseu Dão Lafões foi designado como chefe de equipa da referida unidade, atendendo ao trabalho já realizado pelo mesmo a este nível. De referir que, fazem também parte da Unidade de Apoio, Acompanhamento e Monitorização os chefes de equipa das restantes unidades orgânicas da CIM e um assistente técnico da Unidade de Gestão Administrativa e Financeira.

De referir, também, que se encontram a decorrer vários procedimentos para contratação de:

- Um técnico superior para a Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Catorze assistentes operacionais para a Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Um técnico superior para a Unidade de Gestão Administrativa e Financeira – Núcleo de Recursos Humanos, em regime de mobilidade;
- Um assistente técnico para a Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, em regime de mobilidade.

Dar, ainda, nota que, no âmbito de candidaturas ao Programa “Contrato de Emprego e Inserção +”, a CIM Viseu Dão Lafões dispõe de duas assistentes técnicas, que dão apoio à Unidade de Gestão Administrativa e Financeira e à Unidade de Mobilidade e Transportes, as quais iniciaram contrato em setembro de 2022 e janeiro de 2023.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste capítulo apresentam-se, de forma resumida, aquelas que foram as principais atividades desenvolvidas pela CIM Viseu Dão Lafões durante o ano de 2022, enquadrando-se as mesmas nas Opções do Plano e Orçamento aprovadas em sede de Assembleia Intermunicipal.

De realçar que a CIM, no âmbito da sua atuação, teve a preocupação de captar financiamento comunitário para o território, tendo estado atenta aos avisos de abertura de concurso que foram sendo publicados pelos vários Programas Operacionais do Portugal 2020, de forma a submeter, a financiamento, não só os projetos de investimento sinalizados e identificados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, mas, também, outros que demonstrem enquadramento nas políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial definidas para a região Viseu Dão Lafões.

Para além dos Programa Operacionais do Portugal 2020, a CIM Viseu Dão Lafões prestou, também, atenção aos avisos que iam sendo publicados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, de modo a identificar novas oportunidades de financiamento para o território, quer através de candidaturas apresentadas individualmente pela CIM ou pelos seus Municípios associados, quer através de candidaturas apresentadas em parceria com outros atores que trabalham no território Viseu Dão Lafões, e que contribuem para o seu desenvolvimento e competitividade.

Posto isto, em seguida apresentam-se, de forma resumida, as atividades desenvolvidas em cada Grande Opção do Plano.

4.1 Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna

Organização e gestão interna da CIM Viseu Dão Lafões

Tal como previsto no Plano de Atividades, a CIM Viseu Dão Lafões desenvolveu um conjunto de ações visando, fundamentalmente, a capacitação institucional e o reforço da componente de organização e gestão interna.

Neste sentido, foi adquirido imobilizado corpóreo, nomeadamente, equipamento informático, software e equipamento administrativo, por forma a dotar a Comunidade Intermunicipal dos meios necessários ao seu funcionamento, principalmente no que se refere à ocupação dos novos postos de trabalho.

Relativamente às bases onde se encontram instaladas as brigadas de sapadores florestais, nomeadamente, a Base das Lajes, em Sátão, a Base de Alva, em Castro Daire, e a Base de Canas de Santa Maria, em Tondela, a CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade aos contratos de comodato, celebrados com os respetivos Municípios, assegurando, assim, as condições necessárias para o funcionamento das referidas brigadas.

Quanto aos equipamentos necessários ao funcionamento das brigadas de sapadores florestais, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a dispor de seis viaturas apetrechadas com equipamento coletivo motomanual e manual, as quais foram entregues pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Floresta (ICNF), em regime de comodato.

No que respeita aos equipamentos de proteção individual a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2022, teve necessidade de adquirir mais algum equipamento, não só para equipar os novos sapadores florestais que integraram as brigadas, mas, também, para substituir algum equipamento já danificado.

No decurso do ano de 2022, destaca-se, também, a realização de duas reuniões ordinárias da Assembleia Intermunicipal, as quais, de acordo com a rotatividade definida em plenário anterior, tiveram lugar em Penalva do Castelo (28 de abril) e São Pedro do Sul (12 de dezembro).



Já o Conselho Intermunicipal, realizou, durante o ano de 2022, dezanove reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, em conformidade com o definido nos estatutos, tendo as mesmas decorrido de forma descentralizada pelos catorze municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões.



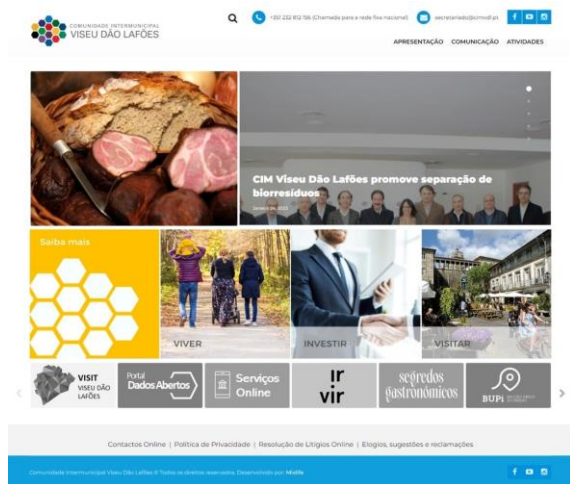
No que se refere ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, foi realizada uma reunião, no dia 4 de novembro, na Casa do Adro, em Viseu, destacando-se da ordem de trabalhos a análise do ponto de situação do processo de contratualização a celebrar pela CIM Viseu Dão Lafões no âmbito do

Quadro Financeiro Plurianual Portugal 2030, bem como a análise do ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal no âmbito da mobilidade e dos transportes e no âmbito da proteção civil intermunicipal e da defesa da floresta.

Promoção e divulgação

Conforme previsto no Plano de Atividades, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal continuou a apostar no reforço da promoção e divulgação da imagem da Comunidade Intermunicipal e da Região, tendo para o efeito desenvolvido um conjunto de ações que tiveram como objetivo intensificar e reforçar a identidade de Viseu Dão Lafões, quer no interior da Região quer no exterior, nomeadamente:

- i. Gestão e atualização da página institucional da CIM nas redes sociais com inclusão de notícias e informações sobre as atividades desenvolvidas e a desenvolver pela Comunidade Intermunicipal;
- ii. Gestão e atualização dos sites associados aos projetos desenvolvidos pela CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente, da Ecopista do Dão, do LIFE, do Valoriza-te, do Visit Viseu Dão Lafões, da Rede Cultural Viseu Dão Lafões, da Revista Beira Alta, do Centro Europe Direct, do Ir e Vir, do CRAFT, do Mapa dos Segredos e do +Igal;
- iii. Produção de material promocional da Comunidade Intermunicipal;
- iv. Publicação de newsletters digitais do “Centro Europe Direct”, com vista a divulgar as atividades realizadas;
- v. Elaboração e difusão de press releases sobre os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida, organização e divulgação de conferências de imprensa e assistência aos pedidos de informação de órgãos de comunicação social.



Revista Beira Alta

Publicada desde 1942, a Revista Beira Alta tem um âmbito temático diversificado, apresentando estudos e artigos de conceituados autores em diversas áreas do conhecimento tais como história, história da arte, etnografia, literatura, música, etc., numa abrangência geográfica alargada, que compreende todo o território da Beira Alta.



Para além disso, a Revista potencia o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento, não apenas na tessitura da região, mas também no quadro das relações com o resto do território nacional e/ou internacional, tendo vindo a assumir, ao longo dos anos, manifesta relevância na disponibilização de estudos relativos ao território da Beira Alta, motivando muitos investigadores ao desenvolvimento de trabalhos e pesquisas para integrarem esta publicação periódica.

Lançada em 1942 pela Junta da Província, a Revista transitou para a Junta Distrital de Viseu em 1960 e, posteriormente, em 1978, para a Assembleia Distrital de Viseu, e com a extinção desta última entidade, o projeto foi assumido, a partir de 2015, pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, enquadrado na transferência da Universalidade Jurídica Indivisível da Assembleia Distrital para este organismo intermunicipal.

Deste então, a Comunidade Intermunicipal, mantendo a identidade da Revista Beira Alta, tem vindo a apostar na valorização da mesma, tendo para o efeito criado um site (www.revistabeiraalta.pt),



destinado à divulgação, promoção e comercialização da Revista, a partir do qual é possível, entre outras capacidades, consultar a coleção de edições impressa, as sínteses dos seus artigos, e subscrever, adquirir edições ou conteúdos específicos.

Assim, no decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões para além de ter dado continuidade à dinamização e manutenção do site, procedeu à produção de vários volumes



da Revista Beira Alta, tendo realizado sessões para apresentações dos mesmos, nomeadamente no dia 5 de maio, na Casa do Adro em Viseu, onde foram dados a conhecer os volumes LXXVIII e LXXIX, no dia 19 de julho, na Igreja da Misericórdia, em Mangualde, onde foi divulgado o volume LXXX, e no dia 10 de novembro, no Museu Municipal de Vouzela, onde foi apresentado o volume LXXXI.

A sessão do dia 5 de maio serviu, ainda, para realizar uma conferência de imprensa de apresentação da “Programação 2022”, iniciativa que agregou, não só, as comemorações dos

80 anos da Revista Beira Alta e o centenário do nascimento do Dr. Alexandre Alves, mas também, a celebração dos 25 anos da Biblioteca Alexandre Alves, em Mangualde.

A sessão de abertura das referidas comemorações, desenvolvida em estreita colaboração entre a Revista Beira Alta, a Câmara Municipal de Mangualde, através da sua Biblioteca Municipal, e o Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, decorreu no dia 17 de maio, na Igreja de S. Julião, em Mangualde, e contou com intervenções do Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Marco Almeida; do Bispo de Viseu, D. António Luciano; e do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas.



Posteriormente a esta iniciativa, foram realizadas outras iniciativas valorativas da atividade desenvolvida por estas entidades, como por exemplo, a “Caminha de luz e som”, no dia 9 de julho, que consistiu na subida do



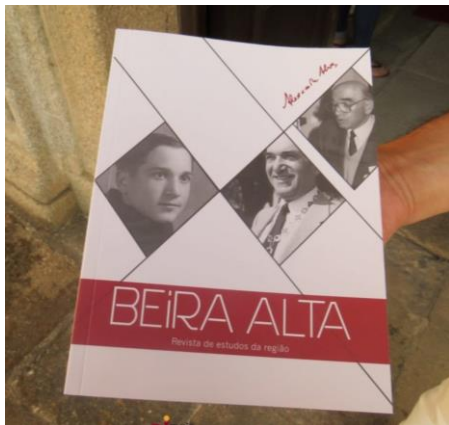
escadório da Nossa Senhora do Castelo, em Mangualde, seguida de uma visita orientada às capelas e à ermida; a apresentação da Revista Beira Alta, nomeadamente o número especial de homenagem a Alexandre Alves, no dia 19 de julho, na Igreja da Misericórdia, em Mangualde; uma visita orientada à Capela de Nossa Senhora de Cervães, em Mangualde, no

dia 17 de setembro; e uma cerimónia explicativa do percurso e da vida do historiador e investigador Alexandre Alves, que decorreu no dia 22 de outubro, no Convento de Santa Eufémia, em Ferreira de Aves, Sátão.

O momento alto das comemorações do centenário do nascimento do Dr. Alexandre Alves, ocorreu no dia 26 de novembro, com a inauguração da exposição “Traços de uma vida a investigar e a divulgar”, a qual contou com a participação do Presidente da Câmara Municipal de



Mangualde, Marco Almeida, do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e da Diretora da Revista Beira Alta, Fátima Eusébio.



Esta exposição que estará patente na Biblioteca Municipal de Mangualde até ao final do mês de março de 2023, e que, posteriormente, irá efetuar a itinerância pelos demais concelhos da CIM Viseu Dão Lafões, compreende a mostra de objetos e documentos que integram o espólio do Dr. Alexandre Alves e que são representativos do seu percurso biográfico e das dinâmicas do seu ofício como investigador.

Assim, estão expostas as suas sebatas de registo, cartas trocadas com outros investigadores nacionais e internacionais, verbetes, agendas pessoais, manuscritos de vários livros que publicou, algumas fotografias de diversas tipologias, condecorações e alguns objetos pessoais, e, em paralelo, são apresentados também catorze painéis, com a representação gráfica de publicações ou estudos realizados pelo Dr. Alexandre Alves, referentes a cada um dos catorze concelhos que integram a CIM Viseu Dão Lafões.

A inauguração desta exposição foi seguida de uma tertúlia, onde diversas personalidades que tiveram ligações de amizade e de trabalho com o Dr. Alexandre Alves, dialogaram e partilharam diversas vivências que tiveram com este investigador e historiador que deixou uma marca muito forte em Mangualde.

4.2 Modernizar a qualidade de serviço da administração local, a sua dimensão intermunicipal e reforçar a capacitação institucional e as redes de cooperação

Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões - Um Modelo, Catorze Municípios

Ao longo dos últimos anos, a área da modernização administrativa, mais concretamente a melhoria dos serviços públicos, tem sido uma das grandes apostas da CIM Viseu Dão Lafões e dos seus municípios associados, e para alcançar esse desígnio têm vindo a recorrer aos apoios dos Programas Comunitários.

Assim, e depois das candidaturas ao Programa Operacional Regional MaisCentro e ao COMPETE, no início do ano de 2022 foi concluída a candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, a qual representou um investimento elegível de 2,7 milhões de euros, correspondente a um fundo que rondou os 2,3 milhões de euros.

Esta candidatura permitiu continuar a consolidar a estratégia comum que foi traçada para a região Viseu Dão Lafões, ao nível da modernização administrativa, a qual visa dar resposta à necessidade de simplificar o relacionamento dos cidadãos e empresas na sua interação com os municípios, bem como à necessidade de aumentar a qualidade dos serviços públicos prestados numa lógica de eficiência, inovação e transparência, reduzindo custos públicos de contexto e promovendo o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação.

Nesse sentido, os investimentos realizados permitiram promover a simplificação administrativa, incluindo a administração eletrónica e a contínua modernização dos serviços públicos, numa lógica de inovação e homogeneidade de processos e operações entre municípios.

Desses investimentos, destacamos o **Portal do Município**, o qual veio modernizar e simplificar a interação entre as autarquias da CIM Viseu Dão Lafões, e os munícipes e empresas, ao disponibilizar serviços online 24 horas por dia, 7 dias por semana.



Esta ferramenta online, cujo lançamento foi concluído em 2022, para além de melhorar a transparência, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, contribuindo para a promoção do envolvimento dos cidadãos na gestão dos territórios, vem, também, promover a desmaterialização de processos em papel, à qual está associada uma preocupação ambiental, criando uma alternativa mais sustentável, eficiente e económica aos processos até agora submetidos exclusivamente em papel.



Assim, esta nova plataforma digital, que aposta no reforço da proximidade, propõe, entre outras valências, o acesso online aos serviços municipais e a possibilidade de



acompanhamento dos mesmos, merecendo destaque: a Faturação Eletrónica, o Construtor de Processos Urbanísticos, o Orçamento Participativo, o GeoPortal, a Participação de Anomalias, a Ação Social, a Educação, ou ainda, o Catálogo da Biblioteca Municipal.

De referir que estas soluções foram, também elas, implementadas no âmbito desta candidatura, às quais se juntaram soluções de disaster recovery e de business continuity, por forma a reforçar a capacidade de resiliência dos serviços dos centros de dados dos municípios, bem como um processo de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

No ano de 2022, foi, também, concluída a implementação e consequente disponibilização do **portal de dados abertos**, o qual tem como função agregar, referenciar e alojar informação de diferentes organismos e setores da administração pública, constituindo-se como o catálogo central de open data em Viseu Dão Lafões.



Com esta solução pretende-se agregar, num único canal, diversa informação do território Viseu Dão Lafões que se encontra dispersa, permitindo, assim, aos cidadãos, empresas, investigadores e programadores, encontrar um variado conjunto de dados agrupados em categorias como por exemplo: Hotelaria, Rede Educativa, Equipamentos Desportivos, Atividades Económicas, Social, entre outras.

Este portal, livre e gratuito de partilha de dados produzidos pelos municípios da região Viseu Dão Lafões e entidades parceiras, para além de funcionar enquanto serviço de alojamento e publicação de dados, tem por objetivo potenciar a participação dos cidadãos, incentivar a reutilização e partilha dos dados, estimular o empreendedorismo e a inovação, ao mesmo tempo que possibilita o desenvolvimento de novos fluxos de trabalho, bem como, a criação de redes de utilizadores técnicos com objetivos comuns, os quais beneficiarão da partilha de conhecimento e informação.

De referir que o portal de dados abertos, ao fazer uso das novas tecnologias de informação e comunicação, vem alavancar a partilha e geração de conhecimento para promover uma melhor administração do território e gestão de infraestruturas.

O encerramento da candidatura foi assinalado com a realização do **Seminário “Modernização e Inovação na região Viseu Dão Lafões”**, que decorreu no dia 27 de janeiro de 2022, no Auditório do Balneário Rainha Dona Amélia, em São Pedro do Sul.

Sob o mote da transformação digital e inovação dos serviços públicos e do estímulo à participação e inclusão dos cidadãos, esta iniciativa pretendeu dar uma perspetiva de como uma estratégia adequada, suportada pelas melhores soluções, pode ser utilizada para promover o envolvimento dos cidadãos na gestão dos territórios e simplificar a sua relação com as autarquias.

Neste seminário foram apresentadas diversas iniciativas de mudança, inovação e transformação digital realizadas nos municípios da região Viseu Dão Lafões, sob os temas “Ourcity: Potenciar a Gestão Pública de proximidade com o cidadão”, a “Transformação Digital no Urbanismo”, o “Portal do Município de São Pedro do Sul”, ou, ainda, “Transformação digital das cidades e regiões inteligentes”.

Entre outros oradores, este simpósio contou com intervenções do Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Vítor Figueiredo; do Vogal do Conselho Diretivo da AMA, Paulo Mauritti; do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas; do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho; e, ainda, do Professor da Nova Information Management School, Miguel Castro Neto.



Muito embora o financiamento da candidatura “Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões – Um Modelo, Catorze Municípios” tenha terminado, ao longo do resto do ano de 2022, a Comunidade Intermunicipal continuou a trabalhar em estreita articulação com os seus municípios, apoiando-os na consolidação dos investimentos realizados, e na implementação de medidas que permitam fomentar a inovação, proximidade, simplificação e modernização administrativa autárquica.

Nesse sentido, foi dada continuidade à implementação e robustecimento do **Centro de Competências e Gestão de Vias da CIM Viseu Dão Lafões (CCGV)**, o qual permite um melhor planeamento e tomada de decisão sobre os investimentos a realizar na manutenção e conservação da rede viária municipal, designadamente sobre os pavimentos rodoviários, quer em termos preventivos quer corretivos.

Nesse âmbito, a CIM Viseu Dão Lafões realizou, no dia 26 de abril de 2022, na Casa do Adro, em Viseu, uma reunião de trabalho com os técnicos, responsáveis pelas divisões de vias, e membros dos



executivos municipais do território de Viseu Dão Lafões, a qual teve como objetivo programar o início da segunda campanha de diagnóstico à rede rodoviária intermunicipal.

De referir que este trabalho, irá contribuir, de uma forma exaustiva e rigorosa, para o aprofundamento do conhecimento sobre a rede rodoviária da região e para a aplicação das melhores referências e metodologias de gestão preventiva, eficaz e eficiente da rede rodoviária, e, assim, contribuir para assegurar a longevidade e segurança das infraestruturas sob gestão municipal.

Dar nota que, atendendo à importância desta solução tecnológica, desenvolvida com recurso à inteligência artificial, a mesma foi dada a conhecer internacionalmente pela CIM Viseu Dão Lafões, no dia 17 de novembro de 2022, no Smart City Expo World Congress, em Barcelona.



No ano de 2022, a Comunidade Intermunicipal prosseguiu, ainda, com os trabalhos ao nível da caracterização e partilha de informação sobre o território, através do **SIG à escala intermunicipal – Portal Geográfico Viseu Dão Lafões**, que integra todos os sistemas de informação



geográfica municipais, continuando a disponibilizar um conjunto alargado de ferramentas de exploração de informação cartográfica supramunicipal sobre temas essenciais para a gestão do território.

De referir que esta plataforma comum para os Municípios, ajuda a melhorar a capacidade de organização e resposta municipal, contribuindo para a melhoria das competências da região e fomentando a cooperação territorial.

Para além disso a Comunidade Intermunicipal continuou, no decurso do ano de 2022, a apostar na dinamização da **Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões**, que se encontra ao serviço quer dos seus municípios, quer de algumas



Instituições Particulares de Solidariedade Social e corporações de bombeiros, e que permite a geração de poupanças económicas e processuais nas adjudicações efetuadas ao abrigo dos acordos quadro implementados, no âmbito da referida Central de Compras, dos quais se destacam, a aquisição de combustíveis rodoviários, gás, refeições escolares, eletricidade, entre outros.

Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local

Atendendo a que a capacitação dos técnicos e das organizações autárquicas contribui diretamente para a modernização administrativa e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, a CIM Viseu Dão Lafões não tem descurado este vetor, e nesse sentido, apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, no âmbito da prioridade de investimento 11.1 – Investimentos nas Capacidades Institucionais, a qual visa apoiar a formação dos trabalhadores em funções públicas.

Assim, e no seguimento da aprovação da candidatura, a CIM Viseu Dão Lafões lançou o procedimento concursal para a aquisição de serviços para a implementação deste projeto de formação, o qual pretende contribuir para a transformação digital da Administração Pública, visando a redução dos custos de contexto e a qualificação da prestação do serviço público, induzindo uma melhoria do seu desempenho e da sua capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos e das empresas, promovendo alterações no relacionamento com os cidadãos e

com as empresas e outras organizações sociais, nos processos operacionais e no modelo de oferta de bens e serviços públicos.



A implementação deste projeto formativo, ao qual está associado um investimento de aproximadamente 335 mil euros, foi iniciado a 22 de março de 2022, com a realização da primeira formação intitulada

“Atendimento de excelência inovador e esclarecedor das novas soluções: Técnicas de atendimento Online; Telefónico; Técnicas de atendimento presencial”, a qual decorreu em formato online.

Depois de redefinidas as áreas formativas prioritárias, a capacitação dos detentores de cargos públicos, dirigentes, e demais colaboradores da Administração Pública Local foi reiniciada no passado mês de janeiro, com o propósito de melhorar a eficácia e a eficiência dos serviços, nomeadamente por via da simplificação dos regulamentos e dos processos internos e pela implementação de novos modelos organizativos, nomeadamente no contexto das novas competências associadas ao processo de descentralização.



Em termos genéricos, este projeto formativo, que está a decorrer nas instalações da Comunidade Intermunicipal e dos seus municípios associados, por forma a promover, também, a economia local e a promoção do território por via da circulação dos formandos entre os vários municípios, dará suporte à concretização dos seguintes objetivos:

- A desmaterialização e/ou prestação digital de serviços públicos de forma integrada e desmaterializada;
- Desenvolvimento e integração dos sistemas e infraestruturas tecnológicas de suporte aos novos modelos de atendimento;

- Reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos, internos e externos à Administração Pública Local, que promovam ganhos de eficácia e eficiência que melhorem a interação da administração com cidadãos e empresas;
- Implementação de mecanismos que assegurem a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Administração Pública Local, intermunicipal e central;
- Fomento da utilização de plataformas transversais de suporte à prestação de serviços eletrónicos;
- Consolidação de mecanismos de identificação, autenticação e assinatura eletrónicas;
- Implementação de iniciativas integradas de racionalização das TIC na Administração Pública Local com impacto, nomeadamente, ao nível da redução dos custos.

Implementação de Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões

Um dos pilares do Programa Nacional de Reformas, é a valorização do território, a qual deverá promover, simultaneamente, o aproveitamento dos recursos endógenos de cada território, a utilização eficiente dos recursos, a sustentabilidade ambiental e a coesão e resiliência dos territórios.

No entanto, uma das componentes dessa valorização refere-se à gestão e ao ordenamento florestal, à titularidade da propriedade florestal e à defesa da floresta, nas vertentes de prevenção e de combate a incêndios.

Nesse âmbito, o Programa Nacional para a Coesão Territorial propôs uma medida destinada à georreferenciação de prédios rústicos, visando a conceção e operacionalização de uma solução técnica que permitisse a georreferenciação dos limites de propriedade rústica a implementar nos municípios onde não existe cadastro geométrico de propriedade rústica ou cadastral predial (SINERrGIC), tendo apontado os territórios do interior e as áreas aridas nos últimos cinco anos como prioritárias em matéria de implementação.

Posto isto, e não dispondo os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões de cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastral predial em vigor, e tendo os mesmos delegado essas competências na Comunidade Intermunicipal, foi apresentada uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, tendo em vista a implementação de um sistema de informação cadastral simplificado, a qual foi objeto de aprovação em maio de 2021.



Com um investimento de 2.303.253,68€ participado a uma taxa de financiamento de 85%, esta candidatura irá permitir a qualificação da prestação do serviço público, induzindo uma melhoria do seu desempenho e da sua capacidade de resposta às necessidades do cidadão e das empresas, promovendo alterações no relacionamento com os cidadãos e as empresas, na transformação dos processos operacionais, e no modelo e na oferta de bens e serviços públicos.

No decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade à implementação desta candidatura, através da qual foi proposta a representação gráfica georreferenciada de 464.563 matrizes, correspondente a mais de 40% dos prédios inscritos na matriz rústica do território Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, os balcões de atendimento especializados BUPi, em funcionamento desde junho de 2021, nos 14 municípios que constituem a CIM Viseu Dão Lafões, prosseguiram com o trabalho associado ao registo e georreferenciação de propriedades, aos quais foram, entretanto, adicionados 18 balcões de atendimento itinerante, associados a 18 equipas móveis de cadastro, constituídas por 2 técnicos habilitados, que, freguesia a freguesia, percorrem todo o território, garantindo o acesso de todos ao registo de propriedades.



Dos 18 balcões de atendimento, 3 estão destinados ao concelho de Viseu, já os concelhos de Tondela e Castro Daire acolhem 2 balcões cada, e cada um dos restantes municípios conta com 1 balcão exclusivamente dedicado ao seu território.

A ativação destas equipas móveis de cadastro e a entrega de viaturas e de equipamentos às mesmas decorreu no dia 25 de janeiro de 2022, numa cerimónia realizada no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, que contou com as intervenções do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, e da Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Isabel Damasceno.



Para além da entrega de viaturas (uma por equipa) e do equipamento de trabalho às 18 equipas móveis de cadastro, nesta sessão, foi, ainda, realizado um ponto de situação do Projeto BUPI, pelo Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho.

De referir que previamente ao início de funções por parte destes técnicos habilitados, a CIM Viseu Dão Lafões realizou uma reunião de trabalho com os mesmos, a qual teve como objetivo apresentar o projeto, divulgar informações sobre a metodologia de governança do projeto, entre outras informações consideradas relevantes para o início da atividade destes novos elementos, e promoveu uma sessão de formação na plataforma de gestão e monitorização do projeto BUPI, habilitando, assim, os técnicos contratados a operar com a mesma.

Após a fase inicial de enquadramento e capacitação, estas equipas móveis de cadastro têm vindo a realizar por cada uma das freguesias dos respetivos municípios ações de sensibilização e esclarecimento junto das populações e proprietários, para a importância de efetuarem o registo dos seus terrenos, protegendo o que é seu, seguindo-se, posteriormente, a itinerância dos balcões no auxílio ao respetivo registo dos mesmo.

Com este processo foram criadas as condições necessárias à progressiva elaboração do Cadastro da Propriedade Rústica da região, podendo qualquer cidadão ou entidade, com o apoio dos balcões de atendimento e/ou das equipas móveis, registar os seus terrenos rústicos e mistos de forma gratuita e simples.

Dar nota que no decurso do ano de 2022, e por forma a monitorizar o número de processos de Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) já finalizados, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a promover, mensalmente, reuniões com os gestores municipais do projeto, nas quais



para além de ser efetuado o balanço dos trabalhos desenvolvidos até ao momento, são, também, apresentados os indicadores da candidatura, e realizada a avaliação geral do projeto.



Para além destas reuniões, destacamos, também, a reunião de trabalho realizada, no dia 15 de junho, com as Conservatórias de Registo Predial da região Viseu Dão Lafões, a qual teve como objetivo articular e uniformizar os procedimentos desenvolvidos no âmbito do projeto BUI. Nesta sessão estiveram presentes, entre outros, a Equipa de Coordenação e os Gestores Municipais do projeto da CIM Viseu Dão Lafões, os responsáveis da Estrutura de Missão para a Expansão do Cadastro Simplificado (eBUI), bem como o Instituto dos Registos e do Notariado.



No âmbito deste projeto, dar ainda nota que, no dia 28 de setembro, a Estrutura de Missão – eBUI, em parceria com a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, promoveu a sexta edição do BUI Envolve, a qual teve lugar no Auditório Municipal Carlos Parede, em Vila Nova de Paiva.

Esta sessão, que teve por objetivo aumentar a proximidade com a comunidade e com os técnicos habilitados que trabalham, diariamente, com a plataforma Balcão Único do Prédio (BUI), bem como esclarecer temas relevantes e dúvidas mais comuns, contou com intervenções do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, Paulo Teixeira Marques, do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e da Coordenadora da eBUI, Carla Mendonça.



De referir que o território da CIM Viseu Dão Lafões é o que tem, atualmente, o maior número de RGG finalizadas a nível nacional, facto que demonstra o empenho e o trabalho que tem vindo a ser realizado pelos técnicos habilitados da região, em conjunto com os técnicos habilitados dos municípios e com os 14 gestores municipais deste projeto.

Atendendo à importância e aos benefícios que a implementação do Cadastro da Propriedade Rústica tem para os municípios da CIM Viseu Dão Lafões, uma vez que a informação georreferenciada pode ser utilizada nas mais diversas áreas: ordenamento do território e gestão local; prestações de serviços municipais; obras públicas; ambiente, proteção civil e prevenção dos incêndios; desenvolvimento da floresta e da agricultura; gestão e estruturação fundiária; justiça, notariado e fiscalidade; e cidadania, a candidatura compreende, também, uma componente associada à capacitação dos técnicos municipais, para que estes possam dar continuidade à georreferenciação dos prédios, após a conclusão do financiamento, assegurando, assim, que a longo prazo, a quase totalidade do território esteja devidamente cadastrada neste sistema.

Dar nota que este sistema, através do qual todas as comunicações e procedimentos serão tratados, está baseado numa plataforma informática, disponível online, que integra os sistemas de informação da Direção-Geral do Território (DGT), do Instituto de Registos e do Notariado (iRN), da Autoridade Tributária (AT), do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), e do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Plataforma de Cooperação Institucional

Conforme é sabido, aquando da elaboração da Estratégia Viseu Dão Lafões 2020, a Comunidade Intermunicipal considerou de extrema relevância estabelecer um compromisso alargado entre entidades de natureza pública, privada e associativa, corporizado numa eficaz

cooperação de vontades e de competências, tendo em vista a construção e operacionalização de projetos coerentes e relevantes, que fossem capazes de dar resposta aos desafios de desenvolvimento e à aplicação eficiente dos fundos nacionais e comunitários.

Nesse sentido, foi estabelecido um modelo de governança, para implementar a estratégia consagrada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões, tendo para o feito sido criada, pela Comunidade Intermunicipal, uma Plataforma de Cooperação Institucional organizada em redes, a saber:

- Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo;
- Rede Qualificação e Mercado de Trabalho;
- Rede Educação;
- Rede Coesão Social.

Estas redes constituídas por diversos atores regionais, em cada uma das áreas, de entre os quais se destacam as Associações Empresariais, ADL's (Associações de Desenvolvimento Local), CDSS (Centro Distrital de Segurança Social), IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), IPSS's (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ARS do Centro (Administração Regional de Saúde do Centro), Instituições do Ensino Superior da região, entre outros, trabalharam, durante o ano de 2022 e nos anos anteriores, de forma articulada, em prol do desenvolvimento da região, tendo contribuído para o sucesso de muitos dos projetos desenvolvidos, no quadro comunitário que está prestes a encerrar.

Com este trabalho cooperativo foi possível assegurar a relevância de um conjunto de projetos intermunicipais e municipais, que foram implementados ou que, ainda, se encontram em implementação, ao nível dos domínios de intervenção do emprego, do empreendedorismo, da empregabilidade, da qualificação e educação e do desenvolvimento e inclusão social.

Para além disso, as referidas redes têm vindo a ter um papel ativo na preparação do próximo quadro comunitário, tendo participado em vários workshops temáticos realizados no âmbito da revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2020, e dado contributos e ideias que foram tidos em consideração na elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2030.

De referir que, atendendo aos eixos de intervenção que foram definidos na Estratégia de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2030, a Comunidade Intermunicipal está a estudar a eventual necessidade de reestruturar/redefinir as referidas redes, e incluir mais entidades nesta plataforma organizada em rede, por forma a que a mesma possa albergar representantes de todas as áreas prioritárias definidas para o nosso território, neste novo período de programação comunitário.

Delegação de Competências da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais

O XXI Governo Constitucional contemplou no seu programa o reforço das competências das autarquias locais, bem como das suas estruturas associativas, as entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização e subsidiariedade, tendo, assim, em conta o melhor interesse dos cidadãos e das empresas que procuram, da parte da administração pública, uma resposta ágil e adequada.

Este reforço da autonomia local previu, não só, a descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, mas, também, a possibilidade de se proceder à redistribuição de competências entre a administração autárquica, fortalecendo o papel das autarquias locais.

Nesse sentido, e conforme é sabido, desde o final do ano de 2018 até agosto de 2020, em resultado da publicação de diversos diplomas legais de âmbito setorial, foi desencadeado um processo de transferência de competências para as entidades intermunicipais, em vários domínios, nomeadamente, da promoção turística, dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, da justiça, da participação na definição da rede dos quartéis de bombeiros, da educação, da saúde, do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, e da ação social.

O exercício das competências supra elencadas foram aceites pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em reuniões realizadas a 23 de janeiro de 2019, 14 de fevereiro de 2019 e 8 de setembro de 2020, com exceção das competências relativas ao domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis, cujo exercício das mesmas não foi aceite pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, e pela Assembleia Intermunicipal, em reuniões realizadas a 8 de julho e a 25 de novembro de 2019.

No entanto, é de salientar que a aceitação destas competências por parte da CIM Viseu Dão teve em consideração todo o trabalho que, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser realizado nestas áreas. Assim, e de uma forma sucinta, destacamos, em cada uma delas, o seguinte:

Promoção turística

Destaca-se o trabalho realizado ao nível da promoção e atratividade do território, através do desenvolvimento de uma estratégia integrada no domínio do turismo de natureza e dos produtos turísticos integrados de base intermunicipal, em articulação estratégica e operacional com a Turismo Centro de Portugal e com os vários agentes do setor, a qual se tem materializado por via da execução de vários projetos. Salienta-se, também, o trabalho concertado no desenvolvimento de uma dinâmica turística e económica que integre de forma coerente a hotelaria, a restauração, o turismo de saúde e de bem-estar, o turismo de natureza, as tradições, o turismo cultural e ambiental, bem como a aposta nos eventos ligados aos recursos territoriais. Todo este trabalho, encontra-se descrito, de forma mais pormenorizada

no ponto “Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal /Marca Viseu Dão Lafões” deste documento.

Captação de investimento

O processo de elaboração da estratégia e do programa de ação para a prossecução da estratégia no domínio da competitividade e captação de investimento, foi concluído em setembro de 2021, com a aprovação do referido documento pelo Conselho Intermunicipal. De referir que, este processo contou com a participação dos principais atores da região, nomeadamente, municípios, associações culturais e de desenvolvimento regional, associações empresariais, instituições do ensino superior, incubadoras de empresas, agências e autoridades públicas, e empresas da região. Este processo encontra-se mais detalhado no ponto “Programa de Captação de Investimento” deste documento.

Educação e formação

Salienta-se a implementação do projeto de promoção do sucesso educativo em Viseu Dão Lafões, a definição da rede de cursos profissionais, e o reforço do conhecimento sobre as necessidades de competências e de formação para o tecido empregador da região, os quais foram definidos e consensualizados no seio da Rede da Educação e da Rede da Qualificação e Mercado de Trabalho. Todo este trabalho, encontra-se descrito, de forma mais pormenorizada no ponto “Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso educativo” deste documento.

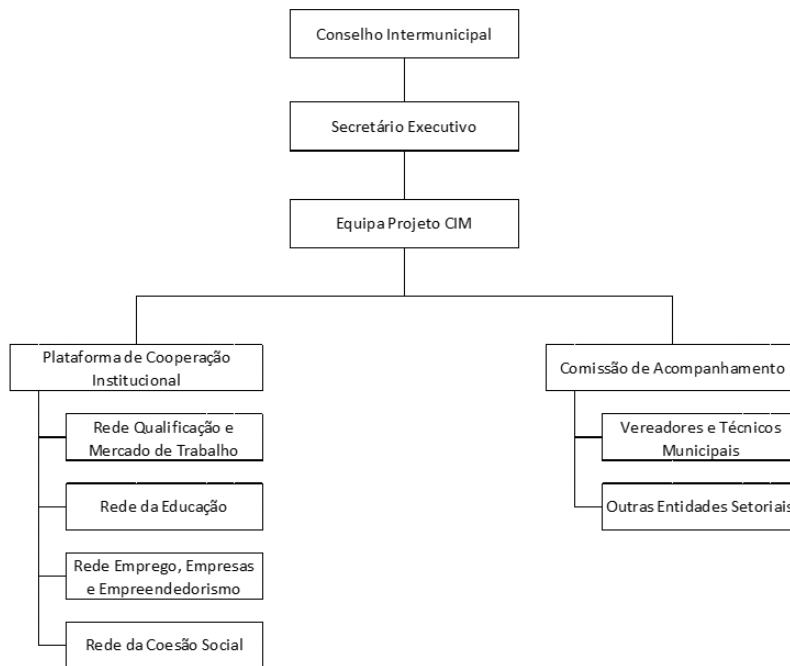
Proteção civil

Destaca-se o trabalho realizado pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal e pelas Brigadas de Sapadores Florestais, bem como a implementação de vários projetos na área da proteção civil e da defesa da floresta contra incêndios (ex: Plataforma de Emergência e Proteção Civil, Sistema Integrado de Videovigilância, Life Landscape Fire, entre outros), os quais são articulados com os vários agentes do setor (ANEPC, ICNF, GNR, Exército, entre outros). Todo este trabalho encontra-se descrito, de forma mais pormenorizada no ponto “Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos” deste documento.

Inclusão social

Destaca-se o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por todos os parceiros que constituem a Rede da Coesão Social, no âmbito da estruturação e definição de estratégias no domínio da inclusão social, bem como, a assinatura, no dia 16 de janeiro de 2019, do “Compromisso pela Coesão Social em Viseu Dão Lafões”, por parte dos referidos parceiros, o qual se encontra mais detalhado no ponto “Promover a coesão social, o desenvolvimento do terceiro setor e o envelhecimento ativo” deste documento.

Dar nota que, para o exercício das competências que lhe foram delegadas, a CIM Viseu Dão Lafões conta com a participação dos seus municípios e de todos os atores locais e regionais dos vários domínios temáticos, de acordo com o seguinte modelo de governança:



Centro de Informação Europe Direct

Os Centros de Informação Europe Direct (CIED) têm por missão construir um diálogo pró-ativo e contínuo com os cidadãos, através de atividades informativas e participativas, para promover o projeto europeu e para aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre os benefícios que a União Europeia lhes traz para o quotidiano, ajudando-os a fazer escolhas acertadas, e permitindo identificar os aspetos das políticas da União Europeia que são importantes ao nível local, adaptando as iniciativas para responder às necessidades e anseios específicos das regiões.

Atualmente, a rede de CIED é bastante ampla, contando com cerca de 440 centros em 28 países da União Europeia, dos quais faz parte o Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões, em funcionamento, desde maio de 2021, na Casa do Adro, em Viseu.

A criação do CIED Viseu Dão Lafões foi concretizada através da celebração de uma relação de parceria com a

Comissão e com o Parlamento Europeu, estabelecida com a assinatura de uma convenção-quadro com uma duração de 4 anos (2021-2025), durante o qual, para além do apoio financeiro necessário à operação e funcionamento do espaço Europe Direct de funcionamento



permanente, a Comissão e o Parlamento fornecem informações oportunas sobre questões da atualidade da União Europeia, formação, publicações e oportunidades de trabalho em rede.

Nesse sentido, e estando em vigor a convenção quadro, no decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões, em estreita colaboração com a Representação da Comissão e com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, continuou a assegurar o funcionamento do CIED, que agrega a região de Viseu e a região de Aveiro, assegurando as 5 funções chave que lhe estão cometidas, a saber:

- Desenvolver atividades de informação e de envolvimento dos cidadãos, através da organização de eventos, seminários, diálogos, e outras formas de interação;
- Estabelecer relações com os meios de comunicação social e outros multiplicadores de informação, para veículo de informações e conteúdos relevantes sobre as políticas e as prioridades da União Europeia;
- Gerir informação sobre políticas e projetos da União Europeia, atuando sempre que se verifique inexatidão ou que esteja em causa a deturpação, na opinião pública, do seu verdadeiro sentido e objetivos;
- Colaborar com as escolas da região na divulgação de material didático relacionado com a União Europeia, participando em atividades escolares e na formação de professores;
- Promover uma rede regional de redes, através de contactos regulares com outras redes com operação na região, proporcionando um serviço ao cidadão mais simples e melhor e uma maior cobertura de todo o território da CIM.

Assim, e de entre as ações realizadas no ano de 2022, destaca-se a itinerância da exposição “Economia Europeia”, desenvolvida por estudantes da Licenciatura de Economia da Universidade de Aveiro, e que conduziu os visitantes através de um roteiro onde marcaram presença os grandes temas e desafios com que o projeto de construção europeia se depara, nomeadamente a "Bazuca Europeia", a "Neutralidade Carbónica", a "Transição Climática", entre outros.

A sessão de abertura desta exposição decorreu no dia 11 de janeiro, no Centro de Documentação Europeia de Aveiro, onde a mesma permaneceu até ao dia 28 de fevereiro, e posteriormente foi iniciada a itinerância da exposição por algumas bibliotecas do território,



nomeadamente, Biblioteca Municipal de Mangualde (de 22 a 26 de março), Biblioteca Municipal de Carregal do Sal (de 28 de março a 1 de abril), Biblioteca Municipal de Santa Comba Dão (de 4 a 8 de abril), Biblioteca Municipal de Oliveira de Frades (de 11 a 15 de abril),

Biblioteca Municipal de São Pedro do Sul (de 19 a 22 de abril), e Biblioteca Municipal de Aguiar da Beira (de 26 de abril a 6 de maio).



Outra iniciativa levada a cabo pelo Centro Europe Direct foi o programa “UEscolas”, o qual visou promover, junto dos professores e alunos do 3º ciclo, a educação para a história e dinâmicas europeias, procurando contribuir para fomentar o interesse pelo conhecimento das diferentes culturas dos Estados Membros da União Europeia.

Este programa foi iniciado no dia 17 de fevereiro de 2022, com a realização do “Workshop para Professores”, que teve como objetivo sensibilizar os professores para a importância de abordarem os principais temas



européus em contexto educativo, tendo para o efeito sido disponibilizados conteúdos e recursos didáticos úteis para a preparação de atividades curriculares dedicadas a esses temas. Posteriormente, entre os dias 21 de fevereiro e 4 de março, e em regime de itinerância, os jogos “UE É Que Sei” levaram de forma apelativa os assuntos europeus às escolas do território.

O Centro Europe Direct não quis deixar de assinalar o Dia da Europa, comemorado no dia 9 de maio, e nesse sentido promoveu um conjunto de atividades de cariz europeu, de entre as

quais se destacam, o hastear da bandeira da União Europeia, a realização dos debates “A importância da participação ativa dos jovens nos assuntos Europeus” e “Cidadania Europeia”, a inauguração da Exposição – Cartazes | Revista Europeia na Universidade de Aveiro, e a disponibilização de materiais sobre a Europa às Escolas e Agrupamentos de Escolas de Viseu Dão Lafões.



Outras das iniciativas realizadas, em parceria com a Universidade de Aveiro, foi a “Next Generation: YOU!”, a qual compreendeu, a realização, no dia 23 de maio, de um workshop que envolveu a discussão de temas como a economia circular como caminho europeu, a futura PAC e o combate às alterações climáticas, o papel das cidades verdes numa Europa verde, as cidades e resiliência climática, o cidadão no centro do mercado de energia e a democratização da energia, e no dia 24 de maio, a realização de uma conferência com o tema “Pacto Ecológico Europeu e os caminhos para uma EU mais verde”.

No ano de 2022, destaca-se, ainda, a realização da IX Edição do Concurso Universitário “Simulação do Parlamento Europeu”, nos dias 6 e 7 de junho, na Universidade de Aveiro, a qual visou colocar os estudantes de Economia, desta instituição de ensino superior, e a comunidade académica em geral, a discutir assuntos relevantes para a UE e, consequentemente, para o nosso país.

Neste evento, onde foram debatidas e apresentadas as propostas dos alunos, os oradores convidados tiveram, também, a oportunidade para efetuarem intervenções temáticas, assim, a



investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais, Diana Soller, falou sobre o “Impacto da guerra Ucrânia vs Rússia”, os professores e investigadores da Universidade Fernando Pessoa, Ana Campina e Carlos Rodrigues, abordaram a “Crise migratória na Europa”, e o Fundador da GOVWISE, João Teixeira, falou sobre a “Transição para a moeda digital na EU2”.

O Centro Europe Direct promoveu, também, no dia 28 de julho de 2022, uma ação simbólica pelo centro histórico da cidade de Viseu, através da qual distribuiu perto de duas centenas de “Bolas de Bruxelas”, que é como quem diz Bolas de Berlim, acompanhadas por informação fidedigna que pretendeu desmistificar as conceções que existem na sociedade portuguesa sobre a União Europeia.



No âmbito da iniciativa de Educação de Adultos “#SMALL 2022, Setembro Mês da Alfabetização e das Literacias” e do Dia Europeu das Línguas, o Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões, em parceria com a Junta de Freguesia de Viseu, dinamizou, no dia 26 de setembro, na Casa do Adro, uma ação informal de sensibilização em Literacia Europeia “Sénior +60”, a qual teve como objetivo esclarecer, de um forma lúdica e inclusiva, a população sénior sobre o funcionamento europeu, dando, assim, importância à aprendizagem ao longo da vida.

No âmbito das atividades do Centro Europe Direct, destacamos, ainda, a realização da 1ª edição do “Bootcamp Grow EU”, nos dias 9 e 10 de outubro, que reuniu alunos do ensino superior de Aveiro e Viseu, fruto de uma parceria com a Universidade de Aveiro e o Instituto Politécnico de Viseu.

A sessão de abertura deste Bootcamp, onde os estudantes tiveram a oportunidade de refletir em conjunto sobre as prioridades e políticas europeias e dialogar sobre o futuro do projeto europeu, contou com a presença do Reitor da Universidade de Aveiro, Paulo Jorge Ferreira, e do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho.



Assim, no primeiro dia os alunos tiveram a oportunidade de contactar com projetos de investigação desenvolvidos na Universidade de Aveiro e financiados pelo Programa Erasmus, e participaram num webinar sobre projetos “We-Europeans” (Sessão Nacional e Sessão Europeia) e num escape room “Populismo e Cidadania Europeia”.

O segundo dia arrancou com um peddy-paper pela cidade de Aveiro, e, posteriormente, os alunos marcaram presença em sessões dedicadas aos temas: "Os jovens e o mercado de trabalho europeu", "O Pacto Ecológico Europeu" e "Projeto O'Bias".



No âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, o Centro Europe Direct desafiou cinco personalidades a refletir sobre o futuro que desejam para a União Europeia. Assim, o Professor Doutor Pedro Baila Antunes abordou o tema das “Alterações Climáticas e Ambiente”, o Dr. João Cotta falou sobre “Economia Europeia”, o Professor Dr. Filipe Caldeira ocupou-se da temática “Transformação Digital”, o Dr. Fernando Ruas efetuou a sua intervenção sobre a “Democracia Europeia”, e o Dr. José Miguel Sousa falou sobre a “Educação na União Europeia”.

No âmbito dos serviços específicos direcionados para a comunidade escolar que são assegurados pelo Europe Direct Viseu Dão Lafões, dar ainda nota que, este centro, recebeu, durante o ano de 2022, visitas por parte de alunos das escolas do território, os quais para além de visitarem o centro, tiveram a oportunidade de trocar ideias sobre a importância de fazer parte do projeto europeu e sobre os valores comuns da União Europeia, bem como de assistir a apresentações sobre Cidadania Europeia, Juventude Europeia, entre outras temáticas.

Para além disso, no decurso do ano de 2022, continuou a ser assegurada a manutenção do site do Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões (www.europedirect.cimvdl.pt), e foram publicitados na imprensa escrita regional vários artigos sobre as atividades desenvolvidas.

Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões

A promoção das literacias, incluindo a digital, a inclusão social e o conhecimento em todas as áreas do saber, são áreas cada vez mais importantes, no mundo globalizado em que vivemos e onde é essencial contribuir para a informação e formação de cidadãos, desenvolvendo competências de literacias capazes de tomarem decisões informadas e com consciência cívica.



Perante isto, nos últimos, tempos, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) tem vindo a incentivar a criação e o desenvolvimento de redes de bibliotecas de âmbito regional junto das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, para ir ao encontro das atuais necessidades reais das comunidades, através do apoio à criação e requalificação

de um conjunto diversificado de competências, recursos e serviços que evidenciem a relevância das Bibliotecas Públicas.

Nesse seguimento, foi assinado um acordo de cooperação, entre a CIM Viseu Dão Lafões, os catorze municípios que a integram e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), para a constituição da Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões (RIBVDL), o qual sustenta o trabalho cooperativo que tem vindo a ser desenvolvido desde então, para criar, melhorar e potenciar as funções sociais e culturais que uma biblioteca pública deve providenciar à sua comunidade e a todos os cidadãos que a visitam.

No ano de 2022, foi dada continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado, tendo o grupo de trabalho, constituído por representantes das 14 bibliotecas municipais do território e por elementos da DGLAB, realizado seis reuniões de trabalho online, nomeadamente, nos 20 de janeiro, 10 de março, 28 de



abril, 19 de maio, 15 de setembro e 27 de outubro, nas quais foram criados subgrupos de trabalho para a gestão das redes sociais, para o tratamento documental, e para a identificação de oportunidades de candidaturas, analisadas e discutidas questões associadas à exposição itinerante “Viseu Dão Lafões: o que nos identifica”, à candidatura ao Programa PADES, à formação dos técnicos da RIBVDL, à participação da RIBVDL no II Encontro da RIB, ao plano de atividades para o ano de 2023, entre outros assuntos.

Dar, ainda, nota que em setembro de 2022, foi publicada pelo PRR a orientação técnica n.º 12/C04-i01/2022, a qual irá permitir assegurar o financiamento de alguns investimentos essenciais para as bibliotecas do território, nomeadamente, a criação de um catálogo coletivo (agregador de catálogos), a renovação de equipamentos informáticos disponíveis ao público para acesso à internet e a disponibilização de sistemas de informação de biblioteca aos municípios que não possuem software de gestão de bibliotecas ou com software inoperacional, sendo que os mesmos serão executados quer pela CIM Viseu Dão Lafões, enquanto responsável pela gestão das Bibliotecas Públicas Municipais pertencentes à RIBVDL, quer pelos Municípios.

De referir que, o objetivo da RIBVDL é fomentar a cooperação entre as Bibliotecas Públicas Municipais do território, promovendo a partilha e utilização de recursos e serviços comuns, e contribuir, através da prestação de serviços qualificados e de proximidade, para o desenvolvimento de diferentes literacias, incluindo a digital.

4.3 Incrementar a capacidade competitiva e o desenvolvimento da região

Requalificação da Estrada Municipal 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo

Conforme é sabido, os Municípios de Mangualde e de Penalva do Castelo, através da assinatura de um contrato interadministrativo, a 12 de janeiro de 2017, delegaram na CIM Viseu Dão Lafões a requalificação da Estrada Municipal 604 que liga a EN329-1 freguesia de Germil, no Concelho de Penalva do Castelo.

A requalificação deste troço, ao beneficiar os residentes do concelho de Mangualde mas, fundamentalmente, a população residente na aldeia de Germil e áreas adjacentes no concelho de Penalva do Castelo, assume um carácter intermunicipal, pelo que, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que introduz um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, foi possível contratualizar a delegação de competências, uma vez que estamos perante um domínio de interesse próprio das populações da CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente ao nível da mobilidade e da gestão de infraestruturas urbanas.

Assim, e atendendo às competências delegadas, a CIM Viseu Dão Lafões assumiu o lançamento dos procedimentos concursais associados à elaboração do projeto de execução e à empreitada, bem como, a fiscalização física e financeira dos trabalhos associados à requalificação daquele troço.

A obra de requalificação desta Estrada Municipal, que é o principal eixo rodoviário de acesso à povoação de Germil, foi consignada a 21 de janeiro de 2020, e concluída no decurso do ano de 2022, tendo a inauguração da mesma ocorrido no dia 25 de maio.

A cerimónia de inauguração contou com a presença do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, do Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Marco Almeida, do Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo, Francisco Carvalho, do Presidente da União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, Carlos Gonçalves, e da Presidente da Junta de Freguesia de Germil, Marlene Lopes, entre outros.



De referir que esta obra, de extrema importância para o desenvolvido do território, irá aumentar a segurança rodoviária e diminuir a sinistralidade, promovendo melhores condições de fruição para os seus utilizadores.

Acompanhamento dos Investimentos na Região

O desenvolvimento das regiões está em muito condicionado pelos investimentos estratégicos que o país é capaz de realizar, pelo que, a Comunidade Intermunicipal considera que deverá ser dada prioridade a determinados investimentos infraestruturais estratégicos, uma vez que estes terão reflexos no desenvolvimento da região Viseu Dão Lafões, quer ao nível da competitividade do território, quer ao nível da sua coesão económica e social.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, tem vindo a acompanhar e a avaliar as políticas de desenvolvimento e coesão definidas para esta região, com especial incidência para as relacionadas com o desenvolvimento regional.

Dos dossiers que têm merecido uma maior atenção por parte da CIM Viseu Dão Lafões, destaca-se, no campo das infraestruturas, a requalificação do IP3 e a modernização da Linha da Beira Alta, e, no campo da saúde, o início das obras de remodelação do serviço de urgência do Centro Hospitalar Tondela – Viseu E.P.E., e a criação do centro oncológico desta Instituição, investimentos essenciais para o desenvolvimento da região e para o aumento da qualidade de vida dos seus residentes.

Assim, e por forma a acompanhar a evolução destes investimentos, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2022, solicitou a realização de reuniões com as equipas governamentais e com entidades representativas da região responsáveis por estas temáticas, de entre as quais se destacam, a realizada no dia 10 de agosto, com a Ministra da Saúde, à data, Marta Temido, e no dia 16 de setembro, com o Ministro das Infraestruturas e Habitação, à data, Pedro Nuno Santos.

Para além disso, no ano de 2022, e em resultado do corte da circulação rodoviária do IP3, nomeadamente entre o Nó de Penacova (quilómetro 64,7) e o Nó de Miró (quilómetro 62,4), que ocorreu durante 3 semanas, com início a 3 de março, a CIM Viseu Dão Lafões solicitou ao Governo, a implementação de um mecanismo de isenção de pagamento de portagens no sentido de minimizar os efeitos do referido corte, uma vez que o mesmo iria condicionar fortemente a mobilidade, dos cidadãos e empresas da região, contribuindo para um incremento de custos relevante, bem como para o aumento da insegurança nessas deslocações.

Posto isto, a Comunidade Intermunicipal propôs que esse mecanismo contemplasse a isenção do pagamento de portagens, para residentes e empresas, com sede no território de Viseu Dão Lafões, entre o Nó de ligação de Mangualde (A25) e Coimbra Norte (A1), nos dois sentidos, durante o período em que decorressem as obras no IP3.



Ainda relativamente à problemática do IP3, dar nota que, no dia 21 de novembro, os presidentes das Câmaras Municipais de Coimbra, Mortágua, Penacova, Viseu, Santa Comba Dão e Tondela e das Comunidades Intermunicipais da Região de

Coimbra e de Viseu Dão Lafões reuniram, em Penacova, com o objetivo de avaliar o projeto de requalificação/duplicação do IP3.

Nesta reunião, para além dos autarcas terem demonstrado a sua profunda preocupação pelos atrasos verificados na requalificação/duplicação do IP3 e consequentes impactos deste atraso na economia e na competitividade da região e do país, reforçaram a urgência do início dos trabalhos do lote 1, respeitante ao troço entre o Norte de Santa Comba Dão e Viseu, e a

necessidade de ser estudada e implementada uma solução integrada em perfil 2x2 ao longo de todo o percurso, nomeadamente entre Santa Comba Dão Norte e Coimbra.

Os autarcas solicitaram, ainda, uma reunião com o Governo, para que seja divulgado o cronograma de execução das obras do IP3.

Ao nível da rodovia, destacamos, ainda, a tomada de posição pública tomada pela CIM Viseu Dão Lafões, em dezembro de 2022, relativamente ao estado de degradação do IP5, o qual se tem vindo a agravar ao ponto de a circulação constituir um elevado risco para os utentes, que já teve como consequência vários acidentes, alguns dos quais fatais, acrescendo ao elevado risco para a segurança dos residentes nas proximidades dos troços em causa.

Assim, a Comunidade Intermunicipal, na defesa da segurança de todos os utentes desta via, solicitou ao Governo a requalificação urgente do traçado do IP5, em toda a sua extensão, bem como a isenção do pagamento de portagens na A25, nos Nós de acesso existentes no território da CIM Viseu Dão Lafões, até à conclusão da intervenção solicitada.

Para além destes investimentos cruciais para a região Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal sinalizou outras intervenções junto da CCDRC, no âmbito da preparação da “Estratégia Regional Centro 2021-2027”, e junto do Governo, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, as quais estão relacionadas com os mais variados domínios, como sejam, a saúde, a gestão hídrica, a ferrovia, a rodovia, os “missing links”, as áreas de acolhimento empresarial, a floresta, a adaptação às alterações climáticas, a escola digital e a administração pública digital, a transição digital e as condições habitacionais.

Todas estas intervenções encontram identificadas na Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, cuja consulta poderá ser efetuada através do link <https://www.cimvdl.pt/portugal-2030/>.

Definidas as prioridades, a Comunidade Intermunicipal espera que os projetos que considera como estruturantes para a região sejam tidos em conta pela CCDRC e pelo Governo, uma vez que os mesmos irão contribuir para a promoção da coesão territorial e social, assegurando melhores acessibilidades às atividades económicas e melhor qualidade de vida.

4.4 Incrementar a notoriedade e atratividade turística da região

Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal / Marca Viseu Dão Lafões

Ao longo dos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar na criação de uma marca identitária comum para o território, ancorada nos seus recursos e ofertas distintivas, enquanto meio de valorização do território.

Assim, e conforme evidenciam os factos, a localização estratégica da região Viseu Dão Lafões, servida pelos principais eixos rodoviários, aliada às suas potencialidades turísticas são

propícias ao seu desenvolvimento, pelo que é necessário alavancar a nossa gastronomia, os vinhos, as paisagens, a capacidade hoteleira instalada, o comércio de proximidade, e a animação de Verão, por forma a criar competitividade e notoriedade para o território.

Neste sentido, a Comunidade Intermunicipal encontra-se a implementar, desde o ano de 2017, uma candidatura designada “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”, a qual visa dar continuidade ao desenvolvimento da estratégia delineada para Viseu Dão Lafões, na qual a competitividade e a notoriedade turística do território devem ser proporcionais à qualidade e importância dos seus recursos naturais e patrimoniais.



Com um investimento elegível de 2.193.823,53€ e um fundo associado de 1.864.750,00€, esta candidatura, aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, tem vindo a permitir a criação, qualificação, ativação e promoção de produtos turísticos integrados, assente nos recursos endógenos do território (naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais), organizando-os e colocando-os no mercado, contribuindo, desta forma, para a qualificação da oferta turística e para a notoriedade e atratividade do destino.

No entanto é de referir que, esta candidatura, e os produtos turísticos integrados que se encontram a ser estruturados, é alavancada por via de outras candidaturas apresentadas, não só ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, como também ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e ao Programa Valorizar.

Dar nota que os quatro produtos turísticos âncora identificados como diferenciadores e integrados, nomeadamente, um produto de turismo de natureza, um produto de gastronomia e vinhos, um produto de saúde e bem-estar e um produto associado à cultura e aos eventos, têm vindo a ser criados e qualificados através da implementação de várias ações, como sejam, a qualificação da agenda de eventos, o turismo de natureza, o turismo cultural e patrimonial, associado a um turismo acessível e inclusivo, a capacitação do sistema turístico e a comunicação, as quais se passam a descrever de seguida.

a) Enogastroturismo e Qualificação da agenda de eventos

No decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões participou, sempre que possível, em eventos e atividades potenciadoras do produto de enogastroturismo, e consequentemente da gastronomia e do enoturismo da região, associada aos produtos endógenos de Viseu Dão Lafões.

Desses eventos destacamos, por exemplo, a Feira do Vinho do Dão que decorreu em Nelas, de 1 a 4 de setembro, na qual a CIM Viseu Dão Lafões colaborou com o Município de Nelas nas ações de comunicação e divulgação deste evento, atendendo à sua importância na dinamização de todo o património vínico associado à marca Dão.

Para além disso, foi dada continuidade à implementação de projetos específicos que valorizam este produto turístico, como por exemplo:

Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão

Considerando que a Região Demarcada do Dão possui condições naturais e culturais de excelência para a realização de atividades de enoturismo, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a implementar, em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, abrangendo 16 municípios produtores de vinho, a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, agente fundamental na qualificação de recursos humanos para o conhecimento sobre o património vinhateiro único que a região possui, o Turismo Centro de Portugal, entidade responsável pela promoção turística da região, e a Viseu Marca, uma agência público-privada especializada em marketing territorial, uma candidatura no âmbito da valorização e potenciação do enoturismo.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2022, foi dada continuidade à execução da referida candidatura, aprovada pelo Programa Valorizar, em fevereiro de 2020, a qual prevê a ativação do enoturismo da Região



Demarcada dos Vinhos do Dão, dinamizando a Rota do Vinho do Dão com propostas de ação diferenciadoras, tirando partido de outras iniciativas já em curso no território, com potencial turístico, nomeadamente ao nível da gastronomia, património histórico, tradições culturais e natureza e do inegável valor histórico vitivinícola existente na região.

Assim, a parceria prosseguiu com os trabalhos associados à criação de uma nova dinâmica turística, tendo como foco central os vinhos do Dão e as atividades a ele relacionadas, através da capacitação de agentes locais, contribuindo para a qualificação da oferta e promoção enoturística no mercado nacional da região Viseu Dão Lafões.

De entre as ações desenvolvidas destacamos o programa “Best Wine Selection”, dirigido ao setor da restauração, que foi oficialmente apresentado no dia 29 de setembro de 2022, no Solar do Vinho do Dão, em Viseu, numa sessão presidida pela Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Rita Marques.

Este programa, desenvolvido em articulação com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), tem como objetivo principal dignificar e promover os vinhos portugueses, neste caso os vinhos do Dão, gerando uma rede de restaurantes que garanta a satisfação dos seus clientes, através da oferta de vinhos de qualidade e da prestação de um serviço irrepreensível.



Para poderem ser candidatos ao programa “Best Wine Selection”, os restaurantes têm de ser previamente aderentes ao programa “Seleção Gastronomia e Vinhos”, também da AHRESP, o qual visa promover a gastronomia enquanto património cultural, criando e desenvolvendo, em contínuo, uma rede que garanta a satisfação dos seus clientes, através da adoção do receituário tradicional, da utilização preferencial dos produtos portugueses, da execução de boas práticas em higiene e segurança e da oferta de uma qualidade de serviço irrepreensível.

Nesse sentido, no ano de 2022, foi também iniciada uma 2ª fase de implementação deste Programa que irá permitir promover e realçar os produtos regionais, pratos típicos e doçaria dos estabelecimentos de restauração e bebidas pertencentes ao território da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, que aderirem ao “Seleção Gastronomia e Vinhos”.



Com a candidatura “Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão”, à qual foi atribuído um financiamento de 207.200,00€, de um investimento total de 296.000,00€, a CIM Viseu Dão Lafões e os restantes parceiros pretendem promover a oferta vitivinícola da região, incentivar o consumo de produtos regionais e qualificados, impulsionar as empresas de restauração e alojamento por via da capacitação, e atrair turistas, consumidores e visitantes para este destino vinhateiro de excelência que é Viseu Dão Lafões.

Mapa dos Segredos Gastronómicos

Considerando que Viseu Dão Lafões detém um importante património gastronómico e vínico identitário do território, cuja distinção e potencial de atratividade e notoriedade turística carecem de ser trabalhados, a CIM Viseu Dão Lafões em parceria com a ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva, que integra os Municípios de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, tendo em vista a valorização dos produtos (agrícolas e pecuários) e do receituário existente no território.

Esta candidatura designada de “Mapa dos Segredos Gastronómicos”, foi aprovada pelo referido Programa Operacional, em julho de 2021, e apresenta um investimento de 78.720,00€, dos quais 22.140,00€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões.



No decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões e a ADDLAP prosseguiram com a execução desta candidatura, a qual incide no desenvolvimento e estruturação de produto turístico de natureza intermunicipal, com base na preservação, valorização e promoção dos ativos turísticos associados ao património cultural gastronómico e vínico, enquanto instrumentos de diferenciação e competitividade deste território.

Assim, e para que não se perca “o espírito do sabor” desta região, foi iniciado um processo de identificação dos produtores certificados e artesanais com produção sazonal, que estariam disponíveis para partilhar o seu conhecimento acerca das tradições, práticas agrícolas e gastronomia locais, isto é, para desvendar alguns segredos das receitas que foram passando de geração em geração.

Posteriormente, foram realizadas as entrevistas a esses produtores, num total de 75, entre mulheres e homens com idades compreendidas entre os 70 e 90 anos, com pouca ou nenhuma ligação à restauração, mas com imensa ligação ao território e muitas histórias para contar, cujos testemunhos culminaram na Carta dos Segredos Gastronómicos, a qual poderá ser consultada no site www.mapadossegredosgastronomicos.visitviseudaolafoes.pt.



A referida Carta foi apresentada no dia 6 de dezembro, na Escola Profissional de Carvalhais, em São Pedro do Sul, numa sessão moderada por Olga Cavaleiro.

Nesse mesmo dia foi, também, realizada a primeira sessão da Academia dos Segredos Gastronómicos, onde o chef com Estrela Michelin Diogo Rocha (Mesa de Lemos) e a Chef Inês Beja (DeRaiz) desafiaram os participantes a reinterpretar algumas das receitas da Carta dos Segredos Gastronómicos.



As outras duas sessões desta iniciativa que visa contribuir para promover a proteção dos produtos endógenos e do receituário da Carta, decorreram no dia 17 de janeiro de 2023, na Escola Profissional de Vouzela, e no dia 24 de janeiro, na Casa do Adro, em Viseu.

De referir que em cada uma destas sessões, que contaram com a participação de convidados que ainda confeccionam o receituário da Carta, mantendo tradições gastronómicas que se pretendem preservar e transmitir às novas gerações, foi abordada uma temática diferente, nomeadamente, “Mãos que Trabalham o Pão, Do Nascer ao Morrer da Espiga: Práticas agrícolas singulares no ciclo do centeio e milho”, “Os Segredos do Ir, do Vir e do Mercar: tabernas, casas de pasto, romarias” e “Os Segredos dos Dias Comuns e os Segredos dos Dias de Festa: A regra do quotidiano e a abundância dos dias de festa”.

Este projeto, que alia o património gastronómico e vínico existente na região com o património material e imaterial, compreende, ainda, a estruturação de uma Rota dos Segredos Gastronómicos, a qual irá propor um itinerário pela gastronomia e vinhos, que contempla um leque de experiências gastronómicas, para serem realizadas ao longo de todo o ano, considerando a relação da gastronomia com a paisagem e as estações do ano.

b) Turismo de natureza

Os territórios estão, cada vez mais, a apostar no turismo de natureza enquanto meio de promoção dos mesmos, e Viseu Dão Lafões não é exceção, até porque a nossa região é bastante rica em corredores verdes, que é preciso explorar, melhorar e divulgar.

Assim, e perante as potencialidades e recursos naturais que a região dispõe, a CIM Viseu Dão Lafões definiu para o território uma estratégia que visa a criação de um produto composto de

turismo de natureza que associa percursos pedestres com as grandes e pequenas rotas, as ecopistas, as subidas épicas e os centros de BTT e Trail.

Nesse seguimento, e tendo em vista dar a conhecer esse produto compósito e consolidar o território enquanto destino turístico de natureza, a Comunidade Intermunicipal, no decurso do ano de 2022, continuou a dinamizar o site (www.visitviseudaolafoes.pt), o qual apela à descoberta de Viseu Dão Lafões e da sua oferta na vertente de Walking & Cycling.



De referir que, o site disponibiliza diversa informação útil não só em termos da oferta regional do turismo de natureza, mas, também, ao nível da oferta cultural, gastronómica e hoteleira do território, possibilitando, assim, o

melhor planeamento das atividades a realizar durante a visita a Viseu Dão Lafões.

Para além disso, no ano de 2022, a Comunidade Intermunicipal deu continuidade ao trabalho de valorização dos recursos naturais da região (percursos pedestres, percursos de bicicleta e de Trail, bike roads/subidas épicas), nomeadamente através da sua qualificação e da integração da oferta, garantindo condições de acesso e visitação aos mesmos, por via da execução dos seguintes projetos:

Percursos pedestres, de trail e BTT e sinalização turística dos mesmos

Conforme é sabido, nos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem apostado na sinalização turística do território, enquanto vetor para aumentar a atratividade da região Viseu Dão Lafões e a sua dinamização económica, tendo para o efeito beneficiado do financiamento atribuído a projetos aprovados pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020.



Esses projetos têm permitido a valorização e qualificação do capital associado aos recursos e património naturais, promovendo a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento dos mesmos, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade do território Viseu Dão Lafões.

Assim, e depois de ter sido concluída a

sinalização dos percursos pedestres e dos centros de BTT do território, a qual compreendeu a colocação de painéis informativos, com novo layout e conteúdos em inglês, e a colocação de sinalética vertical, bem como a homologação dos percursos pedestres, por parte da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, e dos centros de BTT, localizados em Castro Daire, Nelas e Viseu, por parte da Federação Portuguesa de Ciclismo, a Comunidade Intermunicipal, em estreita colaboração com os seus municípios, tem vindo a apostar na divulgação e promoção destes recursos patrimoniais naturais.

Nesse âmbito, destaca-se a realização da iniciativa “Viseu Dão Lafões Pé ante Pé”, a qual visou ativar a Rede de Percursos Pedestres da região, através da realização de 14 caminhadas, uma por cada município da CIM, cujo enquadramento cénico presenteou os participantes com os melhores argumentos naturais da região.

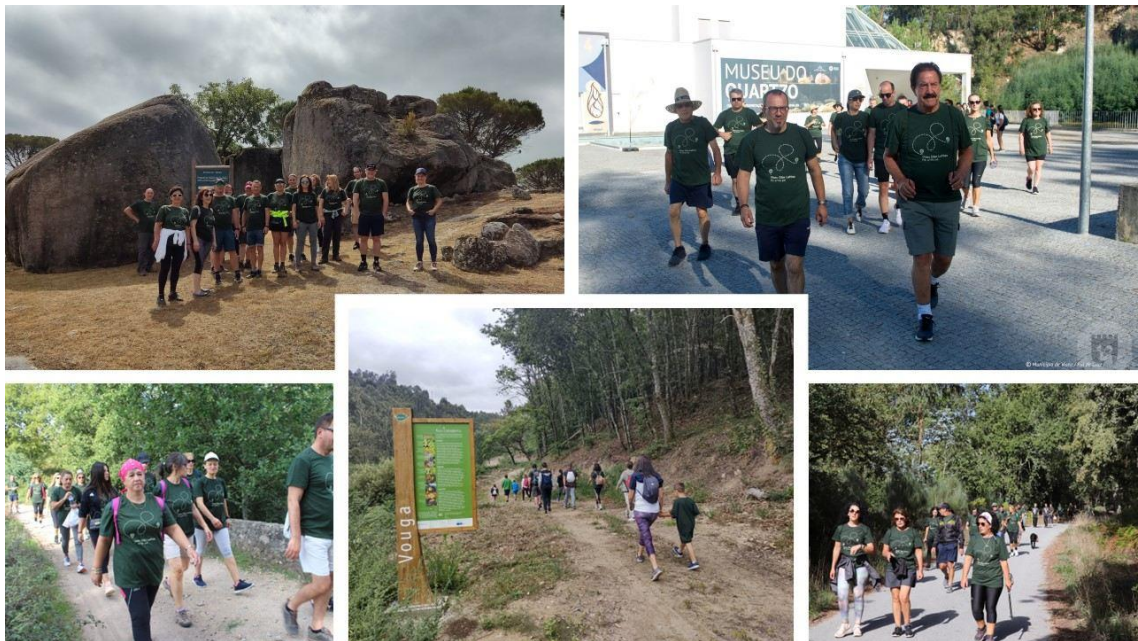
Esta iniciativa, que convidou os amantes do turismo natureza e atividades ao ar livre, de todos os pontos do País, a descobrirem o melhor que Viseu Dão Lafões tem para oferecer e, partindo desta experiência se aventurem, percorram e se apaixonem por este magnífico território, arrancou no dia 29 de maio de 2022, na Reserva Botânica do Cambarinho, em Vouzela.



Posteriormente, seguiram-se as restantes caminhadas, dando a conhecer alguns dos percursos do território, nomeadamente, o PR12 Rota do Vouga, em São Pedro do Sul (5 de junho), o PR1 Rota da Pinha e do Pinhão, em Carregal do Sal (18 de junho), o PR3 Rota do Barrocal, em Sátão (19 de junho), a GR52 Grande Rota da Transumância, em Castro Daire (25 de junho), o PR4 Rota dos Caleiros, em Tondela (3 de julho), o PR6 Rota do Quartzo, em Viseu (6 de agosto), o PR3 Percorso Caldas da Felgueira, em Nelas (4 de setembro), o PR3 Rota dos Cabeços, em Oliveira de Frades (10 de setembro), o PR7 Trilho do Castendo, em Penalva do Castelo (11 de setembro), o PR4 Trilhos de Gil Vicente, em

Mangualde (17 de setembro), o PR1 Percurso de Treixedo, em Santa Comba Dão (24 de setembro), o PR3 Rota do Carapito, em Aguiar da Beira (25 de setembro), e o PR1 Rota do Paiva, em Vila Nova de Paiva (8 de outubro).

De referir que esta primeira edição do “Viseu Dão Lafões Pé ante Pé” superou as expectativas, tendo contado com mais de 1.500 participantes, que tiveram a oportunidade de usufruírem e descobrirem o nosso território, dinamizando, assim, o património natural associado a Viseu Dão Lafões, enquanto fator diferenciador e catalisador de uma renovada atratividade turística, capaz de alavancar a economia local.



Com esta iniciativa, que veio acrescentar visibilidade ao turismo de natureza que pode ser praticado na região, os participantes tiveram a oportunidade de descobrir e conhecer alguns dos melhores percursos e locais de interesse existentes em Viseu Dão Lafões, não apenas na área do turismo ativo, como também no património natural, cultural e histórico, sem esquecer o enoturismo, a gastronomia e o bem-estar.

Gestão da Ecopista do Dão

Conforme protocolado com os municípios de Santa Comba Dão, Tondela e Viseu, a Comunidade Intermunicipal assumiu, desde a sua inauguração (1 de julho de 2011), a gestão da Ecopista do Dão.

Nesse sentido, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões, também, no ano de 2022, assegurou o processo de manutenção e limpeza da Ecopista do Dão e desenvolveu um vasto conjunto de atividades de animação, promoção e gestão da referida infraestrutura.



Assim, para além da limpeza e manutenção regular da infraestrutura, a CIM Viseu Dão Lafões, efetuou, sempre que se justificou, algumas intervenções do ponto de vista corretivo, nomeadamente ao nível de reposição de material vegetal, reperfilamento de valetas, taludes e órgãos de drenagem, entre outros.



No que se refere à divulgação e promoção da Ecopista do Dão, a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2022, deu continuidade à disseminação deste recurso turístico, assegurando a sua dinamização nas redes sociais com notícias e

informações sobre a mesma, bem como a atualização e manutenção do site da Ecopista do Dão (www.ecopistadodao.pt).

De referir que, nestas ações de diferenciação e potenciação do recurso Ecopista do Dão, é efetuada a respetiva articulação com as potencialidades turísticas da sua zona envolvente, atraindo, assim, visitantes estrangeiros e nacionais à região, nomeadamente amantes da natureza, do desporto ao ar livre e de caminhadas.

A Ecopista do Dão acolheu, ainda, durante o ano de 2022, alguns eventos dedicados ao desporto de natureza, tendo por exemplo, no Dia Mundial da Atividade Física recebido uma iniciativa onde os participantes puderam escolher entre uma caminhada de 5 quilómetros, uma corrida curta de 8 quilómetros ou uma corrida longa de 10 quilómetros.

Dar ainda nota, que a Ecopista do Dão esteve em destaque, no dia 17 de junho, no programa Sociedade Civil, da RTP2, onde o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, na sua entrevista evidenciou



as potencialidades deste corredor verde ciclável para os amantes do turismo de natureza, e divulgou, ainda, outras propostas nesta área existentes no território, nomeadamente, a Rede de Percursos Pedestres, as Subidas Épicas e a Ecopista do Vouga.

A participação da CIM Viseu Dão Lafões nesta iniciativa veio reforçar as potencialidades deste produto turístico, que, ao longo dos últimos anos, se tem vindo a assumir como um dos pilares estratégicos do desenvolvimento do território Viseu Dão Lafões, na medida em que atrai diversos visitantes nacionais e internacionais, promovendo, assim, o turismo de natureza.

Ecopista do Vouga

Nos últimos anos, tem sido um facto indiscutível que a beleza natural dos corredores verdes, aliados à valorização do património envolvente, podem potenciar a captação de turismo nacional e europeu, e exemplo disso, é a Ecopista do Dão que tem contribuído, e muito, para o desenvolvimento e para a promoção da região Viseu Dão Lafões, atraindo visitantes de inúmeros locais.



Perante isto, a CIM Viseu Dão Lafões considerou que a ligação da Ecopista do Dão e da futura

Ecopista do Vouga ao corredor ciclável da Estrada Atlântica seria uma mais valia para a promoção e valorização turística do interior, e nesse sentido, tem vindo a executar, desde o final do ano de 2020, obras tendo em vista a requalificação e valorização da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga.

Este projeto de requalificação, financiado pelo Programa Valorizar que concedeu um financiamento de 2.000.000,00€, de um investimento total de 3.050.134,92€, pretende

não só requalificar o piso da plataforma da antiga Linha do Vouga, mas, também, dotar este troço de equipamentos e infraestruturas que permitam à população local e aos visitantes apreciar esta paisagem com todo o conforto e segurança, funcionando como portal de acesso ao reconhecimento de toda a paisagem exterior.

Assim, esta obra, que está a ser implementada no troço da linha do Vouga dentro dos municípios de Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul e Viseu, num total de 55 km, para além das intervenções no espaço canal, contempla, também, trabalhos ao nível das obras de arte, túneis ferroviários, pontes, estações e apeadeiros de inegável interesse e beleza arquitetónica e paisagística.

Atendendo ao elevado grau de execução que a empreitada já regista, no dia 28 junho de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu uma visita de imprensa, para desvendar um primeiro troço, já concluído, no Município de Oliveira de Frades.

Esta visita teve, ainda, como objetivo efetuar o ponto de situação da empreitada de requalificação da Ecopista do Vouga, a qual é mais uma aposta estratégica da Comunidade Intermunicipal na afirmação deste território como destino privilegiado para os adeptos dos passeios pedestres e de bicicleta na natureza.



Após a conclusão da Ecopista do Vouga, a região disponibilizará um corredor verde ciclável com um total 115 km, em perfeitas condições de ser utilizado, em termos de desporto e de lazer, por parte das populações e dos turistas, reforçando, assim, a oferta turística de Viseu Dão Lafões ao nível do Cycling & Walking.

Dar ainda nota, que no dia 18 de maio, a Senhora Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, no decurso de uma visita à região, nomeadamente ao município de Vouzela, visitou um pequeno troço da Ecopista do Vouga e teve a oportunidade de perceber o ponto de situação dos trabalhos que estão a ser efetuados no âmbito deste projeto de extremo valor paisagístico, turístico e ambiental, que será complementado com os restantes investimentos que têm vindo a ser desenvolvidos no domínio da promoção turística.



Subidas Épicas

Conforme é sabido, no ano de 2020, a CIM Viseu Dão Lafões procedeu à criação de quatro bike roads, numa lógica de sinalização de subidas épicas, ou seja, contagens de montanha que podem atrair cicloturistas desportivos, a saber:

- São Pedro do Sul – Alto da Coelheira (São Pedro do Sul)
- Ponte Pedrinha – Portas de Montemuro (Castro Daire)
- Campo de Besteiros – Caramulinho (Tondela)
- Vouzela – Adsamo (Vouzela)



Desde então, os amantes do ciclismo passaram a poder desfrutar destes quatro circuitos, beneficiando, assim, das características técnicas associadas às subidas épicas (distância, desnível, altitude, inclinações e paisagem).

Para promover estas quatro subidas épicas traçadas nas encostas das Serras do

Caramulo, Arada e Montemuro, a Comunidade Intermunicipal já realizou duas edições do “Viseu Dão Lafões Riders Challenge”, as quais atraíram diversos atletas nacionais e internacionais para a região, dinamizando, assim, o Turismo Cycling em Viseu Dão Lafões.

No decurso do ano de 2022, muito embora não se tenha realizado mais nenhuma edição deste evento, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a divulgar estes circuitos, em

complemento com as demais atratividades da região, potenciando, assim, o tempo de permanência dos ciclistas e cicloturistas, que para além das subidas épicas acabam, também, por desfrutar da nossa gastronomia, dos vinhos, do património cultural, do património natural, etc.

Aldeias da Serra do Caramulo

Conforme é sabido, os núcleos rurais existentes na serra do Caramulo têm identidade e potencial turístico que se reflete na arquitetura vernacular, na gastronomia, nas tradições e noutros elementos culturais, como os cantares polifónicos de Lafões e o uso das capuchas de burel.

Perante este facto, a Comunidade Intermunicipal apresentou ao Programa Valorizar, o projeto “Aldeias da Serra do Caramulo”, o qual pretende identificar e criar uma rede de aldeias serranas com características distintivas e que sejam a base para a criação de programas turísticos que explorem a serra, o seu património e as suas aldeias, recorrendo, especialmente, a modos suaves como o walking e o cycling.

Este projeto, aprovado pelo Turismo de Portugal com um investimento elegível de 493.392,00€, ao qual está associado um financiado de 400.000,00€, visa, assim, valorizar as aldeias da Serra do Caramulo, estimular a economia de montanha e fomentar o turismo responsável e sustentável.



Assim, e por forma a promover a atividade turística destas aldeias, a CIM Viseu Dão Lafões irá requalificar as mesmas, uma vez que será em torno delas que se irá criar e estruturar uma Grande Rota Circular.

Esta Rota irá ser complementada com outros produtos turísticos já existentes na região Viseu Dão Lafões, como por exemplo, a

Ecopista do Dão e a Ecopista do Vouga, e os produtos culturais das vilas e cidades em redor, por forma a ser criado um programa de vários dias e de interesse diversificado para os cicloturistas e para os turistas em geral que nos visitam, que prolongue a sua estadia na região Viseu Dão Lafões, que tanto tem para explorar, descobrir e desfrutar.

A reunião de kick off deste projeto realizou-se no dia 24 de outubro de 2022, tendo contado com a participação de técnicos da CIM Viseu Dão Lafões e dos municípios envolvidos no projeto, nomeadamente, Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades.

c) Turismo cultural e patrimonial e capacitação do sistema turístico

No âmbito do turismo cultural e patrimonial, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar, nos últimos anos, ao nível da promoção e divulgação dos ativos patrimoniais que integram a Rede Patrimonial da Região Viseu Dão Lafões e, conseqüentemente, na ativação do Roteiro Turístico Intermunicipal.

Esse trabalho de promoção tem sido complementado com a capacitação do sistema turístico da região, através da realização de sessões de capacitação que tiverem como objetivo fornecer aos técnicos e operadores turísticos da região, conhecimento no âmbito da estruturação turística da região e da redescoberta das potencialidades dos ativos patrimoniais que integram a Rede Patrimonial do território, bem como sensibilizá-los para a importância de conhecer a motivação e os interesses dos turistas que visitam a região, e de saber acolher esses turistas.

Terminado o processo de capacitação, a Comunidade Intermunicipal, em articulação com os técnicos municipais de turismo e responsáveis pelos recursos culturais e patrimoniais dos seus 14 municípios, trabalhou, ao longo do ano de 2022, na promoção e divulgação dos recursos patrimoniais de Viseu Dão Lafões, dando a conhecer aos turistas e visitantes a vasta riqueza arquitetónica, arqueológica e patrimonial que compõe todo o território de Viseu Dão Lafões, nomeadamente, museus, quintas, solares, casas vinícolas, mosteiros, conventos, igrejas, entre outros.

Paralelamente a essas ações de promoção e divulgação, o turismo cultural e patrimonial da região continuou a ser potenciado por via dos seguintes projetos:

Rede Cultural Viseu Dão Lafões

A CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios associados, cientes de que as artes são um dos principais eixos do desenvolvimento social e humano da região, têm vindo a atribuir um papel de destaque à cultura, e nesse âmbito, desde o ano de 2017, que têm vindo a implementar no território projetos de “Programação Cultural em Rede”, no seguimento de candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020.

Com estes projetos, um iniciado no ano de 2017 e outro iniciado no ano de 2021, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a acrescentar notoriedade ao território e a potenciar novas rotas de visitas na área do turismo cultural e patrimonial, através da organização de múltiplos eventos, aumentando, assim, a atratividade da região e a sua dinamização económica.

Assim, no ano de 2022, os espetáculos criados pelos atores e pelas estruturas culturais do território, prosseguiram com a sua itinerância, tendo os mesmos decorrido, maioritariamente, junto de espaços patrimoniais, de modo a dinamizar o património cultural e natural, os seus bens e recursos, e promovendo um grau de utilização mais elevada dos espaços existentes em Viseu Dão Lafões.

Dar nota que, previamente ao início dessa itinerância, mais propriamente no dia 2 de fevereiro, a CIM Viseu Dão Lafões realizou uma reunião online com os vereadores da cultura dos municípios do seu território, a qual teve como objetivo a preparação da programação cultural para o ano de 2022.

De entre a programação que percorreu o território ao longo do ano de 2022, destaca-se o projeto artístico “Noites Combi”, que englobou atividades culturais de diversas naturezas, nomeadamente noites de cinema ao ar livre, poesia, palestras e concertos.

Assim, nas sessões de cinema ao ar livre foi exibido o filme “Resistência” de Jonathan Jakubowicz, em São Pedro do Sul (17 de junho), o filme "A Vida Extraordinária de Louis Wain" de Will Sharp, em Vouzela (1 de julho), o filme "À Procura de Anne Frank" de Ari Folman, em Oliveira de Frades (2 de julho), e o filme "Os Mauzões" de Pierre Perfiel, em Santa Comba Dão (3 de julho) e Penalva do Castelo (4 de julho).

No campo da poesia, realizaram-se as leituras encenadas "Poesia do Interior", que foram proclamadas nos Municípios de Castro Daire (8 de julho) e Sátão (9 de julho).

Quanto às palestras e concertos, destaca-se a proposta audiovisual “Micro Filme + SAX ON THE ROAD”, que visitou os Municípios de Nelas (9 de junho) e Tondela (11 de junho), bem como a palestra-concerto a partir da história do Graffiti “Gi da Conceição + Válvula”, que marcou presença nos municípios de Mangualde (15 de junho), Carregal do Sal (16 de junho), Aguiar da Beira (17 de junho), Vila Nova de Paiva (18 de junho) e Viseu (24 de junho).



No ano de 2022 destaca-se, ainda, o concerto “Sete e Sete”, protagonizado por uma orquestra comunitária, orientada pelo maestro inglês Tim Steiner, compositor vocacionado para as performances colaborativas, com larga experiência no desenvolvimento de projetos criativos pela Europa.

Este concerto juntou mais de 100 pessoas de várias localidades do território de Viseu Dão Lafões, dos 10 aos 80 anos, entre profissionais (bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, coros, escolas de música, entre outros) e amadores, que através de uma “open call”, manifestaram vontade em integrar esta iniciativa.

Assim, e depois de terem sido realizados vários ensaios, este concerto de comunidade, cujo fio condutor foram as histórias, os anseios, o humor e o património imaterial da região, como um todo unido e coerente, foi exibido no dia 17 de julho, na Sé de Viseu, tendo contado com uma assistência de cerca de 650 pessoas.



A digressão da rede cultural pelo território Viseu Dão Lafões regressou em dezembro de 2022, com uma programação diversificada, dedicada a miúdos e graúdos, que contemplou o teatro, a música e a magia, promovendo, assim, o acesso à cultura por todos.

Assim, o ilusionista Zé Mágico, com o espetáculo “Um Homem Desocupado”, surpreendeu com reflexões sobre o ócio ou a “utilidade do inútil”, todos os que assistiram a esta iniciativa artística que marcou presença em Carregal do Sal (dia 1), Castro Daire (dia 3), Vouzela (dia 4), São Pedro do Sul (dia 5), Aguiar da Beira (dia 7), Nelas (dia 7), Oliveira de Frades (dia 8), Vila Nova de Paiva (dia 9), Tondela (dia 10), Penalva do Castelo (dia 11), Santa Comba Dão (dia 12), Sátão (dia 13), Viseu (dia 14) e Mangualde (dia 15).

Também, a ACERT – Associação Cultural e Recreativa de Tondela levou aos Municípios de Vila Nova de Paiva (dia 1) e Aguiar da Beira (dia 3), a peça “Car12, A Grande Viagem”, que conjuga humor com música e teatro, e onde, da forma mais inusitada, surgem sons e melodias de mais de uma dezena de instrumentos inventados e construídos especialmente para esta criação artística.

Destacamos, ainda, a peça “Não!”, criada pelo Teatro Viriato a partir de um diálogo com o escritor Afonso Cruz sobre os seus livros “Paz Traz Paz” e “O Livro do Ano” e de alguns textos inéditos, que efetuou a sua digressão pelos Municípios de Castro Daire (dia 9) e Penalva do Castelo (dia 10).

Já o espetáculo “As memórias do meu pai na rádio do meu tio”, do Teatro Montemuro, marcou presença em Viseu (dia 1), Vouzela (dia 8) e Mangualde (dia 11), relatando as vivências específicas de gente já sem vida, que nos deixaram o seu valioso legado e que os tornaram imortais.



De referir que a estratégia que tem vindo a ser implementada pela CIM Viseu Dão Lafões no âmbito da Programação Cultural em Rede na Região, tem permitido, por um lado, promover a itinerância de conteúdos artísticos, envolvendo os atores culturais e artísticos da região, e, por outro, tem contribuído para a estruturação de um produto turístico cultural regional, na medida em que reforça a oferta regional e qualifica os seus agentes.

MEG – Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões

Nos últimos tempos, o conceito “turismo cultural” começou a ter um peso crescente nas políticas que se estruturam ao nível da captação de públicos para os territórios do interior de Portugal, com especial relevo para os de baixa densidade.

Efetivamente, Portugal é um país riquíssimo em valores patrimoniais, sejam estes arqueológicos, arquitetónicos, imateriais, etc, e nesse âmbito, têm sido criados alguns produtos, como por exemplo, a Rota do Românico, a Rota das Aldeias de Xisto e a Rota das Catedrais, os quais giram em torno de um tema base, de um eixo estruturante que procura pontos de união de território, sendo esses pontos essencialmente culturais.

No caso da região Centro de Portugal, sobretudo a que se refere à área que se prolonga desde a Plataforma do Mondego até, grosso modo, ao rio Douro, esta é, a par com o Alentejo, a região que possui o maior conjunto de monumentos megalíticos que, por si só, criam uma forte e marcante unidade cultural. Por outro lado, é precisamente nesta área, sobretudo na região Viseu Dão Lafões, que se concentra o maior número de dólmenes com pinturas conservadas do mundo.



Perante esta evidência, de que o megalitismo é um património fantástico, muito pouco conhecido e que urge divulgar por forma a potenciá-lo como um dos principais produtos, senão mesmo o principal, de turismo cultural que esta região pode oferecer, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com o Município de Sever do Vouga, tem vindo a implementar,

desde o ano de 2020, através do Programa Valorizar, o projeto “Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga”.

Este projeto, ao qual foi concedido um financiamento de 300.000,00€, de um investimento total de 512.153,55€, visa, assim, desenvolver uma nova oferta turística regional partindo de um dos valores endógenos mais emblemáticos de Viseu Dão Lafões: os monumentos megalíticos.

De entre os trabalhos realizados no decurso do ano de 2022, destaca-se, a elaboração de um guia onde se encontram identificados e caracterizados os monumentos megalíticos mais emblemáticos existentes quer no território Viseu Dão Lafões, quer no Município de Sever do Vouga, que irão integrar a Rota do Megalitismo, de entre os quais fazem parte treze monumentos classificados (seis como Monumento Nacional e sete como Imóveis de Interesse Público).



Posteriormente, foram iniciados os trabalhos associados à colocação de sinalização turística, nomeadamente informativa e direcional, por forma a que a Rota, que irá funcionar num percurso circular, com início em Viseu, bem como os monumentos que a constituem possam ser visitáveis.

De referir que a estruturação da Rota é fundamental para a valorização deste novo produto turístico, que é o património megalítico existente na região Viseu Dão Lafões, o qual, após esta intervenção, poderá ser usufruído em melhores condições por todos os visitantes, com especial os amantes do turismo cultural.

CRAFT – Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões

Atendendo à excelência dos recursos endógenos existentes no território, mais concretamente os ligados ao artesanato, como sejam as matérias-primas, os artesãos e outros agentes associados ao saber-fazer regional, a CIM Viseu Dão Lafões em parceria com a ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão, que integra os municípios de Aguiar da Beira, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e Sátão, apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, tendo em vista valorizar, qualificar e promover esses recursos identitários.



Esta candidatura designada de “CRAFT – Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões”, foi aprovada pelo referido Programa Operacional, em julho de 2021, e apresenta um investimento de 70.418,00€, dos quais 22.140,00€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões.

No decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões e a ADD prosseguiram com a execução desta candidatura, a qual incide na estruturação e desenvolvimento de produto turístico com base na preservação, valorização e promoção dos ativos turísticos associados ao património cultural imaterial, relacionados com o saber-fazer e os modos de produção locais, convergindo para a qualificação da oferta e da cadeia de valor turístico destes territórios.

O trabalho associado a este projeto foi iniciado com o levantamento e caracterização de materiais, recursos, modos de produção e agentes artesãos, o qual serviu para constituir um diretório de artesãos, que irá ser atualizado ao longo do projeto, e que se encontra disponível no site <https://craft.visitviseudaolafoes.pt/>, entretanto, também, criado para promover o projeto.

Seguidamente, foram promovidas oficinas de cocriação, dedicadas a participantes com competências criativas e de design, os quais tiveram a oportunidade de reinterpretar matérias-primas tradicionais e desenvolver novas abordagens estéticas e modos de aplicação das mesmas, sob o acompanhamento dos mestres artesãos locais.

Nesse sentido, foram realizadas as seguintes oficinas de cocriação temáticas: “Ferro e Vidro”, no dia 8 de junho, em Canas de Senhorim, Nelas; “Cestaria”, no dia 9 de junho, em Penalva do Castelo; “Têxtil”, no dia 14 de junho, em Aguiar da Beira; e “Cerâmica”, no dia 15 de junho, em Mangualde.



Posteriormente, os participantes destas oficinas, bem como os artesãos locais, foram convidados a participar na sessão colaborativa em torno dos produtos a prototipar, que se realizou no dia 20 de julho, na Casa da Cultura de Sátão, na qual foram discutidas, em conjunto, as ideias que irão avançar para o processo de prototipagem, bem como dinamizada a troca de saberes e experiências entre os artesãos envolvidos neste projeto, e disseminado o conhecimento e o seu know-how relativo ao artesanato.

Em resultado das conclusões obtidas na referida sessão foram, entretanto, desenvolvidos e criados de raiz quatro novos objetos, com base em técnicas, matérias e tradições locais, tendo o lema “Cultivar, Socializar, Alimentar” sido a fonte de inspiração comum destes objetos, entretanto já produzidos pelos artesãos da região Viseu Dão Lafões e pela designer de produto Irena Ubler.

Estes objetos, que combinam práticas tradicionais com interpretações contemporâneas, têm aplicação prática, podendo ser utilizados no dia a dia, como por exemplo numa mesa de refeição, em casa ou num restaurante, acrescentando, assim, design, inovação e criatividade ao artesanato regional.

As quatro novas peças produzidas, um conjunto de lamparinas em vidro, um candeeiro em vime, um jarro em barro, e um caminho de mesa e guardanapos em linho, estão disponíveis para visualização na exposição online “Novas Formas de Artesanato – Design Feito à Mão”, patente no site do projeto.



Este projeto contempla, ainda, a promoção de um “Roteiro Saber-Fazer”, que propõe visitas a oficinas artesanais em articulação com o Património, a Natureza e a Gastronomia e Vinhos dos cinco municípios integrados no projeto: Aguiar da Beira, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo e Sátão.

Nesse âmbito, foram realizadas, nos dias 25 de novembro e 5 de dezembro, visitas-testes a oficinas artesanais, as quais tiveram como objetivo promover o contacto com os recursos culturais, patrimoniais, de natureza e de gastronomia do território, conhecendo o saber fazer, os modos de produção em áreas como a cerâmica, o têxtil, o trabalho com madeira, as fibras vegetais, entre outras.

Nesta iniciativa, os alunos do Instituto Politécnico de Viseu e os técnicos dos cinco municípios envolvidos no projeto tiveram oportunidade de visitar, por exemplo, o artesão Luis Daniel que desenvolve esculturas em metal (Município de Nelas), o atelier de Bordado de Tibaldinho (Município de Mangualde), a costura criativa através de materiais reciclados (Município de Aguiar da Beira), a cestaria em junco (Município de Sátão) e a Queijaria de Germil (Município de Penalva do Castelo).



De referir, ainda, que este projeto que promove o património associado às artes e ofícios tradicionais, enquanto fator de diferenciação e competitividade turística, já foi objeto de uma reportagem por parte da estação televisiva SIC.



d) Turismo acessível e inclusivo

Os investimentos realizados pela CIM Viseu Dão Lafões ao nível da valorização e qualificação do turismo de natureza e do turismo cultural e patrimonial, têm vindo a ser acompanhados por atividades de promoção de um turismo acessível e inclusivo.

Assim, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar por uma cidadania mais inclusiva, fazendo com que o destino turístico “Viseu Dão Lafões” seja acessível e inclusivo para todos, e para o alcance desse desígnio tem contribuído a implementação do seguinte projeto:

AccesTUR – Centro de Portugal

Atendendo à desigualdade verificada no acesso ao turismo por parte de pessoas com limitações ou necessidades especiais, a Accessible Portugal, apresentou uma candidatura



ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), no âmbito das Parcerias para o Impacto, tendo convidado a Turismo Centro de Portugal e as oito Comunidades Intermunicipais da região Centro para serem investidores sociais neste projeto de desenvolvimento turístico da região Centro.

Essa candidatura, concluída em março de 2022, para além de ter promovido o turismo acessível e a inclusão social, através da qualificação da oferta/procura turística, também, desmistificou os preconceitos e estereótipos sobre as pessoas com deficiência ou algum tipo de característica diferenciadora.

Durante o período de execução da candidatura, a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto investidor social deste projeto, trabalhou em estreita articulação com a Accessible Portugal, facilitando e intermediando os contactos com os municípios seus associados e com os agentes locais do território, motivando-os a aderir e participar nas atividades do projeto.



De entre as atividades desenvolvidas destaca-se o desenvolvimento de uma aplicação móvel (itTUR) que informa os utilizadores sobre as condições de acessibilidade de diversos Itinerários turísticos, a entrega a

cada Município do “Pack Ensino” e do “Kit Multiformato”, a elaboração de um guia de oferta turística acessível para cada CIM e de um guia global da região Centro, a realização de workshops de trabalho em rede, entre outras.

Dar nota que, todo o trabalho desenvolvido neste projeto no âmbito da promoção do turismo acessível e da inclusão social, e do desenvolvimento do potencial turístico da região Centro, foi já reconhecido, tendo o mesmo vencido o Prémio Nacional de Turismo na Categoria Turismo Inclusivo.



e) Comunicação

Ao nível da comunicação dos produtos turísticos de Viseu Dão Lafões, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2022, continuou a apostar nas ações de comunicação com o objetivo de promover a região enquanto destino turístico de excelência, junto de um público alvo que procura aliar a tradição à modernidade, enquanto explora novos territórios que permitem estar em comunhão com a natureza, cultura e património, apresentando, ao mesmo tempo, uma proposta diversificada ao nível da gastronomia, saúde e bem-estar.

Assim, e depois de um interregno de dois anos devido à pandemia associada ao COVID-19, a CIM Viseu Dão Lafões retomou a sua participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu



na FIL – Feira Internacional de Lisboa, entre os dias 16 e 20 de março de 2022.

Pela primeira vez a CIM Viseu Dão Lafões participou de forma unitária e integrada com os seus 14 municípios, tendo reunido num só

stand dezenas de momentos de animação musical, degustação de sabores regionais e provas de vinhos do Dão, apresentação de produtos autênticos, eventos e propostas culturais e de património.

Esta participação na BTL, cuja apresentação já havia ocorrido a 10 de março, contemplou o best off de atributos da região Viseu Dão Lafões: um destino com propostas à medida dos amantes do universo mais zen mas, também, dos amantes da adrenalina e aventura.



De entre os diversos momentos dinamizados no stand da região Viseu Dão Lafões, destaca-se, a título de exemplo, a degustação de um pequeno-almoço saudável dinamizado pela Escola Profissional de Vouzela, a realização de um showcooking por parte do Chef Estrela Michelin Diogo Rocha, a apresentação da estratégia de Walking & Cycling da CIM Viseu Dão Lafões que contou com a presença do Presidente da UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo, Delmiro Pereira, uma prova de Queijo Serra da Estrela, e a apresentação do projeto "Passarela" da autoria da ACERT/Tondela.

Dar, ainda nota, que o stand da CIM Viseu Dão Lafões contou com a visita do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e da Senhora Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes.



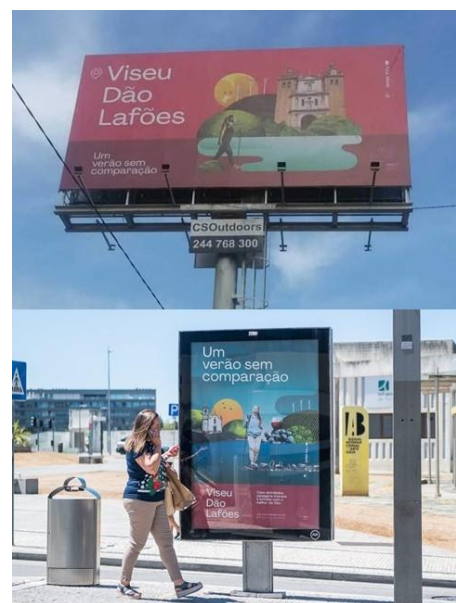
No âmbito da participação em feiras, salientamos, ainda, a presença da CIM Viseu Dão Lafões na 28ª edição da FICTON – Feira Industrial e Comercial de Tondela, realizada de 14 a 19 de setembro, onde, também, deu a conhecer aos visitantes o que de melhor tem a região.



Ao nível da comunicação, no ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões lançou, também, uma campanha de promoção turística “Um Verão sem Comparação”, que apostou nas características mais fortes e identitárias da região, tendo sido sustentada naquilo que de melhor existe nos 14 municípios que compõem a CIM Viseu Dão Lafões.

Assim, esta campanha, que visou impulsionar aquele que poderia ser “um verão histórico” para o turismo local, após os últimos anos que foram marcados pela pandemia, foi desenvolvida em diferentes formatos e plataformas (em meios físicos, online, na rádio e na imprensa escrita), dando foco às experiências que o território pode oferecer a quem o visita.

Na campanha, o território de Viseu Dão Lafões assumiu-se como ponto de referência para as férias de sonho dos amantes da natureza, dos apaixonados pela gastronomia e vinhos, bem como de todos os adeptos de propostas de saúde e bem-estar, que, sozinhos ou acompanhados, desejam tirar o melhor partido do seu tempo de lazer.



A título de exemplo, esta campanha, de âmbito nacional, marcou presença em diversas estações do Metropolitano de Lisboa e do Metro do Porto, e nas principais vias rodoviárias (A1 e A25).



Na época natalícia, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu, também, uma campanha alargada em várias plataformas, onde deu a conhecer as diversas atividades alusivas à quadra natalícia que iriam decorrer no território, como por exemplo, a chegada do Pai Natal, os tradicionais Mercados de Natal ou a Rota dos Presépios, os quais foram complementados por outros vários eventos e iniciativas promovidas pela CIM Viseu Dão Lafões, como a Rede Cultural e a Carta dos Segredos Gastronómicos.

Para além disso, a CIM Viseu Dão Lafões organizou nas suas redes sociais dois giveaway, de Natal e de Ano Novo, onde foram oferecidos experiências e produtos da região.

Dar ainda nota, que no dia 3 de novembro de 2022 a CIM Viseu Dão Lafões marcou presença no colóquio “Conhecer Melhor para Investir Bem no Turismo de Viseu Dão Lafões”, tendo inclusive, o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, efetuado uma intervenção na sessão de encerramento.

Este evento, dedicado à monitorização do turismo na região Centro, e no qual participaram diversos autarcas do território da CIM Viseu Dão Lafões, foi promovido pelo Observatório do Turismo Sustentável do Centro de Portugal (OTSCP), e decorreu no Auditório da AIRV, em Viseu.



Destacamos, ainda, a iniciativa “Up Território, Compromisso pela Sustentabilidade” que decorreu no dia 21 de abril de 2022, na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, e cuja organização foi da responsabilidade do Instituto Politécnico de Viseu, da Associação para o Desenvolvimento e Investigação de Viseu, da CIM Viseu Dão Lafões, da CIM Douro e da INOV C+.

Nesta sessão, onde os convidados debateram a sustentabilidade dos territórios de Viseu Dão Lafões e do Douro, destacando a importância e valorização dos recursos endógenos, o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, falou sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível dos produtos turísticos integrados.

No âmbito dos produtos turísticos, dar, também, nota que a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com o Turismo Centro de Portugal, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a AHRESP, a CIM Região de Aveiro, e a CIM Beiras e Serra da Estrela, têm vindo a trabalhar na estruturação do produto turístico Estrada Nacional 16, com o objetivo de divulgar e potenciar este recurso específico deste território.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2022, foram realizadas várias reuniões de trabalho entre estas entidades e os autarcas dos territórios abrangidos por esta iniciativa, e no dia 6 de setembro, na Feira de São Mateus, em Viseu, foi efetuada a apresentação deste projeto de estruturação e a assinatura do protocolo de colaboração entre a CIM Viseu Dão Lafões, o Turismo Centro de Portugal e as Comunidades Intermunicipais Beiras e Serra da Estrela e Região de Aveiro.

De referir que, esta iniciativa pretende congrega estes territórios e valorizar os recursos turísticos tendo como eixo a Estrada Nacional 16 (EN16), estando prevista a execução de múltiplas ações.



Valorização Económica dos Recursos Territoriais

No período de programação 2014-2020, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a reforçar a necessidade de promover estratégias de competitividade territorial, suportadas nos recursos endógenos dos territórios, com o objetivo de prosseguir e melhorar a experiência do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

Nesse sentido, ao longo dos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a trabalhar ao nível da valorização económica de alguns recursos endógenos da região, não só para dar visibilidade aos mesmos, mas, também, para que essa valorização cause impactos positivos na atividade económica local, na criação de emprego e no reforço da cadeia de valor.

Do trabalho realizado destaca-se a **valorização económica da pinha e do pinhão**, materializada através do projeto “**F4F – Forest for Future**”, aprovado pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, no seguimento de uma parceria, liderada pelo SerQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta, e da qual fazem parte, para além da CIM Viseu Dão Lafões, a AIMMP - Associação das Indústrias da Madeira e do Mobiliário de Portugal, a ADICES - Associação de Desenvolvimento Local, a Associação de Viveiristas de Coimbra, a BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação, o Centro Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova, o CATAA - Centro de Apoio Tecnológico AgroAlimentar, a Federação de Associações Florestais – Fórum Florestal, a FORESTIS - Associação Florestal de Portugal, o Instituto Politécnico de Castelo Branco, o Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra, o Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Viseu, o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Pinhal Maior - Associação Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, a Universidade de Aveiro, Universidade da Beira Interior, a Universidade de Coimbra e a VOUZELAR - Associação de Promoção de Vouzela.



Este projeto, cujo principal objetivo é a demonstração de tecnologias inovadoras que permitam aumentar a cadeia de valor da fileira florestal, com particular ênfase para a fileira do pinho, apresenta um investimento aprovado de cerca de 3,5 milhões de euros, dos quais a CIM Viseu Dão Lafões e o Instituto Politécnico de Viseu, irão gerir, respetivamente, 34.269,03€ e

120.015,91€, que servirão para materializar e colocar no terreno iniciativas tendentes à valorização da pinha e do pinhão da região Centro.

Assim, ao longo do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a trabalhar em estreita relação com o Instituto Politécnico de Viseu, tendo em vista alargar a cadeia de valor associada à produção da pinha e do pinhão e inserção em mercados globais emergentes, diversificando as formas de valorização da economia florestal do pinheiro manso e garantindo um aumento significativo da retenção de riqueza na região gerada com base neste recurso territorial, bem como incrementar as condições de atratividade e rentabilidade do investimento no pinheiro manso.

Do trabalho desenvolvido pelas duas entidades salienta-se a realização, no dia 30 de setembro, na Escola Superior Agrária de Viseu, das Jornadas Técnicas “Modernizar a Produção do Pinheiro Manso: Alinhar



Mercados, Produtos e Empreendedorismo”, nas quais para além de terem sido divulgados os conhecimentos técnicos e científicos e tecnologias que podem apoiar os empresários e demais agentes económicos, foi estimulada a troca de experiências que contribuirá, certamente, para o desenvolvimento económico da cadeia do pinheiro manso.

Com este evento, onde foi valorizada a partilha e troca de conhecimento, a CIM Viseu Dão Lafões e o IPV pretenderam apoiar os empresários e demais agentes económicos, os quais têm um papel crucial na criação de valor económico dos recursos endógenos e, em especial, das atividades económicas em torno do pinheiro manso, por forma a que, em conjunto, possamos fomentar a competitividade dos nossos territórios, produzindo riqueza, atraindo mais jovens talentos e visitantes.

Para além disso, no ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões participou nas reuniões da parceria, que tiveram como objetivo definir e planear as próximas fases de implementação do projeto e efetuar um ponto de situação dos trabalhos, e continuou a apoiar os restantes parceiros, divulgando nos seus meios de comunicação digitais e junto da sua rede de contactos as atividades que foram realizadas pelos mesmos, no âmbito deste projeto de valorização da floresta.

Outro dos recursos endógenos em que a CIM Viseu Dão Lafões tem, também, vindo a apostar é na **valorização da fileira do queijo da região Centro**, a qual tem vindo a ser trabalhada, desde o ano de 2019, por uma parceria composta por 14 instituições de base regional e local, designadamente associações, instituições de ensino e de I&DT e outras instituições com papel relevante na valorização económica dos Queijos DOP da Região Centro, representativas dos

territórios alvo da intervenção (Beira Baixa, Rabaçal e Serra da Estrela), e liderada pela Associação do Cluster Industrial do Centro (Inovcluster), que construiu uma estratégia alargada, concertada e integrada à escala regional.

A candidatura “**Programa de Valorização da Fileira do Queijo da Região Centro**” apresentada por esta parceria, e aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, foi concluída no passado mês de dezembro, tendo apoiado os agentes da fileira na resolução dos principais estrangulamentos da cadeia de valor dos Queijos tradicionais da região, desde o produtor do leite até ao consumidor, de modo a fortalecer e valorizar a fileira do queijo.

No âmbito deste projeto a CIM Viseu Dão Lafões e as restantes Comunidades Intermunicipais que integraram a parceria, nomeadamente, a CIM da Região de Coimbra, a CIM da Beira Baixa e a CIM das Beiras e Serra da Estrela, foram responsáveis pela atribuição de prémios pecuniários, designados Vale Pastor e Vale Pastor+, os quais tiveram como finalidade apoiar os produtores da fileira do queijo já instalados ou que pretendessem instalar-se, e que apresentassem leite de melhor qualidade para a produção de queijo DOP ou para o abastecimento de queijarias DOP.



Assim, de depois de ter sido realizada uma primeira edição da atribuição destes prémios, onde foram atribuídos só na área de intervenção da CIM Viseu Dão Lafões 14 prémios, num valor global de 35.000 euros, que ajudaram produtores de leite pertencentes aos Municípios de Mangualde, Nelas e Penalva do Castelo, foi realizada, no ano de 2022, uma segunda edição do Vale Pastor.

Nesta nova edição foram apresentadas a concurso, entre os dias 21 e 28 de fevereiro de 2022, 9 candidaturas por parte dos alunos que haviam concluído com sucesso a segunda edição da Escola de Pastores, promovida pelos Institutos Politécnicos de Viseu, Castelo Branco e Coimbra, das quais 8 foram consideradas elegíveis. No entanto das candidaturas elegíveis, nenhuma delas foi apresentada por empreendedores já instalados e/ou a instalar na área de intervenção da CIM Viseu Dão Lafões.



Este projeto, que agora chega ao fim, veio fomentar e desenvolver a atividade agropastorícia, e consequentemente, auxiliou no processo de melhoria da qualidade na produção de leite destinado ao fabrico de queijo com denominação de origem protegida, promovendo, assim, a competitividade desta fileira.

De referir que a Inovcluster, tendo em vista alavancar e complementar o referido projeto, encontra-se, também, a estruturar uma **Rota Turística e Gastronómica: Queijos da Região Centro**, na sequência da aprovação de uma candidatura pelo Programa Valorizar, a qual visa criar uma oferta sustentável e identitária, tendo como produtos âncora, os Queijos de cada uma das regiões DOP (Serra da Estrela, Beira Baixa e Rabaçal), visto serem produtos diferenciadores e de valor acrescentado, com uma profunda ligação ao saber fazer e à base identitária do território.



Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a colaborar, durante o ano de 2022, com a Inovcluster, efetuando a interligação com os Municípios seus associados pertencentes à região DOP Serra da Estrela, na identificação de agentes turísticos que possam incluir experiências diferenciadoras e apelativas, visitas a pontos de interesse turístico e, também, a inclusão de informação relativa a alojamentos rurais e restaurantes que contemplem ou venham a contemplar os queijos DOP nos seus menus.

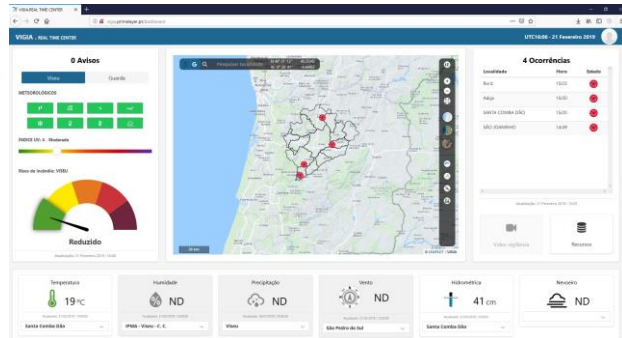
4.5 Melhorar e promover a qualidade do ambiente urbano, a eficiência energética, a sustentabilidade no uso dos recursos e a prevenção e gestão de riscos

Proteção Civil à Escala Intermunicipal

A proteção civil tem vindo a assumir, ao longo dos últimos anos, um papel preponderante no campo de atuação da Comunidade Intermunicipal, em resultado das mudanças climáticas e dos fenómenos extremos (incêndios florestais, inundações, tempestades, ...) que se têm vindo a fazer sentir, também na nossa região, obrigando a que se tomem medidas ao nível da prevenção dos riscos coletivos, atenuando os seus efeitos e protegendo e socorrendo as pessoas e bens em perigo.

Nesse sentido, e dando seguimento à estratégia e às prioridades definidas para a região Viseu Dão Lafões no domínio da proteção civil, no decurso do ano de 2022, a Comunidade Intermunicipal continuou a trabalhar, em estreita articulação com os seus municípios e com a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no sentido de reforçar os conhecimentos e os meios disponibilizados aos agentes da proteção civil que operam no território, tornando, assim, o território mais resiliente e mais capacitado para fazer face a uma eventual catástrofe.

Das atividades desenvolvidas, destaca-se a continuidade da disponibilização da **Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal (VIGIA)** a todos os agentes da proteção civil, cujo funcionamento e manutenção continuou, durante o ano de 2022, a ser assegurada pela CIM Viseu Dão Lafões.



De referir que esta plataforma de base tecnológica, ao agregar diversa informação sobre a região, nomeadamente, cartografia temática relacionada com a erosão do solo, secas e escassez de água, ondas de calor e incêndios florestais, o estudo de caracterização dos incêndios florestais nas últimas três décadas, bem como informação proveniente das 14 estações meteorológicas instaladas em cada um dos municípios, e da estação hidrométrica instalada em Santa Comba Dão, tem sido uma mais valia para todos os atores do território na área da proteção civil, uma vez que permite uma melhor interligação entre os mesmos, tornando todo o processo de planeamento e de tomada de decisão mais simples e eficaz, e consequentemente uma resposta mais rápida quando se verifica uma ocorrência (ex: cheias, inundações, incêndios florestais, entre outros sinistros).

Ao nível da proteção civil, o ano de 2022 foi, também, marcado pela continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas **brigadas de sapadores florestais**, ao nível da silvicultura preventiva, gestão de faixas de combustíveis e manutenção e beneficiação de rede primária, trabalho esse que contribui para a diminuição da carga combustível, tornando o território mais resiliente a incêndios rurais, e facilitando o acesso de veículos de combate a incêndios rurais.



Assim, as brigadas de sapadores florestais, têm vindo a executar, por todo o território Viseu Dão Lafões, quer serviço requisitado pelos Municípios da Comunidade Intermunicipal, quer serviço público, mandatado pelo ICNF.

De entre o serviço público, as brigadas de sapadores florestais da CIM Viseu Dão Lafões efetuaram, também, durante os meses de verão, diversas ações de apoio ao combate, rescaldo, vigilância e consolidação de incêndios rurais, tendo sido mobilizadas para os mais diversos locais e teatros de operações.

No campo de atuação da proteção civil, destaca-se, também, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo **Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal**, ao qual compete o desenvolvimento de várias atividades, como sejam:

- Acompanhamento das políticas florestais;
- Promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal;
- Acompanhar e promover a transposição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM);
- Promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais;
- Acompanhamento dos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Identificação, para efeitos de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, de unidades de planeamento e gestão;
- Produção e disponibilização de informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente cartográfica;
- Difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais;
- Outras atividades que sejam solicitados pelo ICNF, em articulação com a entidade intermunicipal.

Assim, no decurso do ano de 2022, o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, apoiado pelo Fundo Florestal Permanente, continuou a trabalhar em estreita parceria com o ICNF e com os gabinetes técnicos florestais municipais, no sentido de articular e harmonizar as políticas que são implementadas no território ao nível da proteção civil e da defesa da floresta.

Do trabalho realizado, destaca-se a realização, no dia 12 de abril, no Auditório Municipal de Tondela, de uma reunião de acompanhamento do trabalho realizado pelos técnicos dos



Gabinetes Técnicos Florestais (GTF's) afetos à análise de projetos do Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR).

Esta sessão, que teve como objetivo esclarecer dúvidas, consolidar conceitos e garantir igualdade de procedimentos no processo de análise e decisão, contou com intervenções do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Diretor do Departamento Regional da Gestão de Valorização da Floresta do Centro, Rui Pedro Ferreira, bem como, do Técnico do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Nuno Amaral.

Ao nível da proteção civil, dar também nota que, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que veio definir que a governança do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) deve ser efetuada ao nível de cada sub-região NUTS III, foi instalada a 22 de fevereiro de 2022, a **Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Viseu Dão Lafões**, da qual fazem parte o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Florestais (AGIF), a Autoridade

Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DFRAPC), a Direção Geral de



Alimentação e Veterinária (DGAV), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), as Forças Armadas, a Liga dos Bombeiros, entre outros.

Nesta reunião, que decorreu no Auditório Municipal de Tondela sob a presidência do Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, para além de se ter procedido à instalação da referida Comissão, foi, também, apresentado o modelo de governança do SGIFR.

A segunda reunião deste órgão, de carácter deliberativo, que tem como missão a execução da estratégia de gestão integrada de fogos rurais, a articulação dos programas de gestão do fogo rural e de proteção das comunidades contra incêndios rurais, assim como programas conexos de entidades públicas e privadas e o respetivo planeamento à sua escala, teve lugar no dia 24 de maio, na Casa do Adro, em Viseu.

Da agenda de trabalhos desta reunião destaca-se a apresentação da Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, pela CIM Viseu Dão Lafões; o balanço das ações de prevenção estrutural no território Viseu Dão Lafões, pelo ICNF; o balanço da atividade de sensibilização,

vigilância e fiscalização, pela GNR; o balanço de incêndios do 1º quadrimestre 2022 e a apresentação do DECIR 2022, pela ANEPC; e a apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Técnica da Comissão Sub-Regional de GIFR, pela AGIF.



Neste âmbito salienta-se, também, a aprovação pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, no dia 18 de outubro de 2022, do Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Centro.

Dar, ainda, nota que, para assinalar o Dia Internacional das Florestas, a CIM Viseu Dão Lafões e a Câmara Municipal de Tondela realizaram, no dia 21 de março de 2022, **ações de reflorestação** com as crianças do ensino Pré-escolar de Campo de Besteiros, Castelões e Alvarim e do 1º Ciclo da escola de Outeiro de Baixo.

Esta iniciativa, que teve lugar em parcelas localizadas nas freguesias de Castelões e Dardavaz (concelho de Tondela), consistiu na plantação de espécies autóctones como carvalho alvarinho (*Quercus robur*) e pinheiro manso (*Pinus pinea*), cedidas pela Tree Nation no âmbito do Projeto ProNatura, da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA).

A reflorestação, que teve como objetivo a sensibilização da comunidade escolar para a importância da floresta autóctone enquanto elemento indispensável para a biodiversidade e caracterização da região, contou com a participação dos Bombeiros Voluntários de Vale de Besteiros e dos Bombeiros Voluntários de Tondela, da Equipa de Sapadores Florestais da CIM Viseu Dão Lafões e da Associação de Freguesias da Serra do Caramulo.



Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais

Ao nível da proteção civil, destacamos, também, a implementação do “Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra”, o qual visa a deteção precoce, a monitorização e o apoio à deteção de ignições e recolha de informação para apoio a decisões no combate a incêndios nos espaços florestais.



Este projeto, aprovado pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, com um investimento elegível de 3.816.600,46€, dos quais 1.761.381,66€ foram geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, compreendeu a instalação de 37 torres de vigia, que garantem a cobertura do território de ambas as Comunidades Intermunicipais, num total de 33 municípios, tendo tido em consideração as áreas de maior risco, as zonas sombra e as áreas com maior histórico de incêndios florestais.

Assim, e de entre os trabalhos desenvolvidos no decurso do ano de 2022, destacamos, no dia 6 de maio, uma visita realizada pela CIM Viseu Dão Lafões aos dois Centros de Gestão e Controlo, nomeadamente, ao Comando Territorial da GNR de Viseu e ao CDOS Viseu, a qual permitiu não só verificar o funcionamento do sistema, mas, também, perceber o dispositivo

afeto à abertura da rede primária da Rede Nacional de Postos de Vigia, marcada para o dia seguinte.



Entretanto, nos dias 18 e 19 de julho, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu, ainda, uma formação destinada aos operadores da Sala de Situação do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Viseu e do Comando Regional de Emergência e Proteção Civil, a qual decorreu no edifício do CDOS de Viseu. De referir que no ano de 2021, já havia sido realizada uma formação semelhante para os operacionais da Guarda Nacional Republicana (GNR).



O sistema que cobre o território de Viseu Dão Lafões foi concluído e ativado na sua totalidade em julho de 2022, sendo este composto por 17 torres de vigia que se encontram instaladas em Aguiar da Beira (Pico Gradiz), Carregal do Sal (Nossa Senhora das Febres), Castro Daire (Faifa e Picão), Mangualde (Vila Garcia e Senhora do Castelo), Nelas (Pedra Cavaleira), Oliveira de Frades (Posto de Vigia das Cruzes), Penalva do Castelo (Monte Real), São Pedro do Sul (Gravia e São Macário), Sátão (Fontainhas), Tondela (Cabeço da Neve), Viseu (Monte de Santa Luzia e Parque Eólico de São Marcos) e Vouzela (Adsamo e Campia), bem como por dois Centros de Gestão e Controlo, localizados no Comando Territorial da GNR de Viseu e no Comando Distrital de Operações e Socorro (CDOS) de Viseu, e por dezasseis Centros de Monitorização Remota localizados na sede da CIM Viseu Dão Lafões, nos seus 14 Municípios associados e no veículo de comando e comunicações da ANEPC afeto ao CDOS de Viseu.

Para além disso, este sistema, essencial no âmbito da prevenção operacional do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, conta, ainda, com uma rede de comunicações dedicada, via rádio, que garante a interoperabilidade com os Sistemas de Acompanhamento e Apoio à Decisão já instalados e em operação em outras regiões.

De referir que, as imagens que são captadas pelas torres de vigia, são integradas na Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, enriquecendo, assim, a informação disponibilizada, pela referida plataforma, a todos os agentes da proteção civil a operar no território.

Dar, também, nota que este sistema de videovigilância, que vem reforçar a capacidade de deteção de incêndios numa fase crítica e, consequentemente, uma mais rápida ativação dos meios de combate, foi objeto de destaque pela TVI.



Life Landscape Fire

Ainda no campo de atuação da proteção civil, e para além dos projetos apresentados ao Portugal 2020, a CIM Viseu Dão Lafões tem, também, integrado algumas parcerias no âmbito da apresentação de projetos a Programas Europeus, de entre os quais se destaca o Programa Europeu LIFE – Environment and Resource Efficiency, ao qual foi apresentada uma candidatura denominada “Life Landscape Fire Project”.

Este projeto, aprovado em agosto de 2019, tem como objetivo o desenvolvimento de medidas, de grande escala, de prevenção contra os fogos florestais, a conservação da biodiversidade, o aumento da resiliência florestal, a capacitação dos decisores relativamente aos benefícios da prevenção, bem como, a identificação de um conjunto de opções e medidas de adaptação local que irão permitir identificar e propor ações de redução da vulnerabilidade territorial atual e futura da região.

Assim, no decurso do ano de 2022, foi dada continuidade à implementação deste projeto que apresenta um investimento elegível aprovado de 2.377.698,00€, dos quais 1.206.971,00€ são geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de aproximadamente 54%, sendo o valor remanescente da responsabilidade dos restantes membros da parceria, nomeadamente, do Instituto Politécnico de Viseu, da Universidade da Extremadura, da Junta da Extremadura e da Mancomunidad de Sierra de San Pedro.

No que respeita às atividades da responsabilidade da CIM Viseu Dão Lafões, foi dada continuidade ao processo de capacitação e credenciação dos 25 técnicos de fogo controlado e dos 75 operacionais de queima, tendo sido realizadas várias ações práticas, que permitiram dotar os recursos humanos provenientes de diversas estruturas do território da CIM Viseu Dão

Lafões, nomeadamente, Gabinetes Técnicos Florestais, Serviços Municipais de Proteção Civil, Bombeiros Sapadores Municipais, Bombeiros Voluntários, Sapadores Florestais, Organizações de Produtores Florestais e da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR, de conhecimentos e de ferramentas que lhes permitam realizar planos de fogo controlado e executar técnicas de ignição para queima prescrita, bem como a posterior avaliação dos impactes da queima.

As referidas ações realizaram-se na localidade de Ameixiosa, na União de Freguesias de S. Martinho das Moitas e Covas do Rio (Município de São Pedro do Sul), na localidade de Caparrosa e na localidade de Medorno, ambas na União de Freguesias de Caparrosa e Silvares (Município de Tondela), na localidade de Santiago de Besteiros, na Freguesia de Santiago de Besteiros (Município de Tondela), na localidade de Caselho, na freguesia de Guardão (Município de Tondela), e no quartel dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão (Município de Santa Comba Dão).



De referir que o fogo controlado é uma importante ferramenta da silvicultura preventiva, que consiste no uso do fogo sob condições, normas e procedimentos previamente definidos, e que permite, em comparação com as outras técnicas de gestão da vegetação, alcançar diversos objetivos: silvícolas, silvopastoris, cinegéticos e ecológicos.

Ao nível da capacitação destaca-se, também, a conclusão do processo formativo direcionado para a gestão de pastagens, no qual os técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais e dos Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios que compõem a CIM Viseu Dão Lafões tiveram a oportunidade de adquirir técnicas de planeamento territorial e planeamento financeiro, que lhes permitem gerir e planificar de uma melhor forma ações de pastorícia.

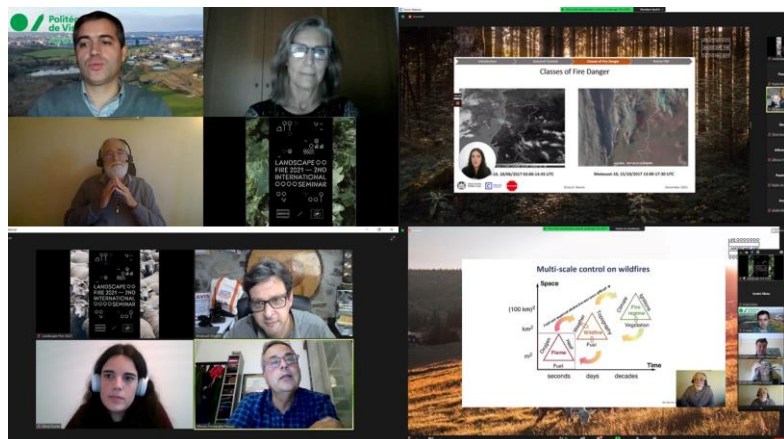
Desenvolvido pela Actyva – Sociedad Cooperativa Integral del Suroeste, este processo de formação teve como objetivo o estudo técnico financeiro de algumas explorações agrícolas, direcionado para a prevenção de incêndios, assim como a identificação da necessidade de

implementação de infraestruturas necessárias em zonas de pastagem, tendo em conta a análise da informação recolhida junto de pastores, em cada um dos municípios que integram a CIM.

Dar nota que a pastorícia é uma ferramenta essencial na gestão dos combustíveis, permitindo, em simultâneo, a diminuição da carga combustível disponível e do seu potencial risco de incêndio, a gestão de habitats e a fertilização dos solos.



Dar, ainda, nota que, a realização do 2º Webinar Internacional, que teve como objetivo, durante 3 dias, fomentar o debate e a partilha de experiências sobre temas como a prevenção de incêndios florestais, a conservação da biodiversidade e o aumento da resiliência florestal, entre outros, foi concluído no dia 11 de janeiro de 2022, com a abordagem ao tema das “Alterações Climáticas”. De referir que, nos dias 14 e 21 de dezembro de 2021 haviam sido abordadas as “Práticas Tradicionais” e os “Modelos Preditivos de Risco Espacial”.



De referir que, nos dias 14 e 21 de dezembro de 2021 haviam sido abordadas as “Práticas Tradicionais” e os “Modelos Preditivos de Risco Espacial”.

No âmbito do projeto “Life Landscape Fire”, a CIM Viseu Dão Lafões e a Escola Superior Agrária de Viseu, em articulação com os técnicos do Gabinete Técnico Florestal e do Serviço Municipal

de Proteção Civil do Município de Viseu, organizaram, no dia 27 de maio de 2022, uma ação de sensibilização sobre espécies invasoras, a qual teve lugar no Monte de Santa Luzia, Viseu.

Esta iniciativa, integrada na Semana sobre Espécies Invasoras 2022 (SEI2022), foi dirigida a alunos da Escola Profissional Mariana Seixas e a alunos do Curso Técnico Superior Profissional em Proteção Civil da Escola Superior Agrária de Viseu, e teve como objetivo a identificação de plantas invasoras naquele local e a sensibilização dos jovens para esta temática.



Nos dias 25 e 26 de outubro de 2022, a Comunidade Intermunicipal recebeu nas suas instalações em Tondela, uma reunião de trabalho do consórcio deste projeto, a qual contou



com a participação de representantes da CIM Viseu Dão Lafões, da Mancomunidade Sierra de San Pedro, da Junta de Extremadura, da Universidad de Extremadura e do Instituto Politécnico de Viseu.

No primeiro dia desta sessão foi realizado um ponto de situação do projeto e o planeamento de ações futuras, e no segundo dia foi efetuada uma visita de campo a áreas onde o projeto está a ser implementado.

De referir que este projeto, inovador para a região, será uma mais valia no controlo da proliferação e desenvolvimento de espécie invasoras, na prevenção dos incêndios florestais, e na diminuição dos seus impactos ao nível ambiental, social e económico, tendo inclusive sido alvo de destaque no programa “Hora de Agir” da RTP3.

Dar, ainda, nota que no âmbito das comemorações do 30º aniversário do Programa LIFE, foi realizado um encontro entre projetos aprovados neste Programa, o qual teve como objetivo contribuir para a divulgação do impacto dos projetos LIFE na abordagem das questões ambientais e climáticas, bem como para a promoção dos benefícios que estes projetos proporcionam, tendo a CIM Viseu Dão Lafões participado no mesmo.

Drysense – Sistema de alerta prematuro e de gestão de secas e erosão do solo (“ClimAlert”)

Os recursos hídricos são essenciais, em termos estratégicos, para todos os setores produtivos, pelo que, a sua gestão requer a atenção de todos os responsáveis pelas políticas públicas, dada a imprescindibilidade deste recurso para a sociedade.

Para além disso, nos últimos tempos, a Europa tem vindo a ser afetada por eventos climáticos extremos, como sejam a queda de chuvas e o aumento das temperaturas, os quais têm impactos ao nível da diminuição da disponibilidade de água e rendimento das culturas, do aumento do risco de seca e incêndios florestais, perda de biodiversidade e impactos adversos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas e o gado.

Estes acontecimentos dão origem a um pronunciado déficit hídrico para os territórios, o que gera incerteza significativa sobre a disponibilidade do recurso hídrico, pelo que é essencial, criar meios para uma cooperação territorial ao nível da água, garantindo a sustentabilidade deste recurso.

Perante estes factos, é necessário melhorar a capacidade dos agentes políticos, económicos e sociais para racionalizar o uso dos recursos hídricos, gerindo, de forma eficaz, a quantidade de informação existente, e desenvolvendo ferramentas que permitam adaptar essas informações às necessidades das diferentes áreas territoriais.

Neste sentido, e considerando que a problemática associada a este recurso hídrico, também, afeta a região Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal, após convite, integrou uma parceria, liderada por uma entidade francesa, no âmbito de uma candidatura apresentada à 3ª convocatória do INTERREG SUDOE, a qual foi objeto de aprovação no decurso do ano de 2019, com um investimento elegível de 1.693.873,16€, dos quais 190.000,00€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e cofinanciados a uma taxa de 75%.



Assim, no decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões e os restantes parceiros deram continuidade à implementação deste projeto designado de “ClimAlert”, o qual visa o desenvolvimento de um serviço transnacional de alerta precoce de riscos climáticos relacionados com a água (secas, incêndios e inundações) na área de cooperação de Portugal, França e Espanha.

Assim, e após os parceiros terem delegado na Chambre d’Agriculture de la Dordogne as tarefas associadas ao lançamento e tramitação do procedimento associado à construção de uma plataforma, esta foi concluída no decurso do ano de 2022, reunindo informações do satélite "SENTINEL", sensoriamento remoto, sistemas de informações geográficas e informações climáticas disponíveis.

Esta plataforma, para além de ajudar a prever e compreender o comportamento de eventos climáticos extremos e a gestão da água nos níveis rural (erosão do solo) e urbano (ondas de calor), será testada em diferentes locais em toda a área de cooperação, contando com a colaboração nas fases de projeto e implementação com todos os agentes de interesse (proteção civil, associações de agricultores, organizações de gestão ambiental, etc.).

Dar, ainda, nota que, este projeto prevê, também, a colocação dos sensores de humidade nos solos, para recolha de informação hídrica dos mesmos, a qual, para além de ser igualmente disponibilizada na plataforma, será comparada com a informação recolhida via satélite, a fim de serem retiradas conclusões.

De referir, também, que entre os dias 14 e 16 de setembro, a CIM Viseu Dão Lafões esteve presente na reunião geral do projeto, realizada em Múrcia, Espanha, a qual teve como objetivo realizar um ponto de situação do projeto, bem como possibilitar a troca e partilha de experiências entre os diversos parceiros.



Salienta-se que este projeto se reveste de grande importância para a região, ao pretender minimizar os efeitos dos fenómenos meteorológicos extremos através da sua previsão e da gestão dos riscos associados.

Adaptação às Alterações Climáticas em Viseu Dão Lafões

Perante a problemática associada aos eventos climáticos extremos, que se têm vindo a registar nos últimos anos, os quais são responsáveis por impactos negativos muito significativos nos sistemas naturais, sociais e económicos, a Comunidade Intermunicipal sinalizou a temática das

alterações climáticas nos Investimentos Territoriais Integrados consagrados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Assim, e face à inexistência de uma estratégia territorial assente em medidas de adaptação às alterações climáticas para o território, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar na promoção do desenvolvimento sustentável por via das alterações climáticas.

O trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal foi iniciado com a elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas para Viseu Dão Lafões, o qual promove a integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento intermunicipal e municipal e, dessa forma, cria uma cultura de adaptação transversal aos vários setores e atores, reforçando a resiliência territorial e preparando esta comunidade para os significativos desafios que as mudanças do clima estão/irão criar.

Este Plano é por isso considerado um instrumento fundamental para preparar a Comunidade Intermunicipal, bem como os seus atores estratégicos – públicos e privados -, para o caminho adaptativo que é necessário iniciar, na redução da vulnerabilidade territorial desta sub-região e na promoção da adaptação às alterações climáticas.

No entanto, a CIM Viseu Dão Lafões não se ficou pela elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, e implementou, também, por via do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, duas candidaturas, uma direcionada para a realização de ações de sensibilização, junto da população escolar, e outra para produção de cartografia, ao nível da erosão dos solos, ondas de calor, secas e escassez de água, e incêndios florestais.

Assim, e tendo em vista dar seguimento a todo este trabalho, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a promover iniciativas tendo em vista consolidar e divulgar os resultados patentes no Plano



Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do território de Viseu Dão Lafões, as quais têm sido realizadas, maioritariamente, junto da comunidade escolar.

Nesse sentido, essas iniciativas que visam promover a adoção de atitudes e comportamentos que atenuem e mitiguem os impactos negativos das alterações climáticas no território, têm vindo a ser implementadas no âmbito do projeto de “Promoção do Sucesso Educativo em

Viseu Dão Lafões”, a qual se descreve de forma mais pormenorizada no referido ponto deste documento.

Life Nieblas – Reforestation & Climate Change Mitigation

Embora as mudanças climáticas sempre tenham existido, a verdade é que o ritmo entre estas variações climáticas tem sofrido uma forte aceleração, e a tendência é que tome proporções ainda mais caóticas se não forem tomadas medidas.

Este facto, faz com que as mudanças climáticas sejam a maior ameaça ambiental do século XXI, com consequências profundas e transversais a várias áreas da sociedade: económica, social e ambiental, pelo que é essencial tomar medidas para mitigar os seus impactos.

Ao nível dessas medidas, vários estudos têm demonstrado que, atualmente, a reflorestação do planeta é a melhor solução disponível para combater as alterações climáticas, com um potencial de capturar dois terços das emissões de dióxido de carbono produzidas pela humanidade.

A esse facto, acresce, ainda, que é expectável que as alterações climáticas venham a originar condições de baixa pluviosidade e a desertificação em zonas substanciais do Sul da Europa e das regiões ultraperiféricas da União Europeia.

Neste sentido, e por forma a tentar colmatar esta problemática, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a Empresa Pública Gesplan, o Cabildo de Gran Canária, o Instituto Canario de Investigaciones Agrarias (ICIA), o Instituto Tecnológico de Canarias, a Universidad de La Laguna, a Heredad de Aguas de Arucas y Fargas, e o Centro de Investigación Ecológica y Aplicaciones Forestales de Cataluña, têm vindo a implementar, desde o ano de 2020, um projeto no âmbito da reflorestação e da mitigação das mudanças climáticas.

Financiado pelo Programa Europeu Life, este projeto designado de Nieblas, visa mitigar os efeitos das alterações climáticas no Sul da Europa e regiões ultraperiféricas da União Europeia, apresentando um investimento de 2.195.242,00€, dos quais 100.745,00€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões.

Assim, e tendo em vista dar a conhecer este projeto, que se destaca por recorrer à utilização de protótipos de coletores



de neblina, que permitem a recolha de água e o seu posterior aproveitamento para recuperação de áreas florestais, facilitando, dessa forma, o crescimento sustentado do coberto

vegetal, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu, no dia 14 de março de 2022, uma sessão para apresentação pública deste projeto.

Esta iniciativa, que decorreu no Museu Soares de Albergaria, na Vila de Carregal do Sal, contou com a presença do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, do Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal, Paulo Catalino, do Presidente da Câmara Municipal de Vouzela, Rui Ladeira, e ainda da Vice-Presidente do Cabildo de Gran Canária e Conselheira do Meio Ambiente, María Inés Jiménez Martín.

No âmbito da referida apresentação foi, ainda, realizada uma visita técnica aos locais a reflorestar, localizados nos concelhos de Carregal do Sal e Vouzela, e classificados como zonas especiais de conservação (ZEC), integrados na Rede Natura 2000, e nos quais foram instalados os coletores de nevoeiro.



Instalados os referidos coletores nos dois Sítios de Importância Comunitária (SIC), a CIM Viseu Dão Lafões iniciou o processo de reflorestação com espécies autóctones, num total de 10 hectares, sendo que essas áreas são divididas em três setores, onde são aplicadas metodologias de plantação e rega distintas, com a água recolhida pelos coletores.

Este projeto, não desenvolverá apenas novas tecnologias sustentáveis, mas também contribuirá para a mitigação das alterações climáticas, reduzindo o risco de incêndios florestais, a desertificação e a perda de biodiversidade.

De referir que, todos estes trabalhos desenvolvidos pela CIM Viseu Dão Lafões são objeto de acompanhamento por parte da entidade coordenadora do projeto, a GESPLAN, a qual tem efetuado visitas técnicas a Portugal com o propósito de desenvolver um conjunto de trabalhos de campo e aperfeiçoar os recursos informáticos utilizados, nomeadamente a Apps e o

software, os quais permitem à equipa do projeto aumentar a capacidade de recolha de dados, partilhar estatísticas e analisar remotamente os resultados obtidos nas três áreas de reflorestação deste projeto.

Das visitas realizadas no decurso do ano de 2022, destacamos as ocorridas nos dias 19 e 20 de setembro e no dia 28 de outubro, as quais têm contribuído para potenciar o aproveitamento da água recolhida pelos coletores de nevoeiro.



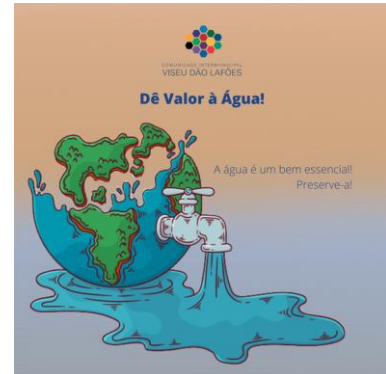
De referir que este projeto, que irá permitir a recuperação sustentável das florestas, e, consequentemente, o reforço da resiliência dos ecossistemas de Viseu Dão Lafões, tem vindo a ser alvo de destaque em vários meios de comunicação nacional e internacional, nomeadamente, na TSF – Rádio Notícias, no Jornal do Centro, no Expresso, no Público, no The Guardian e no programa “Hora de Agir” da RTP3.



No decurso do ano de 2022, foi, ainda, dada continuidade à publicação da newsletter “Life Nieblas”, na qual são difundidos diversos artigos relacionados com este projeto, como por exemplo, os resultados relativos a testes de recolha de água por parte dos coletores de

neblina, e os primeiros dados relativos à capacidade de retenção de carbono por parte de zonas florestais envolvidas no projeto.

Dar, ainda, nota, que atendendo à importância dos recursos hídricos e ao facto da água ser um recurso cada vez mais escasso, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu uma campanha de sensibilização para a poupança da água, com o mote “Dê Valor à Água”, a qual teve como objetivo consciencializar a população para o uso adequado deste recurso, através da adoção de hábitos diários que visem a poupança deste bem essencial.



Para além disso, e para assinalar o Dia Mundial da Água, foi realizada no dia 22 de março de 2022, na Escola Profissional Profitecla, em Viseu, uma ação de informação sobre as ações intermunicipais que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito das alterações climáticas, tendo na mesma sido dado especial destaque ao projeto Life Nieblas.

Deteção e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina

A presença de espécies exóticas invasoras é considerada uma das principais causas de perda de biodiversidade, pelo que é prioritário investir em intervenções orientadas para o controlo dessas espécies e para a prevenção e deteção precoce de focos de dispersão dessas mesmas espécies, bem como intervenções a montante que impeçam a sua entrada em todo o território.



De entre as diversas espécies exóticas invasoras existentes, destaca-se a vespa velutina Lepeletier, que é predadora natural da abelha europeia (*Apis mellifera*) e de outros insetos, e que pode vir a originar, a médio prazo, impactos significativos na biodiversidade, em particular nas espécies de abelhas e de

vespas nativas e nas populações de outros insetos polinizadores e nos serviços dos ecossistemas que asseguram a polinização.

Face à sua estratégia de reprodução, caracterizada por um sucesso reprodutor mais agressivo do que o de outras espécies semelhantes, e à sua elevada capacidade de disseminação, a presença da vespa velutina representa um risco sob diferentes pontos de vista: para a apicultura, para a produção agrícola, para o bem-estar e segurança dos cidadãos e para o ambiente.

Posto isto, a Comunidade Intermunicipal, consciente dos riscos provenientes desta espécie exótica invasora, e dos impactos negativos que a sua propagação pode ter para a região Viseu Dão Lafões, apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), no âmbito da deteção e combate à espécie exótica invasora vespa velutina, tendo a mesma sido objeto de aprovação em setembro de 2021, com um investimento elegível de cerca de 335 mil euros, financiados a uma taxa de 85%.

Este projeto, que irá contribuir de forma direta para a mitigação dos efeitos provocados por esta espécie na atividade agrícola, bem como para a segurança dos cidadãos e para a minimização dos impactos sobre a



biodiversidade e ecossistemas presentes nos catorze municípios da região, foi apresentado publicamente no dia 21 de fevereiro de 2022, na Casa do Adro, em Viseu, onde teve lugar uma conferência de imprensa.

Entretanto, no dia 2 de março, foi realizada, no Auditório da ACERT, uma reunião de trabalho com os técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais e dos Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios que compõem a CIM Viseu Dão Lafões, no sentido de operacionalizar a implementação deste projeto, que compreende a implementação de ações dirigidas para a prevenção, vigilância e controlo da espécie sobre os ecossistemas e, em particular, sobre os serviços de polinização por eles suportados.

De referir que, este projeto conta com o apoio técnico e científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, o qual está suportado num acordo de cooperação horizontal entre as partes.

Nesse âmbito, foi iniciada, no dia 6 de junho, a instalação de armadilhas entomológicas no território de Viseu Dão Lafões, as quais estão a ser monitorizadas com uma periodicidade quinzenal, durante dois anos, tendo em vista a deteção precoce da presença de exemplares ou ninhos de vespa velutina e o posterior mapeamento/estudo da sua dispersão por todo o território da CIM Viseu Dão Lafões.



Posteriormente, a CIM Viseu Dão Lafões dotou os municípios com equipamentos para a deteção e combate a esta espécie, nomeadamente, equipamento de proteção individual, hipsómetros, binóculos e kits de destruição de ninhos, os quais foram entregues no dia 19 de julho, numa sessão que teve lugar na sede da Comunidade Intermunicipal, em Tondela.



De referir que a implementação deste projeto irá permitir, não só, desenvolver uma estratégia intermunicipal de combate à espécie invasora vespa velutina, mas também aumentar o conhecimento (tanto de técnicos como da população) sobre os hábitos desta espécie.

Nesse sentido, no passado mês de janeiro, foi iniciada a realização de ações de sensibilização relativas ao combate à vespa velutina, nas quais os alunos do 8º e 9º ano podem aprender comportamentos e procedimentos a adotar quando detetada a presença da vespa asiática, ou velutina.

Com estas iniciativas a CIM Viseu Dão Lafões espera contribuir de forma direta para a mitigação dos efeitos provocados por esta espécie na atividade agrícola, bem como para a segurança dos cidadãos e para a minimização dos impactos sobre a biodiversidade e ecossistemas presentes nos catorze municípios da região.

RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos

As políticas relativas à gestão de resíduos têm evoluído no sentido da gestão sustentável dos materiais, a fim de proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana, assegurar uma utilização prudente, eficiente e racional dos recursos naturais, reduzir a pressão sobre a capacidade regenerativa dos ecossistemas, promover os princípios da economia circular, reforçar a utilização da energia renovável, aumentar a eficiência energética,

reduzir a dependência de recursos importados, proporcionar novas oportunidades económicas e contribuir para a competitividade a longo prazo.



Nesse sentido, têm vindo a ser introduzidas normas relativas à prevenção da produção de resíduos, estipulando objetivos e metas de redução tanto ao nível da produção de resíduos urbanos, como medidas com vista à promoção da reutilização, bem como normas relativas à prevenção de resíduos alimentares no contexto do combate ao desperdício

alimentar, e à redução da deposição em aterro, de resíduos com potencial de reciclagem ou outro tipo de valorização.

Assim, é necessário promover a reutilização e a reciclagem de resíduos, e assegurar a recolha seletiva de biorresíduos, e para atingir esse desígnio têm vindo a ser penalizadas as operações de tratamento menos nobres na hierarquia dos resíduos, por via do aumento do montante da taxa de gestão de resíduos (TGR), enquanto instrumento determinante da modelação de comportamentos de todos os envolvidos.

O Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, veio estabelecer que o Fundo Ambiental procedesse à devolução das receitas relativas à TGR aos municípios, com vista à sua aplicação no apoio a investimentos no domínio dos resíduos e da economia circular, sendo que o valor adstrito aos Municípios pertencentes à CIM Viseu Dão Lafões é de 540.976,49€.

Assim, e para que essa devolução ocorra de forma célere e consubstanciada, o Fundo Ambiental chamou as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas, para colaborarem ativamente na avaliação dos projetos a submeter pelos Municípios, no âmbito do Programa RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos, tendo para o efeito sido assinado um protocolo de colaboração que visa estabelecer o modo de operacionalização do referido Programa e regular os termos e condições de natureza técnica e financeira da colaboração entre o Fundo Ambiental e a CIM Viseu Dão Lafões.

O prazo de submissão das candidaturas terminou no dia 31 de outubro de 2022, tendo, entretanto, a CIM Viseu Dão Lafões procedido à análise e conseqüente aprovação dos projetos apresentados pelos seus Municípios, os quais irão contribuir para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos, com particular ênfase nos biorresíduos, promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro.

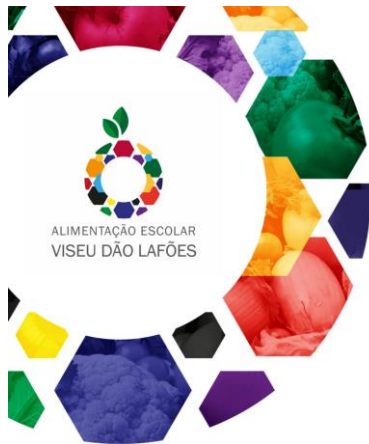
A assinatura dos contratos de financiamento destes projetos, que em termos genéricos incluem a infraestruturação e a aquisição de equipamentos associados a esse serviço e, subsidiariamente, a sensibilização dos utilizadores para melhorar as suas práticas, ocorreu no passado dia 23 de janeiro, no Auditório Carlos Paredes, em Vila Nova de Paiva.

De referir que, aquando do encerramento dos projetos, o qual terá de ocorrer até 31 de outubro de 2023, será quantificado o aumento que este apoio proporcionou na recolha de biorresíduos e/ou no aumento das quantidades de resíduos recolhidos de forma seletiva e encaminhados para tratamento e valorização.

Cantinas Verdes - Estruturação do Mercado Institucional de Alimentos em Viseu Dão Lafões

Está comprovado que a adoção de sistemas alimentares inadequados leva ao desenvolvimento de consequências negativas para a saúde humana, que se traduzem em dietas pobres do ponto de vista nutricional e no aumento das taxas de obesidade, com consequências na qualidade de vida das populações e nos sistemas de saúde pública, pelo que é imperativo desenvolver sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis que se baseiem em produtos frescos, naturais e sazonais.

Atualmente, o mercado institucional de alimentos, que inclui as refeições fornecidas em contexto escolar, fruto da sua complexidade, realiza um volume considerável de compras alimentares anualmente e, por isso, merece especial atenção no que diz respeito à organização dos atuais sistemas alimentares.



Assim, e atendendo a que cabe às entidades públicas, a responsabilidade de definirem prioridades na aquisição de bens alimentares e/ou serviços, direcionando o mercado atual para uma visão mais consciente em termos de saúde humana, consciente e responsável em termos ambientais e focados na promoção da economia local e justiça social, a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto entidade supramunicipal, no ano de 2020, iniciou a implementação do projeto “Cantinas Verdes – Estruturação do Mercado Institucional de Alimentos em Viseu Dão Lafões”, o qual visa o desenvolvimento de uma estratégia para a estruturação do mercado institucional de alimentos em Viseu Dão Lafões através da construção de uma cadeia alimentar que beneficie consumidores e produtores do setor primário.

Esta estratégia tem como principal objetivo responder à crescente consciencialização por parte dos cidadãos e entidades da administração pública da necessidade de garantir sistemas alimentares cada vez mais sustentáveis, saudáveis, acessíveis e preparados para mitigar eventuais dificuldades futuras.

Esta estratégia tem como principal objetivo responder à crescente consciencialização por parte dos cidadãos e entidades da administração pública da necessidade de garantir sistemas alimentares cada vez mais sustentáveis, saudáveis, acessíveis e preparados para mitigar eventuais dificuldades futuras.

Assim, o projeto direciona o âmbito da sua atuação para as cantinas escolares de Viseu Dão Lafões, dado o seu potencial de mudança, ambicionando a sua transição para um sistema alimentar mais sustentável, saudável e circular.

Neste sentido, foi realizado um estudo que teve como finalidade identificar e caracterizar a realidade atual referente ao modelo organizacional do fornecimento de refeições escolares no ensino público e profissional nos 14 municípios que integram a região, no qual foram identificadas as modalidades de compras públicas de alimentos e de fornecimento das refeições escolares praticadas em cada um dos municípios e para todos os níveis de ensino, e foram identificadas oportunidades e constrangimentos associados ao mercado das refeições escolares que se traduziram numa proposta de plano de ação que exige a intervenção de distintos agentes locais nomeadamente os municípios, agrupamentos de escolas, grupos de ação local, produtores e suas associações, entre outros.

Nesse plano de ação foram identificadas ações piloto, que visam testar novos modelos e instrumentos de contratação pública para a introdução de alimentos saudáveis e sustentáveis nas refeições escolares de alguns estabelecimentos de ensino da região Viseu Dão Lafões.

Assim, e tendo em vista a implementação dessas ações, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com os quatro Grupos de Ação Local do território (ADD, ADDLAP, ADICES e ADRIMAG), apresentaram, no decurso do ano de 2022, uma candidatura, a qual visa a promoção da dieta mediterrânica e da literacia alimentar e a educação e o combate ao desperdício alimentar, através de ações de sensibilização para uma alimentação sustentável e equilibrada.

Esta candidatura, aprovada no passado mês de janeiro, irá, assim, contribuir para a adoção de uma nova estratégia alimentar em Viseu Dão Lafões, na medida em que irá introduzir nas cantinas escolares alimentos produzidos a partir de métodos ambientalmente mais sustentáveis tais como, a produção integrada, o modo de produção biológica, os regimes de qualidade (DOP/IGP), a partir de raças autóctones e distribuídos através de circuitos curtos.

Nesse sentido, nesta candidatura foram identificadas duas ações piloto para serem implementadas, numa primeira fase, em quatro estabelecimentos de ensino do território Viseu Dão Lafões (um por cada área de intervenção dos Grupos de Ação Local), uma direcionada para a “Fruta Local” e outra para o “Hambúrguer DOP/IGP/Cadeia Curta”.

4.6 Promover a criação de empresas, a empregabilidade e o empreendedorismo

Empreendedorismo e Promoção do Espírito Empresarial em Viseu Dão Lafões

Ao longo dos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com diversas entidades da região ligadas ao empreendedorismo, nomeadamente a AIRV, as instituições de ensino superior (Instituto Politécnico de Viseu, Instituto Piaget e Universidade Católica – Centro Regional das Beiras) e as associações de desenvolvimento local (ADD, ADICES e ADDLAP), e o Clube Business Angels Viseu Dão Lafões, tem vindo a trabalhar esta temática, tendo em vista a criação de um ecossistema empreendedor.

Esse trabalho tem vindo a ser desenvolvido no seio da Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo, criada no âmbito da Plataforma de Cooperação organizada em redes, onde são definidas estratégias e atividades que contribuam para a fomentação e promoção do empreendedorismo e para a instalação e criação de novas empresas e negócios no território.

No entanto, e não obstante todo o trabalho realizado, é necessário ir mais além e reforçar o ecossistema e a capacidade de financiamento das empresas tecnológicas, e fomentar a competitividade da economia, pela atração de investimento estrangeiro na área tecnológica, renovação do tecido económico e criação de mais emprego qualificado.

Assim, é necessário potenciar os resultados das empresas e a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as que se encontram associadas a fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva, e que se materializem na disponibilização de bens coletivos ou públicos capazes de induzir efeitos de arrastamento na economia.

Neste sentido, e tendo em vista estimular o espírito empresarial da região, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu, a Vissaium XXI – Associação para o Desenvolvimento de Viseu, o IPV – Instituto Politécnico de Viseu e a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários, apresentaram, ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, uma candidatura no âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas, a qual foi objeto de aprovação em fevereiro de 2022.

Esta candidatura, designada **“Mais e Melhor Empreendedorismo em Viseu Dão Lafões”**, apresenta um investimento elegível de 494.125,04€, financiados a uma taxa de 85%, dos quais 248.138,90€ serão geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e tem como principais objetivos:

- Consolidar Viseu Dão Lafões como um ecossistema de referência para a criação de empresas, em particular nos setores do agronegócio, digital, turismo e cultura;
- Envolver o ecossistema de empreendedorismo e inovação, para dar resposta às oportunidades de desenvolvimento e aumento de competitividade dos projetos em fase de ideia e das startups em consolidação na região;
- Qualificar a oferta de serviços de incubação e promover o trabalho em rede e a partilha de recursos;
- Aprofundar o estudo das potencialidades económicas da região e a definição de estratégias setoriais para a criação de empresas e atração de talento.

No seguimento da aprovação da candidatura, a CIM Viseu Dão Lafões lançou um procedimento concursal para a contratação dos serviços necessários à implementação das ações previstas executar no âmbito da candidatura, de entre as quais se destaca a elaboração de um catálogo de oportunidade e desafios para o empreendedorismo, a elaboração de um plano de ação para expansão do ecossistema Viseu Dão Lafões, a avaliação do potencial de criação de marcas e produtos da região que promovam a criação de novas empresas, a realização de um hackathon, a realização de masterclasses de empreendedorismo, e a realização de um roadshow.

Este projeto, que visa estimular a criação de empresas em Viseu Dão Lafões, criar empregos e atrair e fixar talentos na região, foi apresentado publicamente, em conjunto com os demais parceiros, no passado dia 9 de fevereiro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mangualde.



Ao nível do empreendedorismo, dar, também, nota da continuidade

do **Programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões**, promovido pela Comunidade Intermunicipal em articulação com os seus municípios associados, desde o ano de 2011, o qual tem como objetivo desafiar os jovens para a importância do empreendedorismo, bem como para a criação de novas oportunidades de negócio, aproveitando o que de melhor se faz na Região Viseu Dão Lafões.

De referir que este programa, que já vai na sua 11ª edição, tem alcançado resultados significativos em matéria de empreendedorismo, junto dos mais jovens, estando por isso o mesmo a ser implementado no âmbito do projeto “Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”, conforme se descreve mais pormenorizadamente nesse ponto deste documento.



No âmbito deste campo de atuação, dar, também, nota que, no âmbito das celebrações do 25º aniversário do Diário de Viseu, a CIM Viseu Dão Lafões marcou presença na

conferência “O Futuro é no Interior”, que teve lugar no Auditório da Escola Superior de Saúde de Viseu, no dia 2 de junho de 2022.

O Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, foi orador no painel “Regionalização Competitividade e Talentos”, e o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, participou no painel “Turismo, Investimento e Empreendedorismo”.

CR Inove – Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-Região Viseu Dão Lafões

A Região Centro assumiu na “Visão Estratégica para a Região Centro 2030”, a necessidade de aprofundar e intensificar as dinâmicas de inovação para reforçar um modelo territorial mais equilibrado na região, mas para atingir esse desígnio, é fundamental dinamizar e promover as necessárias políticas e programas de proximidade que envolvam as entidades do Sistema Regional de Inovação e o tecido empresarial na promoção da consolidação de um território inovador e mais competitivo.

Nesse sentido, a CCDRC, no âmbito das suas atribuições, e tendo em vista promover e intensificar as dinâmicas regionais de inovação, considerou relevante proceder ao desenvolvimento e implementação da iniciativa “CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro”, a qual é composta por uma rede informal de entidades do Sistema Regional de Inovação, que pretende promover um processo estruturado de cooperação e partilha de informação entre as Comunidades Intermunicipais, as Entidades do Sistema Científico e Tecnológico e as Associações Empresariais da Região Centro.

A constituição do CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-Região de Viseu Dão Lafões, foi formalizada no dia 30 de setembro de 2022, por via da assinatura de um protocolo de cooperação entre a CCDRC, a CIM Viseu Dão Lafões, o Instituto Politécnico de Viseu, a Associação Empresarial da Região de Viseu e o dinamizador sub-regional José Alberto Ferreira.

Com este protocolo, cuja sessão de assinatura decorreu na Casa do Adro, em Viseu, as referidas entidades comprometem-se a desenhar e executar um Programa de Ação, centrado nos fatores territoriais de promoção da competitividade e inovação.



Assim, os parceiros do CR Inove irão desenvolver, de forma concertada e participada, iniciativas conjuntas em temáticas relevantes para o processo de promoção da inovação, a sistematização e atualização de informação e competências das entidades do Sistema Regional

de Inovação pertencentes à sub-região, a criação de mecanismos de partilha e divulgação de informação, a promoção do desenvolvimento de conteúdos, instrumentos e metodologias de capacitação de atores e de transferibilidade do conhecimento e de tecnologias.

De referir que o CR Inove para além de ir potenciar e promover os recursos e competências existentes no domínio da inovação na Região Centro, através de uma melhor interação entre os produtores de conhecimento e tecnologia e as empresas e entidades da administração pública e do terceiro setor, irá contribuir para a internacionalização da Região Centro, ao nível da captação e instalação de capital/empresas e divulgação de competências e recursos em mercados internacionais.

Programa de Captação de Investimento

Conforme é sabido, a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, regulamentada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto de 2018, abrangeu os mais diversos setores, sendo um deles o respeitante aos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento.

Assim, o Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, estabelece, no seu artigo 2º, que é da competência dos órgãos das entidades intermunicipais:

- a) Elaborar, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, a estratégia global das respetivas sub-regiões, incluindo o diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades dos territórios;
- b) Elaborar o programa de ação, incluindo o planeamento indicativo dos investimentos a realizar, para a prossecução da estratégia referida na alínea anterior;
- c) Definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia referida na alínea a), incluindo a participação nos processos de apoios, no que se refere à vertente sub-regional, na análise de candidaturas, na aplicação de critérios de seleção e na elaboração de proposta de seleção das candidaturas a financiar;
- d) Dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico das respetivas sub-regiões, designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste âmbito;
- e) Apresentar candidaturas no âmbito de programas de financiamento europeu com vista à implementação de projetos a nível sub-regional, designadamente de natureza económica, social e cultural;
- f) Gerir e implementar projetos financiados com fundos europeus.

O referido diploma especifica ainda que, sem prejuízo das competências próprias da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., do Turismo de Portugal, I.P., e do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., e em articulação com estes organismos, as entidades intermunicipais podem, no âmbito das competências referidas anteriormente:

- a) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento de apoios ao investimento sub-regional;
- b) Gerir e negociar programas de promoção da imagem da região no exterior;
- c) Promover a capacitação, o empreendedorismo, o desenvolvimento e competitividade empresarial e a dinamização de redes, nomeadamente pela participação em iniciativas ou redes europeias e internacionais de promoção da inovação e da cooperação empresarial.

Esta transferência de competências foi aceite pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em reunião realizada a 23 de janeiro de 2019, e nesse seguimento, a Comunidade Intermunicipal iniciou o processo subjacente à elaboração, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, da estratégia global das respetivas sub-regiões e do programa de ação para a prossecução dessa estratégia, o qual contou com a participação dos principais atores da região, nomeadamente, municípios, associações culturais e de desenvolvimento regional, associações empresariais, instituições do ensino superior, incubadoras de empresas, agências e autoridades públicas, e empresas da região.

Este processo foi iniciado com um diagnóstico da região Viseu Dão Lafões, no qual foram analisados alguns dos principais indicadores que sintetizam o posicionamento atual e a evolução recente dos catorze municípios que constituem o território Viseu Dão Lafões, não apenas em termos de atividade económica e dinâmica empresarial, mas, também, relativamente a uma série de outras dimensões que caracterizam a atratividade dos territórios para a fixação de empresas e pessoas, como as dinâmicas demográficas, as qualificações da população, a oferta de serviços de saúde e de ensino ou as dinâmicas culturais, e foi concluído a 7 de setembro de 2021, com a aprovação da estratégia e do programa de ação no domínio da competitividade e captação de investimento pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, o qual tem como principais objetivos:

- Aumentar a **competitividade** do território e seus agentes económicos no contexto regional, nacional e internacional;
- Atrair maior **investimento** (interno e externo);
- Melhorar os indicadores de **desempenho económico** de Viseu Dão Lafões;
- Disponibilizar melhores **condições de vida** e trabalho à população;
- Contribuir para o reforço do investimento das empresas regionais através de novas soluções de **financiamento**;
- Afirmar a **identidade e a imagem** de Viseu Dão Lafões junto das empresas e dos empresários.

Com esta estratégia e programa de ação a CIM Viseu Dão Lafões pretende tornar a região mais competitiva, mais atrativa e mais conectada, e para alcançar esse desígnio foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- OE1: Competitiva pela Dinâmica
- OE2: Competitiva pelo Acolhimento
- OE3: Competitiva pelos Recursos Humanos
- OE4: Competitiva pela Inovação
- OE5: Competitiva pelo Ecosistema Local
- OE6: Atrativa pela Simplificação
- OE7: Atrativa pelos Incentivos
- OE8: Atrativa pela Qualidade de Vida
- OE9: Atrativa pela Promoção e Marketing
- OE10: Conectada com a Diáspora
- OE11: Conectada na Transição Digital
- OE12: Conectada pela Mobilidade Sustentável

Estes objetivos específicos identificam, de forma sintética, as principais necessidades de Viseu Dão Lafões, e traduzem-se num conjunto de 40 ações concretas, que irão ser desenvolvidas a curto (2 anos), médio (4 anos) ou longo prazo (7 anos), conferindo, assim, à Comunidade Intermunicipal um papel, ainda, mais ativo na dinamização e promoção, a nível nacional e internacional, do potencial económico da região, bem como na captação de empresas e investimentos para Viseu Dão Lafões.

Assim, no decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões este atenta aos avisos de concurso que foram sendo publicados pelos vários Programas, identificando eventuais oportunidades que permitam financiar a implementação das ações identificadas no Plano de Ação, anteriormente elaborado.

Rede de Espaços de Coworking / Teletrabalho

O teletrabalho e o coworking representam uma evolução sequencial lógica das atuais dinâmicas laborais, em consonância com a remotização de serviços ou a imaterialização de processos administrativos e laborais, processo este que ganhou uma maior relevância com a pandemia da COVID-19, com a qual muitos trabalhadores passaram a exercer as suas funções em regime de teletrabalho.

Para além disso, o teletrabalho e o coworking representam uma grande vantagem do ponto de vista da redução da assimetria geográfica de ofertas profissionais, democratizando as oportunidades entre as regiões de elevada densidade populacional e as de menor densidade, onde a criação de emprego e a fixação de pessoas assumem maior importância.

Assim, e por forma a contribuir para um país mais coeso, mais inclusivo e mais competitivo, a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, do Ministério da Coesão Territorial, lançou a iniciativa “Redes de Espaços de Coworking/Teletrabalho”, a qual visou a criação destes espaços, que irão dinamizar os territórios de baixa densidade, pelo seu efeito de atração e eventual fixação de pessoas, com efeitos positivos no cumprimento das metas ecológicas, diminuindo a necessidade de deslocações e a consequente pegada carbónica, e estimulando os índices de bem-estar social e familiar, ao permitir uma melhor conjugação da vida familiar e profissional.

No âmbito dessa iniciativa, foram criados, no ano de 2021, seis espaços de coworking no território da CIM Viseu Dão Lafões, tendo a sua criação sido formalizada através da assinatura de um Acordo de Cooperação, entre a CCDR do Centro, o IEFP, a CIM Viseu Dão Lafões e cada um dos Municípios aderentes, às quais se juntou, posteriormente, o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP), através da Direção-Geral da Administração e do Emprego (DGAEP).



**TELETRABALHO NO INTERIOR:
VIDA LOCAL, TRABALHO GLOBAL**

Assim, no decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões apoiou os municípios nos quais os referidos espaços de coworking se encontram sediados, nomeadamente, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão e Vouzela, na divulgação dos mesmos, e na intermediação de contactos com empresas que demonstraram interesse em deslocar e/ou contratar trabalhadores para exercer as suas funções a partir de um espaço de coworking instalado em Viseu Dão Lafões.

Para além disso, e na sequência da publicação do aviso n.º 03/C19-i07.05/2021 por parte do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a CIM Viseu Dão Lafões candidatou, em março de 2022, a criação de espaços de coworking nos Municípios de Castro Daire, Mangualde e Vila Nova de Paiva, os quais, em complemento aos já existentes, irão alargar o leque de possibilidades para quem quer exercer as suas funções de forma descentralizada e desconcentrada na região de Viseu Dão Lafões, modificando, assim, o paradigma de que o trabalho tem de ser prestado no local sede da empresa e/ou do serviço da Administração Pública à qual pertence o trabalhador.

As candidaturas apresentadas foram objeto de aprovação em outubro de 2022, tendo sido atribuído um financiamento de 127.000,00€ para proceder à adaptação dos três edifícios e à sua conversão para funcionamento enquanto espaço de coworking, destinado, maioritariamente, a trabalhadores ou organismos da administração pública.

Após a aprovação da candidatura, a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto entidade beneficiária do apoio, tem vindo a trabalhar na preparação dos procedimentos concursais para realização das

empreitadas de adaptação dos referidos espaços, e para a aquisição do equipamento informático e do mobiliário necessário à implementação dos espaços de coworking.

4.7 Investir na educação, nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na promoção do sucesso escolar

Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões

A educação e a promoção do sucesso educativo têm vindo a assumir um papel preponderante nas políticas públicas, e nesse sentido, nos últimos anos, foi exigido à região Viseu Dão Lafões, um redobrado esforço e foco de intervenção na escolaridade e no desenvolvimento de percursos educativos, bem como, no desenvolvimento de medidas de combate ao abandono escolar precoce, as quais se encontram fortemente associadas à concretização dos objetivos de coesão social e competitividade definidos para Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, e em resultado do trabalho proveniente das reuniões da Rede da Educação e da Rede da Qualificação e Mercado de Trabalho, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a implementar, desde o final do ano de 2017, iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar, as quais são apoiadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, no seguimento de candidaturas intermunicipais, apresentadas para períodos de 3 anos, no âmbito da promoção do sucesso educativo em Viseu Dão Lafões.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus Municípios, contando com a colaboração das escolas e dos centros de formação de professores da região, ao longo do ano de

2022, prosseguiram com a implementação das atividades programadas, por forma a atingir os objetivos estabelecidos ao nível do reforço da igualdade no acesso ao ensino, da melhoria do sucesso educativo dos alunos, e do reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.

De entre as atividades intermunicipais, destacamos, a continuidade da itinerância do **“Laboratório Móvel das Ciências – Viseu Dão Lafões”** pelos agrupamentos de escolas do território, proporcionando aos alunos dos 3º e 6º anos de escolaridade, um ambiente pedagogicamente inovador, que alia a aquisição de conhecimento e a animação, em diversas temáticas, nomeadamente **“Fábrica de Robôs”**, **“Corpo Humano”**, **“Fenómenos Atmosféricos e Alterações Climáticas”**, **“Engenhos e Engenhocas”** e **“A Nossa Escola no Cosmos”**.



De referir que os desafios disponibilizados pelo laboratório para além de potenciarem as capacidades dos alunos, acrescentam valor ao processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os mesmos podem planear, programar, criar e testar soluções no domínio tecnológico, programação e robótica, através de atividades participativas e colaborativas.



Assim, o laboratório concluiu a itinerância correspondente ao ano letivo 2021/2022, tendo marcado presença no Agrupamento de Escolas de Mundão – Viseu (de 12 a 17 de janeiro), no Agrupamento de Escolas Grão Vasco – Viseu (de 18 a 28 de janeiro), no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique – Viseu (de 31 de janeiro a 8 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas do Viso – Viseu (de 9 a 16 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas Viseu Norte – Viseu (de 17 de fevereiro a 7 de março), no Agrupamento de Escolas de Vouzela (de 9 a 11 de março), no Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia (de 14 a 15 de março), no Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades (de 17 a 22 de março), no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa - São Pedro do Sul (de 24 a 25 de março), no Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (de 28 de março a 1 de abril), no Agrupamento de Escolas de Castro Daire (de 19 a 26 de abril), no Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal (de 27 a 29 de abril) e no Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo (de 2 a 9 de maio).

No entanto, no período de interrupção letiva, a grande viagem rumo ao conhecimento continuou a percorrer Viseu Dão Lafões, permitindo que as crianças usufruíssem, também no período de férias, das experiências deste laboratório móvel, que passou pelos Municípios de Tondela (19 de julho), Nelas (21 de julho), Mangualde (22 de julho), Penalva do Castelo (27 de julho), Sátão (28 de julho), Aguiar da Beira (29 de julho), Vila Nova de Paiva (4 de agosto), Oliveira de Frades (9 de agosto), Castro Daire (11 de agosto), São Pedro do Sul (12 de agosto), Vouzela (19 de agosto), Santa Comba Dão (23 de agosto), Carregal do Sal (24 de agosto) e Viseu (25 de agosto).

No ano letivo que, entretanto, iniciou (2022/2023), o laboratório móvel passou a visitar os 3º e 5º anos de escolaridade, oferecendo agora um novo tema “Tu e os Outros”, que explora conceitos como a diversidade, a equidade e a inclusão. Assim, a itinerância pelo território já arrancou, tendo já marcado presença no Agrupamento de Escolas de Castro Daire (de 17 a 21 de outubro), no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa - São Pedro do Sul (de 25 a 26

de outubro), no Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (de 31 de outubro a 4 de novembro), no Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades (de 8 a 10 de novembro), no Agrupamento de Escolas de Vouzela (de 14 a 15 de novembro), no Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia (de 17 a 18 de novembro), no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique - Viseu (de 28 de novembro a 7 de dezembro), e no Agrupamento de Escolas do Viso - Viseu (de 12 a 16 de dezembro).



No ano de 2022, também a **exposição “O Futuro é Amanhã”** continuou a sua itinerância pelas escolas do território da CIM Viseu Dão Lafões, promovendo a literacia ambiental, nomeadamente no que respeita às alterações climáticas, e à adoção de comportamentos ambientalmente sustentáveis, tendo a mesma, no ano letivo 2021/2022, para além dos módulos temáticos já conhecidos, disponível uma Bancada Móvel das Ciências, onde os alunos podem experimentar, observar e consolidar conhecimentos.

Assim, esta exposição, que visa motivar a reflexão, debate e divulgação da problemática das alterações climáticas, concluiu a itinerância correspondente ao referido ano letivo, tendo marcado presença no Agrupamento de Escolas de Castro Daire (de 11 a 17 de janeiro), no Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (de 19 a 25 de janeiro), no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa – São Pedro do Sul (de 27 de janeiro a 2 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades (de 4 a 10 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas de Vouzela (de 14 a 18 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia (de 21 a 25 de fevereiro), na Escola Secundária Emídio Navarro – Viseu (de 28 de fevereiro a 7 de março), no Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido Figueiredo (de 8 a 14 de março), no Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro (de 15 a 21 de março), no Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão (de 23 a 29 de março), no Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal (de 31 de março a 6 de abril), no Agrupamento de Escolas de Nelas (de 21 a 28 de abril), no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim - Nelas (de 2 a 6 de maio), no Agrupamento de Escolas de Mangualde (de 10 a 16 de maio), no Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo (de 18 a 24 de maio), no Agrupamento de Escolas Padre José Augusto da Fonseca - Aguiar da Beira (de 26 de maio a 1 de junho), no Agrupamento de Escolas de Sátão (de 3 a 9 de junho) e no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva (de 13 a 20 junho).



No ano letivo 2022/2023, a iniciativa “O Futuro é Amanhã” está a ser realizada não sobre a forma de exposição, mas sim através de um jogo de tabuleiro, o Science Breakout “Apanhados pelo Clima”, composto por “salas mistério” e enigmas, com narrativas desenvolvidas em torno do PIAAC, onde os alunos do 3º ciclo do ensino básico têm de responder a desafios sobre diversas temáticas, como por exemplo, energias renováveis, saúde humana, temperaturas elevadas vs níveis de água mais baixos, agricultura vs impacto sobre os produtos endógenos, entre outros.



Esta iniciativa inovadora, que tem como objetivo sensibilizar os alunos dos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade para os fenómenos das alterações climáticas e as suas consequências nos vários setores, já marcou presença no Agrupamento de Escolas de Castro Daire (de 17 a 21 de outubro), no Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa - São Pedro do Sul (de 25 a 26 de

outubro), no Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (de 31 de outubro a 4 de novembro), no Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades (de 8 a 10 de novembro), no Agrupamento de Escolas de Vouzela (de 14 a 15 de novembro), no Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia (de 17 a 18 de novembro), no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique - Viseu (de 28 de novembro a 7 de dezembro), e no Agrupamento de Escolas do Viso - Viseu (de 12 a 16 de dezembro).

No âmbito do sucesso educativo, destaca-se, ainda, a iniciativa **“No poupar está o ganho!”**, implementada pela primeira vez no ano letivo de 2021/2022, e que visa promover a literacia financeira, através de temas como a poupança, o consumo responsável, a gestão e a importância do dinheiro.

Esta iniciativa, que no referido ano letivo contou com o envolvimento de 171 turmas e 155 docentes (entre professores das turmas e professores interlocutores do projeto), abrangendo um total de 3.376 alunos do 3º ao 6º ano de escolaridade, visa, assim, capacitar os alunos para que possam adotar comportamentos e atitudes que



contribuam para o seu bem-estar financeiro no presente e serem adultos poupados e informados no futuro, tendo nesse âmbito sido desenvolvidas várias atividades junto dos alunos, salientando-se, a título de exemplo, a simulação de uma ida às compras, através de vários panfletos de supermercado, respeitando um orçamento previamente indicado.

Assim, no ano de 2022, foi dada continuidade à ação de formação de curta duração, para docentes, designada **“Competência Digital e Educação Financeira”**, que havia sido iniciada no final do ano de 2021. Nesta ação, que decorreu em quatro sessões, nomeadamente nos dias 24 de novembro e 15 de dezembro de 2021 e nos dias 5 de janeiro e 2 de fevereiro de 2022, foram abordados temas como **“Planeamento e Gestão do Orçamento”**, **“Sistemas e Produtos Financeiros”**, **“Poupança”**, **“Crédito”**, entre outros.

No âmbito desta iniciativa, que conta com a colaboração da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, foram, também, realizadas as Olimpíadas de Educação Financeira, que terminaram no dia 4 de março de 2022, as quais consistiram num quiz digital que colocou à prova os conhecimentos que os alunos têm vindo a adquirir na área da literacia financeira. Assim, as turmas que participaram nestas olimpíadas foram desafiadas a responder corretamente, no menor tempo possível, a todas as questões sobre planeamento e gestão do orçamento, sistemas e produtos financeiros, poupança, ética, direitos e deveres e ainda economia circular.

Depois de terem sido fornecidas as ferramentas essenciais para um consumo responsável, para uma boa gestão dos orçamentos familiares, e para a importância do dinheiro e da

poupança, as turmas que fizeram parte deste projeto, puderam candidatar-se a um concurso final, através da apresentação de um trabalho criativo, onde mostraram e evidenciaram os conhecimentos de educação financeira que aprenderam ao longo do ano.



A sessão de entrega de prémios deste concurso final, decorreu no dia 14 de junho de 2022, no Centro Cultural de Carregal do Sal, e contou com as intervenções do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal, Paulo Catalino, e da Diretora Executiva da Fundação Cupertino de Miranda, Inês Abreu.



Neste evento foram premiados, com um passeio de barco pelas 5 pontes, um total de 12 projetos, da autoria dos alunos do 3.º e 4.º anos da Escola Básica de Farejinhãs (Castro Daire), dos alunos do 3.º e 4.º anos da Escola Básica de Moimenta do Dão (Mangualde), dos alunos do 4.º A da Escola Básica de Nelas, dos alunos do 3.º A da Escola Básica de Sátão, dos alunos do 4.º D da Escola Básica de Fragosela de Cima (Viseu), dos alunos do 6.º B da

Escola Básica de Carregal do Sal, dos alunos do 6.º A da Escola Básica e Secundária Engenheiro Dionísio Augusto Cunha (Nelas), dos alunos do 5.º C da Escola Básica de Ínsua (Penalva do Castelo), dos alunos do 6.º A da Escola Básica de Santa Comba Dão, dos alunos do 6.º A da Escola Básica de Santa Cruz da Trapa (São Pedro do Sul), dos alunos do 5.º A da Escola Básica Ferreira Lapa (Sátão) e dos alunos do 6.º C da Escola Básica do Caramulo (Tondela).

Atendendo à mais-valia deste projeto para o território, na medida em que muito do nosso bem-estar depende da relação com o dinheiro, a CIM Viseu Dão Lafões no ano letivo que está em curso (2022/2023), alargou o mesmo ao 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º anos), por forma a possibilitar a capacitação de um maior número de alunos ao nível da literacia financeira.

Outras das iniciativas à qual foi dada continuidade, no decurso do ano de 2022, foi ao **“Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões”**, que visa dar a conhecer todas as infraestruturas, recursos e iniciativas com relevância pedagógica que existem nos catorze municípios da CIM Viseu Dão Lafões e que podem ser visitados pelas escolas de toda a região, aliando, assim, a descoberta do território ao processo de ensino/aprendizagem.

Assim, e depois de terem sido elaborados os guiões pedagógico-didáticos, nos quais esses locais e espaços estão organizados por áreas de conhecimento e níveis de ensino, e onde são propostas, para cada um deles, atividades pedagógicas, desde o pré-escolar ao ensino secundário e profissional, foram realizadas, ações de formação de curta duração, com a duração de 3 horas cada, para educadores e professores.

Estas ações, que decorreram de 15 de junho a 30 de novembro de 2022, e que envolveram um total de 420 professores, tiveram como objetivo dar a conhecer este projeto, e a plataforma e os recursos pedagógicos que foram criados no âmbito do mesmo, os quais permitirão conhecer melhor o território e aproveitar as diferentes oportunidades de aprendizagem existentes nos 14 concelhos do nosso território.



No decurso do ano de 2022, salienta-se, também, a continuidade do **“PISA for Schools” (PISA para as Escolas)**, o qual tem vindo a ser implementado nas escolas do território, no seguimento de um desafio lançado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e que visa a capacitação das escolas e a melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos e do seu bem-estar.

Assim, e depois de terem sido realizados os testes Pisa para as escolas, e elaborados os correspondentes relatórios de diagnóstico, com base nos resultados obtidos, a CIM Viseu Dão Lafões iniciou a 2ª fase deste projeto, a qual tem como objetivo

apoiar as escolas a definir estratégias de superação das lacunas que os resultados dos testes permitiram identificar e de melhoria da literacia dos jovens ao nível da Leitura, da Matemática e das Ciências.

Nesse sentido, entre o dia 15 de junho e o dia 30 de novembro de 2022, foram realizados pelo território 18 workshops de análise, reflexão e discussão dos resultados obtidos nos testes Pisa, os quais foram dinamizados pelo Professor Gonçalo Xufre, que junto das escolas trabalhou diversos temas como a Comunicação com os Alunos, Estratégias de Melhoria da Leitura, Competências Socioemocionais e Diferenciação Pedagógica.

À medida que foram sendo realizados os workshops em cada Agrupamento de Escolas, foi iniciada a construção e elaboração dos planos de melhoria a implementar em cada um desses Agrupamentos, nos quais foram identificadas estratégias e medidas ajustadas à correspondente realidade, tendo para o efeito sido realizadas várias sessões de trabalho com cada um dos Agrupamentos.



Esta 2ª fase do projeto culminou no início do presente ano, com a apresentação de uma proposta de intervenção por cada Agrupamento de Escolas, a qual resultou da reflexão realizada acerca dos resultados do relatório PISA e das sessões de trabalho sobre as temáticas escolhidas.

Estes planos de melhoria respondem aos problemas do contexto educativo atual e consistem em ideias que poderão de facto fazer a diferença em cada uma das escolas, não só pelo seu carácter inovador, mas por responderem a necessidades comuns entre todos, e aos novos desafios que se colocam às escolas.

Também, o **Programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões**, promovido desde o ano de 2011 pela Comunidade Intermunicipal em articulação com os seus municípios

associados, continuou a marcar presença no território, tendo no ano letivo de 2021/2022, sido implementada a 10ª edição deste programa, que desafiou os jovens do pré-escolar, do 1º ciclo do ensino básico, e do ensino secundário e profissional para a importância do empreendedorismo, bem como para a criação de novas oportunidades de negócio, aproveitando o que de melhor se faz na Região Viseu Dão Lafões.

Ao nível do pré-escolar foi desenvolvido o programa educativo “As Aventuras do Heitor”, onde cada criança foi convidada a encontrar o seu espaço de experimentação e criatividade, sempre acompanhadas do Heitor, um simpático e divertido porquinho. Assim, no período de 14 de fevereiro a 14 de março de 2022, o Heitor andou pelas escolas a visitar os mais pequeninos.



Quanto ao 1º ciclo do ensino básico, também as mascotes do projeto, o Gaspar e a Maria, visitaram as escolas promovendo junto dos alunos deste nível de ensino os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais preveem ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de género, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento económico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Para além disso, de 7 a 11 de março de 2022 foram, também, realizadas visitas às 18 escolas onde se encontravam os alunos das 27 turmas do 1º ciclo aderentes, onde o Gaspar e a Maria presentearam os mesmos com um “kit” composto por diversos elementos lúdico-



pedagógicos, e nos dias 23 e 24 de maio de 2022 foram realizados intercâmbios digitais, nos quais as turmas envolvidas tiveram oportunidade de entender o projeto de outra turma, de outro município, e de partilhar também o seu, entendendo, assim, a intermunicipalidade desta iniciativa.

Os projetos e jogos realizados durante o ano, pelos alunos do pré-escolar e pelos alunos do 1º ciclo que participaram neste programa educativo, foram apresentados nos eventos municipais que decorreram de 22 a 30 de junho de 2022.



Ao nível do ensino secundário e profissional, realizaram-se entre os dias 17 de março a 25 de março de 2022, as Conferências Teen, onde o mote, este ano, foi “A tua carreira não te define, o teu percurso sim”. Estas conferências contaram com a presença de Andreia Castro, que divulgou a sua história e partilhou as suas experiências a mais de 1.000 alunos das escolas de Viseu Dão Lafões.



Para este nível de ensino, esta iniciativa culminou, no dia 26 de maio de 2022, com a realização do Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio, no Instituto Politécnico de Viseu, na qual participaram os vencedores de cada um dos 14 concursos municipais, que decorreram de 3 a 24 de maio, e cuja apresentação esteve a cargo de Fernando Alvim.

De referir que previamente ao grande evento final, as 14 equipas finalistas tiveram a oportunidade de se conhecerem e conviverem, e de participarem em diversas atividades conjuntas ligadas à temática do empreendedorismo, num Bootcamp de dois dias, o qual contou, por exemplo, com a participação do ator Sabri Lucas que dinamizou um workshop de técnicas de comunicação oral, e de Paulo Salgado que orientou a atividade “How to do the perfect pitch”.



Os alunos cujos projetos se distinguiram no Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio tiveram a oportunidade de usufruírem de viagens de conhecimento a três grandes cidades

européias, onde visitaram empresas start-up, hubs de inovação, incubadoras de empresas e conheceram as principais atrações das cidades, e disfrutaram de momentos de diversão e de lazer.

Assim, o projeto classificado em 1º lugar “VMPS – Vemos o mundo por si”, do Município de Nelas, desfrutou de uma missão empreendedora a Dublin, de 18 a 21 de setembro, o projeto classificado em 2º lugar “Remote Control of Rublic Lighting”, do Município de Tondela, foi contemplado com uma missão empreendedora a Barcelona, de 18 a 21 de setembro, e o projeto classificado em 3º lugar “Banco Solar”, do Município de Penalva do Castelo, usufruiu de uma missão empreendedora a Madrid, de 6 a 9 de setembro de 2022.

De referir que, o papel dos professores é fundamental para o sucesso deste programa, uma vez que são eles que trabalham com os alunos diariamente e que lhes transmitem os conhecimentos essenciais, e, por essa razão, a capacitação dos professores não é descurada neste programa, tendo sido realizadas Oficinas de Formação para os professores do 1º ciclo, bem como ações de curta duração para os educadores, as quais contaram com o apoio dos centros de formação da região.

Para além disso, nos dias 26 de março e 2 de abril de 2022, foi realizado, no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viseu, o colóquio “Educação para a Cidadania na Década 20/30: Caminhos e Desafios”.

Neste colóquio, dedicado a professores, foram promovidos momentos de partilha e pensamento crítico sobre a importância das escolas enquanto laboratórios de inovação, criatividade e espírito empreendedor, no sentido de melhorar as condições para que as escolas se tornem espaços de transformação de alunos e professores na promoção de um mundo mais inovador, flexível, harmonioso e ousado.

Neste evento estiveram em destaque os painéis “Educação para a Cidadania em Sala de aula: Desafio de hoje e compromissos com o futuro”; “Educar para a saúde: o impacto do confina(mente) e agora?”; “Como a inovação Social pode apoiar a Cidadania nas Escolas”;

“Empreendedores: Mais do que o sucesso, o sentimento de retribuir à comunidade”; “Como fomentar a participação cívica nos mais jovens”; “Programas e iniciativas educativas reconhecidas do país, agora alinhados com os ODS’s”, bem como os Workshops de “Desenvolvimento de dinâmicas e atividades pedagógicas”.



De referir que esta 10ª edição, envolveu 40 escolas, 61 turmas, 65 professores e 1.048 alunos do pé-escolar, 19 escolas, 29 turmas, 31 professores e 405 alunos do 1º ciclo do ensino básico, e 21 escolas, 117 turmas, 92 professores e 1.842 alunos do ensino secundário e profissional.

Atendendo ao sucesso do Programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões, esta iniciativa está a ter continuidade no ano letivo agora em curso, através da 11ª edição.

No ano de 2022 a CIM Viseu Dão Lafões efetuou, também, um **diagnóstico de competências de leitura e escrita no território**, com vista a conhecer as melhores práticas das escolas na promoção destas competências e quais as suas necessidades efetivas de intervenção neste âmbito.

Nesse sentido, começaram por ser auscultados os Agrupamentos de Escolas/Escolas, através de “focus group” em que para além dos professores bibliotecários, participaram também psicólogos, lideranças e outros intervenientes na leitura, e, paralelamente, foi também enviado um questionário aos Agrupamentos de Escolas e Escolas de Viseu Dão Lafões, para recolher informação complementar, ao qual responderam 277 participantes.

Com base na informação obtida, foi elaborado o correspondente relatório de diagnóstico, o qual permitiu detetar necessidades e oportunidades no âmbito da promoção da leitura e da escrita.

No campo da educação destacamos, ainda, a implementação de uma nova iniciativa **“Comer bem, sorrir melhor”**, cuja apresentação decorreu no dia 2 de fevereiro de 2022, numa reunião

online que contou com a presença de Vereadores(as) e Diretores(as) de Escolas e Agrupamentos de Escolas do território Viseu Dão Lafões.

A CIM Viseu Dão Lafões teve, também, a oportunidade de apresentar esta iniciativa de inovação social na conferência “Definir uma nova agenda pós-pandemia”, realizada no dia 21 de março de 2022, no âmbito das comemorações do dia Mundial da Saúde Oral. Esta sessão, que decorreu no Museu do Quartzo em Viseu, teve como objetivo debater formas de colmatar as carências da população em cuidados de saúde oral.



Esta nova iniciativa, que resulta duma parceria com a Ordem dos Médicos Dentistas e com a Ordem dos Nutricionistas, conjuga, assim, a promoção da literacia em saúde oral, com a promoção de hábitos alimentares saudáveis, intervenções de cariz preventivo e a disponibilização de documentação com diagnósticos e recomendações.

Nesse sentido, os alunos do 1º ao 4º ano das escolas do nosso território, têm vindo a ser visitados por um “consultório móvel” e por um grupo de profissionais constituído por Médicos Dentistas e Nutricionistas, que realizam junto dos alunos um conjunto de dinâmicas, entre as quais, a realização de consultas/avaliações de medicina dentária e de nutrição.



Assim, na primeira fase de itinerância pelas escolas do território, que decorreu de 2 de maio a 30 de junho de 2022, esta iniciativa deu resposta aos alunos do 4º ano de escolaridade, para que estes pudessem ter acesso a uma consulta antes de seguirem para uma nova etapa do seu percurso escolar, o 5º ano. No ano letivo que se encontra em curso (2022/2023) começaram, no dia 20 de setembro, a ser avaliados os restantes alunos, atualmente a frequentar o 1º, 2º e 3º anos de escolaridade.

Dar, ainda, nota que, a Secretária de Estado da Promoção da Saúde, Margarida Tavares, veio visitar esta iniciativa, no dia 5 de dezembro, tendo estado no Centro Escolar de Nelas, onde efetuou a entrega de um kit de saúde oral aos alunos.

Nesta visita a Secretária de Estado esteve acompanhada por Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões; Joaquim Amaral, presidente da Câmara Municipal de Nelas; Alexandra Bento, bastonária da



Ordem dos Nutricionistas; Miguel Pavão, bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas; Maria Llanes, coordenadora do projeto “Comer Bem, Sorrir Melhor”; Olga Carvalho, diretora do Agrupamento Escolar de Nelas; entre outros.

Importa ressaltar que esta iniciativa, que tem por objetivo desenvolver ações com impacto nos alunos, respetivas famílias, professores e comunidade em geral, envolve cerca de 5.600 alunos, dos 6 aos 10 anos, num total de 22 agrupamentos de escolas, dos 14 concelhos de Viseu Dão Lafões.

Dar ainda nota, que no passado dia 31 de outubro de 2022 a Comunidade Intermunicipal promoveu uma visita de imprensa a três iniciativas, desenvolvidas no âmbito do projeto “Promoção do Sucesso Educativo Viseu Dão Lafões”, a qual contou com a presença do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Presidente do Município de São Pedro do Sul, Vítor Figueiredo, do Vice-Presidente do Município



de Vouzela, Carlos Oliveira, do Diretor do

Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul e do Diretor do Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia.

O ponto de partida desta visita foi o Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul, onde foram dadas a conhecer as iniciativas “O Futuro é Amanhã” e o “Laboratório Móvel das Ciências”, e culminou no Agrupamento de Escolas de Vouzela e Campia, com a apresentação da iniciativa “Comer Bem, Sorrir Melhor”.



Importa ainda referir que, no decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a assegurar a dinamização e manutenção do site www.valorizateviseudaolafoes.pt,

divulgando e dando a conhecer todas as iniciativas, de carácter intermunicipal e municipal, realizadas no território Viseu Dão Lafões, no âmbito da promoção do sucesso educativo.

Para além disso, e por forma a efetuar o acompanhamento de todas estas iniciativas, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2022, realizou, sempre que se justificou, reuniões de trabalho com os Vereadores e Técnicos(as) municipais da Educação, bem como com os Diretores(as) das escolas e agrupamentos de escolas do território.

Ao nível da promoção da educação salienta-se, ainda, a participação da CIM Viseu Dão Lafões no VIII Fórum VISEU EDUCA, promovido, entre os dias 12 a 14 de julho de 2022, pelo Município de Viseu e pelo Centro de Formação da Associação de Escolas de Viseu VISprof, no âmbito do programa VISEU EDUCA, que visa a promoção da qualidade, inclusão e diversidade do sistema de ensino.

A CIM Viseu Dão Lafões marcou presença na sessão de boas-vindas, através do Presidente do Conselho Intermunicipal, Fernando Ruas, e do Secretário Executivo, Nuno Martinho, bem como no Painel Mostra de Boas Práticas da Comunidade Educativa, que decorreu no último dia do evento.



Antecipação de Necessidades de Qualificação

Conforme é sabido, desde o ano letivo 2015/2016, que a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a trabalhar na rede de oferta formativa de cursos profissionais em Viseu Dão Lafões, através do SANQ – Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações, sustentado num diagnóstico de aprofundamento regional das necessidades de qualificações.

Este trabalho, desenvolvido em parceria com a ANQEP, a DGEstE, os Municípios, as Escolas e os restantes atores chave da região, tem como objetivo contribuir para que o esforço desenvolvido na região ao nível da produção de qualificações e desenvolvimento de competências por via da formação profissional, melhore a sua articulação com as necessidades do tecido produtivo e do mercado de trabalho regional.

Assim, estas entidades concertam a rede de oferta de cursos profissionais que irão ser ministrados pelas escolas em cada ano letivo, sendo que, existe sempre a preocupação da oferta dar resposta às necessidades educativas dos alunos e dos empregadores da região.

O processo de concertação relativo à oferta formativa para o ano letivo de 2022/2023 foi iniciado no dia 16 março de 2022, com a realização de duas reuniões, uma com o Senhor Secretário de Estado da Educação, Dr. João Costa, e outra com a Agência Nacional para



a Qualificação e o Ensino Profissional, as quais tiveram como objetivo dar a conhecer os procedimentos, metodologias, critérios e calendário associados ao processo de planeamento e concertação da rede. De referir que este ano foi introduzido um novo critério no processo de concertação, o qual está associado à especialização tecnológica dos cursos profissionais.

Posteriormente, foram realizadas várias reuniões de trabalho com as Escolas e Agrupamentos de Escolas com cursos profissionais e cursos CEF, e com a DGEstE, no sentido de definir e concertar a rede de oferta formativa para o ano letivo 2022/2023, a qual foi aprovada pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, no dia 4 de maio de 2022.

De referir que, esta rede de cursos profissionais e cursos CEF assegura tanto a coerência como a coesão e equilíbrio territorial significativo na resposta à população escolar, à relevância das ofertas, ao compromisso com as escolas e no respeito pelos critérios de planeamento e concertação definidos pela tutela.

4.8 Promover a coesão social, o desenvolvimento do terceiro sector e o envelhecimento ativo

+igual Viseu Dão Lafões

A Comunidade Intermunicipal consciente da responsabilidade social que tem enquanto interveniente ativo em várias esferas da sociedade, e reconhecendo a igualdade e a não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para a região Viseu Dão Lafões, enquanto território, que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todas e de todos, apresentou uma candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito da tipologia “Apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade”.

Este projeto, aprovado em dezembro de 2020, com um investimento elegível de 490.000,00€, os quais serão financiados a uma taxa de 85%, visa apoiar ações relativas ao desenvolvimento de diagnósticos, à elaboração, implementação, divulgação e avaliação de planos para a igualdade, definindo uma estratégia de territorialização das políticas de igualdade e não discriminação.

Nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal em estreita articulação com os seus municípios associados, tem vindo a implementar este projeto, designado “+igual Viseu Dão Lafões”, o qual tem como objetivo definir e implementar medidas intermunicipais capazes de adequar as políticas públicas de igualdade e não discriminação às necessidades reais do território Viseu Dão Lafões.

Os trabalhos associados à implementação deste projeto foram iniciados com a constituição das 14 equipas municipais para a Igualdade na Vida Local, num total de aproximadamente 170 pessoas, as quais têm vindo a trabalhar ao nível da promoção da igualdade e não discriminação em toda a região, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, assente nos valores partilhados da solidariedade e da coesão social.



De referir que, estas equipas para a Igualdade na Vida Local foram determinantes na elaboração do diagnóstico relativo às práticas de igualdade, tendo participado ativamente em mais de 100 sessões de trabalho, onde partilharam ideias, identificaram obstáculos e definiram estratégias.

Neste diagnóstico às questões de igualdade praticadas por cada um dos Municípios foram abordadas matérias de não discriminação em razão de sexo e igualdade entre mulheres e homens; de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica; e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais.

Concluída a fase de diagnóstico, foi iniciada em junho de 2022 a fase de elaboração dos Planos para a Igualdade, os quais identificam e priorizam as necessidades previamente identificadas, e propõem adequar as políticas públicas de igualdade e não discriminação, por forma a responder às necessidades reais da organização e do território, e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Paralelamente, foi iniciado, no dia 7 de junho de 2022, o plano de capacitação, através da realização de várias conferências dirigidas a colaboradores dos municípios, comunidade e parceiros, onde foram abordados temas como estereótipos de género, direitos à maternidade e paternidade, conciliação ou responsabilidade social, solidariedade social e igualdade de género.



Finalizados os Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação de cada um dos Municípios, têm vindo a ser realizadas sessões públicas de apresentação dos mesmos, as quais têm contado com a participação dos respetivos Presidentes de Câmara Municipal, representantes da CIM Viseu Dão Lafões e representantes da Comissão para a Igualdade de Género (CIG).

Assim, foram já realizadas as seguintes sessões públicas de apresentação: Vila Nova de Paiva (21 de setembro), Castro Daire (24 de outubro), Oliveira de Frades (27 de outubro) e São Pedro do Sul (28 de outubro).



De referir, ainda, que no decurso do ano de 2022, o POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, através da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, promoveu algumas reuniões de trabalho com a CIM Viseu Dão Lafões e com os seus municípios associados, as quais tiveram como objetivo efetuar o ponto de situação das tarefas já realizadas.



No ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões lançou, também, o site <https://maisigual.cimvdl.pt>, por forma a divulgar todas as etapas deste projeto, e as atividades que têm vindo a ser realizadas ao nível da promoção da igualdade e não discriminação em toda a região.

Unidades Móveis de Saúde

Um dos objetivos da estratégia “Europa 2020” é transformar a União Europeia numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, capaz de promover o crescimento para todos, mas para alcançar a realização desse objetivo é fundamental promover a boa saúde da população.

No entanto, a área da saúde, e a sustentabilidade do próprio sistema, tem vindo a ser significativamente influenciada pela dinâmica de envelhecimento da população, onde a falta

pontual de serviços de proximidade e as necessidades decorrentes de população mais envelhecida criam assimetrias regionais e intrarregionais que há necessidade de colmatar.

Assim, torna-se prioritário promover a sustentabilidade do sistema, tanto por via da racionalização dos recursos existentes, como da promoção e intervenção integrada dos cuidados de saúde e sociais junto das populações.

Para além disso, é necessário realizar intervenções que visem a prevenção de comportamentos de risco, bem como o rastreio e o diagnóstico precoce de doenças, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos cidadãos, dotando os profissionais de trabalho de meios e equipamentos para fazer face às necessidades da comunidade.

Nesse sentido, e tendo em vista colmatar as disparidades territoriais ainda existentes em matéria de acesso e da qualidade assistencial da rede pública de saúde, o Programa Operacional Regional do Centro 2020, lançou o aviso de concurso n.º CENTRO-42-2021-20, o qual visava apoiar investimentos que melhorassem e reforçassem os serviços de saúde primários e de proximidade, tendo a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com os seus municípios associados, se candidatado ao mesmo.

Esta candidatura, com um investimento estimado de 483.094,80€, visava, assim, a aquisição de 12 viaturas adaptadas para unidades móveis de intervenção precoce/unidades de cuidados na comunidade, no âmbito de atividades de prestação de cuidados de saúde às populações dos municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Tondela, Viseu e Vouzela.

Contudo, em resultado do número de candidaturas apresentadas e da dotação disponível no aviso, a candidatura não obteve aprovação, tendo nesse seguimento, sido publicado um aviso de concurso no PRR, aviso n.º 8/C01-i01/2022, para financiar os projetos que não tiveram provimento no PO Centro 2020, no entanto, neste novo aviso a CIM Viseu Dão Lafões não constava como entidade beneficiária, facto que a impediu de poder candidatar a operação a financiamento do PRR, apenas se podia candidatar a ARS Centro.

Posto isto, e uma vez que a Comunidade Intermunicipal já tinha o procedimento de aquisição das viaturas em fase de conclusão, a solução encontrada foi a ARS Centro incluir na sua candidatura a aquisição das 12 viaturas, e a CIM proceder à cessão da posição contratual a favor da ARS Centro, procedimento este que está ainda em tramitação.

De referir que, a implementação destas unidades móveis de saúde irá proporcionar um acompanhamento de proximidade e continuado, facilitando o acesso a serviços de saúde e de apoio social, na medida em que irá levar cuidados de saúde com qualidade, a quem o acesso se encontra muito limitado, contribuindo para minimizar as diferentes fragilidades e assimetrias existentes.

Para além disso, a aquisição destas viaturas irá reforçar a rede de unidades móveis de saúde, e consequentemente, irá contribuir para o reforço do investimento nos cuidados de saúde

primários às populações, especialmente dos cuidados de saúde domiciliários, doença mental e cuidados paliativos.

No campo da saúde, dar, ainda, nota que a CIM Viseu Dão Lafões foi parceira do 1º Simpósio de Saúde em Viseu, dedicado à temática “cuidar”, realizado no dia 25 de novembro de 2022, no Montebelo Príncipe Perfeito Viseu Garden Hotel.

Esta iniciativa surgiu pela urgência na formação das equipas multidisciplinares, Médicos, Enfermeiros, Terapeutas, entre os demais que, diariamente, precisam de combater a ideia errada de que os cuidados paliativos surgem apenas quando o doente possui uma doença oncológica e/ou que se encontra em fase terminal.

4.9 Promover a Mobilidade e os Transportes em Viseu Dão Lafões

Autoridade de Transportes

Nos últimos anos, as opções estratégicas de intervenção da CIM Viseu Dão Lafões passaram a integrar a temática da mobilidade e dos transportes, fruto da crescente complexidade e alteração dos padrões da mobilidade, sustentados na intensificação das taxas de motorização, que têm originado, nomeadamente nas áreas urbanas, uma degradação progressiva da qualidade de vida das populações.

Assim, o trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal neste campo de atuação, foi iniciado com a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, o qual aborda todas as componentes da mobilidade, que as avalia, que mede as suas potencialidades e as suas insuficiências e, mais importante, que aponta caminhos para a resolução de muitos dos atuais problemas de mobilidade sentidos pelas populações, o que faz dele, também, um importante documento estratégico para a competitividade do território e para a sua coesão económica e social.



Posteriormente, e com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprova o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), a CIM Viseu Dão Lafões, além de ver serem-lhe atribuídas competências de Autoridade de Transportes, viu, também, serem-lhe delegadas as competências dos seus municípios associados em matéria de transporte público de passageiros.

Essas competências incluem a organização e planeamento das redes e infraestruturas, determinação das obrigações de serviço público, aprovação de regimes tarifários, fiscalização, divulgação do serviço público de transporte de passageiros, entre outros.

Com a assunção destas competências, a Comunidade Intermunicipal passou a ter um papel vital na estruturação de uma proposta de rede de serviço público de transporte de passageiros, que sirva a população e que ao mesmo tempo seja sustentável.

Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a trabalhar nas metas fixadas na estratégia territorial de mobilidade definida para Viseu Dão Lafões, as quais compreendem a otimização do sistema de transportes, a diminuição da dependência do transporte individual, o aumento da eficiência de todo o sistema e, conseqüentemente, o aumento da atratividade do transporte público e a progressiva descarbonização associada à mobilidade.

Assim, o trabalho desenvolvido procurou estabelecer um modelo de organização e exploração adequado à procura e que seja economicamente sustentável e racional, tendo em conta os níveis mínimos de serviço público, impostos pela Lei n.º 52/2015, assegurando, assim, um sistema de transportes públicos adequado às necessidades de mobilidade das populações e ao volume de recursos públicos necessários e disponíveis para o seu financiamento, tendo em consideração os serviços regulares, os serviços flexíveis e os serviços especializados de transporte escolar, os quais passamos a descrever:

Serviço Público de Transporte de Passageiros

Ao nível do serviço público de transporte de passageiros, a CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade à implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), o qual tem permitido financiar, desde o ano de 2019, as Autoridades de Transporte a operar no território, para o desenvolvimento de ações que promovem a redução tarifária nos sistemas de transportes públicos coletivo, bem como a oferta de serviços e expansão da rede.

De acordo com a candidatura anual apresentada ao Fundo Ambiental, as duas Autoridades de Transporte a operar no território, isto é, a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Viseu, receberam, durante o ano de 2022, o montante total de 892.575,00€, o qual permitiu implementar medidas de estímulo à utilização dos transportes públicos no território.

Neste sentido, o apoio à redução tarifária, por parte da CIM Viseu Dão Lafões, durante o ano de 2022, consistiu em descontos de 25% na aquisição dos títulos de transporte ocasional (bilhetes simples inteiros, simples meio bilhete e pré-comprados), e de 35% na aquisição de passes mensais por utilizadores que não beneficiem de qualquer regime especial, legal ou regulamentar, de redução ou isenção tarifária, os quais se mantiverem iguais aos descontos praticados no ano anterior.

Dar nota que, o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos irá continuar no ano de 2023, tendo o Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em

reunião realizada a 13 de dezembro de 2022, aprovado os descontos que entraram em vigor no passado dia 1 de janeiro de 2023, os quais se mantêm iguais aos que vêm sendo praticados desde 2021.

No ano de 2022, foi, também, dada continuidade à implementação do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), o qual tem permitido financiar o desenvolvimento de ações que promovem o reforço e a densificação da oferta de transporte público coletivo em zonas onde a penetração deste modo de transporte é mais reduzida e onde o potencial de ganhos de procura ao automóvel é superior, contribuindo, assim, para a promoção do transporte público coletivo, indução de padrões de mobilidade mais sustentáveis e descarbonização da mobilidade.

Este financiamento permitiu à CIM Viseu Dão Lafões prosseguir com a reorganização e com o reforço das linhas de transportes da região.

Para além disso, no decurso do ano de 2022, continuou a manter-se a necessidade de efetuar o pagamento de compensações aos operadores por obrigações de serviço público de transporte de passageiros, tendo em vista minorar os défices de exploração subjacentes à prestação deste serviço.

No ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões continuou, também, a trabalhar no concurso público para a contratação de serviço público de transporte rodoviário de passageiros, tendo as respetivas peças concursais sido aprovadas pelo Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em outubro de 2022, e, posteriormente, remetidas para a Autoridade de Mobilidade e dos Transportes (AMT) para obtenção de parecer.

De referir que, a AMT emitiu parecer favorável às referidas peças no passado dia 10 de fevereiro, encontrando-se, agora, a CIM Viseu Dão Lafões a ultimar os tramites administrativos para proceder ao lançamento do concurso público.

Serviço de Transporte Flexível (“Ir e Vir”)

Relativamente ao transporte flexível, a Comunidade Intermunicipal, com o objetivo de complementar e melhorar a oferta existente, realizou um estudo que identificou as lacunas na oferta do Serviço Público de Transporte de Passageiros, no território Viseu Dão Lafões, as quais se podem refletir na cobertura espacial – territórios não servidos, ou mal servidos - e na cobertura temporal – territórios não servidos nos períodos letivos e/ou nas férias escolares.

Com base na informação e nos resultados desse estudo, a CIM Viseu Dão Lafões analisou as melhores soluções a aplicar em cada concelho, aliando os horários dos vários serviços disponíveis, em cada município, com os horários do futuro transporte flexível, e decidiu implementar um projeto piloto no âmbito do serviço de transporte flexível, designado de “Ir e Vir”.



Este projeto a pedido, apoiado em serviço de táxi, tem como principal objetivo alargar e reforçar a oferta de transporte público de passageiros, conferindo, assim, uma nova mobilidade a populações que residem em áreas que não dispõem de um serviço regular de transporte público de passageiros.

Iniciado em outubro de 2021, o “Ir e Vir” começou por ser implementado em zonas de menor densidade demográfica, nomeadamente, nos municípios de Aguiar da Beira, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela e Vouzela, e no dia 18 de julho de 2022 foi alargado aos restantes municípios pertencentes à CIM Viseu Dão Lafões.

Esta 2ª fase do projeto, para além do serviço municipal que liga todas as localidades (sem acesso a transporte público, ou que apenas tinham esse transporte em alguns horários) aos centros dos municípios, passou a garantir duas novas modalidades de serviço de transporte flexível, nomeadamente, o serviço intermunicipal, que assegura as ligações entre as sedes de concelho e os municípios abrangidos, quando essa ligação não exista através de carreira pública, e o serviço de comboio, que liga todas as localidades dos municípios às estações e apeadeiros da linha da Beira Alta presentes em Viseu Dão Lafões.

Com a introdução destas novas modalidades um morador de entre as cerca de 850 localidades da região pode, de forma cómoda, deslocar-se entre concelhos ou ser levado a uma estação ou apeadeiro ferroviário da Linha da Beira Alta, em qualquer dia útil da semana.

Em termos médios, este projeto está, atualmente, a deslocar 550 passageiros por mês em período escolar e 700 passageiros por mês em período de férias.

O “Ir e Vir” funciona com horários e paragens pré-definidas, e as tarifas pagas podem oscilar entre os 0,80 euros e os 5,80 euros, dependendo do percurso, estando disponível todos os dias da semana, exceto sábados, domingos e feriados, em quatro horários: dois de ida e dois de volta.



De referir que o projeto “Ir e Vir” vem anular, de uma forma definitiva, carências do transporte público de passageiros nas zonas mais isoladas do território Viseu Dão Lafões, assegurando, assim, uma maior coesão territorial, na medida em que garante a mobilidade e acesso a serviços essenciais, por parte de setores da população mais isolados e com maior dificuldade de deslocação.

Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões

Conforme é sabido, no ano de 2016, a CIM Viseu Dão Lafões concluiu a elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Viseu Dão Lafões, o qual para além de incluir a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, contém, também, medidas que promovem a redução da emissão de gases com efeito estufa, e a diminuição da intensidade energética, promovendo, simultaneamente, o aumento da quota do transporte coletivo e dos modos suaves nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana.

Este importante instrumento de planeamento, ancorado numa estratégia de baixo teor de carbono, consubstancia-se num conjunto de objetivos gerais e específicos compatíveis com o desenvolvimento económico, indutores de maior coesão social e orientados para a melhoria do ambiente urbano e da eficiência energética.

Desta forma, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Viseu Dão Lafões configura um programa de ação de curto/médio prazo que articulará medidas de natureza técnica e política com intervenções infraestruturais, procurando maximizar a relação custo-benefício, em termos de objetivos preconizados, nomeadamente, os ambientais e energéticos.

Posto isto, e atendendo à importância de promover investimentos em ações de descarbonização do território, em especial no que diz respeito ao setor dos transportes, a Comunidade Intermunicipal, em parceria com os seus municípios associados, apresentou, em dezembro de 2020, uma candidatura de carácter intermunicipal ao aviso de concurso n.º CENTRO-06-2020-01, a qual foi objeto de aprovação pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, apenas em agosto de 2022.

Para esta candidatura, designada de “Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões”, foi aprovado um investimento elegível de aproximadamente 4,98 milhões de euros, comparticipados a uma taxa de 85%, que irá permitir promover a mobilidade urbana multimodal sustentável e a descarbonização do território Viseu Dão Lafões, com especial enfoque no transporte nas zonas urbanas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e apoiando a transição para uma economia de baixo teor de carbono.

Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados, pretendem dinamizar, um pouco por todo o seu território, a adoção de uma política de mobilidade de baixo teor carbónico, tendo presente as vantagens ambientais, sociais e económicas que a adoção de políticas públicas de proteção do meio ambiente e de valorização dos recursos endógenos tem na melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes.

Relativamente aos investimentos da responsabilidade da CIM Viseu Dão Lafões, está em fase de conclusão um procedimento concursal para a criação de um sistema público de bicicletas partilhadas para a população, através do qual serão disponibilizadas mais de uma centena de bicicletas, com uma distribuição suportada por 37 estações e 235 docas.

Para além da aquisição deste sistema de modos de transporte não motorizado para uso público, a CIM Viseu Dão Lafões irá, também, implementar uma Plataforma de Mobilidade de suporte à operação e gestão da mobilidade no território, incluindo os transportes públicos e transporte flexível, assim como a integração de todas as soluções de mobilidade do território, numa aplicação móvel destinada ao cidadão, tendo o respetivo procedimento concursal sido lançado recentemente.



Na sequência da aprovação da candidatura, também, os municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva e Vouzela iniciaram a execução dos respetivos investimentos, os quais irão compreender a criação de 36 quilómetros de novas ciclovias e vias pedonais, no perímetro urbano dos referidos municípios.

De referir que a implementação destes investimentos irá tornar a região Viseu Dão Lafões mais desperta e ativa para atitudes ambientalmente mais responsáveis e, por outro lado, irá criar condições mais favoráveis para a utilização da bicicleta enquanto meio de transporte preferencial pelos cidadãos.

4.10 Gestão, monitorização e avaliação da Contratualização com o Programa Centro 2020

Assistência Técnica – contratualização Programa Centro 2020

Ao longo do ano de 2022, a Estrutura de Apoio Técnico da CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade às suas funções enquanto Organismo Intermédio, na sequência da delegação de competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020, na CIM Viseu Dão Lafões, formalizada a 31 de dezembro de 2015, por via de uma adenda ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Neste sentido, e à semelhança das tarefas que já vinham sendo desempenhadas, a Estrutura de Apoio Técnico, no âmbito das suas competências, procedeu à análise da admissibilidade, técnico-financeira e de mérito das candidaturas apresentadas, à análise de pedidos de reprogramação/alteração às operações aprovadas, à validação da despesa associada às operações e à realização de verificações ao local das operações.

De referir que o trabalho do Organismo Intermédio incide, não só, nas candidaturas sinalizadas, pelos Municípios, no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, no âmbito das prioridades de investimento 4.3 (Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas), 6.3 (Infraestruturas Culturais), 9.7 (Infraestruturas da Saúde) e 10.5 (Infraestruturas de Educação), mas, também, nas candidaturas apresentadas pelas empresas ao SIZÉ – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego e ao PAPN – Programa de Apoio à Produção Nacional, no âmbito das prioridades de investimento 8.3 (Criação de emprego) e 8.8 (Desenvolvimento e criação de empresas).

Relativamente ao PAPN destaca-se a realização, no dia 11 de fevereiro de 2022, no Hotel Montebelo, em Viseu, de uma sessão para assinatura dos termos de aceitação das 17 candidaturas que foram aprovadas numa primeira fase, tendo a mesma contado com a presença da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa e da Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Isabel Damasceno.



De referir que a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto organismo intermédio, foi responsável pela análise e seleção destas candidaturas, que foram depois aprovadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020. No total foram aprovadas mais de 80 candidaturas, as quais têm como objetivo estimular a produção nacional, tendo enfoque no setor industrial e no setor do turismo.

Dar, ainda, nota que em novembro de 2022, foram publicados, pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020, avisos para apresentação de candidaturas, por parte dos municípios, no âmbito da saúde (PI 9.7) e das infraestruturas de educação (PI 10.5), sendo que a primeira fase terminou a 29 de dezembro de 2022, e a segunda fase irá terminar a 28 de abril de 2023.

Articulação entre o organismo intermédio CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão

A articulação, de carácter genérico e transversal, entre a CIM enquanto organismo intermédio e a Autoridade de Gestão foi assegurada, durante o ano de 2022, pela Coordenadora da Estrutura de Apoio Técnico (EAT) e pelo Secretário Executivo.

Este acompanhamento e coordenação permanente visaram, por um lado, garantir a aplicabilidade da delegação de competências na CIM, enquanto organismo intermédio, e, por outro lado, acompanhar a execução dos projetos aprovados.

Nesse sentido, para além dos contactos por via telefónica ou correio eletrónico, sempre que necessário foram realizadas reuniões presenciais ou por videoconferência com a Comissão Diretiva, e/ou com os Secretários Técnicos e respetivas equipas, tendo em vista uniformizar procedimentos e métodos de trabalho.

Nesse âmbito, destaca-se, a realização, no ano de 2022, de reuniões de trabalho individuais entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2020 e os Presidentes dos municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões, as quais tiveram como objetivo efetuar o ponto de situação da execução dos projetos aprovados, e impulsionar a aceleração da execução dos mesmos.

4.11 Acompanhamento do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões e preparação do próximo período de programação dos fundos da União Europeia

Execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões




O Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões assinado, a 31 de agosto de 2015, entre a CIM e as Autoridades de Gestão dos vários Programas Operacionais, foi já objeto de duas alterações, formalizadas a 2 de agosto de 2017 e a 7 de junho de 2019, respetivamente.



Assim, e de acordo com esta última alteração, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões contempla um apoio global de fundo que totaliza 50.310.554,98€, repartido do seguinte modo:

- Programa Operacional Regional do Centro 2020 – 49.225.251,98€
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos – 280.000,00€
- Programa de Desenvolvimento rural do Continente 2014-2020 – 805.303,00€

No final do ano de 2022, do montante total do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões, já se encontrava contratualizado pela CIM Viseu Dão Lafões e pelos seus Municípios um montante de 50.790.730,85€, correspondendo a 100,95%, conforme se encontra refletido no quadro abaixo:

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Valor Fundo	Valor Fundo Contratualizado (31/12/2022)	Valor Fundo Validado (31/12/2022)
	2.3	2 299 165,00 €	2 299 165,00 €	2 441 449,73 €
	4.3	4 141 490,20 €	2 627 115,00 €	290 071,23 €
	6.3	5 228 693,37 €	6 195 584,24 €	2 689 426,16 €
	8.3	11 442 482,05 €	211 259,87 €	88 461,72 €
	8.8	4 100 767,60 €	12 773 510,06 €	6 760 201,65 €
	9.1	3 578 435,89 €	0,00 €	0,00 €
	9.7	3 465 177,52 €	2 713 781,13 €	2 610 895,16 €
	10.1	5 011 588,01 €	6 327 851,74 €	4 281 505,44 €
	10.5	9 957 452,34 €	16 613 807,41 €	10 472 818,98 €
Sub-Total		49 225 251,98 €	49 762 074,45 €	29 634 830,07 €
	5.1	140 000,00 €	153 584,06 €	153 584,06 €
	5.2	140 000,00 €	138 138,57 €	135 043,88 €
Sub-Total		280 000,00 €	291 722,63 €	288 627,94 €
	03.M04	805 303,00 €	736 933,77 €	S/Informação
	Sub-Total		805 303,00 €	736 933,77 €
TOTAL GERAL		50 310 554,98 €	50 790 730,85 €	29 923 458,01 €
Taxa de Aprovação / Taxa de Execução (%)			100,95%	59,48%

Da análise à informação constante no referido quadro, verifica-se que todas as prioridades de investimento associadas ao Programa Operacional Regional do Centro 2020 registam contratualização de fundo, com exceção da PI 9.1, uma vez que em resultado do processo de reprogramação deste Programa Operacional, desencadeado no ano de 2020, que visou dar respostas imediatas à situação de emergência vivida no país fruto da pandemia COVID-19, as verbas da referida prioridade de investimento foram alocadas a outras que se afiguravam mais prioritárias.

Assim, esse processo de reprogramação previu o reforço de algumas prioridades de investimento, o que permitiu a contratualização de montantes superiores aos identificados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, nomeadamente nas prioridades de investimento 6.3, 8.8, 10.1 e 10.5, conforme se evidencia no quadro acima.

Relativamente ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos a CIM Viseu Dão Lafões tem os projetos executados, sendo os mesmos respeitantes ao Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e à Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, ambos já encerrados pelo PO.

No que se refere ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, no final do ano de 2022 encontravam-se aprovadas intervenções na Barragem da Várzea de Calde (Viseu), na Barragem de Pereiras (Oliveira de Frades), no regadio tradicional de São Joaninho (Castro Daire), no regadio tradicional de Vila Nova de Paiva, no regadio tradicional da Bodiosa a Nova (Viseu), e no açude da Corvaceira (São Pedro do Sul), não estando disponível informação sobre o fundo já validado.

Estratégia Viseu Dão Lafões 2030

A reflexão estratégica sobre o futuro de Portugal no médio e longo prazo é um exercício da maior importância, que o Governo quer realizar de forma abrangente, envolvendo os mais variados atores económicos e sociais, de entre os quais se destacam as Comunidades Intermunicipais, as quais têm vindo a assumir, nos últimos períodos de programação, um papel e uma importância crescentes no planeamento, gestão, monitorização e execução dos Fundos Europeus Estratégicos de Investimento, nos respetivos territórios NUTS III.

Nesse sentido, a preparação do próximo período de programação (2021-2027) voltou a contar com o contributo das Comunidades Intermunicipais, tendo no caso da CIM Viseu Dão Lafões, sido iniciado, no ano de 2019, um processo de reflexão e planeamento estratégico, no que respeita à gestão e execução dos fundos estruturais para o referido período.

Esse processo começou com a revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Viseu Dão Lafões 2020, tendo nesse âmbito sido realizados vários workshops temáticos, que contaram com a participação dos principais atores chave da região, e cujos contributos e ideias estratégicas foram tidos em consideração na elaboração da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, a qual foi aprovada quer pelo Conselho Intermunicipal, quer pelo Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, que emitiu parecer favorável ao referido documento, em setembro de 2021.

Com esta estratégia pretende-se que o território de Viseu Dão Lafões seja capaz de atrair e fixar pessoas, iniciativas e investimentos, e que se afirme pela sua capacidade de criar valor e gerar emprego qualificado, bem como de proporcionar qualidade de vida e segurança aos seus

cidadãos, ao responder eficazmente aos desafios colocados pelas transformações climática, energética e digital.

Este documento, cujo conteúdo pode ser consultado na íntegra em <https://www.cimvdl.pt/portugal-2030/>, será, assim, a base de negociação da Região Viseu Dão Lafões com as entidades nacionais e europeias para o próximo quadro financeiro plurianual.

Posto isto, e depois de ter sido finalizada a Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, a Comunidade Intermunicipal iniciou, no final do ano de 2022, o processo de elaboração do Plano de Ação Viseu Dão Lafões 2030, tendo nesse âmbito sido já realizadas reuniões individuais com os municípios, e identificados por estes as intenções e/ou necessidades prioritárias de investimento, suscetíveis de virem a ser enquadradas nos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), que serão oportunamente contratualizados entre esta CIM e a Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro.

Este pré-levantamento será agora trabalhado, em articulação com os municípios, por forma a fechar os Investimentos Territoriais Integrados que efetivamente serão objeto de contratualização, sendo que este processo terá de ter em consideração o envelope financeiro que vier a ficar afeto à região Viseu Dão Lafões.

Assim serão identificados, para cada linha de ação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, os projetos concretos de cariz municipal e/ou supramunicipal, e construídas as respetivas fichas de caracterização, os quais irão garantir não só a concretização da Estratégia definida para o território, mas também, o alinhamento e a coerência com as estratégias nacionais.

Plano de Recuperação e Resiliência

No decurso do ano de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a acompanhar o processo de implementação do Plano de Recuperação e Resiliência, tão importante para o desenvolvimento do território, e para tornar a economia de Viseu Dão Lafões mais sustentável social, ambiental e economicamente, mais resiliente, mais inclusiva, mais eficiente na gestão dos recursos, mais digitalizada, mais inovadora, mais interconectada e capaz de competir à escala nacional.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões esteve atenta aos avisos de concurso que foram sendo publicados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, divulgando essas oportunidades de financiamento pelos atores do território, nomeadamente, municípios, empresas, entidades do setor social, etc., por forma a maximizar a captação de financiamento para a implementação de iniciativas e investimentos essenciais ao desenvolvimento da região Viseu Dão Lafões.

Para além disso, em março de 2022, a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto entidade executora, apresentou, ao aviso n.º 03/C19-i07-05/2021, candidaturas para “Criação de Espaços de

Cowork”, nos municípios de Castro Daire, Mangualde e Vila Nova de Paiva, conforme já referido anteriormente neste documento, tendo a mesma sido objeto de aprovação definitiva em outubro de 2022.

A CIM Viseu Dão Lafões tem vindo, também, a integrar, enquanto entidade parceira, algumas candidaturas apresentadas por outras entidades, de entre as quais destacamos, ao nível do Programa Impulso Jovens STEAM e Programa Impulso Adultos, o projeto “Living the Future Academy”, liderado pela Universidade de Coimbra, e ao nível da Agenda de Investimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura, Alimentação e Agroindústria, os projetos “Pólo de Inovação de Viseu – Estação Agrária de Viseu” e “Pólo de Inovação de Nelas – Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão (CEV Dão)”, liderados pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro), os quais obtiveram parecer favorável no decurso do ano de 2022.



Relativamente ao projeto “Living the Future Academy”, e por forma a definir as responsabilidades da CIM Viseu Dão Lafões e da Universidade de Coimbra neste projeto, foi assinado no dia 22 de junho de 2022,

um protocolo de colaboração, através do qual a CIM se compromete e colaborar no desenvolvimento de ações territoriais conjuntas, dando a conhecer as necessidades e expectativas de Viseu Dão Lafões por forma a ser desenhado um conjunto de formações gerais e/ou customizadas adaptadas às especificidades do território e da sua população.

De referir que este projeto prevê que sejam estabelecidas parcerias com empregadores públicos e privados, para alavancar as qualificações das pessoas que estão no mercado de trabalho, garantindo a reconversão e atualização de competências através do desenvolvimento de soluções de qualificação flexíveis, de qualidade e capazes de dar resposta à transformação dos mercados de trabalho e aos novos requisitos da empregabilidade, e nesse sentido, no dia 8 de setembro de



2022, foi realizada uma reunião de trabalho com os stakeholders presentes no território, com o objetivo de articular formas de colaboração entre as entidades envolvidas nesta iniciativa.

Esta reunião, que teve lugar na sede da Comunidade Intermunicipal, em Tondela, além da participação do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e da Vice-Reitora da UC, Cristina Albuquerque, contou com a presença da Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV), do Agrupamento de Centros de Saúde Dão-Lafões (ACeS Dão-Lafões) e dos Centros de Formação de Professores do território.

Quanto ao “Pólo de Inovação de Viseu – Estação Agrária de Viseu” e ao “Pólo de Inovação de Nelas – Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão (CEV Dão)”, a CIM Viseu Dão Lafões, na qualidade de parceiro, tem assento no Conselho de Parceiros de ambos os Polos, onde serão discutidas e analisadas as dinâmicas necessárias à operacionalização do modelo de gestão e dinamização do Pólo de Inovação de Viseu e do Pólo de Inovação de Nelas.

No âmbito do PRR, dar ainda nota, que, na sequência da publicação do aviso n.º 01/C06-i01.01/2022, relativo à criação de Centros Tecnológicos Especializados em estabelecimentos de ensino/escolas com oferta de ensino profissional, a CIM Viseu Dão Lafões e as restantes Comunidades Intermunicipais da Região Centro, efetuaram uma tomada de posição, onde solicitaram a revisão dos critérios de distribuição e metodologias de operacionalização dos apoios à criação dos referidos CTE.

4.12 Reuniões com equipas governamentais e outras entidades

No âmbito da atividade da Comunidade Intermunicipal, no decurso do ano de 2022, foram realizadas várias reuniões de trabalho com as equipas governamentais e com entidades representativas da região, no sentido de operacionalizar as atribuições assumidas pela CIM Viseu Dão Lafões, bem como defender os interesses da região, promovendo o seu desenvolvimento, competitividade e coesão, a saber:

- 25/01/2022: Reunião com a CIM Douro e com a CIM Beiras e Serra da Estrela, no âmbito dos transportes intermunicipais, que operam entre estes territórios e o de Viseu Dão Lafões;
- 01/02/2022: Reunião, no Museu Municipal Soares de Albergaria, em Carregal do Sal, entre a Diretora Regional de Cultura do Centro, Suzana Menezes, os Presidentes das Câmaras Municipais que integram a CIM Viseu Dão Lafões e o Secretário Executivo da CIM, a qual teve como objetivo analisar e discutir as prioridades de investimento, no âmbito do novo quadro financeiro plurianual PT2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);

- 02/02/2022: Reunião, nas instalações da CIM Viseu Dão Lafões, dos Secretários Executivos das Comunidades Intermunicipais da Região Centro, na qual foram abordados vários assuntos de interesse comum, como por exemplo, o ponto de situação da mobilidade e dos transportes, o novo quadro financeiro plurianual PT2030, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a descentralização de competências, a representação permanente das CIM's em Bruxelas, entre outros;
- 15/03/2022: Participação do Secretário Executivo na reunião da ANMP, na qual foram abordadas diversas temáticas, nomeadamente, Descentralização e transferência de competências; Lei das Finanças Locais; Fundos Comunitários (PT2020; PT2030; PRR); entre outros assuntos relevantes;
- 28/04/2022: Participação do Secretário Executivo na reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional do Centro, que decorreu em Tomar;
- 18/05/2022: A CIM Viseu Dão Lafões, através do seu Secretário Executivo, Nuno Martinho, acompanhou a visita da Senhora Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, à região, nomeadamente ao município de Vouzela. No decurso desta visita, o Secretário Executivo teve oportunidade para fazer um ponto de situação e um balanço dos projetos que estão a ser desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal, no domínio da promoção turística, com destaque para os que estão a ser financiados pelo Programa Valorizar, do Turismo de Portugal;
- 10/08/2022: Reunião, em Lisboa, entre a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e pelo Secretário Executivo, e a Ministra da Saúde, Marta Temido, a qual teve como objetivo tomar conhecimento do ponto de situação relativo às obras de construção do centro de ambulatório e radioterapia, bem como ao investimento na área da saúde mental/psiquiatria no Centro Hospitalar Tondela/Viseu;
- 12/08/2022: Reunião, na Casa do Adro, em Viseu, entre a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e pelo Secretário Executivo, o Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, João Paulo Catarino, e o Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), José Pimenta Machado, a qual teve como objetivo avaliar a situação dos recursos hídricos na região Viseu Dão Lafões, atendendo à situação de seca severa que afetava o território;
- 16/09/2022: Reunião, em Lisboa, entre a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelo Presidente e Vice-presidentes do Conselho Intermunicipal e pelo Secretário Executivo, e o Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, na qual foram discutidos vários temas no domínio da rodovia e da ferrovia;
- 24/09/2022: Reunião, na Casa do Adro, em Viseu, entre a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelo Presidente e Vice-presidentes do Conselho Intermunicipal, e o

partido Iniciativa Liberal, no âmbito das “Rotas Liberais por Viseu – Interioridades/Descentralização”;

- 21/11/2022: Reunião, em Penacova, entre os presidentes das Câmaras Municipais de Coimbra, Mortágua, Penacova, Viseu, Santa Comba Dão e Tondela e das Comunidades Intermunicipais da Região de Coimbra e de Viseu Dão Lafões, a qual teve como objetivo avaliar o projeto de requalificação/duplicação do IP3;
- 23/11/2022: Reunião, por videoconferência, entre a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelo Vice-presidente do Conselho Intermunicipal, Vítor Figueiredo, e pelo Secretário Executivo, Nuno Martinho, e a Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, no âmbito do novo modelo territorial da proteção civil;
- 07/12/2022: Participação do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões na reunião da “Rede das Dinâmicas Regionais”, realizada em Lisboa, a qual foi promovida pela AD&C e pelas cinco CCDR. Nesta reunião, que contou com a presença da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira, foram apresentados os instrumentos territoriais do Portugal 2030, bem como as especificidades de cada Programa Regional;
- Várias reuniões do Secretário Executivo da CIM com o Turismo de Portugal, no âmbito dos projetos aprovados pelo Programa Valorizar;
- Várias reuniões do Secretário Executivo da CIM com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020, no âmbito da execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.



Dar, ainda, nota, que de 15 a 17 de novembro de 2022, os Presidentes das Câmaras Municipais pertencentes à CIM Viseu Dão Lafões e o Secretário Executivo participaram no Smart City Expo

World Congress (SCEWC), o maior evento mundial sobre a temática das Cidades e Regiões Inteligentes, que decorreu em Barcelona.

Assim, o SCEWC deu a conhecer a experiência das cidades e regiões mais inovadoras do mundo na implementação de projetos em áreas tão importantes como a energia, o desenvolvimento sustentável, o ambiente, a mobilidade, a segurança, entre outras.

No decurso desta missão de trabalho, que esteve a cargo da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e da NOVA IMS, com o apoio da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses e do Consulado Português em Barcelona, os autarcas do território da CIM Viseu Dão Lafões tiveram a oportunidade de visitar a exposição e de participar nas apresentações, workshops e sessões informativas que se adequavam às necessidades e ao perfil da região.

A CIM Viseu Dão Lafões esteve, também, presente na área de exposição “SMART PORTUGAL”, a qual foi visitada pelo Secretário de Estado da Internacionalização, Bernardo Ivo Cruz, pelo Embaixador de Portugal em Espanha, João Mira Gomes, e pela Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa.

Para além disso, a CIM Viseu Dão Lafões deu a conhecer o SGPav - Sistema de Gestão de Pavimentos Municipal e participou na mesa-redonda “Portugal Makes Sense – Smart Cities”, juntamente com a CIM Oeste e as empresas ALTICE, CEiiA, Focus BC e UBIWHERE, tendo o Secretário Executivo, Nuno Martinho, efetuado uma intervenção.



5. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abriram caminho à reforma da gestão pública.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes, do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiantamentos levaram ao atraso deste processo.

Face a este enquadramento, a CIM Viseu Dão Lafões concretizou, com efeitos a 31-12-2020, os procedimentos que visavam dar seguimento ao processo de implementação do SNC-AP iniciado em 2015.

Contudo, este processo de implementação foi substancialmente longo, uma vez que existiam rotinas oriundas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que careciam de adaptação, ajustamento e adequabilidade às Normas de Contabilidade Pública (NCP), bem como a convergência da estrutura organizacional dos serviços, em função de novas exigências legais, a existência de novos serviços e o processo de descentralização de competências, aplicando-se essa situação ao atraso verificado na implementação da contabilidade de gestão na CIM, pelo facto de ter sido necessário operar diversos incrementos a este módulo do sistema informático em vigor (ERP AIRC).

Não obstante, e tendo esta entidade presente a obrigatoriedade prevista pelo SNC-AP de acordo com os requisitos gerais previstos na NCP 27, no ano de 2022, foi iniciada a implementação da contabilidade de gestão, de forma que as demonstrações financeiras fossem efetuadas de acordo com os princípios e demais critérios definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), instituído pelo Decreto-Lei n.º 192/15, de 11 de setembro.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços

disponibilizados aos cidadãos, com uma desagregação dos gastos por bens e serviços, sendo que, no caso da CIM, esses serviços são, essencialmente, resultado de projetos cofinanciados através de candidaturas aprovadas no âmbito dos vários Programas nacionais e comunitários.

Assim, identificam-se nos quadros abaixo, por um lado, os 7 Centros de Responsabilidade criados em virtude das atividades desenvolvidas, pela CIM, consideradas de maior relevância e cuja informação financeira é preponderante na tomada de decisões de gestão interna e, por outro lado, as funções e serviços afetos.

a) Centros de Responsabilidade

Centros de Responsabilidade	Código
Funções Gerais	01
Administração Geral	0101
Formação	0102
Publicações	0103
Proteção Civil Intermunicipal	02
Regimento de Sapadores	0201
Unidade de Mobilidade e Transportes	03
Transportes	0301
Gestão e Manutenção de Infraestruturas Intermunicipais	04
Ecopista do Dão	0401
Ecopista do Vouga	0402

b) Funções

Designação - Classificação Funcional	Código
Administração geral	111
Protecção civil e luta contra incêndios	121
Educação	210
Acção social	232
Ordenamento do território	242
Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	246
Cultura	251
Indústria e energia	320
Transportes rodoviários	331
Comércio e turismo	340
Turismo	342
Transferências entre administrações	420

c) Serviços e sua afetação à classificação funcional e centros de responsabilidade

Descrição	Tipo CC	Composto / Elementar	Função	Código CC	Centro Respons.
Unidade Gestão Administrativa e Financeira					
Administração Geral	Serviço CC	E	111	1000	0101
Organização e Gestão Interna	Serviço CC	E	111	1010	0101
Unidade de Modernização da Administração Local					
Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões - Um Modelo Catorze Mur	Serviço CC	E	111	2010	0101
Formação prof. para os trab. da Adm. Pública - SATDAP	Serviço CC	E	210	2020	0102
Centro de Serviços Partilhados Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	111	2030	0101
Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região					
Marca Viseu Dão Lafões - Prod Turísticos Integrado	Serviço CC	E	342	3010	0101
Programação Cultural em Rede	Serviço CC	E	251	3020	0101
Ecopista do Dão	Serviço CC	E	246	3030	0401
Greenways/EGWA	Serviço CC	E	342	3040	0101
Sinalização dos prod tur. de VDL - Patrim. Natural	Serviço CC	E	246	3050	0101
Ecopista do Vouga	Serviço CC	E	246	3060	0402
Aldeias da Serra do Caramulo	Serviço CC	E	342	3070	0101
Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão	Serviço CC	E	342	3080	0101
Promoção e divulgação institucional	Serviço CC	E	111	3090	0101
Projetos de Eficiência Energética / Energia	Serviço CC	E	320	3100	0101
Contratos Interadministrativos	Serviço CC	E	420	3110	0403
Estratégia de Val. Económica Recursos Territoriais	Serviço CC	E	340	3120	0101
Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	210	3130	0101
Coesão Social Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	232	3140	0101
Acess-Tur- Centro de Portugal	Serviço CC	E	342	3150	0101
Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	340	3160	0101
Portugal 2030/Viseu Dão Lafões 2030	Serviço CC	E	340	3170	0101
Empreendedorismo e Promoção Espírito Empresarial	Serviço CC	E	210	3180	0101
Sist. de Inf. Cadastral Simplificado Região VDL	Serviço CC	E	242	3190	0101
Centro de Informação Europe Direct VDL	Serviço CC	E	340	3200	0101
Revista Beira Alta	Serviço CC	E	251	3210	0103
CRAFT - Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	340	3220	0101
Mapa dos Segredos Gastronómicos	Serviço CC	E	340	3230	0101
Plano de Recuperação e Resiliência	Serviço CC	E	246	3240	0101
Projecto "Cantinas Verdes"	Serviço CC	E	246	3250	0101
Economia Circular na região Viseu dão Lafões	Serviço CC	E	246	3260	0101
Espaços Coworking	Serviço CC	E	340	3270	0101
Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal					
Proteção Civil Intermunicipal	Serviço CC	E	121	4010	0201
			111		0101
Adapt às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	246	4020	0101
ClimAlert (Interreg Sudoeste)	Serviço CC	E	246	4030	0101
Life Nieblas	Serviço CC	E	121	4040	0101
Outros Proj. âmbito da Prot. Civil e Def. Floresta	Serviço CC	E	121	4050	0101
Prevenção, contenção e mitigação da COVID 19	Serviço CC	E	246	4060	0101
Vespa Velutina	Serviço CC	E	246	4070	0101
Unidade de Mobilidade e Transportes					
Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	331	5010	0301
Outros Projectos Interm. âmbito da Mob. e Transp.	Serviço CC	E	331	5020	0301
Mobilidade Urbana e Sustentável em VDL	Serviço CC	E	331	5030	0301
Unidade Controlo e Gestão da Contratualização					
Assistência Técnica - Contratualização	Serviço CC	E	111	6010	0101
Assembleia Intermunicipal					
Assembleia Intermunicipal	Serviço CC	E	111	7010	0101

Consequentemente a todos aqueles aspetos verifica-se a necessidade da produção de uma nova norma de controlo de interno, da qual não se pode dissociar a elaboração e acompanhamento do Plano de prevenção de riscos de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesses, cujo documento foi devidamente atualizado e aprovado pelo órgão competente na reunião do Conselho Intermunicipal de 29/11/2022.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento, como analisa a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

5.1 - ANÁLISE PATRIMONIAL

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Antes iremos passar à análise das rubricas de balanço e de demonstração de resultados, seguida da análise orçamental, no que concerne, também, à comparação com o período homólogo do ano anterior.

BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022		
RUBRICAS	SNC-AP	SNC-AP
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	5 418 427,02 €	2 787 557,90 €
Propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €
Participações financeiras	0,00 €	0,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos	0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	0,00 €	0,00 €
	5 418 427,02 €	2 787 557,90 €
Ativo corrente		
Inventários	11 229,62 €	6 209,95 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	434 890,73 €	1 289 920,89 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	554 341,88 €	563 181,57 €
Estado e outros entes públicos	3 370,84 €	1 336,28 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	2 750 305,36 €	2 385 810,90 €
Diferimentos	11 322,83 €	3 144,72 €
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	4 428 397,79 €	2 945 094,75 €
	8 193 859,05 €	7 194 699,06 €
Total do Ativo	13 612 286,07 €	9 982 256,96 €

PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	603 183,85 €	603 183,85 €
Ações (quotas) próprias	0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão	0,00 €	0,00 €
Reservas	296 180,14 €	284 607,31 €
Resultados transitados	392 683,89 €	15 770,38 €
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido	3 663 918,67 €	1 719 630,86 €
Resultado líquido do período	487 979,90 €	231 456,61 €
Dividendos antecipados	0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam	0,00 €	0,00 €
Total do Património Líquido	5 443 946,45 €	2 854 649,01 €
Passivo não corrente		
Provisões	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	578 673,85 €	223 536,43 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	1 501 428,34 €	2 039 172,42 €
Passivos por impostos diferidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	2 967,21 €	0,00 €
	2 083 069,40 €	2 262 708,85 €
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	161 532,67 €	540 006,88 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	52,50 €	52,50 €
Estado e outros entes públicos	27 744,96 €	21 515,70 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de investimentos	400 691,71 €	636 918,40 €
Outras contas a pagar	1 774 596,38 €	2 824 723,17 €
Diferimentos	3 720 652,00 €	841 682,45 €
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	6 085 270,22 €	4 864 899,10 €
Total do Passivo	8 168 339,62 €	7 127 607,95 €
Total do Património Líquido e Passivo	13 612 286,07 €	9 982 256,96 €

Pela análise do balanço, com referência a 31/12/2022, convém destacar as seguintes situações:

O Ativo não corrente incorpora os bens do domínio público e outros ativos fixos tangíveis, sendo que, o aumento acentuado de 94,38%, face ao ano de 2021, resulta do seguinte:

- **Ativos Fixos Tangíveis - Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural**

O aumento verificado na rubrica dos bens de domínio público em curso (1.997.331,21€), face ao ano de 2021, deveu-se, à continuidade da execução das obras relacionadas com as infraestruturas da Sinalética Turística a implementar em Viseu Dão Lafões e da Sinalética turística nas zonas afetadas pelos incêndios 2017, bem como da empreitada respeitante à requalificação da antiga Linha do Vouga em Ecopista do Vouga.

- **Ativos Fixos Tangíveis – Outros ativos fixos tangíveis**

O aumento verificado nestes ativos (1.049.337,18€), face ao ano de 2021, incidiu nas rubricas do equipamento básico, do equipamento de transporte, de equipamento administrativo e outros, resultante, essencialmente, de:

- ✓ Equipamentos informáticos para acesso à Plataforma BUPI na sequência da constituição de uma equipa móvel adicional de forma a nivelar a capacidade dos recursos a operar em todo o território no âmbito do projeto “Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Fornecimento e instalação das últimas Torres de Videovigilância e dos equipamentos integrantes dos Centros de Monitorização Remota (CMRs), nos vários municípios da CIM, no âmbito do projeto “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra”;
- ✓ Aquisição e instalação dos coletores de água atmosférica e de depósitos de armazenamento de água no âmbito do projeto “LIFE Nieblas”;
- ✓ Aquisição, instalação e monitorização de uma rede de armadilhas para o combate à espécie exótica *Vespa Velutina* e de equipamentos para deteção da mesma no âmbito do projeto com a mesma designação apresentado ao POSEUR;
- ✓ Aquisição e instalação de sinaléticas para a implementação integral do transporte flexível apoiado em serviço de táxi em todos os municípios integrantes da CIM no âmbito do transporte flexível.

O ativo corrente apresenta um ligeiro aumento de 6,37%, sendo as variações mais significativas nas rubricas “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis” e “Caixa e depósitos”, nos moldes a seguir descritos:

- **Clientes, contribuintes e utentes**

Esta rubrica continua a respeitar, na sua maioria, a dívidas dos municípios associados quer, por um lado, por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos intermunicipais/contratos interadministrativos por parte da CIM e da

gestão dos projetos desenvolvidos no âmbito da delegação de competências da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais, em diversos domínios, nomeadamente, Mobilidade e Transportes, sendo que, em 2022, se verificou um ligeiro decréscimo na mesma, face ao ano de 2021.

- **Estado e outros entes públicos**

O valor desta rubrica no ativo deve-se, exclusivamente, ao facto de, no ano de 2022, ter havido IVA a recuperar, num montante superior ao do ano de 2021, sendo que no passivo a mesma deriva de encargos com a Segurança Social e retenção na fonte de IRS, cuja variação face ao ano de 2021, deve-se apenas ao facto das posições remuneratórias dos trabalhadores da Administração Pública terem sido alteradas e valorizadas.

- **Outras contas a receber e outras contas a pagar**

As contas a receber e a pagar respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das participações FEDER, FC e FSE.

- **Diferimentos**

De referir que o montante dos diferimentos constantes do ativo corrente é respeitante a seguros já liquidados cujo custo deve ser diferido, pois o período de vigência dos mesmos inclui anos seguintes.

- **Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis**

O montante expresso nesta rubrica resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento, aquando da homologação dos contratos, respeitantes às candidaturas “Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões”, “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”, “SAMA” e “Sistema Integrado de Videovigilância”, à semelhança do registado no ano de 2021.

- **Caixa e depósitos**

O aumento do saldo verificado nesta conta, face ao período homólogo, resulta da transferência de verba significativa efetuada, pelo Fundo Ambiental, na sequência do Despacho n.º 8280/2022 de 07/07 relativo ao reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros e das últimas tranches pagas do PART e do RJSTP, bem como das transferências efetuadas, no último trimestre de 2022, no âmbito dos projetos financiados, nomeadamente do projeto “Assistência Técnica 2022/2023”, “Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais nas Comunidades Intermunicipais da Região de Coimbra e Viseu Dão Lafões”, “Programação Cultural em Rede II” e do apoio financeiro no âmbito do Regime Geral dos Financiamentos do Turismo de Portugal I.P.

O património líquido cresce cerca de 90,70%, com especial enfoque no “Resultado líquido do período” e nas “Outras variações no Património Líquido”, resultando este último, claramente, do ativo “Requalificação da antiga Linha do Vouga em Ecopista do Vouga”.

De referir que a diferença verificada no valor da conta “Resultados Transitados” é justificada, essencialmente, pela aplicação do RLE 2021, bem como pelo registo das duas notas de crédito (NC) emitidas pelos fornecedores de bens para combater os efeitos do surto de COVID-19, no ano de 2022, ainda na sequência da regularização do previsto no despacho do SEAAF n.º 450/2020.XXII de 27 de novembro e nos termos previstos no CIVA e explicitados no Ofício Circulado n.º 30222 de 25/05/2020, uma vez que, conforme já explicado na prestação de contas anterior, na contabilidade pública, e porque existe sempre uma conexão obrigatória e direta da despesa com o respetivo compromisso, caso esse mesmo compromisso não transite de ano, económico e orçamental, o processo de despesa fica encerrado, pelo que as mesmas têm que ser lançadas na CIM como uma receita, através do mecanismo de Reposições Não Abatidas aos Pagamentos.

Acresce, ainda, que de acordo com as NCP e as FAQ em vigor relativas à transição para o SNC-AP e da regularização da transferência das plataformas adquiridas no âmbito do projeto “SAMA” para os municípios, efetuada ainda nas contas do exercício de 2021, mesmo no fecho das contas, e atendendo que com o término da implementação deste projeto o controlo desses ativos seria da responsabilidade das entidades beneficiárias, foi reconhecido o gasto adjacente com o investimento em causa naquele período, mas o rendimento ainda permaneceu nas contas do Património Líquido (conta 593), por imputar aos gastos assumidos. Desta forma, no exercício de 2022, aquele valor, de 144.431,82 €, foi regularizado por reclassificação para a conta 56 – Resultados Transitados.

Quanto ao passivo, verifica-se um decréscimo de 7,94% no ativo não corrente e um acréscimo de 13,96% no passivo corrente, face ao ano anterior, estruturado da seguinte forma:

- **Financiamentos obtidos**

O montante refletido nesta rubrica respeita ao valor do apoio financeiro aprovado no âmbito do Regime Geral dos Financiamentos do Turismo de Portugal I.P. para a requalificação da antiga linha do Vouga em Ecopista do Vouga.

- **Diferimentos**

Os montantes refletidos nos diferimentos do passivo dizem respeito aos subsídios de investimento que têm condições e que se encontram separados por passivo não corrente (a reconhecer a mais de 12 meses) e passivo corrente (a reconhecer até 12 meses).

- **Fornecedores/Fornecedores de investimento**

As rubricas “Fornecedores” e “Fornecedores de investimentos” respeitam a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços em que

a CIM é executora no Portugal 2020, em Programas da Comissão Europeia ou no âmbito das competências delegadas na área dos transportes, verificando-se uma diminuição de 70,09% e 37,09%, respetivamente, comparando com o período homólogo.

Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022		
RENDIMENTOS E GASTOS	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	4 725,26 €	3 032,25 €
Vendas	3 986,08 €	1 205,06 €
Prestações de serviços e concessões	98 636,52 €	21 452,90 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 101 562,67 €	9 357 685,44 €
Variações nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 175,33 €	-1 742,19 €
Fornecimentos e serviços externos	-2 769 325,50 €	-2 216 647,98 €
Gastos com pessoal	-937 156,58 €	-837 001,90 €
Transferências e subsídios concedidos	-4 093 450,11 €	-6 021 888,05 €
Prestações sociais	0,00	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00 €
Outros rendimentos	565 501,27	274 859,56 €
Outros gastos	-16 909,30	-65 331,94 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	952 394,98 €	515 623,15 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-464 539,65 €	-284 016,24 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	487 855,33 €	231 606,91 €
Juros e rendimentos similares obtidos	174,80 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	-50,23 €	-150,30 €
Resultado antes de impostos	487 979,90 €	231 456,61 €
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	487 979,90 €	231 456,61 €
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe	0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam	0,00 €	0,00 €
	487 979,90 €	231 456,61 €

Passemos à análise do comportamento de algumas rubricas explicando os valores registados:

- **Impostos, contribuições e taxas**

Esta rubrica respeita ao recebimento da verba resultante do contrato de comodato celebrado com a DRCC Norte e o Turismo do Centro, para fazer face às despesas com a água e a luz do edifício da Casa do Adro, sendo que, o aumento verificado em cerca de 55% é facilmente justificável com o aumento do preço da eletricidade.

- **Vendas**

As vendas da CIM respeitam unicamente a quotizações dos assinantes da Revista Beira Alta, estando o aumento do valor desta rubrica relacionado com o envio de várias edições, no ano de 2022, nomeadamente das Revistas do ano de 2029, de 2020, de 2021 e do 1º semestre de 2022.

- **Prestações de serviços e concessões**

Desta rubrica constam os serviços de limpeza e gestão das faixas de combustível e os serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão prestados pela equipa de Sapadores Florestais da CIM, tendo estes últimos sofrido um aumento, face ao ano de 2021, bem como contempla as taxas que refletem o montante transferido para a CIM, pelas entidades adjudicatárias, relativas ao “Fee”, no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões, as quais justificam, também, o aumento significativo verificado, comparativamente ao período homólogo, pelo facto dessas entidades terem transferido os montantes em dívida dos 1º e 2º semestre de 2021, apenas no ano de 2022.

- **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

O custo das mercadorias vendidas respeita, na sua totalidade, à edição da Revista Beira Alta.

- **Fornecimentos e serviços externos**

O aumento nesta rubrica, de cerca 24,93%, deveu-se, sobretudo, ao facto de, por um lado, se ter dado início a projetos cuja execução, por várias vicissitudes, ainda se encontrava condicionada, e por outro lado, pela conclusão de alguns dos projetos financiados no Portugal 2020, designadamente “Programação Cultural em Rede II”, “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra” e “Sinalização Turística. Estes serviços respeitam, na sua grande maioria, a serviços especializados por força da externalização de serviços nos projetos intermunicipais em que a CIM é promotora, podendo-se referir, a título de exemplo:

- ✓ Aquisição de serviços para apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade, no âmbito da implementação da candidatura “+ igual Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Aquisição de serviços de pré-montagem do stand para a participação da CIM Viseu Dão Lafões na BTL 2022, no âmbito da candidatura “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Aquisição de serviços para realização do projeto artístico “Concerto da Comunidade” no âmbito da candidatura “Programação Cultural em Rede - Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Aquisição de serviços para realização do projeto artístico “NOITES COMBI”, no âmbito da candidatura “Programação Cultural em Rede - Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Aquisição de serviços para realização de 14 espetáculos do projeto artístico “Magia em Viseu Dão Lafões”, no âmbito do projeto “Programação Cultural em Rede - Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Implementação de atividades de apoio técnico e científico, necessárias à operacionalização das ações previstas na candidatura “Detecção e Combate à Espécie Exótica Invasora Vespa Velutina”, de forma a promover a incorporação de conhecimento científico nas atividades de deteção, controlo e combate a esta espécie;
- ✓ Prestação de serviços no desenvolvimento de uma plataforma para a integração de dados meteorológicos e de observação da terra através de imagens de satélite da área SUDOE, com vista ao desenvolvimento de um sistema de alerta precoce sobre os riscos climáticos relacionados com a água, no âmbito da candidatura “Climalert – Serviço de alerta precoce sobre riscos climáticos relacionados com a água, para uma melhor resiliência no território Sudoeste”;
- ✓ Aquisição de serviços de ações de formação em Gestão de Pastagens, no âmbito da candidatura “LIFE Landscape Fire”;
- ✓ Aquisição de serviços para organização das Missões Empreendedoras para os 3 primeiros classificados do concurso intermunicipal da 10ª edição do programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões, integrado nas ações da candidatura dos “Planos de Promoção de Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Aquisição de serviços para implementação da 2ª fase do projeto PISA para as Escolas - apoio às escolas na definição de estratégias de superação das lacunas que os resultados dos testes permitiram identificar, integrado nas ações da

candidatura dos “Planos de Promoção de Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”;

- ✓ Aquisição de serviços para a realização de uma atividade itinerante sobre alterações Climáticas: “O Futuro é Amanhã!” – Adaptação às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões e para a itinerância do Laboratório Móvel das Ciências por todas as Escolas e Agrupamentos de Escolas da Região Viseu Dão Lafões, no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo;
- ✓ Aquisição de serviços para acompanhamento e implementação das atividades a desenvolvidas no âmbito do projeto “Centro Europe Direct”;
- ✓ Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada no âmbito da candidatura “Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões”;
- ✓ Aquisição de serviços jurídicos na área dos transportes, atendendo a que a CIM é Autoridade de Transporte no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

O restante respeita a despesas de funcionamento como seja: comunicações, eletricidade, combustíveis, material de escritório, serviços de cópia/impressão, contratos em regime de tarefa e avença, consumíveis e ferramentas/materiais para o funcionamento das Brigadas de Sapadores Florestais e para a manutenção da Ecopista do Dão, equipamento de proteção individual e equipamento técnico para a deteção e combate à espécie exótica vespa velutina, etc.

- **Gastos com pessoal**

Os gastos com pessoal respeitam às despesas com os encargos dos funcionários da CIM, sendo que o aumento verificado, de 11,97%, face ao ano anterior, se deveu essencialmente à concretização da contratação de duas técnicas superiores para ocupação de dois postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal de 2022, na Unidade de Mobilidade e Transportes e na Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, bem como ao facto das posições remuneratórias dos trabalhadores da Administração Pública terem sido alteradas e valorizadas na sequência do Decreto-Lei n.º 51/2022 de 26 de julho. Encontra-se, ainda, relevado nesta rubrica os pagamentos aos membros da assembleia intermunicipal (senhas de presença e ajudas de custo).

- **Gastos/reversões de depreciação e amortizações**

O aumento do valor de depreciação e amortização, face ao ano de 2021, é consequência do aumento dos ativos fixos tangíveis adquiridos, durante o ano de 2022, com especial destaque para os coletores de água atmosférica e os depósitos de armazenamento de água no âmbito do projetos “LIFE Nieblas”, a rede de armadilhas

para o combate à espécie exótica *Vespa velutina* e os equipamentos para deteção da mesma, a instalação de sinaléticas para a implementação integral do transporte flexível apoiado em serviço de táxi em todos os municípios integrantes da CIM no âmbito do transporte flexível e para as torres de videovigilância e centros de monitorização remota (CMRs) do projeto “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra”, sendo que, em todos os equipamentos deste último projeto, foi, ainda, efetuada uma correção na afetação dos ativos registados inicialmente nos exercícios anteriores, de acordo com a efetiva execução dos mesmos em 2022, de forma a permitir a correta depreciação dos mesmos (+36.984,82€).

- **Transferências e subsídios concedidos**

As transferências e subsídios correntes concedidos, estão diretamente ligados ao Acordo de Implementação das Ações de Redução Tarifária Enquadradas no Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) celebrado entre a CIM e os operadores prestadores destes serviços, ao Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), ao Acordo de Financiamento celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e aos vários despachos emitidos, durante o ano de 2022, respeitantes ao reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros, e embora, em termos orçamentais, o valor dessas transferências tenha sido superior em 2022, face ao período homólogo, por força do princípio do acréscimo esta rubrica reflete a efetiva realização do exercício económico de 2022.

- **Transferências e subsídios obtidos**

O valor desta rubrica resulta dos montantes FSE, FC e FEDER recebidos por força dos projetos intermunicipais em que a CIM Viseu Dão Lafões é beneficiária, no âmbito do Portugal 2020 e Programas Comunitários, bem como dos Protocolos celebrados com os municípios associados no âmbito da execução desses projetos, cuja execução orçamental, à semelhança das transferências e subsídios concedidos, teve um maior impacto no ano de 2022, porém, consequência, igualmente, do princípio do acréscimo, esta reflete a efetiva realização do exercício económico de 2022.

Nos rendimentos do exercício temos, especificamente, a imputação dos subsídios ao investimento, de acordo com os procedimentos que uma entidade deve aplicar na contabilização e divulgação de subsídios e apoios, definidos na NCRF 22 e, outras correções de exercícios anteriores correspondentes, essencialmente, a:

- Correções efetuadas na afetação de ativos (no SNP) e pela correta depreciação dos mesmos, tendo se verificado que no global de exercícios transitados a imputação do

subsídio foi insuficiente face às depreciações agora corrigidas, no montante de 36.984,82€;

- Reposições Não Abatidas aos Pagamentos, derivadas na sua maioria do acerto de contas do PART 2021, no montante de 44.054,45€.

Resultados

A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões encerrou o ano de 2022 com um resultado líquido de 487.979,90€.

RESULTADOS	2022	2021	Δ face período homólogo
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	487 979,90 €	231 456,61 €	256 523,29 €

Proposta de Aplicação de Resultados

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de 487.979,90€, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 24.399,00€ correspondente a 5% do resultado líquido;
- Que o remanescente seja transferido para os resultados transitados – 463.580,90€.

5.2 - ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise efetuada no ponto anterior (lógica patrimonial) utilizou uma abordagem de “acrécimo”, isto é, considera os gastos incorridos e os rendimentos obtidos no ano de 2022, independentemente do ano em que ocorre o seu pagamento ou o seu recebimento. A execução orçamental que se passa a fazer, baseia-se, no essencial, numa abordagem de fluxos de caixa ou de tesouraria (receita cobrada e despesa paga).

Receita

A receita total cobrada em 2022, ascendeu a 16.482.604,93€, sendo, na sua quase totalidade respeitante a receitas correntes, como se pode ler no quadro seguinte:

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS	RECEITA P/COBRAR FINAL DO PERÍODO	% EXECUÇÃO
Receitas correntes					
R03	Taxas, multas e outras penalidades	750,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R04	Rendimentos da propriedade	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R05111	Administração Central - Estado Português	3 558 183,14 €	2 380 177,58 €	9 840,99 €	66,89%
R05112	Administração Central - Outras entidades	5 487 525,55 €	5 350 535,68 €	0,00 €	97,50%
R05115	Administração Local	3 991 739,82 €	3 429 770,92 €	293 415,14 €	85,92%
R0513	Outras	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R06	Venda de bens e serviços	192 538,00 €	133 726,05 €	19 158,58 €	69,45%
R07	Outras receitas correntes	850,00 €	872,13 €	3 232,76 €	102,60%
Receitas capital					
R09111	Administração Central - Estado Português	1 989 952,47 €	1 168 959,09 €	0,00 €	58,74%
R09112	Administração Central - Outras entidades	125 100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R09115	Administração Local	1 944 332,74 €	1 182 107,15 €	245 515,40 €	60,80%
R10	Outras receitas de capital de capital	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R13	Receita com passivos financeiros	521 635,57 €	355 137,42 €	0,00 €	68,08%
Outras receitas					
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	49 109,06 €	70 641,66 €	0,00 €	143,85%
R14	Saldo ga gerência anterior - operações orçamentais	2 410 677,25 €	2 410 677,25 €	0,00 €	100,00%
Total Receitas Correntes		13 231 686,51 €	11 295 082,36 €	325 647,47 €	85,36%
Total Receitas Capital		4 581 520,78 €	2 706 203,66 €	245 515,40 €	59,07%
Total Outras Receitas		2 459 786,31 €	2 481 318,91 €	0,00 €	100,88%
Total		20 272 993,60 €	16 482 604,93 €	571 162,87 €	81,30%

A receita corrente cobrada face à receita corrigida teve uma execução de 81,30% e a receita de capital cobrada apresenta uma execução de 59,07% face à receita de capital corrigida, sendo que a receita por cobrar no final do período, conforme se pode observar, respeita maioritariamente aos montantes a receber dos municípios associados relativos à execução de protocolos/contratos interadministrativos, situação esta derivada, essencialmente, na parte corrente, pelo Acordo de Financiamento da delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e o Financiamento das competências próprias da CIM enquanto Autoridade de Transportes e, na parte de capital, pelos trabalhos complementares e revisão de preços da empreitada da Ecopista do Vouga.

No que respeita, especificamente, ao grau de execução das transferências de capital dos municípios, de 60,80%, este resulta do facto de, na previsão corrigida, estarem contemplados os Protocolos de colaboração celebrados no âmbito das Unidades Móveis de Saúde e do Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões, sendo que, relativamente ao primeiro, encontra-se em curso uma cessão da posição contratual do procedimento de aquisição das viaturas elétricas para a ARS Centro, IP, e no segundo, verificaram-se atrasos na aprovação da candidatura, cujo termo de aceitação apenas foi assinado em setembro de 2022, tendo o 1º procedimento concursal para a aquisição dos serviços necessários à implementação das ações previstas sido lançado no final do ano.

No que respeita à diferença verificada na previsão das transferências correntes e de capital a receber no âmbito dos projetos cofinanciados comparativamente ao efetivamente arrecadado, a mesma é justificada, por um lado, pela delonga na análise e posterior validação dos pedidos de pagamento submetidos no âmbito dos projetos, “Ecopista do Vouga”, “Promoção do Sucesso Educativo”, “Sistema de Informação Cadastral Simplificado” e “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões” e, por outro lado, pelos constrangimentos ocorridos na implementação destes últimos dois projetos, bem como dos projetos +Iguale Viseu e SATDAP, o que naturalmente, condicionou a realização e submissão de mais despesa e, conseqüentemente, o recebimento da verba estimada para o ano de 2022, tendo sido necessário, portanto, reprogramar as candidaturas.

De referir que o grau execução da rubrica “Serviços específicos das autarquias”, de 66,85%, é justificado com o facto de, na previsão da receita a arrecadar no ano de 2022, com os serviços de limpeza e gestão das faixas de combustível, se ter tido em consideração o histórico dos últimos anos, porém, fruto do Programa de Ação do serviço público implementado em 2022, pelo ICNF, e das várias ocorrências, não foi possível corresponder às necessidades das requisições de todos os municípios.

Por fim, comparando o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um crescimento de cerca de 40%, com maior enfoque para as transferências dos serviços e fundos autónomos, consequência dos Despachos n.ºs 11653-A, 1147-A/2021 e 8280/2022 relativos ao reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros. As receitas de capital registaram um aumento acentuado de cerca de 50% resultante, sobretudo, das verbas recebidas, dos municípios associados, para a execução da empreitada da Ecopista do Vouga, incluindo dos trabalhos complementares e revisão de preços provisória e da conclusão da empreitada da EM 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo e da implementação das Torres de Videovigilância e dos Centros de Monitorização Remota (CMRs).

Despesa

A despesa total paga em 2022, ascendeu a 12.800.647,53€, dos quais 9.228.875,00€ de despesas correntes e 3.571.772,53€ de despesas de capital. Podemos observar no quadro abaixo a execução orçamental do ano de 2022.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	% EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES					
D011	Remunerações Certas e Permanentes	967 720,86 €	744 982,84 €	13 520,99 €	76,983%
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	55 350,00 €	21 205,58 €	0,00 €	38,312%
D013	Segurança Social	286 211,14 €	208 236,89 €	11 403,38 €	72,756%
D02	Aquisição de bens e serviços	4 400 913,93 €	2 560 899,23 €	118 474,68 €	58,190%
D03	Juros e outros encargos	1 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D04115	Administração Local	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D0412	Entidades do sector não lucrativo	30 800,00 €	300,00 €	0,00 €	0,974%
D0413	Famílias	9 249 069,76 €	5 677 738,74 €	2 841,16 €	61,387%
D0414	Outras	1 200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D05	Outras despesas correntes	20 184,00 €	15 511,72 €	0,00 €	76,852%
Sub Total		15 012 949,69 €	9 228 875,00 €	146 240,21 €	61,473%
DESPESAS CAPITAL					
D06	Aquisição de bens capital	5 259 042,91 €	3 571 772,53 €	400 691,71 €	67,917%
D07115	Administração Local	450,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D08	Outras despesas de capital	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D10	Despesa com passivos financeiros	51,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
Sub Total		5 260 043,91 €	3 571 772,53 €	400 691,71 €	67,904%
Total		20 272 993,60 €	12 800 647,53 €	546 931,92 €	63,141%

Comparando a estrutura do orçamento final com o da sua efetiva realização, e no que se refere aos desvios na execução, confrontando a execução das grandes opções do plano, estes são justificados na sua maioria, pelas seguintes razões:

- Atraso verificado na execução física da obra relacionada com a requalificação da Ecopista do Vouga, originado pela necessidade de realização de trabalhos complementares de natureza prevista e não prevista, passando a previsão da sua conclusão para o ano de 2023;
- Devido à conclusão da constituição das Equipas para a Igualdade na Vida Local (EIVL) ser um elemento fundamental para o arranque do projeto “+ Igual Viseu”, a qual foi terminada na íntegra no mês de janeiro de 2022, apenas foi possível iniciar a fase de diagnóstico no mês de fevereiro, sendo que, algumas sessões de trabalho, nomeadamente com recurso a metodologias participativas, foram sofrendo reagendamentos pelo facto de alguns elementos da EIVL/Parceiros/CIM terem ficado infetados com COVID-19, com natural impacto no prazo de execução e na implementação das ações inicialmente planeadas desenvolver ainda nesse ano;
- Atraso verificado no projeto “Sistema de Informação Cadastral Simplificado”, o qual deveu-se, para além, da demora na validação dos pedidos de pagamento submetidos, também ao facto de, os resultados das iniciativas de divulgação, sensibilização e mobilização dos proprietários dos terrenos rústicos e mistos objeto da operação, estarem a ser mais demorados e exigentes, assim como, às características e requisitos do próprio processo de esboço e registo das propriedades, designadamente as que decorreram da necessidade de interpretação dos ortofotomapas pelos proprietários, que obrigaram a repetidas interações para a alteração e correção dos mesmos;
- Devido à necessidade de repensar a forma de dar continuidade ao projeto das Unidades Móveis de Saúde, consequência de, o Aviso de Concurso aberto no âmbito

do PRR, não ter as CIM como entidades beneficiárias, pelo que, se iniciou em 2022, o processo de cessão da posição contratual do procedimento de aquisição das respetivas viaturas elétricas para a ARS Centro, IP.;

Para além das situações atrás descritas, é na GOP da Autoridade de Transportes – Viseu Dão Lafões que se verifica o maior diferencial, no que respeita à execução orçamental da despesa, motivado pelas seguintes circunstâncias:

- ✓ Aumento da dotação corrigida do projeto “Regime Transitório (RJSPTP)”, por via das verbas transferidas, pelo Fundo Ambiental, no âmbito do reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros para o ano de 2021, não utilizado na execução dos contratos de 2022 assinados com operadores, pelo facto de alguma dessa despesa já ter sido assumida e suportada pelos municípios, fruto do Acordo de Financiamento para pagamento de obrigações do serviço público, que havia sido assinado nesse ano, tendo sido, posteriormente, efetuada essa compensação, nos Acordos de Financiamento elaborados, no final do ano, para os contratos de 2023, através da redução dos encargos financeiros dos municípios;
- ✓ Compromissos assumidos do projeto “Regime Transitório (RJSPTP)”, relativos ao último quadrimestre dos contratos de 2022 e que, por precaução, não foram faturados pelos operadores, uma vez que os mesmos foram beneficiados, ao abrigo dos Despachos n.ºs 10062/2022 e 3329-A/2022 do apoio extraordinário e excecional com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível, tendo a CIM de efetuar primeiramente o apuramento efetivo do défice de exploração do ano de 2022, para poder proceder ao encerramento dessas contas;
- ✓ No projeto do “PROTransP”, a dotação orçamental foi estimada com base no histórico dos valores atribuídos nos últimos anos, sendo que, a transferência das tranches mensais do 2º semestre de 2022, nos moldes previstos no Despacho n.º 2852-A/2022, apenas ocorreu no início de 2023;
- ✓ Atraso no arranque da 2ª fase do projeto da Rede de Transporte Flexível (IR e VIR), o qual só pôde iniciar após a emissão do parecer prévio da AMT.

Todos os factos acima enumerados, condicionaram as expetativas da execução destas atividades, logo a execução das grandes opções do plano.

Não obstante, relativamente ao período homólogo, verifica-se um aumento de cerca de 40% no total da despesa paga, sendo que a despesa corrente paga em 2022 reporta-se essencialmente a pagamentos com aquisição de bens e serviços (2.560.899,23€), despesas com pessoal (974.425,31€), transferências correntes (5.678.038,74€) e que despesa de capital diz respeito basicamente a pagamentos com aquisição de bens e capital (3.571.722,53€).

Despesas de Investimento

O investimento orçado para o ano de 2022 foi de 5.259.042,91€ e o montante executado ascendeu a 3.571.772,53€, correspondendo a uma taxa de execução de cerca de 67,92%, sendo que esta diferença, resulta, essencialmente, do atraso verificado na execução física da obra relacionada com a requalificação da Ecopista do Vouga, originado pela necessidade de realização de trabalhos complementares de natureza prevista e não prevista, bem como da não execução do projeto das Unidades Móveis de Saúde, consequência do Aviso de Concurso aberto no âmbito do PRR não ter as CIM como entidades beneficiárias, pelo que, se iniciou em 2022 o processo de cessão da posição contratual do procedimento de aquisição das respetivas viaturas elétricas para a ARS Centro, IP..

No quadro abaixo podemos visualizar o acima aludido, assim como, analisar as rubricas de aquisição de bens de capital e o respetivo valor.

CLASS.	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	% EXECUÇÃO ANUAL
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO				
07.	Aquisição de Bens de Capital			
070104	Construções diversas	3 009 797,88 €	1 894 609,20 €	62,948%
070106	Material de transporte	547 176,20 €	49 000,00 €	8,955%
070107	Equipamento de informática	15 393,65 €	7 339,66 €	47,680%
070108	Software informático	95 597,00 €	89 396,07 €	93,513%
070109	Equipamento administrativo	17 150,00 €	972,32 €	5,670%
070110	Equipamento básico	1 262 201,80 €	1 229 874,79 €	97,439%
070115	Outros investimentos	50,00 €	0,00 €	0,000%
070303	Outras construções e infraestruturas	311 676,38 €	300 580,49 €	96,440%
	Total	5 259 042,91 €	3 571 772,53 €	67,917%

De referir que relativamente ao período homólogo, verifica-se que o aumento de 74,47% no total da despesa de capital paga, está relacionado, maioritariamente, com a execução da empreitada da Ecopista do Vouga e com a conclusão da implementação do projeto “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra”.

Fluxos de Caixa: Final da Gerência de 2022

O mapa resumo dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como, as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se, por um lado, a retenções que a CIM fez relativas a IRS e Segurança Social, sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades de acordo com os prazos legais estipulados e, por outro lado, a retenções de cauções por força de contratos de prestação de serviços.

Pela análise do quadro abaixo, podemos ainda confirmar o saldo final da gerência do ano de 2022 (Execução Orçamental), o qual totaliza 3.681.957,40€.

RUBRICAS	Período
	31/12/2022
RECEBIMENTOS	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	
Recebimento de clientes	133 726,05 €
Recebimento de transferências e subsídios correntes	11 160 484,18 €
Outros recebimentos	4 216 267,25 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento	
Subsídios ao investimento	1 111 537,98 €
Transferências de capital	1 239 528,26 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital	355 137,42 €
TOTAL	18 216 681,14 €
PAGAMENTOS	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	
Pagamentos a fornecedores	9 700 291,49 €
Pagamentos ao pessoal	566 225,75 €
Outros pagamentos	5 936 196,12 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento	
Ativos fixos tangíveis	530 025,63 €
Ativos fixos intangíveis	609,88 €
Juros e gastos similares	29,23 €
TOTAL	16 733 378,10 €
Variação de caixa e seus equivalentes	1 483 303,04 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Saldo da gerência anterior	2 945 094,75 €
Da execução orçamental	2 410 677,25 €
De operações de tesouraria	534 417,50 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	
Saldo para a gerência seguinte	4 428 397,79 €
Da execução orçamental	3 681 957,40 €
De operações de tesouraria	746 440,39 €

ANEXOS



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Anexo às demonstrações financeiras e orçamentais do exercício de 2022

Demonstrações Financeiras

Balanço

Balanço em 31 de dezembro de 2021

Valores em €

Rubricas	Notas	SNC-AP	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	2; 5	5 418 427,02	2 787 557,90
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	2; 3	0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		5 418 427,02	2 787 557,90
Ativo corrente		0,00	0,00
Inventários	2; 9; 10	11 229,62	6 209,95
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2; 9; 14	434 890,73	1 289 920,89
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	2; 9; 18	554 341,88	563 181,57
Estado e outros entes públicos	2; 23	3 370,84	1 336,28
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	2; 18	2 750 305,36	2 385 810,90
Diferimentos	2; 18	11 322,83	3 144,72
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1; 2	4 428 397,79	2 945 094,75
		8 193 859,05	7 194 699,06
Total do Ativo		13 612 286,07	9 982 256,96

Balço em 31 de dezembro de 2022

Valores em €

Rubricas	Notas	SNC-AP	
		31/12/2022	31/12/2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	2; 23	603 183,85	603 183,85
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas	2; 23	296 180,14	284 607,31
Resultados transitados	2; 23	392 683,89	15 770,38
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido	2; 23	3 663 918,67	1 719 630,86
Resultado líquido do período	2; 23	487 979,90	231 456,61
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido		5 443 946,45	2 854 649,01
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	2; 18	578 673,85	223 536,43
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos	2; 18	1 501 428,34	2 039 172,42
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar		2 967,21	0,00
		2 083 069,40	2 262 708,85
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		0,00	0,00
Fornecedores	2; 18	161 532,67	540 006,88
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	2; 13; 18	52,50	52,50
Estado e outros entes públicos	2; 23	27 744,96	21 515,70
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	2; 18	400 691,71 €	636 918,40 €
Outras contas a pagar	2; 18	1 774 596,38	2 824 723,17
Diferimentos	2; 18	3 720 652,00	841 682,45
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		6 085 270,22	4 864 899,10
Total do Passivo		8 168 339,62	7 127 607,95
Total do património Líquido e Passivo		13 612 286,07	9 982 256,96

Demonstração de Resultados

Demonstração de resultados por natureza do período findo em em 31 de dezembro de 2022			Valores em €	
Rubricas	Notas	Períodos		
		31/12/2021	31/12/2021	
Impostos, contribuições e taxas	2; 13	4 725,26	3 032,25	
Vendas	2; 13	3 986,08	1 205,06	
Prestações de serviços e concessões	2; 13	98 636,52	21 452,90	
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00	
Transferências e subsídios correntes obtidos	2; 14	8 101 562,67	9 357 685,44	
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00	
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2; 10	-5 175,33	-1 742,19	
Fornecimentos e serviços externos	2; 23	-2 769 325,50	-2 216 647,98	
Gastos com pessoal	2; 19	-937 156,58	-837 001,90	
Transferências e subsídios concedidos	2; 18	-4 093 450,11	-6 021 888,05	
Prestações sociais		0,00	0,00	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	
Outros rendimentos	2; 13; 14	565 501,27	274 859,56	
Outros gastos	2; 23	-16 909,30	-65 331,94	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		952 394,98	515 623,15	
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2; 3; 5	-464 539,65	-284 016,24	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		487 855,33	231 606,91	
Juros e rendimentos similares obtidos		174,80	0,00	
Juros e gastos similares suportados		-50,23	-150,30	
Resultado antes de impostos		487 979,90	231 456,61	
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	
Resultado líquido do período		487 979,90	231 456,61	
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00	
Interesses que não controlam		0,00	0,00	
		487 979,90	231 456,61	

Demonstração das alterações ao património líquido

Demonstração das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2022

Valores em €

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	603 183,85	0,00	0,00	0,00	284 607,31	15 770,38	0,00	0,00	1 719 630,86	231 456,61	2 854 649,01	0,00	2 854 649,01
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 944 287,81	0,00	1 944 287,81	0,00	1 944 287,81
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	11 572,83	145 456,90	0,00	0,00	0,00	0,00	157 029,73	0,00	157 029,73
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231 456,61	0,00	0,00	0,00	-231 456,61	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	11 572,83	376 913,51	0,00	0,00	1 944 287,81	-231 456,61	2 101 317,54	0,00	2 101 317,54
Resultado Integral	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487 979,90	487 979,90	0,00	487 979,90
	(4)=(2)+(3)										256 523,29	2 589 297,44	0,00	2 589 297,44
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2) +(3)+(5)	603 183,85	0,00	0,00	0,00	296 180,14	392 683,89	0,00	0,00	3 663 918,67	487 979,90	5 443 946,45	0,00	5 443 946,45

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022		Valores em €	
Rubricas	Notas	Data	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	18	133 726,05	8 896,99
Recebimentos de contribuintes	18		
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		11 160 484,18	8 062 532,42
Recebimentos de utentes	18		
Pagamentos a fornecedores	18	- 9 700 291,49	- 6 151 331,44
Pagamentos ao pessoal	18	- 566 225,75	- 476 963,55
Pagamentos a contribuintes / Utesntes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		-	-
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa gerada pelas operações		1 027 692,99	1 443 134,42
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		4 216 267,25	2 427 282,78
Outros pagamentos		- 5 936 196,12	- 3 426 977,83
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		- 692 235,88	443 439,37
Fluxos de Caixa das atividades investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5 e 18	- 530 025,63	- 838 791,95
Ativos intangíveis	3 e 18	- 609,88	
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Transferências de capital		1 111 537,98	1 392 363,10
Juros e rendimentos similares		1 239 528,26	176 211,93
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1 820 430,73	729 783,08
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	355 137,42	223 536,43
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		- 29,23	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		355 108,19	223 536,43
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 483 303,04	1 396 758,88
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 945 094,75	1 548 335,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	4 428 397,79	2 945 094,75



Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022		Valores em €	
		Data	
Rubricas	Notas	31/12/2022	31/12/2021
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERENCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 945 094,75	1 548 335,87
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
Saldo da Gerência Anterior		2 945 094,75	1 548 335,87
De execução orçamental		2 410 677,25	1 518 036,72
De operações de tesouraria		534 417,50	30 299,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 428 397,79	2 945 094,75
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
Saldo da Gerência Seguinte	1	4 428 397,79	2 945 094,75
De execução orçamental		3 681 957,40	2 410 677,25
De operações de tesouraria		746 440,39	534 417,50



Nota 0 – Divulgação transitórias

Relativamente à transição para o SNC-AP, como este ano é o último para tal, de seguida descreve-se o que foi efetuado nos últimos dois anos, em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

a) *Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados:*

O impacto resultante da transição do anterior normativo (POCAL) para as NCP, não afetou significativamente, a posição financeira da CIM Viseu Dão Lafões, nem o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

b) *Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores:*

O processo de reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, foi feito de modo a assegurar o cumprimento das NCP, em particular as normas sobre os ativos tangíveis e intangíveis. Foi um processo, que permitiu pela primeira vez integrar diretamente, no sistema do património todas as imobilizações em curso.

c) *Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período:*

Não aplicável em conformidade com o manual de implementação do sistema de normalização contabilística da Administração Pública.

d) *Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o nota 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP):*

Na sequência do disposto na alínea b) não foram desenvolvidos quaisquer procedimentos de reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura.

e) *Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável):*

Não aplicável a correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo o POCAL.

f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas:

Estas não são as primeiras declarações financeiras apresentadas de acordo com as NCP.

De referir que, na transição para o SNP foram efetuadas, num primeiro momento, a transição e classificação no sistema contabilístico das equivalências entre planos, a 31/12/2019, e, posteriormente, a transferência e reconversão de contas de acordo com o CC – Classificador Complementar, que configurou o Balanço de Abertura a 01/01/2020.

Nos investimentos em curso foram reconhecidas no SNP, todas as obras que cursaram de anos anteriores (POCAL – Conta 445).

Quanto aos subsídios ao investimento foram criados e recuperados todos os “Contratos de Subsídios ao Investimento”, com rendimentos ainda a diferir, assim como, a recuperação de rendimentos diferidos em anos POCAL, concretizando-se assim, nos últimos exercícios, o cálculo das amortizações dos subsídios ao investimento;

Procedeu-se ao desreconhecimento dos bens que não acarretam benefícios económicos para a CIM, nomeadamente licenças e softwares de computadores registados na conta “Programas de computador de informação”, nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis).

Por fim, o processo de reconciliação do Balanço de Abertura do SNC-AP a 01/01/2020, que derivou dos ajustamentos de transição do referencial contabilístico do POCAL a 31/12/2019 para o SNC-AP, teve como estratégia implementar o SNC-AP, mas com passos seguros e certos e não proceder a uma revolução, para à qual os recursos humanos e soluções tecnológicas pudessem não estar preparados, tendo, no nosso entendimento, essa decisão sido a mais acertada, permitindo que, à data de hoje, o SNC-AP se encontre implementado sem qualquer restrições.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1. Identificação da Entidade e Período de Relato

- a) Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM)
- b) Rua Dr. Ricardo Mota, 16, 3460-613 Tondela
- c) Não aplicável o código de classificação orgânica
- d) Regime Jurídico da Tutela Administrativa nos termos da Lei n.º 27/96 de 01 de agosto
- e) No dia doze de março de dois mil e sete, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, constituíram entre si, uma Associação de Municípios de Fins Específicos com a denominação Associação de Municípios da Região Dão Lafões (AMRDL), que entretanto transformaram em Comunidade Intermunicipal (CIM) com a denominação Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, no dia 26 de novembro de dois mil e oito, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial, que corresponde à Unidade Territorial estatística de nível III (NUT III), Dão Lafões da Região Centro, nos termos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.

Em 2013, e com a entrada em vigor de nova legislação relativa às associações públicas de autarquias locais, designadamente a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a CIM assumiu a natureza de entidade intermunicipal e adotou a designação Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM Viseu Dão Lafões).

Posteriormente, e com a publicação da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, que aprova o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente, impôs-se uma revisão dos estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, ajustando-os às novas competências dos órgãos da CIM em matéria de organização dos serviços.

- f) A CIM não desenvolve demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que não detém o controlo de qualquer entidade;
- g) Não aplicável a designação e sede da entidade de controlo intermédio;
- h) O período abrangido pelas demonstrações financeiras, compreende o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

- a) **Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de

Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 195/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística - AP, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da CIM Viseu Dão Lafões. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2020, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis para todas as rubricas das demonstrações financeiras.

c) Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022	2021
Caixa	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	4 428 397,79 €	2 945 094,75 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Depósitos consignados	0,00 €	0,00 €
Total	4 428 397,79 €	2 945 094,75 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e são apresentadas em euros.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam o previsto na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras.

2.1.1 – Apresentação apropriada em conformidade com a SNC-AP

As demonstrações financeiras apresentadas são o espelho fiel dos efeitos das transações, acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP. A aplicação das NCP, com divulgações adicionais quando necessário, resulta em demonstrações financeiras que permitem uma apresentação apropriada.

2.1.2 – Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Na execução das operações, no decurso de 2022, e já no âmbito do SNC-AP, a promoção da informação comparativa nem sempre é possível, tendo em conta o critério das características da informação financeira custo/benefício, descrito na estrutura conceptual do SNC-AP, porém, a mesma consta nas notas às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Para além disso, no que se refere, concretamente, às participações em atrasos de Municípios à Assembleia Distrital de Viseu, também constantes na relação patrimonial, no montante total de 1.306.049,89€, convém ressaltar, que ainda não foi efetuado o reconhecimento contabilístico, mantendo a política contabilística já adotada desde o exercício económico de 2015, não por se colocar em causa a transferência da universalidade desse direito para a CIM, mas sim atendendo aos critérios de mensuração aplicáveis no processo de cedência desses ativos devido ao grau de realização associados aos mesmos, tendo em conta a sua antiguidade e as posições/informações díspares e contraditórias dos Municípios seus associados, nomeadamente:

- ✓ O se ter verificado, após conciliação efetuada, não ter sido relevado na contabilidade da maioria dos Municípios esse montante em dívida;
- ✓ A legalidade desses créditos, uma vez que não foram aprovados os orçamentos anuais nem as contas da Assembleia Distrital de Viseu para os anos de 2000 e seguintes, não podendo, assim, considerar-se aprovada a fixação das contribuições de cada Município, que haveriam de ser inscritas nos respetivos orçamentos anuais, na estrita medida (subsidiariamente) do necessário para a cobertura de despesas previstas e orçamentadas, sendo que depois com a entrada em vigor do POCAL (1999/2000) as receitas não podem ser liquidadas e cobradas se não constarem do orçamento.
- ✓ Não existem contas da ADV desde 1999, nem suportes contabilísticos e extratos de conta conforme exigido pelos pontos 2.8.2.3; 2.8.2.4 do POCAL e pelo artigo 3º do Decreto Regulamentar 92/C-84 de 28/12.
- ✓ Em concreto, procedendo-se à análise da regularidade técnica e contabilística dos aludidos saldos, documentos de suporte e documentos de prestações de contas da ADV, através de verificações diretas e indiretas, foi possível apurar que:

No âmbito do regime contabilístico vigente até 31 de dezembro de 1999:

- a) Não foi respeitado o estabelecido no art.º 2.º do Decreto-Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de dezembro, sob a epígrafe “Registos contabilísticos” que determinava que as operações de contabilidade são registadas em documentos cujo conteúdo mínimo obrigatório consta dos anexos a este diploma.
- b) Não foram emitidos, nem constavam dos documentos de prestação de contas (anexa-se documento integral do último relatório e contas aprovado), respetivamente, conforme estabelecia o art.º 3.º do mesmo diploma, os documentos obrigatórios da receita eventual e da receita virtual, designadamente:
 - i. Guia da receita (anexo I);
 - ii. Conta corrente da receita (anexo II);
 - iii. Diário da receita (anexo III);

No âmbito do regime contabilístico vigente a partir de 1 de janeiro de 2000 - POCAL:

- a) Iguamente o POCAL prevê documentos e mapas obrigatórios, os quais não foram igualmente emitidos, designadamente estabelece o ponto 2.8.2.3 do POCAL que são documentos obrigatórios de suporte ao registo das operações relativas às receitas, nomeadamente a Guia de recebimento (SC-1);
- b) Não foi igualmente cumprido o ponto 2.8.2.4, também do POCAL que estabelece que os documentos referidos ponto 2.8.2.3. são objeto de registo contabilístico nos seguintes livros de escrituração permanente: Diário; Razão; Folha de caixa (SC-8); Resumo diário de tesouraria, sem prejuízo do estabelecido no ponto 2.8.2.7 do POCAL que determina que as autarquias locais, como é o caso da Assembleia Distrital, cujas contas são dispensadas de remessa ao Tribunal de Contas, não utilizam o Diário, o Razão, os balancetes e o balanço, devendo antes adotar os seguintes livros de escrituração permanente, que também não foram emitidos:
 - (i) Conta corrente da receita (SC-10);
 - (ii) Conta corrente da despesa (SC-11);
 - (iii) Conta corrente com instituições de crédito (SC-12);
 - (iv) Conta corrente de entidades (SC-13);
 - (v) Diário de entidades (SC-14);
 - (vi) Conta corrente de operações de tesouraria (SC-15);
 - (vii) Conta corrente de contas de ordem (SC-16)
- c) Constatou-se que não foram elaboradas nem esboçadas contas nos termos descritos entre o exercício 2000 e 2015.
- d) Evidenciou-se, ainda, que tal como acontecia no regime anterior, não eram emitidas guias de receita nem era elaborada a Conta corrente da receita (SC-10) e Conta corrente de entidades (SC-13).
- e) Não foi cumprido o ponto 4.3.1 do POCAL que determina, como o anterior regime já fazia, que as dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, os quais, como se viu, no caso em apreço, não existiam.

Acresce, ainda, que em 5 de dezembro de 2016 reuniu a Assembleia Distrital de Viseu, visando aclarar a universalidade transmitida, em particular os créditos sobre os municípios, não tendo, ainda, na

aludida sessão, sido possível deliberar sobre esta matéria, tendo sido proposto solicitar um conjunto de pareceres, junto de entidades, para obter o entendimento destas sobre esta matéria.

Neste contexto, foi rececionado um entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), por via de um pedido de parecer formulado à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), e que esta entidade o remeteu à CNC, por ser esta a única entidade a quem compete a normalização contabilística em Portugal e a quem compete, nos termos do art.º 3.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 134/2012 de 29 de junho a emissão “de orientações e a apreciação de questões que lhe sejam apresentadas no domínio do Plano Oficial de Contabilidade Pública e dos planos setoriais, enquanto estes se mantiverem em vigor.”

Assim, a Comissão de Normalização Contabilística referiu, no seu entendimento, e que transcrevemos, “(...) não havendo firme entendimento de se estar perante um direito a efetivamente receber os ativos, tais ativos não deverão ser reconhecidos na contabilidade da entidade, enquanto se mantiveres as dúvidas expressas, devendo por isso manter-se a política contabilística até aqui adotada de divulgação em anexo como ativo contingente, sem prejuízo dos critérios a cumprir para o reconhecimento como ativo contingente”.

Convém salientar, ainda, que no decurso do ano de 2018 foram encetados novos esforços para a resolução deste processo, sendo que após a reunião na Secretaria de Estado das Autarquias Locais, foi solicitado um parecer aos Serviços Jurídicos do Ministério da Administração Interna, porém este também sem resposta.

Aqui chegados, perante a ausência de respostas esclarecedoras por parte das entidades tutelares que permitissem sustentar uma conclusão jurídica segura, quanto à exigibilidade dos referidos créditos, o Conselho Intermunicipal, em reunião realizada no dia 12/03/2019, deliberou o seguinte:

- A. Que seja ordenado ao secretariado executivo da CIM Viseu Dão Lafões que encete imediatamente as diligências necessárias à interpelação extrajudicial dos municípios que constam como devedores no mapa anexo à deliberação de 3 de novembro de 2014 da Assembleia Distrital de Viseu, inquirindo sobre os montantes atuais em dívida e propostas de pagamento;
- B. Que, em caso de frustração das diligências referidas na deliberação anterior, o secretariado executivo promova o desencadeamento dos procedimentos judiciais tendentes à definição jurídica plena da exigibilidade dos saldos constantes do referido mapa;
- C. Que, em matéria de política contabilística e no que concerne ao não reconhecimento contabilístico das referidas contribuições ou saldos devedores, se mantenham os critérios adotados nas contas dos exercícios anteriores, até que se obtenha decisão jurisdicional transitada em julgado sobre a matéria.

Neste contexto, durante o ano de 2020, foram desenvolvidas todas as diligências como seja a interpelação extrajudicial dos municípios associados da Assembleia Distrital de Viseu, que constam como devedores, estando este processo já encerrado, e da qual resultou a não aceitação de quaisquer créditos pela generalidade dos Municípios, pelo que se encontrava em preparação pelos serviços jurídicos da CIM Viseu Dão Lafões, a intervenção junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, mediante a respetiva Ação Administrativa, com o objetivo de alcançar declaração Jurisdicional que permita alcançar a definição da situação jurídica tocante aos créditos de que a CIM é titular sobre os Municípios da Assembleia Distrital de Viseu, que lhe foram transferidos com a Universalidade Patrimonial Indivisível da Assembleia Distrital de Viseu, conforme deliberação do Conselho Intermunicipal da CIM de 06 de abril de 2021.

No ano de 2022, na reunião do Conselho Intermunicipal realizada em 21/02/2022 voltou a constar da ordem de trabalhos um ponto relativo à análise e discussão do ponto de situação da transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido analisada toda a informação histórica associada.

Assim, foi aprovado, na reunião do Conselho Intermunicipal de 04/04/2023, um pedido com a proposta de alteração ao artigo 9.º da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, para posterior remessa, à Senhora Ministra da Coesão Territorial e ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, com o objetivo de que a mesma possa ser introduzida em sede do próximo orçamento de estado, para discussão e aprovação na especialidade.

2.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação (sempre que possível), quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

2.1.4 – Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função.

Os itens não materiais individualmente, foram agregados com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras.

2.1.5 – Compensação

Nas demonstrações financeiras os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos são apresentados e relatados separadamente, não havendo lugar a compensação.

2.1.6 – Continuidade

Quando se preparam demonstrações financeiras, deve ser feita uma avaliação da capacidade de uma entidade prosseguir em continuidade. Esta avaliação deve ser feita por quem é responsável pela aprovação dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, não havendo quaisquer incertezas relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade da sua continuidade ou necessidade de redução ou liquidar atividades.

2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1 Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível da CIM encontram-se mensurados pelo custo histórico, ou seja, aquele que decorre do valor de aquisição ou produção. Este valor é suportado pelo documento comprovativo da aquisição, nomeadamente (faturas, contratos, etc.).

Relativamente aos bens transferidos para a CIM, por força da transferência da universalidade da Assembleia Distrital, os bens móveis (equipamentos administrativo e informático) encontram-se valorizados e contabilizados em função da avaliação efetuada e da aplicação da depreciação de cada bem considerando o seu estado de conservação e o imóvel em função do seu valor patrimonial, sendo que, no que respeita às diversas peças de mobiliário, arqueologia, loiças, utensílios diversos, artesanato e bibliográfico, concluiu-se pela não valorização destes bens, dada a complexidade da natureza dos mesmos exigir uma avaliação mais técnica e especializada, não sendo assim possível mensurar com fiabilidade o seu justo valor, existindo, no entanto, uma listagem devidamente atualizada dos mesmos.

2.2.2 Ativos intangíveis

À semelhança do referido anteriormente nos ativos tangíveis, os ativos intangíveis existentes na CIM encontravam-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, não existindo movimentos no ano de 2022, uma vez que esses já se encontram totalmente amortizados e não se adquiriram novos ativos.

2.2.3 Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

2.3.4 Inventários

A mensuração de inventários é efetuada pelo custo de aquisição.

2.3.5 Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

2.3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

As contas dos clientes, contribuinte e utentes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes, contribuinte e utentes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

2.3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes condições:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

2.3.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, sendo que, no ano de 2022, os mesmos já se encontravam totalmente amortizados e não foram adicionados novos ativos, conforme movimento expresso nos quadros seguintes:

Quadro 2 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	24 926,00 €	24 926,00 €	0,00 €	0,00 €	24 926,00 €	24 926,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	79 502,24 €	79 502,24 €	0,00 €	0,00 €	79 502,24 €	79 502,24 €	0,00 €	0,00 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	195 443,38 €	195 443,38 €	0,00 €	0,00 €	195 443,38 €	195 443,38 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	299 871,62 €	299 871,62 €	0,00 €	0,00 €	299 871,62 €	299 871,62 €	0,00 €	0,00 €

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

A CIM não tem contratos de concessão.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A CIM utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Os custos de manutenção, conservação e reparação são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

De acordo com esta norma é evidenciado que estes devem ser reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e que o custo possa ser mensurado. Contudo, face à missão das entidades públicas, acresce que o reconhecimento de ativos fixos tangíveis pode nestes casos derivar do potencial do serviço associado ao bem, situação esta que se aplica aos bens de domínio público em curso da CIM, os quais contemplam as obras relacionadas com a Sinalética turística a implementar em Viseu Dão Lafões e a Ecopista do Vouga.

Na conta de “Edifícios e outras construções” encontra-se reconhecido o bem imóvel designado Casa do Adro e na conta “Terrenos” o respetivo valor do terreno recebidos aquando da transferência da universalidade da Assembleia Distrital para a CIM, com as quantias escrituradas a 01-01-2022 de 232.985,92 € e 83.507,50€, respetivamente, inscrito na matriz sob o número 877-U pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) de 334.030,00 €.

Para além disso, no que respeita às adições verificadas nos outros ativos fixos tangível, em 2022, as mesmas incidiram nas rubricas do equipamento básico, do equipamento de transporte, de equipamento administrativo e outros, resultante, essencialmente, da aquisição de equipamentos informáticos para acesso à Plataforma BUPI na sequência da constituição de uma equipa móvel de forma a nivelar a capacidade dos recursos a operar em todo o território no âmbito do projeto “Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões”, do fornecimento e instalação das últimas Torres de Videovigilância e dos equipamentos integrantes dos Centros de Monitorização Remota (CMRs), nos vários municípios da CIM, no âmbito do projeto “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra”, da aquisição e

instalação dos coletores de água atmosférica e de depósitos de armazenamento de água no âmbito do projetos “LIFE Nieblas”, da aquisição, instalação e monitorização de uma rede de armadilhas para o combate à espécie exótica *Vespa velutina* e de equipamentos para deteção da mesma no âmbito do projeto com a mesma designação apresentado ao POSEUR e, por fim, da aquisição e instalação de sinaléticas para a implementação integral do transporte flexível apoiado em serviços de táxi em todos os municípios integrantes da CIM no âmbito do transporte flexível.

Assim, em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 6 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	1 543 705,95 €	0,00 €	0,00 €	1 543 705,95 €	3 541 037,16 €	0,00 €	0,00 €	3 541 037,16 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €
Edifícios e outras construções	250 522,50 €	17 536,58 €	0,00 €	232 985,92 €	250 522,50 €	20 041,81 €	0,00 €	230 480,69 €
Equipamento básico	1 302 374,34 €	469 942,69 €	0,00 €	832 431,65 €	2 155 823,34 €	859 262,75 €	0,00 €	1 296 560,59 €
Equipamento de transporte	46 480,00 €	8 325,36 €	0,00 €	38 154,64 €	64 730,00 €	21 213,22 €	0,00 €	43 516,78 €
Equipamento administrativo	196 548,57 €	148 719,92 €	0,00 €	47 828,65 €	278 044,93 €	183 515,38 €	0,00 €	94 529,55 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	343 861,81 €	334 918,22 €	0,00 €	8 943,59 €	426 837,61 €	359 949,26 €	0,00 €	66 888,35 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	3 767 000,67 €	979 442,77 €	0,00 €	2 787 557,90 €	6 800 503,04 €	1 443 982,42 €	0,00 €	5 356 520,62 €

Quadro 7 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	1 543 705,95 €	2 829 255,84 €	-831 924,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 541 037,16 €
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €
Edifícios e outras construções	232 985,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 505,23 €	-13 166,02 €	217 314,67 €
Equipamento básico	832 431,65 €	34 690,39 €	831 924,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-389 320,06 €	0,00 €	1 309 726,61 €
Equipamento de transporte	38 154,64 €	18 250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 887,86 €	0,00 €	43 516,78 €
Equipamento administrativo	47 828,65 €	81 496,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-34 795,46 €	0,00 €	94 529,55 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	8 943,59 €	82 975,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-25 031,04 €	0,00 €	66 888,35 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	2 787 557,90 €	3 046 668,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-464 539,65 €	-13 166,02 €	5 356 520,62 €



Quadro 8 - Adições

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	2 829 255,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 829 255,84 €
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €	34 660,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,99 €	34 690,39 €
Equipamento de transporte	0,00 €	18 250,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 250,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	81 496,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	81 496,36 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	82 975,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	82 975,80 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	3 046 638,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29,99 €	3 046 668,39 €

Quadro 9 - Diminuições

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	-831 924,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-831 924,63 €
Ativos fixos em concessão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €	831 924,63 €	0,00 €	0,00 €	13 166,02 €	845 090,65 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 166,02 €	13 166,02 €

Nota 6 - Locações

A CIM não tem contratos de locação operacional.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

A CIM não tem empréstimos obtidos.

Nota 8 - Propriedades de investimento

A CIM não tem registado no seu ativo quaisquer propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos

O valor global das perdas por imparidades ascende a 7.032,50€, as quais dizem respeito, às dívidas dos assinantes da Revista Beira Alta.

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	4 428 397,79	0,00	0,00	4 428 397,79
Outros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	434 890,73	0,00	0,00	434 890,73
Clientes, contribuintes e utentes	561 321,88	7 032,50	0,00	554 289,38
Fornecedores	159 440,44	0,00	0,00	159 440,44
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	569 957,83	0,00	0,00	569 957,83
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	11 229,62	0,00	0,00	11 229,62
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	1 815 483,46	0,00	0,00	1 815 483,46
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em curso	3 602 943,56	0,00	0,00	3 602 943,56
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	11 583 665,31	7 032,50	0,00	11 576 632,81

Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, sendo que no caso da CIM, estes apenas contemplam as edições da Revista Beira Alta, as quais são tratadas como um produto distinto, coincidindo, desta forma, o valor de aquisição com o valor de saída de armazém, uma vez que cada edição foi adquirida uma só vez.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos

do período.

Quadro 13 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	11 229,62 €	0,00 €	20 682,15 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	11 229,62 €	0,00 €	20 682,15 €

Quadro 14 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	6 209,95 €	10 195,00 €	5 175,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 229,62 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	6 209,95 €	10 195,00 €	5 175,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 229,62 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Neste enquadramento temos as taxas que refletem o montante transferido para a CIM, pela DRCC do Norte e pelo Turismo de Portugal do Centro, no âmbito do contrato de comodato celebrado com a CIM e relacionado com o pagamento das despesas de água e eletricidade, pela ocupação do espaço físico do edifício da Casa do Adro.

Acrescem as vendas da CIM, as quais respeitam, unicamente, a quotizações dos assinantes da Revista Beira Alta e as taxas que refletem o montante transferido para a CIM, pelas entidades adjudicatárias, relativas ao “Fee”, no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 15 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	4 725,26 €	0,00 €	9 281,86 €	0,00 €	0,00 €
Vendas					
Água	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	3 986,08 €		1 082,50 €	1 235,00 €	52,50 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos por conta de particulares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Cemitérios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Mercados e feiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Refeições escolares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Serviços recreativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Vistorias e ensaios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aluguer de espaços	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	98 636,52 €	0,00 €	26 327,96 €	13 312,34 €	0,00 €
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rendas/Concessões					
Energia elétrica (EDP)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AdC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Marina de Cascais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Forno Crematório	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Mercados e feiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rendas de edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos em Inventários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos em Entidades Participadas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	111 125,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	218 473,36 €	0,00 €	36 692,32 €	14 547,34 €	52,50 €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Na CIM, não sendo aplicável o benefício económico decorrente de impostos, há as transferências correntes que ocorrem, essencialmente, por via das quotizações dos municípios associados e das transferências da DGAL no âmbito do previsto no Orçamento de Estado. Quanto aos subsídios correntes obtidos, os mesmos resultam dos montantes FSE, FC e FEDER por força dos projetos em que a CIM Viseu Dão Lafões é executora, bem como dos fundos transferidos pelos serviços autónomos no âmbito das candidaturas no domínio da Proteção Civil e da Mobilidade e Transportes. Esta rubrica inclui, também, o

valor dos protocolos celebrados com os municípios associados no âmbito da execução dos vários projetos intermunicipais e dos contratos interadministrativos de delegação de competências.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 16 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto municipal sobre imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto único de circulação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Impostos indiretos					
Loteamentos e obras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ocupação da via pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Publicidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa municipal de direitos de passagem	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxas, multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras multas e penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Participação IRS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contrato interadministrativo educação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos co-financiados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	8 101 562,67 €	0,00 €	1 289 920,89 €	434 890,73 €	0,00 €
Reversões					
De perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
De provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	454 375,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	8 555 938,44 €	0,00 €	1 289 920,89 €	434 890,73 €	0,00 €

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Esta nota divulga informação acerca de processos em contencioso, tendo a CIM em curso, os seguintes:

- ✓ Processo 2401/21.1 T8AVR – A CIM tem reconhecido um valor a receber de 2.092€ relativo a adiantamento ao fornecedor SafeMobility, entidade esta que se encontra em insolvência, estando o crédito reclamado e reconhecido e aguardando rateio, para o qual não foi constituída imparidade;
- ✓ Ações 192/22.8BEVIS e 193/22.6BEVIS – Referem-se a ativos contingentes à data de fecho, respeitantes a processos de restituição de IVA com as empresas Eurosafe, Lda e Science4you, S.A.. À data do presente relatório e relativamente ao primeiro processo foi efetuada a transação judicial em 23/03/2023 pelo valor de 38.751,67€. Relativamente ao segundo processo de 4.636,80€, o fornecedor regularizou o valor, após a data de fecho;
- ✓ Processo nº 107/20.8BEVIS – GEODOURO- Processo judicial instaurado pela empresa Geodouro contra a CIM, aguardando data para realização da audiência. O valor da ação é de 22.100€. É convicção da CIM que o desfecho lhe seja favorável, pelo que não foi constituída qualquer provisão;

- ✓ Processo 443.22.9 BEVIS – Ação movida pela entidade Ondapredileta, Lda no valor de 389.921,28€, com sentença proferida em 06/02/2023 totalmente favorável à CIM, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato

A preparação das demonstrações financeiras teve início em fevereiro e vai até à data de aprovação pelo órgão executivo, a ter lugar em abril 2023.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Neste sentido, relativamente às participações em atrasos de Municípios à Assembleia Distrital de Viseu, também constantes na relação patrimonial, no montante total de 1.306.049,89€ e, para as quais ainda não foi efetuado o reconhecimento contabilístico, conforme descrito no subponto 2.1.2 – Informação Comparativa da Nota 2 deste Anexo, convém destacar os últimos desenvolvimentos deste processo, sendo que:

- 1) Foi aprovado, na reunião do Conselho Intermunicipal de 04/04/2023, um pedido com a proposta de alteração ao artigo 9.º da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, para posterior remessa, à Senhora Ministra da Coesão Territorial e ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, com o objetivo de que a mesma possa ser introduzida em sede do próximo orçamento de estado, para discussão e aprovação na especialidade.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

18.2.1 Fornecedores/clientes, contribuinte e utentes/outras contas a receber e a pagar/diferimentos e financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar e financiamentos obtidos apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activo corrente						
Clientes	554 341,88 €	7 032,50 €	547 309,38 €	563 181,57 €	7 032,50 €	556 149,07 €
Outras contas a receber	2 750 305,36 €	0,00 €	2 750 305,36 €	2 385 810,90 €	0,00 €	2 385 810,90 €
Diferimentos	11 322,83 €	0,00 €	11 322,83 €	3 144,72 €	0,00 €	3 144,72 €
Total do activo	3 315 970,07 €	7 032,50 €	3 297 614,74 €	2 952 137,19 €	7 032,50 €	2 941 959,97 €
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	578 673,85 €	0,00 €	578 673,85 €	223 536,43 €	0,00 €	223 536,43 €
Diferimentos	1 501 428,34 €	0,00 €	1 501 428,34 €	2 039 172,42 €	0,00 €	2 039 172,42 €
Outras contas a pagar	2 967,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivo corrente						
Fornecedores	161 532,67 €	0,00 €	161 532,67 €	540 006,88 €	0,00 €	540 006,88 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	52,50 €	0,00 €	52,50 €	52,50 €	0,00 €	52,50 €
Forn. de Investimentos	400 691,71 €	0,00 €	400 691,71 €	636 918,40 €	0,00 €	636 918,40 €
Outras contas a pagar	1 774 596,38 €	0,00 €	1 774 596,38 €	2 824 723,17 €	0,00 €	2 824 723,17 €
Diferimentos	3 720 652,00 €	0,00 €	3 720 652,00 €	841 682,45 €	0,00 €	841 682,45 €
Total do Passivo	8 140 594,66 €	0,00 €	8 137 627,45 €	7 106 092,25 €	0,00 €	7 106 092,25 €

De referir que o montante dos diferimentos constantes do ativo corrente é respeitante a seguros já liquidados cujo custo deve ser diferido, pois o período de vigência dos mesmos inclui anos seguintes, bem como que os montantes refletidos nos diferimentos do passivo dizem respeito aos subsídios de investimento que têm condições e que se encontram separados por passivo não corrente (a reconhecer a mais de 12 meses) e passivo corrente (a reconhecer até 12 meses).

A informação agora apresentada teve o cuidado de continuar a reconhecer em 2022, no passivo corrente, todos os valores que serão reconhecidos no prazo máximo de 12 meses e no passivo não corrente todos aqueles que ultrapassam essa previsão de reconhecimento.

Assim, no fundo, as contas a receber e a pagar e de diferimentos respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das participações FEDER, FC e FSE.

A conta dos “Clientes, contribuintes e utentes” respeita essencialmente a dívidas dos municípios associados, quer por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos intermunicipais por parte da CIM e dos contratos interadministrativos de delegação de competências e as contas “Fornecedores” e “Fornecedores de imobilizado” respeitam a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços em que a CIM é executora no Portugal 2020, em Programas da Comissão Europeia ou outros Programas, sendo que, se verifica um decréscimo substancial dos valores aí expressos, face ao período homólogo, justificado pelos vários pagamentos que foram efetuados, pela CIM, para a conclusão de alguns projetos financiados, no último trimestre do ano.

Por fim, a conta “Financiamentos obtidos” diz respeito ao apoio financeiro aprovado no âmbito do Regime Geral dos Financiamentos do Turismo de Portugal I.P. para a requalificação da antiga linha do Vouga em Ecopista do Vouga e recebido no decorrer de 2022.

18.2.2 Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos refletidos nos resultados do exercício de 2022, com um montante de 4.093.450,11€, estão diretamente ligados ao Acordo de Implementação das Ações de Redução Tarifária Enquadradas no Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) celebrado entre a CIM e os operadores prestadores destes serviços, ao Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), ao Acordo de Financiamento celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios associados no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e aos vários despachos emitidos, durante o ano de 2022, respeitantes ao reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros, e embora, em termos orçamentais, o valor dessas transferências tenha sido superior em 2022, face ao período homólogo, por força do princípio do acréscimo esta rubrica reflete a efetiva realização do exercício económico de 2022.

Nota 19 - Benefícios dos Empregados

19.1 Benefícios Definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo.

Todo o pessoal ao serviço na CIM foi remunerado de acordo com as funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável à CIM.

Nota 23 – Outras divulgações

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

23.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2022			Situação em 31/12/2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ACTIVOS						
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	3 370,84 €	0,00 €	3 370,84 €	1 336,28 €	0,00 €	1 336,28 €
Fundo de Compensação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do activo.....	3 370,84 €	0,00 €	3 370,84 €	1 336,28 €	0,00 €	1 336,28 €
PASSIVOS						
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos s/ rendimento	9 605,01 €	0,00 €	9 605,01 €	6 386,38 €	0,00 €	6 386,38 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições p/ Segurança Social	18 139,95 €	0,00 €	18 139,95 €	15 129,32 €	0,00 €	15 129,32 €
Fundo de Compensação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do passivo.....	27 744,96 €	0,00 €	27 744,96 €	21 515,70 €	0,00 €	21 515,70 €

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social e CGA evidenciam as retenções / contribuições efetuadas no mês de dezembro 2022 e pagas em janeiro 2023.

Todos os saldos apresentados encontram-se dentro dos prazos legais para o seu pagamento, não tendo a CIM quaisquer dívidas em mora ao Estado, CGA e à Segurança Social.

23.2 Património Líquido

Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no período em cada uma das rubricas do património líquido:

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021
PATRIMONIO LIQUIDO		
Património / Capital	603 183,85 €	603 183,85 €
Reservas	296 180,14 €	284 607,31 €
Resultados Transitados	392 683,89 €	15 770,38 €
Outras variações no Património Líquido	3 663 918,67 €	1 719 630,86 €
Resultado líquido do exercício	487 979,90 €	231 456,61 €
Total	5 443 946,45 €	2 854 649,01 €

O património líquido passou a totalizar 5.443.946,45€, ou seja, teve um acréscimo de 90,70%, face ao ano de 2021, sendo que importa relevar que a grande diferença se encontra expressa no montante constante na conta de “Outras variações no Património Líquido” resultante dos subsídios não reembolsáveis associados com ativos, nomeadamente do projeto “Requalificação da antiga Linha do Vouga em Ecopista do Vouga” (2.015.006,20€).

De referir, ainda, que a diferença verificada no valor da conta “Resultados Transitados” é justificada, essencialmente, pela aplicação do RLE 2021, bem como pelo registo das duas notas de crédito (NC) emitidas pelos fornecedores de bens para combater os efeitos do surto de COVID-19, no ano de 2022, ainda na sequência da regularização do previsto no despacho do SEAAF n.º 450/2020.XXII de 27 de novembro e nos termos previstos no CIVA e explicitados no Ofício Circulado n.º 30222 de 25/05/2020, uma vez que, conforme já explicado na prestação de contas anterior, na contabilidade pública, e

porque existe sempre uma conexão obrigatória e direta da despesa com o respetivo compromisso, caso esse mesmo compromisso não transite de ano, económico e orçamental, o processo de despesa fica encerrado, pelo que as mesmas têm que ser lançadas na CIM como uma receita, através do mecanismo de Reposições Não Abatidas aos Pagamentos.

Acresce, ainda, que de acordo com as NCP e as FAQ em vigor relativas à transição para o SNC-AP e da regularização da transferência das plataformas adquiridas no âmbito do projeto “SAMA” para os municípios, efetuada ainda nas contas do exercício de 2021, mesmo no fecho das contas, e atendendo que com o término da implementação deste projeto o controlo desses ativos seria da responsabilidade das entidades beneficiárias, foi reconhecido o gasto adjacente com o investimento em causa naquele período, mas o rendimento ainda permaneceu nas contas do Património Líquido (conta 593), por imputar aos gastos assumidos. Desta forma, no exercício de 2022, aquele valor, no montante de 144.431,82 €, foi regularizado por reclassificação para a conta 56 – Resultados Transitados.

O resultado líquido do período de 2021 foi distribuído por:

- Resultados transitados – 219.883,78€
- Reservas Legais (5%) – 11.572,83€

23.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2022	31/12/2021
Subcontratos e parcerias	773,50 €	305,08 €
Serviços Especializados	2 466 793,73 €	2 033 435,96 €
Materiais	56 016,68 €	72 753,20 €
Energia e Fluidos	61 033,57 €	42 588,30 €
Deslocações, estadas e transportes	31 560,83 €	10 523,98 €
Serviços diversos	153 147,19 €	57 041,46 €
Total.....	2 769 325,50 €	2 216 647,98 €

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 552.677,52€, que corresponde a um acréscimo de 24,93%, com incidência na conta “Serviços especializados”, derivado, essencialmente, ao facto de, no ano de 2022, se ter podido acelerar a execução dos projetos sem qualquer constrangimento, após um período de estagnação, em virtude da crise de saúde pública provocada pelo surto pandémico COVID-19, nomeadamente nas áreas da cultura (“Programação da Rede Cultural”) e da educação (“Planos de Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões”), bem como na implementação no terreno de outros projetos, tal como o “Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Dão Lafões”, “LIFE Landscape Fire” e “Ecopista do Vouga” .

O aumento acentuado verificado nas contas “Deslocações, estadas e transportes” e “Serviços diversos”, justifica-se pelo facto de, no ano de 2022, terem sido efetuadas mais deslocações ao exterior em missão de trabalho dos autarcas, fruto da necessidade de tentar procurar conhecer um conjunto

de boas práticas nas áreas das Smart Cities e Inteligência Territorial, Mobilidade e Transportes, Transição Climática e Economia Circular, com o objetivo de facilitar a implementação de futuros projetos na CIM, bem como, à aquisição de serviços de aluguer de espaço em outdoors nas autoestradas A1 e A25 no âmbito da candidatura “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões”.

23.4 Outros Gastos e Perdas e Outros Rendimentos e Ganhos

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Outros gastos e perdas		
Impostos e taxas	2 353,13 €	1 045,11 €
Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00 €
Perdas em inventários	0,00 €	0,00 €
Gastos em investimentos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	14 556,17 €	64 019,00 €
Quotizações	0,00 €	0,00 €
Ofertas e amostras de inventários	0,00 €	0,00 €
Outros não especificados	0,00 €	267,83 €
Total.....	16 909,30 €	65 331,94 €
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Ganhos em inventários	0,00 €	0,00 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00 €	400,00 €
Outros rendimentos do Estado	0,00 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	111 125,50 €	32 128,97 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	454 375,77 €	242 330,59 €
Outros não especificados	0,00 €	0,00 €
Total.....	565 501,27 €	274 859,56 €

De referir que a imputação de subsídios e transferências para investimento decorre dos subsídios ao investimento com ou sem condições que se registam nas contas 2822 e 593, na base da depreciação dos ativos subjacentes.

De destacar o valor das correções relativas a períodos anteriores, registado no ano de 2022, o qual diz respeito, na sua maioria, a correções efetuadas na afetação de ativos relacionados com os equipamentos do projeto “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra” (no SNP) e pela correta depreciação dos mesmos, tendo se verificado que no global de exercícios transitados a imputação do subsídio foi insuficiente face às depreciações agora corrigidas e a Reposições Não Abatidas aos Pagamentos, derivadas na sua maioria do acerto de contas do PART 2021.

23.3 Proposta de aplicação de resultados

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de 487.979,90€, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 24.399,00€ correspondente a 5% do resultado líquido;
- Que o remanescente seja transferido para os resultados transitados – 463.580,90€.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CIM ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Demonstrações orçamentais

Demonstração do desempenho orçamental

A receita total da CIM foi em 2022 de 16.482.604,93€, sendo que deste montante 2.410.677,25€ resultam do saldo da gerência anterior. O total da receita efetiva em 2022 foi de 13.716.790,26€, o que representa um aumento de 41,89% face ao período anterior (2021: 9.667.036,10€). As receitas correntes e de capital aumentaram, respetivamente, cerca de 40% e 50%, face a 2021.

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	501 645,81	0,00	1 685 495,01	223 536,43	534 417,50	2 945 094,75	1 548 335,87
Operações Orçamentais [1]	501 645,81	0,00	1 685 495,01	223 536,43	0,00	2 410 677,25	1 518 036,72
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	534 417,50	534 417,50	30 299,15
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	9 377 477,78	0,00	1 917 604,58	0,00	0,00	11 295 082,36	8 075 689,91
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes	9 242 879,60	0,00	1 917 604,58	0,00	0,00	11 160 484,18	8 062 532,42
R5.1 Transferências correntes	9 242 879,60	0,00	1 917 604,58	0,00	0,00	11 160 484,18	8 062 532,42
R5.1.1 Administrações Públicas	9 242 879,60	0,00	1 917 604,58	0,00	0,00	11 160 484,18	8 062 532,42
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	462 573,00	0,00	1 917 604,58	0,00	0,00	2 380 177,58	1 616 645,64
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	5 380 535,68	0,00	0,00	0,00	0,00	5 380 535,68	2 105 348,01
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	3 429 770,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3 429 770,92	4 340 538,77
R5.1.2 Exterior - U.E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	133 726,05	0,00	0,00	0,00	0,00	133 726,05	8 896,99
R7 Outras receitas correntes	872,13	0,00	0,00	0,00	0,00	872,13	4 260,50
Receita de capital	1 182 107,15	0,00	1 168 969,09	0,00	0,00	2 351 066,24	1 568 975,03
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	1 182 107,15	0,00	1 168 969,09	0,00	0,00	2 351 066,24	1 568 975,03
R9.1 Transferências de capital	1 182 107,15	0,00	1 168 969,09	0,00	0,00	2 351 066,24	1 568 975,03
R9.1.1 Administrações Públicas	1 182 107,15	0,00	1 168 969,09	0,00	0,00	2 351 066,24	1 568 975,03
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	1 168 969,09	0,00	0,00	1 168 969,09	1 197 179,43
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	1 182 107,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1 182 107,15	371 395,60
R9.1.2 Exterior - U.E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
R11 Reposições não abelidas aos pagamentos	70 541,66	0,00	0,00	0,00	0,00	70 541,66	22 371,16
Receita efetiva [2]	10 530 226,59	0,00	3 086 563,67	0,00	0,00	13 716 790,26	9 667 036,10
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	355 137,42	0,00	355 137,42	223 536,43
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	355 137,42	0,00	355 137,42	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	355 137,42	0,00	355 137,42	223 536,43
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	11 131 872,40	0,00	4 772 068,68	578 673,85	0,00	16 482 604,93	11 408 609,25
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	4 144 753,46	4 144 753,46	2 400 251,12



Relativamente à despesa foram executados um total de 12.800.647,53€, sendo 9.822.630,84€ com origem em receitas próprias, 2.711.641,99€ com origem em fundos comunitários afetos a projetos e 266.374,70€ com origem no empréstimo do Regime Geral dos Financiamento do Turismo de Portugal. A despesa total suportada representa um aumento de 3.802.715,63€ face ao período homólogo e apresenta um grau de execução orçamental de 63,14%.

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
Despesa corrente	6 434 980,46	0,00	2 531 766,05	262 128,49	0,00	9 228 875,00	6 950 726,22
D1 Despesa com o pessoal	850 658,72	0,00	123 766,59	0,00	0,00	974 425,31	824 779,67
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	645 629,65	0,00	99 353,19	0,00	0,00	744 982,84	633 549,97
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	21 065,94	0,00	119,64	0,00	0,00	21 205,58	11 513,58
D1.3 Seguranga Social	183 943,13	0,00	24 293,76	0,00	0,00	208 236,89	179 716,12
D2 Aquisição de bens e serviços	2 183 006,31	0,00	355 056,45	22 836,47	0,00	2 560 899,23	1 783 854,13
D3 Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4 Transferências e subsídios correntes	3 385 803,71	0,00	2 052 943,01	239 292,02	0,00	5 678 038,74	4 333 403,51
D4.1 Transferências correntes	3 385 803,71	0,00	2 052 943,01	239 292,02	0,00	5 678 038,74	4 333 403,51
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Seguranga Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00
D4.1.3 Famílias	3 385 503,71	0,00	2 052 943,01	239 292,02	0,00	5 677 738,74	4 283 103,51
D4.1.4 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras despesas correntes	15 511,72	0,00	0,00	0,00	0,00	15 511,72	8 688,91
Despesa de capital	3 387 650,38	0,00	179 875,94	4 246,21	0,00	3 571 772,53	2 047 205,78
D6 Aquisição de bens de capital	3 387 650,38	0,00	179 875,94	4 246,21	0,00	3 571 772,53	2 047 205,78
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Seguranga Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	9 822 630,84	0,00	2 711 641,99	266 374,70	0,00	12 800 647,53	8 997 932,00
Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]	9 822 630,84	0,00	2 711 641,99	266 374,70	0,00	12 800 647,53	8 997 932,00
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	3 932 730,57	3 932 730,57	1 896 132,77
Saldo para a gerência seguinte	1 309 241,56	0,00	2 060 416,69	312 299,15	746 440,39	4 428 397,79	2 945 094,75
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	1 309 241,56	0,00	2 060 416,69	312 299,15	0,00	3 681 957,40	2 410 677,25
Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	746 440,39	746 440,39	534 417,50
Saldo global [2] - [5]	807 595,75	0,00	374 921,68	-266 374,70	0,00	916 142,73	669 104,10
Despesa primária	9 822 630,84	0,00	2 711 641,99	266 374,70	0,00	12 800 647,53	8 997 932,00
Saldo corrente	2 942 497,32	0,00	-614 161,47	-262 128,49	0,00	2 066 207,36	1 124 963,69
Saldo de capital	-2 205 543,23	0,00	989 083,15	-4 246,21	0,00	-1 220 706,29	-478 230,75
Saldo primário	807 595,75	0,00	374 921,68	-266 374,70	0,00	916 142,73	669 104,10
Receita total [1] + [2] + [3]	11 131 872,40	0,00	4 772 058,68	578 673,85	0,00	16 482 604,93	11 408 609,25
Despesa total [5] + [6]	9 822 630,84	0,00	2 711 641,99	266 374,70	0,00	12 800 647,53	8 997 932,00

Demonstração de execução orçamental da receita

A receita total cobrada em 2022, ascendeu a 16.482.604,93€, sendo, na sua quase totalidade respeitante a receitas correntes, como se pode ler no quadro seguinte de forma sintetizada, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais.

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS	RECEITA P/COBRAR FINAL DO PERÍODO	% EXECUÇÃO
	Receitas correntes				
R03	Taxas, multas e outras penalidades	750,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R04	Rendimentos da propriedade	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R05111	Administração Central - Estado Português	3 558 183,14 €	2 380 177,58 €	9 840,99 €	66,89%
R05112	Administração Central - Outras entidades	5 487 525,55 €	5 350 535,68 €	0,00 €	97,50%
R05115	Administração Local	3 991 739,82 €	3 429 770,92 €	293 415,14 €	85,92%
R0513	Outras	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R06	Venda de bens e serviços	192 538,00 €	133 726,05 €	19 158,58 €	69,45%
R07	Outras receitas correntes	850,00 €	872,13 €	3 232,76 €	102,60%
	Receitas capital				
R09111	Administração Central - Estado Português	1 989 952,47 €	1 168 959,09 €	0,00 €	58,74%
R09112	Administração Central - Outras entidades	125 100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R09115	Administração Local	1 944 332,74 €	1 182 107,15 €	245 515,40 €	60,80%
R10	Outras receitas de capital de capital	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R13	Receita com passivos financeiros	521 635,57 €	355 137,42 €	0,00 €	68,08%
	Outras receitas				
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	49 109,06 €	70 641,66 €	0,00 €	143,85%
R14	Saldo ga gerência anterior - operações orçamentais	2 410 677,25 €	2 410 677,25 €	0,00 €	100,00%
	Total Receitas Correntes	13 231 686,51 €	11 295 082,36 €	325 647,47 €	85,36%
	Total Receitas Capital	4 581 520,78 €	2 706 203,66 €	245 515,40 €	59,07%
	Total Outras Receitas	2 459 786,31 €	2 481 318,91 €	0,00 €	100,88%
	Total	20 272 993,60 €	16 482 604,93 €	571 162,87 €	81,30%

A receita corrente cobrada face à receita corrigida teve uma execução de 81,30% e a receita de capital cobrada apresenta uma execução de 59,07% face à receita de capital corrigida, sendo que a receita por cobrar no final do período, conforme se pode observar, respeita maioritariamente aos montantes a receber dos municípios associados relativos à execução de protocolos/contratos interadministrativos, situação esta derivada, essencialmente, na parte corrente, pelo Acordo de Financiamento da delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e o Financiamento das competências próprias da CIM enquanto Autoridade de Transportes e, na parte de capital, pelos trabalhos complementares e revisão de preços da empreitada da Ecopista do Vouga.

No que respeita, especificamente, ao grau de execução das transferências de capital dos municípios, de 60,80%, este resulta do facto de, na previsão corrigida, estarem contemplados os Protocolos de colaboração celebrados no âmbito das Unidades Móveis de Saúde e do Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões, sendo que, relativamente ao primeiro, encontra-se em curso uma cessão da posição contratual do procedimento de aquisição das viaturas elétricas para a ARS Centro, IP, e no segundo, verificaram-se atrasos na aprovação da candidatura, cujo termo de aceitação apenas foi assinado em setembro de 2022, tendo o 1º procedimento concursal para a aquisição dos serviços necessários à implementação das ações previstas sido lançado no final do ano.

No que respeita à diferença verificada na previsão das transferências correntes e de capital a receber no âmbito dos projetos cofinanciados comparativamente ao efetivamente arrecadado, a mesma é justificada, por um lado, pela delonga na análise e posterior validação dos pedidos de pagamento submetidos no âmbito dos projetos, “Ecopista do Vouga”, “Promoção do Sucesso Educativo”, “Sistema de Informação Cadastral Simplificado” e “Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões” e, por outro, pelos constrangimentos ocorridos na implementação destes últimos dois projetos, bem como dos projetos +Igal Viseu e SATDAP, o que naturalmente, condicionou a realização e submissão de mais despesa e, conseqüentemente, o recebimento da verba estimada para o ano de 2022, tendo sido necessário, portanto, reprogramar as candidaturas.

De referir que o grau execução da rubrica “Serviços específicos das autarquias”, de 66,85%, é justificado com o facto de, na previsão da receita a arrecadar no ano de 2022, com os serviços de limpeza e gestão das faixas de combustível, se ter tido em consideração o histórico dos últimos anos da receita, porém, fruto do Programa de Ação do serviço público implementado em 2022, pelo ICNF, e das várias ocorrências, não foi possível corresponder às necessidades das requisições de todos os municípios.

Por fim, comparando o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um crescimento de cerca de 40%, com maior enfoque para as transferências dos serviços e fundos autónomos, consequência dos Despachos n.ºs 11653-A, 1147-A/2021 e 8280/2022 relativos ao reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros. As receitas de capital registaram um aumento acentuado de cerca de 50% resultante sobretudo das verbas recebidas, dos municípios associados, para a execução da empreitada da Ecopista do Vouga, incluindo dos trabalhos complementares e revisão de preços provisória e da conclusão da empreitada da EM 604 – Ligação Mangualde a Penalva do Castelo e da implementação das Torres de Videovigilância e dos Centros de Monitorização Remota (CMRs).

Demonstração de execução orçamental da despesa

A despesa total paga em 2022, ascendeu a 12.800.647,63€, dos quais 9.228.875,00€ de despesas correntes e 3.571.772,63€ de despesas de capital. Podemos observar no quadro abaixo, de forma sintetizada, a execução orçamental do ano de 2022, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	% EXECUÇÃO
DESPESAS CORRENTES					
D011	Remunerações Certas e Permanentes	967 720,86 €	744 982,84 €	13 520,99 €	76,983%
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	55 350,00 €	21 205,58 €	0,00 €	38,312%
D013	Segurança Social	286 211,14 €	208 236,89 €	11 403,38 €	72,756%
D02	Aquisição de bens e serviços	4 400 913,93 €	2 560 899,23 €	118 474,68 €	58,190%
D03	Juros e outros encargos	1 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D04115	Administração Local	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D0412	Entidades do sector não lucrativo	30 800,00 €	300,00 €	0,00 €	0,974%
D0413	Famílias	9 249 069,76 €	5 677 738,74 €	2 841,16 €	61,387%
D0414	Outras	1 200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D05	Outras despesas correntes	20 184,00 €	15 511,72 €	0,00 €	76,852%
Sub Total		15 012 949,69 €	9 228 875,00 €	146 240,21 €	61,473%
DESPESAS CAPITAL					
D06	Aquisição de bens capital	5 259 042,91 €	3 571 772,53 €	400 691,71 €	67,917%
D07115	Administração Local	450,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D08	Outras despesas de capital	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D10	Despesa com passivos financeiros	51,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
Sub Total		5 260 043,91 €	3 571 772,53 €	400 691,71 €	67,904%
Total		20 272 993,60 €	12 800 647,53 €	546 931,92 €	63,141%

Comparando a estrutura do orçamento final com o da sua efetiva realização, e no que se refere aos desvios na execução, confrontando a execução das grandes opções do plano, estes são justificados na sua maioria, pelas seguintes razões:

- Atraso verificado na execução física da obra relacionada com a requalificação da Ecopista do Vouga, originado pela necessidade de realização de trabalhos complementares de natureza prevista e não prevista, passando a previsão da sua conclusão para o ano de 2023;
- Devido à conclusão da constituição das Equipas para a Igualdade na Vida Local (EIVL) ser um elemento fundamental para o arranque do projeto “+ Igual Viseu”, a qual foi terminada na íntegra no mês de janeiro de 2022, apenas foi possível iniciar a fase de diagnóstico no mês de fevereiro, sendo que, algumas sessões de trabalho, nomeadamente com recurso a metodologias participativas, foram sofrendo reagendamentos pelo facto de alguns elementos da EIVL/Parceiros/CIM terem ficado infetados com COVID-19, com natural impacto no prazo de execução e na implementação das ações inicialmente planeadas desenvolver ainda nesse ano;
- Atraso verificado no projeto “Sistema de Informação Cadastral Simplificado”, o qual deveu-se, para além, da demora na validação dos pedidos de pagamento submetidos, também ao facto de, os resultados das iniciativas de divulgação, sensibilização e mobilização dos proprietários dos terrenos rústicos e mistos objeto da operação, ao contrário do que se previa inicialmente, estarem a ser mais demorados e exigentes, assim como, às característica e requisitos do próprio processo

de esboço e registo das propriedades, designadamente as que decorreram da necessidade de interpretação dos ortofotomapas pelos proprietários, que obrigaram a repetidas interações para a alteração e correção dos mesmos;

- Devido à necessidade de repensar a forma de dar continuidade ao projeto das Unidades Móveis de Saúde, consequência de, o Aviso de Concurso aberto no âmbito do PRR, não ter as CIM como entidades beneficiárias, pelo que, se iniciou em 2022, o processo de cessão da posição contratual do procedimento de aquisição das respetivas viaturas elétricas para a ARS Centro, IP.;

Para além das situações atrás descritas, é na GOP da Autoridade de Transportes – Viseu Dão Lafões que se verifica o maior diferencial, no que respeita à execução orçamental da despesa, motivado pelas seguintes circunstâncias:

- ✓ Aumento da dotação corrigida do projeto “Regime Transitório (RJSPTP)”, por via das verbas transferidas, pelo Fundo Ambiental, no âmbito do reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros para o ano de 2021, não utilizado na execução dos contratos de 2022 assinados com operadores, pelo facto de alguma dessa despesa já ter sido assumida e suportada pelos municípios, fruto do Acordo de Financiamento para pagamento de obrigações do serviço público, que havia sido assinado nesse ano, tendo sido, posteriormente, efetuada essa compensação, nos Acordos de Financiamento elaborados, no final do ano, para os contratos de 2023, através da redução dos encargos financeiros dos municípios;
- ✓ Compromissos assumidos do projeto “Regime Transitório (RJSPTP)”, relativos ao último quadrimestre dos contratos de 2022 e que, por precaução, não foram faturados pelos operadores, uma vez que os mesmos foram beneficiados, ao abrigo dos Despachos n.ºs 10062/2022 e 3329-A/2022 do apoio extraordinário e excecional com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível, tendo a CIM de efetuar primeiramente o apuramento efetivo do défice de exploração do ano de 2022, para poder proceder ao encerramento dessas contas;
- ✓ No projeto do “PROTransP”, a dotação orçamental foi estimada com base no histórico dos valores atribuídos nos últimos anos, sendo que, a transferência das tranches mensais do 2º semestre de 2022, nos moldes previstos no Despacho n.º 2852-A/2022, apenas ocorreu no início de 2023;
- ✓ Atraso no arranque da 2ª fase do projeto da Rede de Transporte Flexível (IR e VIR), o qual só pôde iniciar após a emissão do parecer prévio da AMT.

Todos os factos acima enumerados, condicionaram as expectativas da execução destas atividades, logo a execução das grandes opções do plano.

Não obstante, relativamente ao período homólogo, verifica-se um aumento de cerca de 40% no total da despesa paga, sendo que a despesa corrente paga em 2022 reporta-se essencialmente a pagamentos com aquisição de bens e serviços (2.560.899,23€), despesas com pessoal (974.425,31€), transferências correntes (5.678.038,74€) e que despesa de capital diz respeito basicamente a pagamentos com aquisição de bens e capital (3.571.722,53€).

Demonstração de execução do plano plurianual de investimento (PPI)

O investimento orçado para o ano de 2022 foi de 5.259.042,91€ e o montante executado ascendeu a 3.571.772,53€, correspondendo a uma taxa de execução de cerca de 67,92%, sendo que esta diferença, resulta, essencialmente, do atraso verificado na execução física da obra relacionada com a requalificação da Ecopista do Vouga, originado pela necessidade de realização de trabalhos complementares de natureza prevista e não prevista, bem como da não execução do projeto das Unidades Móveis de Saúde, consequência do Aviso de Concurso aberto no âmbito do PRR não ter as CIM como entidades beneficiárias, pelo que, se iniciou em 2022 o processo de cessão da posição contratual do procedimento de aquisição das respetivas viaturas elétricas para a ARS Centro, IP..

No quadro abaixo podemos visualizar, de forma sintetizada, o acima aludido, assim como, analisar as rubricas de aquisição de bens de capital e o respetivo valor, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais.

CLASS.	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	% EXECUÇÃO ANUAL
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO				
07.	Aquisição de Bens de Capital			
070104	Construções diversas	3 009 797,88 €	1 894 609,20 €	62,948%
070106	Material de transporte	547 176,20 €	49 000,00 €	8,955%
070107	Equipamento de informática	15 393,65 €	7 339,66 €	47,680%
070108	Software informático	95 597,00 €	89 396,07 €	93,513%
070109	Equipamento administrativo	17 150,00 €	972,32 €	5,670%
070110	Equipamento básico	1 262 201,80 €	1 229 874,79 €	97,439%
070115	Outros investimentos	50,00 €	0,00 €	0,000%
070303	Outras construções e infraestruturas	311 676,38 €	300 580,49 €	96,440%
	Total	5 259 042,91 €	3 571 772,53 €	67,917%

De referir que relativamente ao período homólogo, verifica-se que o aumento de 74,47% no total da despesa de capital paga, está relacionado, maioritariamente, com a execução da empreitada da Ecopista do Vouga e com a conclusão da implementação do projeto “Sistema de Videovigilância para prevenção de incêndios florestais nas Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra”.

Anexo às demonstrações orçamentais

Anexo as demonstrações orçamentais

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

Assim sendo, apresentam-se no Anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

Anexo I - Alterações orçamentais da receita

Anexo II - Alterações orçamentais da despesa

Anexo III - Alterações ao plano plurianual de investimentos

Anexo IV - Operações de tesouraria

Anexo V - Contratação administrativa – Situação dos contratos

Anexo VI - Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento

Anexo VII - Transferências e subsídios - receita

Anexo VIII - Transferências e subsídios – despesa

Anexo IX – Demonstração de execução orçamental da receita

Anexo X - Demonstração de execução orçamental da despesa

Anexo XI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Anexo I - Alterações orçamentais da receita

Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais		Créd. Especiais [6]		
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]			
R1 - Receita Fiscal	P/M	0,00				0,00	
R1.1 - Impostos diretos	P/M	0,00				0,00	
R1.2 - Impostos indiretos	P/M	0,00				0,00	
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema	P/M	0,00				0,00	
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P/M	750,00				750,00	
R4 - Rendimentos de propriedade	P/M	50,00				50,00	
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	14 738 915,00	8 485 257,10	10 186 673,59		13 037 498,51	
R5.1 - Transferências correntes	P/M	14 738 915,00	8 485 257,10	10 186 673,59		13 037 498,51	
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	14 738 865,00	8 485 257,10	10 186 673,59		13 037 448,51	
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	6 303 210,00	62 807,50	2 807 834,36		3 558 183,14	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	1 011 624,00	4 833 161,45	357 259,90		5 487 525,55	
R5.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.5 - Administração Local	P/M	7 424 031,00	3 589 288,15	7 021 579,33		3 991 739,82	
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	0,00				0,00	
R5.1.3 - Outras	P/M	50,00				50,00	
R5.2 - Subsídios correntes	P/M	0,00				0,00	
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	192 538,00				192 538,00	
R7 - Outras receitas correntes	P/M	850,00				850,00	
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	0,00				0,00	
R9 - Transferências e subsídios de capital	P/M	4 104 719,00	2 034 160,65	2 079 494,44		4 059 385,21	
R9.1 - Transferências de capital	P/M	4 104 719,00	2 034 160,65	2 079 494,44		4 059 385,21	
R9.1.1 - Administrações Públicas	P/M	4 104 719,00	2 034 160,65	2 079 494,44		4 059 385,21	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	2 416 520,00	1 113 444,29	1 540 011,82		1 989 952,47	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	100,00	125 000,00			125 100,00	
R9.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.5 - Administração Local	P/M	1 688 099,00	795 716,36	539 482,62		1 944 332,74	
R9.1.2 - Exterior - U E	P/M	0,00				0,00	
R9.1.3 - Outras	P/M	0,00				0,00	
R9.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
R10 - Outras receitas de capital	P/M	500,00				500,00	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	200,00	48 909,06			49 109,06	

Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Receita				Previsões corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	Observações [8]
		Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais				
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créd. Especiais [6]		
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	0,00				0,00	
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	745 172,00		223 536,43		521 635,57	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	P/M	0,00	2 410 677,25			2 410 677,25	
Total:		19 783 694,00	12 979 004,06	12 489 704,46		20 272 993,60	

Anexo II - Alterações orçamentais da despesa

Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa				Observações [8]
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais		Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]	
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]		
D1 - Despesas com o pessoal	P/M	1 218 950,00	229 356,24	139 024,24		1 309 282,00
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P/M	916 000,00	185 689,24	133 968,38		967 720,86
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	35 350,00	20 000,00			55 350,00
D1.3 - Segurança Social	P/M	267 600,00	23 667,00	5 055,86		286 211,14
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	7 677 220,00	441 508,01	3 717 814,08		4 400 913,93
D3 - Juros e outros encargos	P/M	1 000,00				1 000,00
D4 - Transferências e subsídios correntes	P/M	5 901 305,00	9 419 119,16	6 038 854,40		9 281 569,76
D4.1 - Transferências correntes	P/M	5 901 305,00	9 419 119,16	6 038 854,40		9 281 569,76
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	500,00				500,00
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00
D4.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00
D4.1.1.5 - Administração Local	P/M	500,00				500,00
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	800,00	30 000,00			30 800,00
D4.1.3 - Famílias	P/M	5 875 234,00	9 389 119,16	6 015 283,40		9 249 069,76
D4.1.4 - Outras	P/M	24 771,00		23 571,00		1 200,00
D4.2 - Subsídios correntes	P/M	0,00				0,00
D5 - Outras despesas correntes	P/M	20 184,00				20 184,00
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	4 964 034,00	2 076 964,07	1 781 955,16		5 259 042,91
D7 - Transferência e subsídios de capital	P/M	450,00				450,00
D7.1 - Transferências de capital	P/M	450,00				450,00
D7.1.1 - Administrações Públicas	P/M	450,00				450,00
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00
D7.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00
D7.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00
D7.1.1.5 - Administração Local	P/M	450,00				450,00
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	0,00				0,00
D7.1.3 - Famílias	P/M	0,00				0,00
D7.1.4 - Outras	P/M	0,00				0,00

Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Rubricas [1]	Tipo [2]	Despesa				Observações [8]	
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais				Dotações corrigidas [7]=[3]+[4]-[5]+[6]
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
D7.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
D8 - Outras despesas de capital	P/M	500,00				500,00	
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	0,00				0,00	
D10 - Despesa com passivos financeiros	P/M	51,00				51,00	
DOT.1 - Operações de tesouraria [C]	P/M	0,00				0,00	
Total:		19 783 694,00	12 166 947,48	11 677 647,88		20 272 993,60	

Anexo III - Alterações ao plano plurianual de investimento (PPI)

Anexo às demonstrações orçamentais 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Datas		Financiamento Definido							Modificação (+/-) [13]=[7]-[6]
			Início [4]	Fim [5]	Ano 2022		Períodos seguintes					
					Dotação atual [6]	Dotação corrigida [7]	Ano 2023 [8]	Ano 2024 [9]	Ano 2025 [10]	Ano 2026 [11]	Outros [12]	
01	2016/1	Organização e Gestão Interna	01/2016	12/2028	85 493,00	82 493,00	69 867,00	18 426,00	300,00	300,00	0,00	-3 000,00
01	2016/2	Modernização Administrativa na Região Viseu Dão Lafões - Um Modelo Catorze Municípios	01/2016	12/2028	70 885,00	74 402,11	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	3 517,11
01	2022/1	Centro de Serviços Partilhados Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2028	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
01	2016/5	Marca Viseu Dão Lafões - Produtos Turísticos Integrados	06/2017	12/2023	93 785,00	93 785,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	2016/8	Produtos Compósitos de Turismo de Natureza	01/2016	12/2026	2 445 107,00	2 834 099,38	250,00	150,00	150,00	150,00	0,00	388 992,38
01	2016/17	Projetos de Eficiência Energética / Energia	01/2021	12/2026	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00
01	2016/30	Contratos Interadministrativos	01/2016	12/2026	251 899,00	311 526,38	100,00	50,00	50,00	50,00	0,00	59 627,38
01	2017/3	Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões	01/2017	12/2024	2 000,00	300,00	1 250,00	300,00	0,00	0,00	0,00	-1 700,00
01	2020/3	Coesão Social Viseu Dão Lafões	04/2021	12/2023	481 176,00	498 076,20	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 900,20
01	2020/15	Portugal 2030/Viseu Dão Lafões 2030	01/2020	12/2026	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2021/1	Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões	01/2021	12/2026	28 174,00	5 721,54	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	-22 452,46
01	2021/2	Centro de Informação Europe Direct Viseu Dão Lafões	01/2021	12/2025	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00
01	2022/2	Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Intermunicipais (Resiliência / Transição Digital / Transição Climática)	01/2022	12/2026	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2022/4	Economia Circular na região Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2026	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
01	2022/8	Espaços Coworking	01/2022	12/2026	0,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	150,00
01	2016/16	Proteção Civil Intermunicipal	01/2016	12/2026	1 333 953,00	1 151 322,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	-182 631,00
01	2016/18	Adaptação às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões	01/2016	12/2026	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00
01	2019/2	ClimAlert (Interreg Sudoeste)	01/2019	12/2026	23 138,00	11 644,00	11 694,00	200,00	200,00	200,00	0,00	-11 494,00
01	2020/6	Life Nieblas	01/2020	12/2026	31 334,00	31 334,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2020/8	Outros Projetos no âmbito da Proteção Civil e da Defesa das Florestas	01/2020	12/2026	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2021/10	Detetação e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina	01/2021	12/2026	85 890,00	83 175,80	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	-2 714,20
01	2022/5	Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2026	27 150,00	76 963,50	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	49 813,50
01	2022/6	Outros Projectos Intermunicipais no âmbito da Mobilidade e Transportes	01/2022	12/2026	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
01	2022/7	Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2026	250,00	250,00	1 064 050,00	250,00	250,00	250,00	0,00	0,00

Anexo às demonstrações orçamentais 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2022

Euros

Objetivo [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Datas		Financiamento Definido							Modificação (+/-) [13]=[7]-[6]
			Inicio [4]	Fim [5]	Ano 2022		Períodos seguintes					
					Dotação atual [6]	Dotação corrigida [7]	Ano 2023 [8]	Ano 2024 [9]	Ano 2025 [10]	Ano 2026 [11]	Outros [12]	
01	2016/27	Assistência Técnica - Contratualização	01/2016	12/2026	2 500,00	2 500,00	2 500,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
Total:					4 964 034,00	5 259 042,91	1 152 611,00	22 326,00	3 900,00	3 750,00	0,00	295 008,91

Anexo IV - Operações de tesouraria

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2022

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022
(unidade: EUR)

CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
2370	Dos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órg						
2371	Dos órgãos sociais e de gestão						
2372	Do pessoal						
24219	IRS - Trabalho Dependente - OT						
24229	IRS - Trabalho independente - OT						
24239	IRS - Capitais - OT						
24249	IRS - Prediais - OT						
2429019	IRS - Outras retenções - Pensões - OT						
2429999	IRS - Outras retenções - OT						
2451119	Caixa Geral de Aposentações - OT		0,03				0,03
2451129	Segurança Social - Regime Geral - OT						
2451199	Outros - Sistemas proteção social - OT						
245219	Subsistemas de saúde - Parte Trabalhador - OT						
27711000001	Profijardim - Construção e Manutenção de Espaços Verdes						
27711000391	Ideia Verde						
27711000867	Floema by Go Outdoor		20 357,75		1 224,63		21 582,38
27711001006	Bizfuture Services, Lda.						
27711001009	BETWEEN DIALOGUES, LDA		4 002,00	4 002,00			
27711001016	Socorpena - Engenharia e Construção, S.A.		46 278,74		86 390,29		132 669,03
27711001063	Associação Exploratório Infante D. Henrique						
27711001111	Irmãos Almeida Cabral, Lda.						
27712000001	Profijardim - Construção e Manutenção de Espaços Verdes						
27712000391	Ideia Verde						
27712000409	Smart Vision, Assessores e Auditores Estratégicos						
27712000867	Floema by Go Outdoor						
27712001006	Bizfuture Services, Lda.						
27712001009	BETWEEN DIALOGUES, LDA						

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2022

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022
(unidade: EUR)

CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
27712001016	Socorpena - Engenharia e Construção, S.A.						
27712001063	Associação Exploratório Infante D. Henrique						
27712001111	Irmãos Almeida Cabral, Lda.				2 967,21		2 967,21
27859	Sindicatos - OT						
278919199911	Santa Comba Dão			55 287,37	55 287,37		
278919199912	Penalva de Castelo			93 555,31	93 555,31		
278919199913	Viseu			409 532,79	409 532,79		
278919199914	Castro Daire			120 305,48	120 305,48		
278919199915	Oliveira de Frades			7 921,40	7 921,40		
278919199916	Mangualde			232 763,35	232 763,35		
278919199917	Vila Nova de Paiva			64 624,95	64 624,95		
278919199918	Tondela			286 618,32	286 618,32		
2789191999191	São Pedro do Sul			94 593,47	94 593,47		
2789191999192	Satão			46 042,85	46 042,85		
2789191999193	Vouzela			72 275,87	72 275,87		
2789191999194	Carregal do Sal			90 793,90	90 793,90		
2789191999195	Nelas			178 405,54	178 405,54		
2789191999196	Aguiar da Beira			31 738,27	31 738,27		
2789191999197	Adiantamentos_Diversos_Municipios						
27891919992	Recolha Bio				540 976,49		540 976,49
27891929011	Devedores - OT			1 793 563,89	1 793 563,89		
27892919012	Operações de tesouraria - Cobrança/pagamento						
27892919991	Projeto Eficiência Energética						
278929199923	Viseu			983 049,97	983 049,97		
278929199931	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra		435 780,73	1 158 679,73	722 899,00		
2789291999401	Instituto Politécnico de Viseu						
2789291999402	Dirección General de Medio Ambiente - Junta de Ext						

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2022

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022
(unidade: EUR)

CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
2789291999403	Universidad de Extremadura UEX						
2789291999404	Mancomunidad Integral Sierra de San Pedro						
2789291999501	OESTECONSULT-CONSULTORIA DE GESTÃO LDA		13 723,25				13 723,25
2789291999601	DOMÍNIO VIVO - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA		11 800,00				11 800,00
2789291999602	INDICE ICT & MANAGEMENT LDA		2 475,00				2 475,00
2789291999701	Primelayer, Unipessoal Lda						
2789291999801	Montemurel, Unip., Lda			790,00	790,00		
2789291999802	CAF EXPERT-SOLUÇÕES PROFISSIONAIS, UNIPESSOAL			1 750,00	1 750,00		
2789291999901	DINASTIA MOTRIZ, LDA				20 247,00		20 247,00
27892929012	Operações de tesouraria - Cobrança/pagamento						
TOTAL		0,00	534 417,50	5 726 294,46	5 938 317,35	0,00	746 440,39

Anexo V - Contratação administrativa – situação dos contratos

Entidade	Objeto	Data Contrato	Valor Contrato	Tipo de Contrato TC	Procedimento de Contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1ª Pagamento	Compromisso no Período	Pagamentos no Período						Pagamentos Acumulados					
						Nº Reg.	Data			Trab. Normais	Rev. de Preços	Trab. a Mais	Trab. Erros e Omissões	Outros Trab.	Total	Trab. Normais	Rev. de Preços	Trab. a Mais	Trab. Erros e Omissões	Outros Trab.	Total
Geoatributo	Aquisição de serviços para "Integração e processamento de dados e informações selecionadas" no âmbito do projeto "ClimAlert: Serviço de Alerta Precoce de Riscos Climáticos relacionados com a água para uma maior resiliência do SUDUE" (SOE3/PA/POB2)	2021-09-22	23 616,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-02-22	23 616,00	5 904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 904,00	5 904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 904,00
MEO	Aquisição de serviços de comunicações de dados em banda larga móvel, destinados à utilização dos técnicos de cadastro, no âmbito do projeto de implementação do "Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões" (SICS/BUPI)	2021-09-22	6 897,05	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-03-22	4 310,66	3 081,56	0,00	0,00	0,00	0,00	3 081,56	3 081,56	0,00	0,00	0,00	0,00	3 081,56
Geotempreneur	Aquisição de serviços para implementação da 10ª edição do Programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões	2021-09-22	104 550,00	Aquisição de serviços	Concurso Público			2022-03-08	104 550,00	104 550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104 550,00	104 550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104 550,00
Associação Exploratório Infante D. Henrique	Aquisição de Laboratório Móvel das Ciências Explora e Descobre em Viseu Dão Lafões	2021-10-04	30 750,00	Aquisição de bens	Ajuste Direto			2022-02-08	30 750,00	30 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 750,00	30 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30 750,00
Nieblagua	Aquisição e instalação de coletores de água atmosférica (RAA)	2021-10-08	28 723,88	Aquisição de bens	Ajuste Direto			2022-05-06	28 723,88	23 352,75	0,00	0,00	0,00	0,00	23 352,75	23 352,75	0,00	0,00	0,00	0,00	23 352,75
Domínio Vivo - Formação e Consultoria	Aquisição de serviços para apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade, no âmbito da implementação da candidatura "I - Igual Viseu Dão Lafões" - Lote 1 - Diagnóstico, Elaboração, Implementação e Divulgação do Plano para a Igualdade	2021-10-11	290 280,00	Aquisição de serviços	Concurso Público			2022-07-08	144 033,00	55 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55 350,00	55 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55 350,00
Índice ICT Management	Aquisição de serviços para apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade, no âmbito da implementação da candidatura "I - Igual Viseu Dão Lafões" - Lote 2 - Avaliação do Plano para a Igualdade	2021-10-11	60 885,00	Aquisição de serviços	Concurso Público			-	9 132,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prímelayzer	Aquisição de serviços de coordenação técnica, acompanhamento, sensibilização e de mobilidade, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2021-10-15	190 650,00	Aquisição de serviços	Concurso Público			2021-02-22	152 520,00	152 520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152 520,00	152 520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152 520,00
Fundação Dr. António Cupertino de Miranda	Aquisição de serviços de implementação do projeto de literacia financeira, "No Poupar está o Ganho", no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo	2021-10-28	71 400,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-04-14	71 400,00	71 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71 400,00	71 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71 400,00
SerIDots	Aquisição de serviços para transporte e montagem de exposição itinerante sobre alterações climáticas: "O Futuro é Amanhã!" - Adaptação às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões, no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo	2021-11-09	5 412,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-03-11	5 412,00	5 412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 412,00	5 412,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 412,00
Claranet II Solutions	Aquisição de software de produtividade do tipo Microsoft Office ou equivalente	2021-11-18	5 424,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-01-19	4 972,00	4 972,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 972,00	4 972,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 972,00
José Miguel Fernandes Penteado	Aquisição de serviços de assessoria de imprensa e comunicação, no âmbito do projeto "Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões"	2021-12-23	10 800,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-01-27	10 801,00	10 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 800,00	10 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 800,00
CSION	Aquisição de serviços de gestão de Relações Públicas e Marketing dos Produtos Turísticos	2022-01-07	5 904,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-04-14	5 904,00	5 412,00					5 412,00	5 412,00					5 412,00
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	Contrato de Cooperação Horizontal com a Universidade de Coimbra no âmbito do projeto "Detecção combate à espécie exótica Vespa Velutina"	2022-01-14	130 562,72	Aquisição de serviços	Contrato de Cooperação Horizontal			2022-05-25	81 491,95	78 569,70					78 569,70	78 569,70					78 569,70
ADRIANA RIBEIRO ROLLIN	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	15 575,50					15 575,50	15 575,50					15 575,50
ADRIANO JOSÉ LOPES DE FIGUEIREDO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	12 110,00					12 110,00	12 110,00					12 110,00
ANA MARGARIDA PINTO RODRIGUES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	3 034,50	3 034,50					3 034,50	3 034,50					3 034,50
ÁNGELA MARIA DA SILVA FERREIRA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	14 025,50					14 025,50	14 025,50					14 025,50
CARLA SOFIA MARQUES RODRIGUES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	11 063,50					11 063,50	11 063,50					11 063,50
CLÁUDIA ISABEL FERNANDES DE SOUSA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	12 341,72					12 341,72	12 341,72					12 341,72
Cristina Maria da Silva Dias Pedro	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	11 846,43					11 846,43	11 846,43					11 846,43
DANIELA CABRAL FORTUNATO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	12 078,00					12 078,00	12 078,00					12 078,00
DIANA VEGAS FERREIRA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	12 601,75					12 601,75	12 601,75					12 601,75
EMANUEL DA COSTA CASTRO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	17 179,97	14 668,00					14 668,00	14 668,00					14 668,00
FÁBIO RAFAEL SILVA SANTOS	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	23 985,00	18 798,00					18 798,00	18 798,00					18 798,00
FÁTIMA MARIA NETO COELHO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	9 427,25					9 427,25	9 427,25					9 427,25
FILIPE DANIEL SUAREZ FERREIRA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	11 150,00					11 150,00	11 150,00					11 150,00
INÉS CATARINA BANDERA AZEVEDO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-06-15	933,56	775,25					775,25	775,25					775,25
INÉS COIMBRA FERNANDES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	10 941,00					10 941,00	10 941,00					10 941,00
IVONE LOUREIRO FERRAZ	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	7 863,32	7 863,32					7 863,32	7 863,32					7 863,32
JOANA FERNANDES NEVES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00	12 656,00					12 656,00	12 656,00					12 656,00

Entidade	Objeto	Data Contrato	Valor Contrato	Tipo de Contrato TC	Procedimento de Contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1ª Pagamento	Compromisso no Período	Pagamentos no Período						Pagamentos Acumulados								
						Nº Reg.	Data			Trab. Normais	Rev. de Preços	Trab. a Mais	Trab. Erros e Omissões	Outros Trab.	Total	Trab. Normais	Rev. de Preços	Trab. a Mais	Trab. Erros e Omissões	Outros Trab.	Total			
JOEL LOPES DE ALMEIDA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	18 490,00		13 771,75						13 771,75	13 771,75						13 771,75
JOSÉ MANUEL BATISTA CORREIA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	9 217,83		9 217,83						9 217,83	9 217,83						9 217,83
MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA QUINTEIRO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 590,00		15 256,92						15 256,92	15 256,92						15 256,92
Miguel Angelo Santos Dias	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-07-08	990,15		990,15						990,15	990,15						990,15
MIGUEL MARQUES GONÇALVES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00		11 546,50						11 546,50	11 546,50						11 546,50
NUNO MARTINHO LOUREIRO MENDES POLÓNIO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	19 490,00		14 612,00						14 612,00	14 612,00						14 612,00
PATRICIA ALEXANDRA DA SILVA GONÇALVES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00		11 903,50						11 903,50	11 903,50						11 903,50
PEDRO ALEXANDRE GONÇALVES FIGUEIREDO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	22 490,00		20 592,97						20 592,97	20 592,97						20 592,97
PEDRO DANIEL DE SÁ PINTO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00		12 624,50						12 624,50	12 624,50						12 624,50
PEDRO MIGUEL PEREIRA MARQUES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00		15 091,19						15 091,19	15 091,19						15 091,19
RICARDO ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00		9 447,00						9 447,00	9 447,00						9 447,00
RUI FILIPE MARQUES DE SOUSA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00		14 415,29						14 415,29	14 415,29						14 415,29
SOLEDADE ALEXANDRE VICENTE ARRAIAS	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00		9 345,00						9 345,00	9 345,00						9 345,00
TERESA ISABEL COSTINHA AMARAL	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-15	17 590,00		17 021,98						17 021,98	17 021,98						17 021,98
VANESSA ALEXANDRA ANDRADE PINA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-01-17	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-08	15 990,00		15 633,62						15 633,62	15 633,62						15 633,62
B2Mobility GmbH	Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos a que corresponde o lote 1 ao abrigo do AQ_CP1_02/2020	2022-02-02	174 950,01	Aquisição de bens	Acordo Quadro			2022-04-07	174 950,01		36 709,27						36 709,27	36 709,27						36 709,27
VCDuarte, Lda.	Aquisição de serviços de assessoria técnica no âmbito das competências da Autoridade de Transportes do CIM Visou Dão Lafões	2022-02-02	49 138,50	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-11-07	49 138,50		34 396,95						34 396,95	34 396,95						34 396,95
Maria Alexandra da Cunha Campos	Aquisição de serviços, em regime de avença, para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro	2022-02-24	16 789,50	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-31	16 789,50		16 789,50						16 789,50	16 789,50						16 789,50
JSF	Aquisição de serviços de cópia e impressão	2022-03-01	18 450,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-06-28	9 225,00		5 351,50						5 351,50	5 351,50						5 351,50
Cláudia Alexandra de Andrade Pina	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-03-07	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-04-21	18 490,00		13 741,52						13 741,52	13 741,52						13 741,52
Fábio David Pinto Figueiredo	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-03-07	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-04-21	15 990,00		12 291,52						12 291,52	12 291,52						12 291,52
FR Travel - Viagens e Turismo	Aquisição de serviços de deslocação e estada, para missão ao Dubai, para visita à Expo 2020	2022-03-07	19 052,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-03-15	19 052,00		19 052,00						19 052,00	19 052,00						19 052,00
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de comunicações de dados móveis (M2M)	2022-03-07	309,96	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-10-07	80,74		66,54						66,54	66,54						66,54
Inovamais, Serviços de Consultadoria em Inovação Tech., Lda.	Aquisição de serviços para identificação, sistematização, orientação e enquadramento de oportunidades de financiamento, tendo em vista o desenvolvimento da região Visou Dão Lafões	2022-03-08	12 300,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-06-03	12 300,00		9 840,00						9 840,00	9 840,00						9 840,00
Alexandra Soffa da Costa Pinto	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Visou Dão Lafões - BUPI)	2022-03-09	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-04-21	15 990,00		10 490,85						10 490,85	10 490,85						10 490,85
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de serviços de auditoria e acordos de atribuição de compensações pela prestação dos serviços de transporte mínimos essenciais	2022-03-15	14 760,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	14 760,00		0,00						0,00	0,00						0,00
Metafórica Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de consultadoria na área de políticas públicas florestais	2022-03-22	23 247,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-06-28	23 247,00		15 498,00						15 498,00	15 498,00						15 498,00
Rui Veloso, Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviços de limpeza e manutenção na Ecopista do Dão	2022-03-22	90 711,27	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-07-08	41 563,14		21 321,72						21 321,72	21 321,72						21 321,72
ComumSpace, Lda	Aquisição de serviços para aluguer de espaço em Outdoor nas autoestradas A1 e A25, no âmbito da candidatura "Produtos Turísticos Integrados da Região Visou Dão Lafões"	2022-03-23	28 775,85	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-07-08	28 775,85		22 933,35						22 933,35	22 933,35						22 933,35
ID Think	Aquisição de serviços para a dinamização, mediação, articulação, monitorização e coordenação da implementação do projeto "Descobrir e aprender em Visou Dão Lafões" e para a elaboração de um "diagnóstico das competências de leitura e escrita no território de Visou Dão Lafões"	2022-04-04	17 220,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			-	17 220,00		0,00						0,00	0,00						0,00
NOS - Comunicações, S.A.	Aquisição de serviço de comunicações especial - Número verde (800X)	2022-04-07	3 173,40	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-07-08	1 391,84		1 299,18						1 299,18	1 299,18						1 299,18
ACEAAP - Agência de Competências e Estudos Avançados para a Administração Pública, Lda	Aquisição de serviços de assessoria estratégica não presencial no âmbito das Finanças Locais e Gestão Autárquica	2022-04-07	24 354,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-10-07	6 765,00		2 029,50						2 029,50	2 029,50						2 029,50
CAF - Expert Soluções Profissionais, Unipessoal, Lda	Aquisição de equipamentos para deteção e combate à espécie exótica Vespa Velutina_Lote 4	2022-04-07	43 050,00	Aquisição de bens	Concurso Público			2022-09-09	43 050,00		43 050,00						43 050,00	43 050,00						43 050,00

Entidade	Objeto	Data Contrato	Valor Contrato	Tipo de Contrato TC	Procedimento de Contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1ª Pagamento	Compromisso no Período	Pagamentos no Período						Pagamentos Acumulados						
						Nº Reg.	Data			Trab. Normais	Rev. de Preços	Trab. a Mais	Trab. Erros e Omissões	Outros Trab.	Total	Trab. Normais	Rev. de Preços	Trab. a Mais	Trab. Erros e Omissões	Outros Trab.	Total	
CPW - ENGENHARIA, LDA	Aquisição de equipamentos para deteção e combate à espécie exótica Vespa Velutina	2022-04-07	68 111,50	Aquisição de bens	Concurso Público			2022-09-14	51 083,63	51 057,80					51 057,80	51 057,80						51 057,80
MONTEMURDOMEI, Unipessoal, Lda	Aquisição de equipamentos para deteção e combate à espécie exótica Vespa Velutina_Lote 3	2022-04-07	19 434,00	Aquisição de bens	Concurso Público			2022-08-04	19 434,00	19 434,00					19 434,00	19 434,00						19 434,00
TERRACES, Novas Tecnologias para a Gestão Agro Florestal e Ambienta, Lda	Aquisição de equipamentos para deteção e combate à espécie exótica Vespa Velutina_Lote 5	2022-04-07	20 491,80	Aquisição de bens	Concurso Público			2022-07-20	20 491,80	20 491,80					20 491,80	20 491,80						20 491,80
BOOK, Lda.	Aquisição de serviços para estruturação do Produto Turístico, no âmbito da candidatura "Enoturismo na região demarcada dos vinhos do Dão"	2022-04-14	35 670,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	17 835,00	0,00					0,00	0,00						0,00
Ondamarela, Lda	Aquisição de serviços para realização do projeto artístico "Concerto da Comunidade"	2022-04-21	49 200,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-07-12	49 200,00	49 200,00					49 200,00	49 200,00						49 200,00
Ana Catarina Gomes Ferreira	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-04-22	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-05-12	15 990,00	8 951,25					8 951,25	8 951,25						8 951,25
Paulo Rafael Carvalho dos Santos	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-04-22	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-05-12	16 914,00	16 914,00					16 914,00	16 914,00						16 914,00
Município, Empresa Cartografia e Sistemas Informação, E.M, S.A	Aquisição de GPS para viaturas dos sapadores florestais	2022-05-02	4 560,84	Aquisição de bens	Ajuste Direto			2022-06-28	1 140,21	734,78					734,78	734,78						734,78
Meu Stand, Lda	Aquisição de viatura usada 4x4 de apoio às Brigadas de Sapadores Florestais	2022-05-16	18 250,00	Aquisição de bens	Consulta Prévia			2022-07-08	18 250,00	18 250,00					18 250,00	18 250,00						18 250,00
Joana Filipa Gala da Silva	Aquisição de serviços para a conceção de suportes comunicacionais da CIM Viseu Dão Lafões, em fornecimento contínuo	2022-05-17	37 858,05	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-09-22	37 352,53	4 670,08					4 670,08	4 670,08						4 670,08
SERI DOIS - Publicidade e Artes Gráficas, Lda	Aquisição e instalação de sinaléticas no âmbito do transporte flexível	2022-05-17	76 813,50	Aquisição de bens	Ajuste Direto			2022-09-22	76 813,50	76 813,50					76 813,50	76 813,50						76 813,50
ENAIQUE – Engenharia e Arquitectura, Lda.	Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança, pas empreitadas com a designação "Empreitada para a construção da ligação da EN 320-1 a Germiti" e "Empreitada para a requalificação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga"	2022-05-27	23 155,98	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-12-07	23 155,98	4 099,59					4 099,59	4 099,59						4 099,59
Teatro Viriato - Centro de Artes do Espetáculo de Viseu	Aquisição de serviços para realização do projeto artístico "NOITES COMBI"	2022-05-30	57 000,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-09-27	57 000,00	57 000,00					57 000,00	57 000,00						57 000,00
HardSecure, Segurança em Redes e SI	Aquisição de serviços para o cumprimento dos requisitos de segurança e resposta a incidentes, impostos pelo DL65/2021, de 30 de julho	2022-05-31	14 664,80	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-11-24	9 643,20	3 616,20					3 616,20	3 616,20						3 616,20
MONTEMURDOMEI, Unipessoal, Lda	Aquisição de equipamento de proteção individual para deteção e combate à espécie exótica Vespa velutina	2022-05-31	13 541,71	Aquisição de bens	Ajuste Direto			2022-09-09	13 541,71	13 541,71					13 541,71	13 541,71						13 541,71
BITWOICI, Lda.	Aquisição de serviços para implementação da 2ª fase do projeto PISA para as Escolas - Apoio às escolas na definição de estratégias de superação das lacunas que os resultados dos testes permitiram identificar	2022-06-09	24 477,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	21 752,55	0,00					0,00	0,00						0,00
Luís Pedro da Silva Fernandes Ferreira	Aquisição de serviços de apoio no acompanhamento e implementação de projetos da Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, da CIM Viseu Dão Lafões	2022-06-09	23 057,83	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-07-08	16 140,48	13 834,68					13 834,68	13 834,68						13 834,68
Interlime - Facility Services, S.A.	Aquisição de serviços de limpeza das instalações da CIM Viseu Dão Lafões, ao abrigo do acordo Quadro AQ_CLPQ_07/2020	2022-06-22	35 202,60	Aquisição de serviços	Acordo Quadro			2022-09-09	6 844,95	5 867,10					5 867,10	5 867,10						5 867,10
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Aquisição de seguros, em fornecimento contínuo	2022-06-24	15 332,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-08-04	10 332,00	1 206,67					1 206,67	1 206,67						1 206,67
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de serviços para a revisão legal de contas	2022-06-27	17 712,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-12-16	2 952,00	2 952,00					2 952,00	2 952,00						2 952,00
Associação Exploratório Infante D. Henrique	Realização de uma atividade itinerante sobre alterações climáticas e para a itinerância do Laboratório Móvel das Ciências por todas as Escolas e Agrupamentos de Escolas, no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo	2022-06-29	92 231,55	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-11-07	50 307,00	22 705,81					22 705,81	22 705,81						22 705,81
UNA Seguros SA	Aquisição de seguros de acidentes de trabalho e responsabilidade civil para as Brigadas de Sapadores Florestais	2022-06-29	30 000,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-07-20	14 271,60	14 271,60					14 271,60	14 271,60						14 271,60
FinFactor, Lda.	Aquisição de serviços para emissão de 6 relatórios anuais que contemplem a avaliação interna e para a atualização do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas da CIM Viseu Dão Lafões	2022-06-29	6 125,40	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	3 062,70	0,00					0,00	0,00						0,00
AHRESP - Serviços II	Aquisição de serviços para a implementação do programa "Best Wine Selection", da AHRESP, no âmbito da candidatura designada por "Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão"	2022-06-29	24 477,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	0,00	0,00					0,00	0,00						0,00
António Ferreira Rodrigues	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-07-01	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-08-08	11 992,50	4 328,26					4 328,26	4 328,26						4 328,26
Genius e Meios - Entretenimento e Formação, Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviços para desenvolvimento de campanha de comunicação nas rádios Renascença e RFM, no âmbito do projeto "Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões"	2022-07-21	18 665,25	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-11-24	18 665,25	18 665,25					18 665,25	18 665,25						18 665,25
IMPRESA Publishing	Aquisição de serviços para aluguer de espaço publicitário na Revista Expresso, no âmbito do projeto "Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões"	2022-07-27	7 995,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-10-20	7 995,00	7 995,00					7 995,00	7 995,00						7 995,00
Mário Luis Santos Marques, Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviço de informação climática, no âmbito do projeto "LIFE Landscape Fire"	2022-08-05	14 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	10 244,88	0,00					0,00	0,00						0,00
NDS - Comunicações, S.A.	Aquisição de serviços de comunicação de voz e dados fixos para a CIM Viseu Dão Lafões	2022-08-05	8 856,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-09-09	1 230,00	690,43					690,43	690,43						690,43
Languages Services & Solutions - Arte das Palavras, Lda.	Aquisição de serviços especializados de formação em língua inglesa	2022-08-11	4 000,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	1 666,67	0,00					0,00	0,00						0,00
Jorge Frederico Prós Veiga dos Santos Rocha	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-08-29	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	11 992,50	0,00					0,00	0,00						0,00
CLARANET II SOLUTIONS, S.A.	Aquisição de software de produtividade do tipo Microsoft Office ou equivalente	2022-09-08	8 520,22	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-12-15	8 520,22	8 520,22					8 520,22	8 520,22						8 520,22
Gen Evolution, Lda	Aquisição de serviços para organização das Missões Empreendedoras para os 3 primeiros classificados do concurso intermunicipal da 10ª edição do programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões	2022-09-13	13 991,25	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-10-27	13 991,25	11 469,75					11 469,75	11 469,75						11 469,75
Miranda, Barreto, Rebelo & Associados, Soc. Adv. RL	Aquisição de serviços de assessoria jurídica	2022-09-13	20 664,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-12-21	8 610,00	2 706,00					2 706,00	2 706,00						2 706,00
Associação Exploratório Infante D. Henrique	Aquisição de serviços para produção de kit de cartagem lúdica, no âmbito do projeto "Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões"	2022-09-22	31 365,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	31 365,00	0,00					0,00	0,00						0,00
Between Dialogues, Lda.	Aquisição de serviços de desenvolvimento e implementação da 2ª fase "Transporte Flexível - Plataforma de Gestão de Transporte"	2022-09-27	15 817,80	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	14 434,05	0,00					0,00	0,00						0,00
Marisa Alexandra da Cunha Campos	Aquisição de serviços, em regime de mença, para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro	2022-10-07	4 797,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-11-11	2 398,50	2 398,50					2 398,50	2 398,50						2 398,50

Entidade	Objeto	Data Contrato	Valor Contrato	Tipo de Contrato TC	Procedimento de Contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1ª Pagamento	Compromisso no Período	Pagamentos no Período						Pagamentos Acumulados								
						Nº Reg.	Data			Trab. Normais	Rev. de Preços	Trab. a Mais	Trab. Erros e Omissões	Outros Trab.	Total	Trab. Normais	Rev. de Preços	Trab. a Mais	Trab. Erros e Omissões	Outros Trab.	Total			
Projecttime	Aquisição de serviços de manutenção dos terminais do sistema de controle de assiduidade e do respetivo software	2022-10-18	4 250,77	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	1 416,02	0,00					0,00	0,00							0,00	
Ytravel, Lda.	Aquisição de serviços para a elaboração dos projetos de execução da Grande Rota "Aldeias da Serra do Caramulo"	2022-11-07	18 388,50	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	18 388,50	0,00					0,00	0,00								0,00
Slideshow, Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de produção de documentário e vídeo promocional, no âmbito da candidatura "MEG: Rota do Magalhães da Região Viseu Dão Lafões e Sêver do Vouga"	2022-11-07	24 477,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	24 477,00	0,00					0,00	0,00								0,00
Associação para o Desenvolvimento da NDVA IMS	Aquisição de serviços de deslocação e estada, para missão a Barcelona, para visita e participação na Smartcity Expo World Congress 2022	2022-11-08	24 501,60	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-12-21	24 501,60	23 062,50					23 062,50	23 062,50								23 062,50
Tiago Rafael Marques	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-11-10	23 985,00	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			2022-12-15	4 355,91	466,67					466,67	466,67								466,67
IPQ Consultores	Aquisição de serviços para elaboração do Plano de Ação Viseu Dão Lafões 2030	2022-11-11	44 772,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	33 579,00	0,00					0,00	0,00								0,00
Atelier do Caracere, Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de assessoria de imprensa e comunicação, no âmbito do projeto "Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão"	2022-11-11	24 477,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-12-21	6 119,25	2 044,88					2 044,88	2 044,88								2 044,88
Emanuel Oliveira	Aquisição de serviços de ações de capacitação para uso de ferramentas de análise de incêndios rurais, no âmbito do projeto LIFE Landscape Fire	2022-11-16	9 225,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	7 380,00	0,00					0,00	0,00								0,00
Magellan Circle	Aquisição de serviços de apoio à gestão e execução do projeto LIFE Landscape Fire	2022-11-16	11 070,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	2 767,50	0,00					0,00	0,00								0,00
Sérvulo & Associados	Aquisição de serviços jurídicos na área dos Transportes de Passageiros	2022-11-16	123 000,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	12 300,00	0,00					0,00	0,00								0,00
Fundação Dr. António Cupertino de Miranda	Aquisição de serviços de implementação do projeto de Literacia Financeira, "No Poupar Está o Ganho", no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo	2022-11-25	71 400,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	8 925,00															
José Miguel Almeida Pereira	Aquisição de serviços para realização de 14 espetáculos do projeto artístico "Magia em Viseu Dão Lafões"	2022-11-30	15 498,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			2022-12-21	15 498,00	15 498,00					15 498,00	15 498,00								15 498,00
Artur Vitorino Baltazar Reis	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-12-05	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	4 355,91	0,00					0,00	0,00								0,00
Gadget Discipline Lda.	Aquisição de serviços de consultoria de suporte à Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões e manutenção da respetiva Plataforma	2022-12-07	87 268,50	Aquisição de serviços	Consulta Prévia			-	6 145,67	0,00					0,00	0,00								0,00
Ana Maria Marques C. Gomes	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-12-07	23 985,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	4 355,91	0,00					0,00	0,00								0,00
Fábio Rafael Silva Santos	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões - BUPI"	2022-12-19	24 587,70	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	1 756,42	0,00					0,00	0,00								0,00
Inagrisso Informática Agrária, Lda.	Aquisição e instalação de sondas capacitivas de humidade do solo, no âmbito do projeto Cimalart (SODE/P4/P0862)	2022-12-21	22 804,20	Aquisição de bens	Ajuste Direto			-	11 402,10	0,00					0,00	0,00								0,00
GesEntrepreneur, Lda.	Aquisição de serviços para a implementação do projeto "Wanted Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões"	2022-12-21	24 477,00	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	1,00	0,00					0,00	0,00								0,00
Arval Services Lease	Aquisição de serviços de um renting operacional para o período de 12 meses	2022-12-23	6 551,23	Aquisição de serviços	Ajuste Direto			-	1,00	0,00					0,00	0,00								0,00
	Total		13 964 891,78						7 633 512,42	5 420 685,07	0,00	63 794,25	0,00	0,00	5 509 079,32	8 972 449,92	0,00	63 794,25	0,00	0,00				9 036 244,17

Anexo VI - Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Anexo VI - Contratação Administrativa

Adjudicações por tipo de procedimento - Ano 2022

Tipo de Contrato	Ajuste Direto		Consulta Prévia		Concurso Público		Acordo Quadro		Contrato de Cooperação Horizontal		Total	
	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Valor
Empreitada de Obras Públicas	0	- €	0	- €	3	4 738 627,44 €	0	- €	0	- €	3	4 738 627,44 €
Aquisição de Serviços	118	2 710 632,44 €	32	1 341 968,03 €	9	2 409 969,75 €	1	35 202,60 €	1	130 562,72 €	161	6 628 335,53 €
Aquisição de Bens	9	216 887,73 €	3	184 300,00 €	5	2 021 791,07 €	1	174 950,01 €	0	- €	18	2 597 928,81 €
Total	127	2 927 520,17 €	35	1 526 268,03 €	17	9 170 388,26 €	2	210 152,61 €	1	130 562,72 €	182	13 964 891,78 €

Anexo VII - Transferência e subsídios – receita

Ano 2022:

Transferências e Subsídios recebidos								
Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
	Disposição da alínea h) do n.º 2 do art.º 81.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Outras	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	50,00	0,00	
	Lei nº 50/2018	Exercício de competências	Transferência de competências - Lei nº 50/2018	50,00	0,00	50,00	0,00	
	Disposição da alínea j) do n.º 3 do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Transferências OE	DGAL	469 202,00	462 573,00	6 629,00	0,00	
	PEPAL - Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro	PEPAL	PEPAL	12 569,00	6 358,62	6 210,38	0,00	
	Portugal 2020/cofinanciamentos europeus	Projetos cofinanciados	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P./Commission Europeenne	3 076 362,14	1 911 245,96	1 165 116,18	0,00	
	Artigo 12.º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo para o Serviço Público de Transportes	151 238,00	150 210,93	1 027,07	0,00	
	Projetos financiados pelo ICNF	Apoio ao funcionamento das Brigadas de Sapadores Florestais	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP	324 649,24	291 000,00	33 649,24	0,00	
	Projetos financiados pelo ICNF	Apoio ao funcionamento do Gabinete Técnico Florestal da CIM	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP	31 654,00	2 618,00	29 036,00	0,00	
	Projetos financiados pelo FSPT - Candidatura do Aviso 4/2021	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo para o Serviço Público de Transportes	30 800,00	50 000,00	-19 200,00		
	Disposição conjugada da alínea a) do n.º 2 do artigo 81º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Programa "RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos	Fundo Ambiental	0,00	10 000,00	-10 000,00		
Corrente	Disposição conjugada do Despacho nº 3387-A/2021, do artigo 223º da LOE 2022 e do Despacho n.º 2852-A/2022, de 04 de março - Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transportes Públicos	PROTransP	Fundo Ambiental	765 104,22	615 341,76	149 762,46	0,00	
	Disposição do artigo 223º da LOE 2022 - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)	PART	Fundo Ambiental	551 277,30	676 277,30	-125 000,00	0,00	
	Despacho nº 11653-A/2021 - Reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo Ambiental	171 436,16	171 436,16	0,00	0,00	
	Despacho nº 1147-A/2021 - Reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo Ambiental	799 872,22	722 157,12	77 715,10	0,00	
	Despacho nº 8280/2022 - Reforço extraordinário do financiamento dos serviços públicos de transporte de passageiros	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo Ambiental	2 661 494,41	2 661 494,41	0,00	0,00	
	Disposição da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Projetos intermunicipais/quotizações	Municípios Associados	1 697 329,69	1 262 657,34	434 672,35	0,00	

Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
	Disposição do nº4 do artigo 4º do Decreto-Lei nº1-A/2020, de 3 de janeiro	PART 2021	Municípios Associados	0,00	31 669,14	-31 669,14		
	Disposição conjugada da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e da alínea l) do nº1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º75/203, de 12 de setembro e dos artigos 4º e 10º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Municípios Associados	1 275 173,07	1 139 368,72	135 804,35		
	Disposição conjugada da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da alínea r) do nº1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º75/203, de 12 de setembro e dos artigos 4º e 10º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Municípios Associados	1 019 187,06	996 075,72	23 111,34		
	Disposição da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Outros	Municípios Associados	50,00	0,00	50,00	0,00	
Sub-Total				13 037 498,51	11 160 484,18	1 877 014,33	0,00	
Capital	Lei nº 50/2018	Exercício de competências	Transferência de competências - Lei nº 50/2018	100,00	0,00	100,00	0,00	
	Portugal 2020/cofinanciamentos europeus	Projetos cofinanciados	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P./Commission Europeenne	1 989 902,47	1 168 959,09	820 943,38	0,00	
	Disposição do artigo 223º da LOE 2022 - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)	PART	Fundo Ambiental	125 050,00	0,00	125 050,00		
	Disposição do nº4 do artigo 4º do Decreto-Lei nº1-A/2020, de 3 de janeiro	PART	Municípios Associados	25 000,00	0,00	25 000,00		
	Alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Projetos intermunicipais	Municípios Associados	1 919 332,74	1 182 107,15	737 225,59	0,00	
Sub-Total				4 059 385,21	2 351 066,24	1 708 318,97	0,00	
TOTAL				17 096 883,72	13 511 550,42	3 585 333,30	0,00	

Anexo VIII - Transferência e subsídios - despesa

Ano 2022:

Transferências e Subsídios concedidos									
Tipo de Despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiária	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução ocorrida no exercício	Observações
Corrente	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Prossecução da suas atribuições	Emissora das Beiras Ao Tom Dela Radio, Lda.	100,00	100,00	0,00	100,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Prossecução da suas atribuições	Radio Alive FM	200,00	200,00	0,00	200,00		
	Disposição do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual	Prossecução da suas atribuições	Municípios	500,00	0,00	0,00	0,00		
	Disposição do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual	Prossecução da suas atribuições	Privadas	900,00	0,00	0,00	0,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Pagamento de Quota	Associação Europeia de Vias Verdes (AEVV)	300,00	300,00	300,00	0,00		
	Disposição do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual	Prossecução da suas atribuições	Privadas	500,00	0,00	0,00	0,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Projeto Promoção do Sucesso Educativo	Ordem dos médicos dentistas	30 000,00	30 000,00	0,00	30 000,00		
	PEPAL - Decreto-lei n.º 166/2014, de 6 de novembro	PEPAL	Privados	7 959,18	0,00	0,00	0,00		
	Disposição da alínea b) do n.º1, do artigo n.º 4 da Portaria 128/2009, de 30 de janeiro	Contrato Emprego Inserção	Mariana Lopes de Almeida Pinto de Sousa	757,62	757,62	757,62	0,00		
	Disposição da alínea b) do n.º1, do artigo n.º 4 da Portaria 128/2009, de 30 de janeiro	Contrato Emprego Inserção	Maria Ofélia de Oliveira Arede	798,87	798,87	798,87	0,00		
	Disposição da alínea b) do n.º1, do artigo n.º 4 da Portaria 128/2009, de 30 de janeiro	Contrato Emprego Inserção	Carla Cristina dos Santos Rosa Alves Dias Loureiro	758,13	758,13	758,13	0,00		
	Disposição conjugada do n.º 3 do artigo 81º, das alíneas l) e r) do nº1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º75/203, de 12 de setembro, do artigo 223º da Lei de Orçamento do Estado 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, do Despacho n.º 2852-A/2022, de 04 de março e dos artigos 4º e 10º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda.	9 238 795,96	1 124 627,00	835 932,63	288 694,37		
			União Sátão & Aguiar da Beira, Lda.		1 281 994,57	1 014 259,65	267 734,92		
			Transdev Interior, SA		2 940 925,31	2 287 246,04	653 679,27		
Rodoviária da Beira Litoral			937 268,77		738 358,85	198 909,92			
Marques, Lda.			966 137,77		771 100,46	195 037,31			
Disposição conjugada do n.º 3 do artigo 81º do Anexo I da Lei n.º75/203, de 12 de setembro, dos artigos 4º e 11º do Decreto-Lei n.º60/2016, de 08 de setembro e dos artigos 4º e 10º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros flexível	Taxistas		83 857,93	28 526,49	55 331,44			
TOTAL				9 281 569,76	7 367 725,97	5 678 038,74	1 689 687,23		

Anexo IX – Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2022

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental		
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente	
Receita corrente															
04	Taxas, multas e outras penalidades	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0401	Taxas	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
040123	Taxas específicas das autarquias locais	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04012399	Outras	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0401239999	Taxas (Autor.Transpor.Viseu Dão Lafões)	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0402	Multas e outras penalidades	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
040299	Multas e penalidades diversas (AutorTrans.VDL)	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
05	Rendimentos da propriedade	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0502	Juros-Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
050201	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06	Transferências correntes	13 037 498,51	428 834,47	11 030 327,93	5 263,08	11 160 484,18	9 840,99	0,00	424 620,92	10 735 863,26	11 160 484,18	303 256,13	3,257	82,346	
0602	Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
060201	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0603	Administração central	9 045 708,69	0,00	7 730 713,26	0,00	7 730 713,26	9 840,99	0,00	0,00	7 730 713,26	7 730 713,26	9 840,99	0,000	85,463	
060301	Estado	469 252,00	0,00	462 573,00	0,00	462 573,00	0,00	0,00	0,00	462 573,00	462 573,00	0,00	0,000	98,577	
06030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
06030199	Outras	469 202,00	0,00	462 573,00	0,00	462 573,00	0,00	0,00	0,00	462 573,00	462 573,00	0,00	0,000	98,587	
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	3 088 931,14	0,00	1 917 604,58	0,00	1 917 604,58	9 840,99	0,00	0,00	1 917 604,58	1 917 604,58	9 840,99	0,000	62,080	
06030601	Fundo Social Europeu (FSE)	12 569,00	0,00	6 358,62	0,00	6 358,62	0,00	0,00	0,00	6 358,62	6 358,62	0,00	0,000	50,590	
06030602	Outros	3 076 362,14	0,00	1 911 245,96	0,00	1 911 245,96	9 840,99	0,00	0,00	1 911 245,96	1 911 245,96	9 840,99	0,000	62,127	
060307	Serviços e fundos autónomos	5 487 525,55	0,00	5 350 535,68	0,00	5 350 535,68	0,00	0,00	0,00	5 350 535,68	5 350 535,68	0,00	0,000	97,504	
06030701	Transferência de competências - Lei 50/2018	151 238,00	0,00	150 210,93	0,00	150 210,93	0,00	0,00	0,00	150 210,93	150 210,93	0,00	0,000	99,321	
06030799	Outros	5 336 287,55	0,00	5 200 324,75	0,00	5 200 324,75	0,00	0,00	0,00	5 200 324,75	5 200 324,75	0,00	0,000	97,452	
0605	Administração local	3 991 739,82	428 834,47	3 299 614,67	5 263,08	3 429 770,92	0,00	0,00	424 620,92	3 005 150,00	3 429 770,92	293 415,14	10,637	75,284	
060501	Continente	3 991 739,82	428 834,47	3 299 614,67	5 263,08	3 429 770,92	0,00	0,00	424 620,92	3 005 150,00	3 429 770,92	293 415,14	10,637	75,284	
06050101	Municípios Associados	3 991 689,82	428 834,47	3 299 614,67	5 263,08	3 429 770,92	0,00	0,00	424 620,92	3 005 150,00	3 429 770,92	293 415,14	10,638	75,285	
0605010101	Quotizações	315 000,00	23 295,51	269 999,76	0,00	263 028,35	0,00	0,00	23 295,51	239 732,84	263 028,35	30 266,92	7,395	76,106	
0605010103	Outras	3 676 689,82	405 538,96	3 029 614,91	5 263,08	3 166 742,57	0,00	0,00	401 325,41	2 765 417,16	3 166 742,57	263 148,22	10,915	75,215	
06050199	Outros	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07	Venda de bens e serviços correntes	192 538,00	29 618,69	137 508,89	14 242,95	133 726,05	0,00	0,00	19 215,83	114 510,22	133 726,05	19 158,58	9,980	59,474	
0701	Venda de bens	4 658,00	8 215,00	9 702,23	769,47	8 170,26	0,00	0,00	87,50	8 082,76	8 170,26	8 977,50	1,878	173,524	
070103	Publicações e impressos	2 158,00	30,00	4 256,49	48,99	3 357,50	0,00	0,00	0,00	3 357,50	3 357,50	880,00	0,000	155,584	
070199	Outros	2 500,00	8 185,00	5 445,74	720,48	4 812,76	0,00	0,00	87,50	4 725,26	4 812,76	8 097,50	3,500	189,010	
0702	Serviços	187 880,00	21 403,69	127 806,66	13 473,48	125 555,79	0,00	0,00	19 128,33	106 427,46	125 555,79	10 181,08	10,181	56,647	
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
07020801	Serviços sociais	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2022

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
070209	Serviços específicos das autarquias	187 830,00	21 403,69	127 806,66	13 473,48	125 555,79	0,00	0,00	19 128,33	106 427,46	125 555,79	10 181,08	10,184	56,662
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020999	Outros	187 780,00	21 403,69	127 806,66	13 473,48	125 555,79	0,00	0,00	19 128,33	106 427,46	125 555,79	10 181,08	10,187	56,677
08	Outras receitas correntes	850,00	5 024,27	194,80	1 114,18	872,13	0,00	0,00	680,33	191,80	872,13	3 232,76	80,039	22,565
0801	Outras	850,00	5 024,27	194,80	1 114,18	872,13	0,00	0,00	680,33	191,80	872,13	3 232,76	80,039	22,565
080199	Outras	850,00	5 024,27	194,80	1 114,18	872,13	0,00	0,00	680,33	191,80	872,13	3 232,76	80,039	22,565
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019903	IVA reembolsado	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019999	Diversas	500,00	5 024,27	194,80	1 114,18	872,13	0,00	0,00	680,33	191,80	872,13	3 232,76	136,066	38,360
Receita de capital														
10	Transferências de capital	4 059 385,21	106 684,14	3 062 869,96	572 972,46	2 351 066,24	0,00	0,00	106 684,14	2 244 382,10	2 351 066,24	245 515,40	2,628	55,289
1003	Administração central	2 115 052,47	0,00	1 168 959,09	0,00	1 168 959,09	0,00	0,00	0,00	1 168 959,09	1 168 959,09	0,00	0,000	55,269
100301	Estado	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1 989 902,47	0,00	1 168 959,09	0,00	1 168 959,09	0,00	0,00	0,00	1 168 959,09	1 168 959,09	0,00	0,000	58,745
100308	Serviços e fundos autónomos	125 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030801	Transferência de competências - Lei 50/2018	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030899	Outros	125 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1005	Administração local	1 944 332,74	106 684,14	1 893 910,87	572 972,46	1 182 107,15	0,00	0,00	106 684,14	1 075 423,01	1 182 107,15	245 515,40	5,487	55,311
100501	Continente	1 944 332,74	106 684,14	1 893 910,87	572 972,46	1 182 107,15	0,00	0,00	106 684,14	1 075 423,01	1 182 107,15	245 515,40	5,487	55,311
10050101	Transf.Capital Adm. Local (Município)	1 944 332,74	106 684,14	1 893 910,87	572 972,46	1 182 107,15	0,00	0,00	106 684,14	1 075 423,01	1 182 107,15	245 515,40	5,487	55,311
12	Passivos financeiros	521 635,57	0,00	355 137,42	0,00	355 137,42	0,00	0,00	0,00	355 137,42	355 137,42	0,00	0,000	68,082
1205	Empréstimos a curto prazo	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
120502	Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	521 585,57	0,00	355 137,42	0,00	355 137,42	0,00	0,00	0,00	355 137,42	355 137,42	0,00	0,000	68,088
120604	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	521 585,57	0,00	355 137,42	0,00	355 137,42	0,00	0,00	0,00	355 137,42	355 137,42	0,00	0,000	68,088
13	Outras receitas de capital	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1301	Outras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
130101	Indemnizações	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Outras receitas														
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	49 109,06	9 200,00	61 441,66	0,00	70 641,66	0,00	0,00	9 200,00	61 441,66	70 641,66	0,00	18,734	125,113
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	49 109,06	9 200,00	61 441,66	0,00	70 641,66	0,00	0,00	9 200,00	61 441,66	70 641,66	0,00	18,734	125,113
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	49 109,06	9 200,00	61 441,66	0,00	70 641,66	0,00	0,00	9 200,00	61 441,66	70 641,66	0,00	18,734	125,113
16	Saldo da gerência anterior	2 410 677,25	0,00	2 410 677,25	0,00	2 410 677,25	0,00	0,00	0,00	2 410 677,25	2 410 677,25	0,00	0,000	100,000
1601	Saldo orçamental	2 410 677,25	0,00	2 410 677,25	0,00	2 410 677,25	0,00	0,00	0,00	2 410 677,25	2 410 677,25	0,00	0,000	100,000
160101	Na posse do serviço	1 378 515,19	0,00	1 378 515,19	0,00	1 378 515,19	0,00	0,00	0,00	1 378 515,19	1 378 515,19	0,00	0,000	100,000

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2022

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Outras receitas														
160103	Na posse do serviço-Consignado	1 032 162,06	0,00	1 032 162,06	0,00	1 032 162,06	0,00	0,00	0,00	1 032 162,06	1 032 162,06	0,00	0,000	100,000
Total Receitas Correntes		13 231 686,51	463 477,43	11 168 031,62	20 620,21	11 295 082,36	9 840,99	0,00	444 517,08	10 850 565,28	11 295 082,36	325 647,47	3,359	82,004
Total Receitas de Capital		4 581 520,78	106 684,14	3 418 007,38	572 972,46	2 706 203,66	0,00	0,00	106 684,14	2 599 519,52	2 706 203,66	245 515,40	2,329	56,739
Total Outras Receitas		2 459 786,31	9 200,00	2 472 118,91	0,00	2 481 318,91	0,00	0,00	9 200,00	2 472 118,91	2 481 318,91	0,00	0,374	100,501
Total		20 272 993,60	579 361,57	17 058 157,91	593 592,67	16 482 604,93	9 840,99	0,00	560 401,22	15 922 203,71	16 482 604,93	571 162,87	2,764	78,539

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Anexo X - Demonstração de execução orçamental da despesa

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2022

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Periodos anteriores	Período corrente	Total			Periodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
01	Despesas com o pessoal	20 226,21	1 309 282,00	0,00	1 004 207,62	999 349,68	20 226,14	954 199,17	974 425,31	4 857,94	24 924,37	1,545	72,880
0101	Remunerações certas e permanentes	10 743,71	967 720,86	0,00	760 035,18	758 503,83	10 743,71	734 239,13	744 982,84	1 531,35	13 520,99	1,110	75,873
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	6 121,81	382 652,78	0,00	315 817,84	315 817,84	6 121,81	301 324,21	307 446,02	0,00	8 371,82	1,600	78,746
01010401	Pessoal em funções	5 430,33	294 002,92	0,00	289 261,77	289 261,77	5 430,33	275 834,48	281 264,81	0,00	7 996,96	1,847	93,820
01010404	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	691,48	88 649,86	0,00	26 556,07	26 556,07	691,48	25 489,73	26 181,21	0,00	374,86	0,780	28,753
010106	Pessoal contratado a termo	2 668,57	282 199,46	0,00	208 700,40	208 700,40	2 668,57	202 957,21	205 625,78	0,00	3 074,62	0,946	71,920
01010601	Pessoal em funções	2 398,79	193 076,96	0,00	157 018,69	157 018,69	2 398,79	152 458,13	154 856,92	0,00	2 161,77	1,242	78,962
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	269,78	89 122,50	0,00	51 681,71	51 681,71	269,78	50 499,08	50 768,86	0,00	912,85	0,303	56,663
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	43 465,36	0,00	31 131,30	29 599,95	0,00	29 599,95	29 599,95	1 531,35	0,00	0,000	68,100
010109	Pessoal em qualquer outra situação	1 445,54	43 000,00	0,00	42 772,94	42 772,94	1 445,54	39 891,76	41 337,30	0,00	1 435,64	3,362	92,772
010111	Representação	507,79	18 543,00	0,00	17 594,83	17 594,83	507,79	16 448,13	16 955,92	0,00	638,91	2,738	88,703
010113	Subsidio de refeição	0,00	70 229,00	0,00	43 257,68	43 257,68	0,00	43 257,68	43 257,68	0,00	0,00	0,000	61,595
01011301	Pessoal dos quadros	0,00	33 457,00	0,00	18 672,01	18 672,01	0,00	18 672,01	18 672,01	0,00	0,00	0,000	55,809
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	36 772,00	0,00	24 585,67	24 585,67	0,00	24 585,67	24 585,67	0,00	0,00	0,000	66,860
010114	Subsidio de férias e de Natal	0,00	127 131,26	0,00	100 760,19	100 760,19	0,00	100 760,19	100 760,19	0,00	0,00	0,000	79,257
01011401	Pessoal dos quadros	0,00	68 179,56	0,00	52 530,38	52 530,38	0,00	52 530,38	52 530,38	0,00	0,00	0,000	77,047
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	58 951,70	0,00	48 229,81	48 229,81	0,00	48 229,81	48 229,81	0,00	0,00	0,000	81,812
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0102	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	55 350,00	0,00	21 206,58	21 205,58	0,00	21 205,58	21 205,58	1,00	0,00	0,000	38,312
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010202	Horas extraordinárias	0,00	31 000,00	0,00	13 630,79	13 630,79	0,00	13 630,79	13 630,79	0,00	0,00	0,000	43,970
010204	Ajudas de custo	0,00	2 750,00	0,00	473,63	473,63	0,00	473,63	473,63	0,00	0,00	0,000	17,223
010205	Abono para falhas	0,00	1 500,00	0,00	995,56	995,56	0,00	995,56	995,56	0,00	0,00	0,000	66,371
010213	Outros suplementos e prémios	0,00	20 000,00	0,00	6 106,60	6 105,60	0,00	6 105,60	6 105,60	1,00	0,00	0,000	30,528
01021302	Outros	0,00	20 000,00	0,00	6 106,60	6 105,60	0,00	6 105,60	6 105,60	1,00	0,00	0,000	30,528
0103	Segurança social	9 482,50	286 211,14	0,00	222 965,86	219 640,27	9 482,43	198 754,46	208 236,89	3 325,59	11 403,38	3,313	69,443
010301	Encargos com a saúde	0,00	30 000,00	0,00	14 499,88	14 499,88	0,00	14 499,88	14 499,88	0,00	0,00	0,000	48,333
010303	Subsidio familiar a criança e jovens	0,00	600,00	0,00	167,04	167,04	0,00	167,04	167,04	0,00	0,00	0,000	27,840
010305	Contribuições para a segurança social	9 482,50	216 579,14	0,00	177 947,43	177 947,43	9 482,43	157 061,62	166 544,05	0,00	11 403,38	4,378	72,519
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	4 308,42	117 883,14	0,00	88 555,81	88 555,81	4 308,35	78 527,35	82 835,70	0,00	5 720,11	3,655	66,615
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	971,81	15 623,00	0,00	14 718,00	14 718,00	971,81	12 765,62	13 737,43	0,00	980,57	6,220	81,710
0103050202	Regime Geral	3 336,61	102 260,14	0,00	73 837,81	73 837,81	3 336,54	65 761,73	69 098,27	0,00	4 739,54	3,263	64,308
01030503	Segurança social-Regime geral	5 174,08	98 196,00	0,00	89 391,62	89 391,62	5 174,08	78 534,27	83 708,35	0,00	5 683,27	5,269	79,977
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010309	Seguros	0,00	38 032,00	0,00	30 351,51	27 025,92	0,00	27 025,92	27 025,92	3 325,59	0,00	0,000	71,061

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2022

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	38 032,00	0,00	30 351,51	27 025,92	0,00	27 025,92	27 025,92	3 325,59	0,00	0,000	71,061
010310	Outras despesas de segurança social	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0103100199	Outras despesas de segurança social	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
02	Aquisição de bens e serviços	294 178,21	4 400 913,93	0,00	3 631 056,14	2 679 373,91	294 178,21	2 266 721,02	2 560 899,23	951 682,23	118 474,68	6,684	51,506
0201	Aquisição de bens	7 079,86	399 250,04	0,00	263 862,35	176 956,87	7 079,86	169 487,01	176 566,87	86 905,48	390,00	1,773	42,451
020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	206 714,00	0,00	114 999,45	46 697,86	0,00	46 697,86	46 697,86	68 301,59	0,00	0,000	22,591
02010201	Gasolina	0,00	56 001,00	0,00	32 975,00	13 842,05	0,00	13 842,05	13 842,05	19 132,95	0,00	0,000	24,718
02010202	Gasóleo	0,00	141 513,00	0,00	75 074,95	25 942,17	0,00	25 942,17	25 942,17	49 132,78	0,00	0,000	18,332
02010299	Outros	0,00	9 200,00	0,00	6 949,50	6 913,64	0,00	6 913,64	6 913,64	35,86	0,00	0,000	75,148
020104	Limpeza e higiene	0,00	3 000,00	0,00	211,81	211,81	0,00	211,81	211,81	0,00	0,00	0,000	7,060
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	53,51	100,00	0,00	53,51	53,51	53,51	0,00	53,51	0,00	0,00	53,510	0,000
020108	Material de escritório	0,00	5 820,00	0,00	1 641,67	1 641,67	0,00	1 641,67	1 641,67	0,00	0,00	0,000	28,207
020115	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020118	Livros e documentação técnica	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020121	Outros bens	7 026,35	183 416,04	0,00	146 955,91	128 352,02	7 026,35	120 935,67	127 962,02	18 603,89	390,00	3,831	65,935
0202	Aquisição de serviços	287 098,35	4 001 663,89	0,00	3 367 193,79	2 502 417,04	287 098,35	2 097 234,01	2 384 332,36	864 776,75	118 084,68	7,174	52,409
020201	Encargos das instalações	0,00	42 142,00	0,00	19 502,93	13 763,35	0,00	13 737,54	13 737,54	5 739,58	25,81	0,000	32,598
020202	Limpeza e higiene	0,00	23 974,00	0,00	14 333,07	13 117,22	0,00	12 139,37	12 139,37	1 215,85	977,85	0,000	50,636
020203	Conservação de bens	0,00	13 851,96	0,00	1 254,60	650,00	0,00	650,00	650,00	604,60	0,00	0,000	4,692
020204	Locação de edifícios	0,00	26 112,00	0,00	15 222,54	15 222,54	0,00	15 222,54	15 222,54	0,00	0,00	0,000	58,297
020206	Locação de material de transporte	607,73	9 986,00	0,00	7 117,31	6 685,03	607,73	6 077,30	6 685,03	432,28	0,00	6,086	60,858
020208	Locação de outros bens	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020209	Comunicações	0,00	28 029,00	0,00	19 665,41	17 523,62	0,00	17 523,62	17 523,62	2 141,79	0,00	0,000	62,520
020210	Transportes	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020211	Representação dos serviços	342,70	18 954,00	0,00	13 444,75	10 705,80	342,70	10 363,10	10 705,80	2 738,95	0,00	1,808	54,675
020212	Seguros	0,00	27 237,43	0,00	20 339,66	12 000,58	0,00	9 693,59	9 693,59	8 339,08	2 306,99	0,000	35,589
020213	Deslocações e estadas	2 626,00	66 471,22	0,00	51 828,23	50 262,73	2 626,00	47 636,73	50 262,73	1 565,50	0,00	3,951	71,665
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	31 235,97	177 538,61	0,00	136 996,49	72 424,82	31 235,97	41 188,85	72 424,82	64 571,67	0,00	17,594	23,200
020215	Formação	0,00	17 922,00	0,00	6 924,07	2 336,15	0,00	2 336,15	2 336,15	4 587,92	0,00	0,000	13,035
020216	Seminários, exposições e similares	4 630,95	18 860,55	0,00	12 726,21	12 725,21	4 630,95	8 094,26	12 725,21	1,00	0,00	24,554	42,916
020217	Publicidade	2 149,43	211 290,47	0,00	156 665,83	110 700,68	2 149,43	85 808,06	87 957,49	45 965,15	22 743,19	1,017	40,611
020218	Vigilância e segurança	0,00	3 726,00	0,00	1 616,30	1 523,94	0,00	1 523,94	1 523,94	92,36	0,00	0,000	40,900
020219	Assistência técnica	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020220	Outros trabalhos especializados	223 618,95	3 096 162,56	0,00	2 695 857,18	1 999 174,97	223 618,95	1 686 596,72	1 910 215,67	696 682,21	88 959,30	7,222	54,474
020225	Outros serviços	21 886,62	217 846,09	0,00	193 699,21	163 600,40	21 886,62	138 642,24	160 528,86	30 098,81	3 071,54	10,047	63,642

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2022

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
03	Juros e outros encargos	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0301	Juros da dívida pública	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
03010301	Empréstimos de curto prazo	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0306	Outros encargos financeiros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030601	Outros encargos financeiros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04	Transferências correntes	113 575,60	9 281 569,76	0,00	7 367 725,97	5 680 879,90	113 575,60	5 564 463,14	5 678 038,74	1 686 846,07	2 841,16	1,224	59,952
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	1 200,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,000	0,000
040102	Privadas	0,00	1 200,00	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	0,000	0,000
0405	Administração local	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
040501	Continente	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04050101	Municípios	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	30 800,00	0,00	30 300,00	300,00	0,00	300,00	300,00	30 000,00	0,00	0,000	0,974
040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	30 800,00	0,00	30 300,00	300,00	0,00	300,00	300,00	30 000,00	0,00	0,000	0,974
0408	Famílias	113 575,60	9 249 069,76	0,00	7 337 125,97	5 680 579,90	113 575,60	5 564 163,14	5 677 738,74	1 656 546,07	2 841,16	1,228	60,159
040802	Outras	113 575,60	9 249 069,76	0,00	7 337 125,97	5 680 579,90	113 575,60	5 564 163,14	5 677 738,74	1 656 546,07	2 841,16	1,228	60,159
06	Outras despesas correntes	0,00	20 184,00	0,00	15 511,72	15 511,72	0,00	15 511,72	15 511,72	0,00	0,00	0,000	76,852
0602	Diversas	0,00	20 184,00	0,00	15 511,72	15 511,72	0,00	15 511,72	15 511,72	0,00	0,00	0,000	76,852
060201	Impostos e taxas	0,00	5 134,00	0,00	2 004,76	2 004,76	0,00	2 004,76	2 004,76	0,00	0,00	0,000	39,049
060203	Outras	0,00	15 050,00	0,00	13 506,96	13 506,96	0,00	13 506,96	13 506,96	0,00	0,00	0,000	89,747
06020302	IVA pago	0,00	13 000,00	0,00	12 389,79	12 389,79	0,00	12 389,79	12 389,79	0,00	0,00	0,000	95,306
06020304	Serviços bancários	0,00	1 000,00	0,00	355,46	355,46	0,00	355,46	355,46	0,00	0,00	0,000	35,546
06020305	Outras	0,00	1 050,00	0,00	761,71	761,71	0,00	761,71	761,71	0,00	0,00	0,000	72,544
Despesa de capital													
07	Aquisição de bens de capital	627 243,86	5 259 042,91	0,00	5 086 804,64	3 972 464,24	627 243,86	2 944 528,67	3 571 772,53	1 114 340,40	400 691,71	11,927	55,990
0701	Investimentos	627 243,86	4 947 366,53	0,00	4 786 224,15	3 671 883,75	627 243,86	2 643 948,18	3 271 192,04	1 114 340,40	400 691,71	12,678	53,442
070104	Construções diversas	224 846,20	3 009 797,88	0,00	2 893 589,81	2 295 300,91	224 846,20	1 669 763,00	1 894 609,20	598 288,90	400 691,71	7,470	55,478
07010409	Sinalização e trânsito	0,00	76 863,50	0,00	76 813,50	76 813,50	0,00	76 813,50	76 813,50	0,00	0,00	0,000	99,935
07010413	Outros	224 846,20	2 932 934,38	0,00	2 816 776,31	2 218 487,41	224 846,20	1 592 949,50	1 817 795,70	598 288,90	400 691,71	7,666	54,312
070106	Material de transporte	30 750,00	547 176,20	0,00	547 076,20	49 000,00	30 750,00	18 250,00	49 000,00	498 076,20	0,00	5,620	3,335
07010602	Outro	30 750,00	547 176,20	0,00	547 076,20	49 000,00	30 750,00	18 250,00	49 000,00	498 076,20	0,00	5,620	3,335
070107	Equipamento de informática	0,00	15 393,65	0,00	7 339,66	7 339,66	0,00	7 339,66	7 339,66	0,00	0,00	0,000	47,680
070108	Software informático	70 000,00	95 597,00	0,00	90 597,65	89 396,07	70 000,00	19 396,07	89 396,07	1 201,58	0,00	73,224	20,289
070109	Equipamento administrativo	0,00	17 150,00	0,00	972,32	972,32	0,00	972,32	972,32	0,00	0,00	0,000	5,670
070110	Equipamento básico	301 647,66	1 262 201,80	0,00	1 246 648,51	1 229 874,79	301 647,66	928 227,13	1 229 874,79	16 773,72	0,00	23,899	73,540
07011002	Outro	301 647,66	1 262 201,80	0,00	1 246 648,51	1 229 874,79	301 647,66	928 227,13	1 229 874,79	16 773,72	0,00	23,899	73,540

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2022

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2022 a 31-12-2022

(designação da autarquia local)

Euros

Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa de capital													
070115	Outros investimentos	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0703	Bens de domínio público	0,00	311 676,38	0,00	300 580,49	300 580,49	0,00	300 580,49	300 580,49	0,00	0,00	0,000	96,440
070303	Outras construções e infraestruturas	0,00	311 676,38	0,00	300 580,49	300 580,49	0,00	300 580,49	300 580,49	0,00	0,00	0,000	96,440
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00	311 676,38	0,00	300 580,49	300 580,49	0,00	300 580,49	300 580,49	0,00	0,00	0,000	96,440
08	Transferências de capital	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0805	Administração local	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080501	Continente	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08050101	Municípios	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10	Passivos financeiros	0,00	51,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,000	0,000
1005	Empréstimos a curto prazo	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,000	0,000
100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,000	0,000
11	Outras despesas de capital	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1102	Diversas	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
110201	Restituições	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Total Despesas Correntes		427 980,02	15 012 949,69	0,00	12 018 501,45	9 375 115,21	427 979,95	8 800 895,05	9 228 875,00	2 643 386,24	146 240,21	2,851	58,622
Total Despesas de Capital		627 243,86	5 260 043,91	0,00	5 086 805,64	3 972 464,24	627 243,86	2 944 528,67	3 571 772,53	1 114 341,40	400 691,71	11,925	55,979
Total Geral		1 055 223,88	20 272 993,60	0,00	17 105 307,09	13 347 579,45	1 055 223,81	11 745 423,72	12 800 647,53	3 757 727,64	546 931,92	5,205	57,936

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Anexo XI - Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Período: 01-01-2022 a 31-12-2022 Ano: 2022

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Obj	Prog	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)
		Ano / N°	Ação				RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
01																				
01	003																			
01	003	2016/17	2																	
01	003	2016/17	2/6		01 07011002	O	100			01/2021	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2016/30																		
01	003	2016/30	1																	
01	003	2016/30	1/2		01 07030301	O	100			01/2016	12/2022	311 476,38	50,00	311 526,38	127 845,49	300 580,49	428 425,98	96,50	97,51	
01	003	2016/30	2																	
01	003	2016/30	2/5		01 07030301	E	100			01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	454,95	0,00	454,95	0,00	64,54	
01	003	2017/3																		
01	003	2017/3	1																	
01	003	2017/3	1/10		01 070107	O	15 85			01/2017	12/2024	50,00	1 050,00	1 100,00	5 554,37	0,00	5 554,37	0,00	83,47	
01	003	2017/3	1/11		01 070108	O	15 85			01/2017	12/2024	50,00	100,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2017/3	1/12		01 070109	O	15 85			01/2019	12/2024	50,00	100,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2017/3	1/14		01 070115	O	15 85			01/2020	12/2024	50,00	100,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2017/3	2																	
01	003	2017/3	2/7		01 070107	O	15 85			01/2017	12/2024	50,00	100,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2017/3	2/8		01 070108	O	15 85			01/2017	12/2024	50,00	100,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2020/3																		
01	003	2020/3	6																	
01	003	2020/3	6/2		01 07010602	O	100			04/2021	12/2023	498 076,20	50,00	498 126,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2020/15																		
01	003	2020/15	1																	
01	003	2020/15	1/8		01 070107	O	100			01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2020/15	1/9		01 070108	O	100			01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2020/15	2																	
01	003	2020/15	2/8		01 070107	O	100			01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2020/15	2/9		01 070108	O	100			01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2021/1																		
01	003	2021/1	21		01 070107	O	15 85			01/2021	12/2026	3 826,54	200,00	4 026,54	59 821,53	2 826,54	62 648,07	73,87	98,12	
01	003	2021/1	22		01 070108	O	15 85			01/2021	12/2026	1 845,00	200,00	2 045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2021/1	23		01 070109	O	100			01/2021	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	003	2021/2																		
01	003	2021/2	21		01 070107	O	100			01/2021	12/2025	50,00	150,00	200,00	1 861,61	0,00	1 861,61	0,00	90,30	

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Período: 01-01-2022 a 31-12-2022

Ano: 2022

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)
		Ano / Nº	Ação				RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
01				Funções Gerais																
01	003			Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Re																
01	003	2021/2	22	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2021	12/2025	50,00	150,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2021/2	23	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2021	12/2025	50,00	150,00	200,00	2 359,99	0,00	2 359,99	0,00	92,19
01	003	2022/2		Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Intermunicipais (Resiliência / Transição Digital / Transição Climática)																
01	003	2022/2	7	Material Informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/2	8	Software Informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/2	9	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/2	10	Outras Construções	01 07030301	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/4		Economia Circular na região Viseu dão Lafões																
01	003	2022/4	7	Material Informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/4	8	Software Informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/4	9	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/8		Espaços Coworking																
01	003	2022/8	5	Material informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2022	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/8	6	Software informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/8	7	Construções diversas	01 07030301	E	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				Totais do Programa 003:								3 744 408,50	6 650,00	3 751 058,50	2 273 956,03	2 121 202,73	4 395 158,76	56,65	72,95	
01	004			Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal																
01	004	2016/16		Proteção Civil Intermunicipal																
01	004	2016/16	1	Proteção Civil à Escala Intermunicipal/Plataforma de Emergência																
01	004	2016/16	1/5	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2016	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2016/16	2	Brigada de Sapadores Florestais																
01	004	2016/16	2/5	Aquisição de equipamentos/maquinarias	01 07011002	O	100				01/2016	12/2026	10 000,00	200,00	10 200,00	2 531,47	0,00	2 531,47	0,00	19,88
01	004	2016/16	2/13	Material de transporte	01 07010602	O	100				01/2016	12/2026	18 300,00	200,00	18 500,00	0,00	18 250,00	18 250,00	99,73	98,65
01	004	2016/16	3	Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal																
01	004	2016/16	3/4	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2016	12/2026	1 000,00	200,00	1 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2016/16	4	Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais nas Comunidades Intermunicipais da Região de Coimbra e Viseu Dão Lafões																
01	004	2016/16	4/5	Aquisição de equipamentos/maquinarias	01 07011002	O	25	75			01/2016	12/2026	1 120 407,00	200,00	1 120 607,00	604 496,17	1 120 406,27	1 724 902,44	100,00	99,99
01	004	2016/16	5	LIFE - Landscape Fire																
01	004	2016/16	5/14	Equipamento básico	01 07011002	O	45	55			01/2016	12/2026	50,00	200,00	250,00	41 593,04	0,00	41 593,04	0,00	99,40
01	004	2016/16	5/15	Material Informático	01 070107	O	45	55			01/2016	12/2026	615,00	200,00	815,00	31 775,82	0,00	31 775,82	0,00	97,50
01	004	2016/16	5/16	Software Informático	01 070108	O	100				01/2016	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Período: 01-01-2022 a 31-12-2022

Ano: 2022

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)	
		Ano / N°	Ação				RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
01				Funções Gerais																	
01	004			Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal																	
01	004	2016/16	5/17	Aquisição de equipamento Administrativo	01 070109	O	45	55			01/2016	12/2026	800,00	200,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2016/16	5/19	Construções Diversas	01 07010413	O	45	55			01/2016	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2016/18		Adaptação às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões																	
01	004	2016/18	9	Construções diversas	01 07010413	E	100				01/2016	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2019/2		ClimAlert (Interreg Sudoeste)																	
01	004	2019/2	10	Material informático	01 070107	O	100				01/2019	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2019/2	11	Software informático	01 070108	O	100				01/2019	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2019/2	13	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2019	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2019/2	14	Equipamento básico	01 07011002	O		25	75			01/2019	12/2026	11 494,00	11 694,00	23 188,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2020/6		Life Nieblas																	
01	004	2020/6	12	Material informático	01 070107	O	100				01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2020/6	13	Software informático	01 070108	O	100				01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2020/6	14	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2020/6	15	Equipamento Básico	01 07011002	O		45	55			01/2020	12/2026	31 184,00	200,00	31 384,00	0,00	25 812,75	25 812,75	82,78	82,25
01	004	2020/8		Outros Projetos no âmbito da Proteção Civil e da Defesa das Florestas																	
01	004	2020/8	11	Material informático	01 070107	O	100				01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2020/8	12	Software informático	01 070108	O	100				01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2020/8	13	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2020/8	14	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2020	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2021/10		Detetação e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina																	
01	004	2021/10	11	Material Informático	01 070107	O	100				01/2021	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2021/10	12	Software Informático	01 070108	O	100				01/2021	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2021/10	13	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2021	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	004	2021/10	14	Equipamento Básico	01 07011002	O		15	85			01/2021	12/2026	83 025,80	200,00	83 225,80	0,00	82 975,80	82 975,80	99,94	99,70
				Totais do Programa 004:								1 277 725,80	16 894,00	1 294 619,80	680 396,50	1 247 444,82	1 927 841,32	97,63	97,61		
01	005			Unidade de Mobilidade e Transportes																	
01	005	2022/5		Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões																	
01	005	2022/5	1	Organização, Gestão, Monitorização e Fiscalização da Autoridade de Transportes																	
01	005	2022/5	1/5	Aquisição de software	01 070108	O	25	75			01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	005	2022/5	1/9	Equipamento de Informática	01 070107	O	25	75			01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01	005	2022/5	1/10	Sinalização e Trânsito	01 07010409	O	25	75			01/2022	12/2026	76 863,50	200,00	77 063,50	0,00	76 813,50	76 813,50	99,93	0,00	
01	005	2022/6		Outros Projectos Intermunicipais no âmbito da Mobilidade e Transportes																	
01	005	2022/6	7	Material Informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Período: 01-01-2022 a 31-12-2022

Ano: 2022

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Obj	Prog	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nível Execução Anual (%)	Nível Execução Global (%)			
		Ano / Nº	Ação				RP	RG	UE	EM	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total					
01				Funções Gerais																			
01	005			Unidade de Mobilidade e Transportes																			
01	005	2022/6	8	Software Informático	01 070108	O	100					01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01	005	2022/6	9	Equipamento Básico	01 07011002	O	100					01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01	005	2022/7		Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões																			
01	005	2022/7	8	Outras construções	01 07010413	O	100					01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01	005	2022/7	9	Equipamento de transporte	01 07010602	O	100					01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01	005	2022/7	10	Material de Informática	01 070107	O	100					01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01	005	2022/7	11	Software Informático	01 070108	O	100					01/2022	12/2026	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
01	005	2022/7	12	Equipamento Básico	01 07011002	O	100					01/2022	12/2026	50,00	1 064 000,00	1 064 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
													Totais do Programa 005:			77 363,50	1 066 000,00	1 143 363,50	0,00	76 813,50	76 813,50	99,29	6,72
01	006			Unidade Controlo e Gestão da Contratualização																			
01	006	2016/27		Assistência Técnica - Contratualização																			
01	006	2016/27	22	Aquisição de material informático	01 070107	O	15	85				01/2016	12/2026	1 000,00	1 150,00	2 150,00	3 946,54	0,00	3 946,54	0,00	64,73		
01	006	2016/27	23	Aquisição de software informático	01 070108	O	15	85				01/2016	12/2026	500,00	650,00	1 150,00	1 239,83	0,00	1 239,83	0,00	51,88		
01	006	2016/27	24	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	15	85				01/2016	12/2026	1 000,00	1 150,00	2 150,00	1 910,19	0,00	1 910,19	0,00	47,05		
													Totais do Programa 006:			2 500,00	2 950,00	5 450,00	7 096,56	0,00	7 096,56	0,00	56,56
													Totais do Objetivo 01:			5 259 042,91	1 182 587,00	6 441 629,91	3 166 680,47	3 571 772,53	6 738 453,00	67,92	70,13
													Total Geral:			5 259 042,91	1 182 587,00	6 441 629,91	3 166 680,47	3 571 772,53	6 738 453,00	67,92	70,13

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Outros documentos - LCPA



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

DECLARAÇÃO

(para efeitos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, alínea b))

O Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação introduzida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, identifica a relação de recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com a opção estabelecida no artigo 17.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, para efeitos de cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, os recebimentos em atraso são declarados, na sua maioria, de forma agregada em cada uma das situações abaixo identificadas, uma vez que têm a mesma natureza e o seu valor individualmente considerado é inferior a € 5.000, estando devidamente identificados aqueles que são superiores a este montante.

Recebimentos em atraso:

Conta de Terceiros	Entidade/Natureza	Valor
2111	Municípios associados da CIM - Quotizações	9 605,62
	Municípios associados da CIM - Protocolos	50 126,00
	Município de São Pedro do Sul - Protocolo celebrado no âmbito do projeto "Sistema Integrado de Videovigilância para a prevenção de incêndios florestais na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões"	23 952,29
	Município de Santa Comba Dão - Acordo de Financiamento das competências próprias da CIM enquanto Autoridade de Transportes	44 156,64
	Município de Santa Comba Dão - Acordo de Financiamento das competências delegadas na CIM enquanto Autoridade de Transportes	15 628,00
	Município de São Pedro do Sul - Acordo de Financiamento das competências próprias da CIM enquanto Autoridade de Transportes	29 608,00
	Município de São Pedro do Sul - Acordo de Financiamento das competências delegadas na CIM enquanto Autoridade de Transportes	69 523,00
	Município de Santa Comba Dão - Contrato Interadministrativo de delegação de competências relativas à gestão da Ecopista do Dão	5 372,40
	Associações de Bombeiros Voluntários - EPI's	120,03
	Fornecedores Central de Compras - FEE's	7 429,55
	Assinantes Revista "Beira Alta"	2 041,50
	Outras entidades - Protocolos de colaboração	500,00
	TOTAL	258 063,03

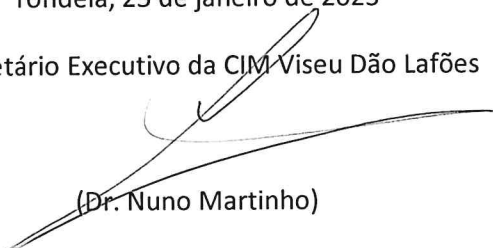


COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Mais declara que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões não tem pagamentos em atraso.

Tondela, 25 de janeiro de 2023

O Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões



(Dr. Nuno Martinho)



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

DECLARAÇÃO

O Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, para os efeitos previstos na alínea a) do nº1 do art.º 15º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro na redação introduzida pela Lei nº22/2015, de 17 de março, declara que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2022 se encontram devidamente registados na base de dados central, na aplicação SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística – do ERP da AIRC, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante (€)
2023	6.729.010,94€
2024	172.273,52€
2025	142.632,67€
2026	200,00€
Seguintes	732.653,99

Tondela, 25 de janeiro de 2023

O Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões

(Dr. Nuno Martinho)

